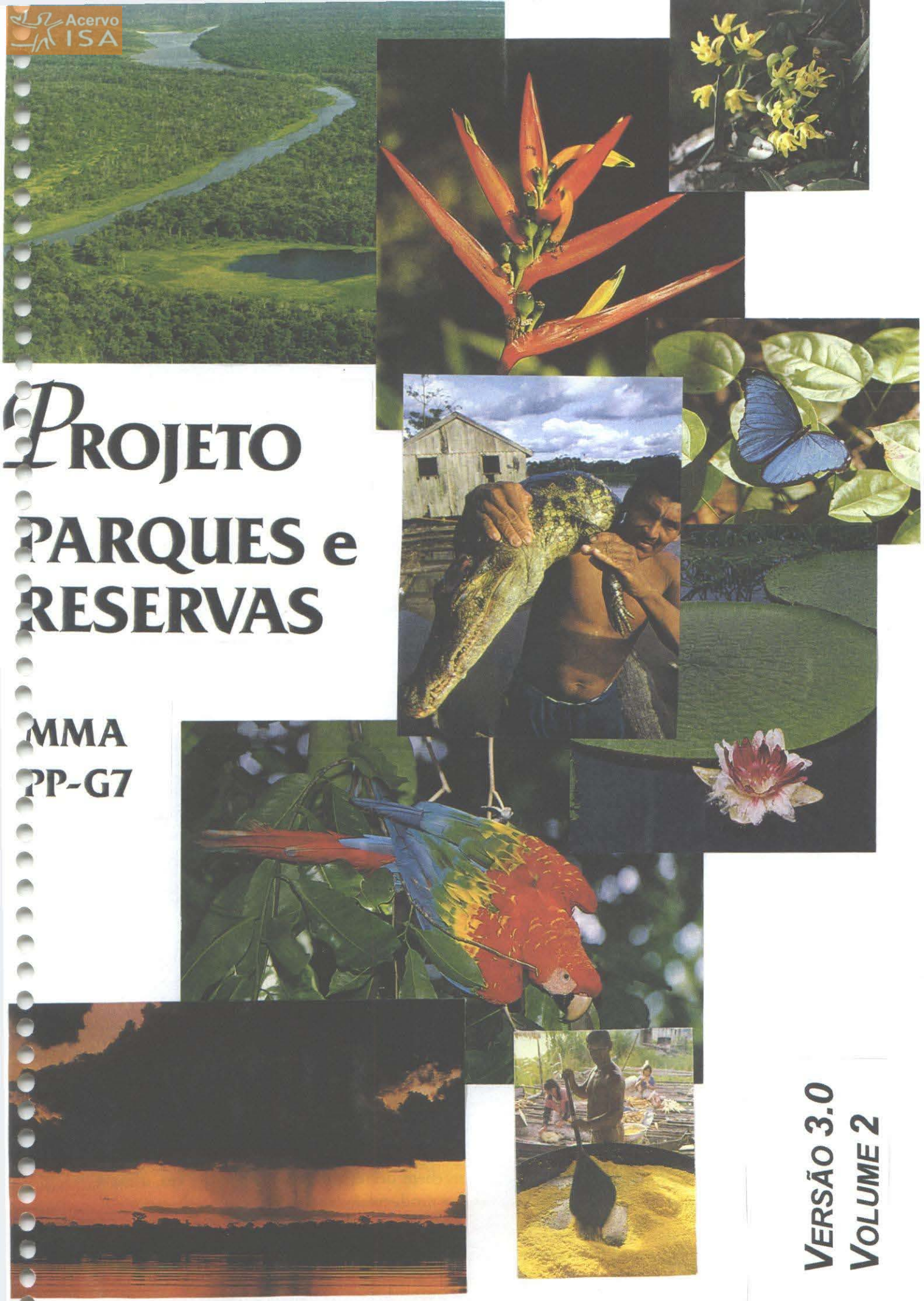


PROJETO PARQUES e RESERVAS

MMA
PP-G7



VERSÃO 3.0
VOLUME 2

**PP-G7 / PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO
DAS FLORESTAS TROPICAIS BRASILEIRAS**

PROJETO PARQUES E RESERVAS

CORREDORES ECOLÓGICOS DO BRASIL

VERSÃO 3.0
(em 2 volumes)
MMA/IBAMA
BANCO MUNDIAL

Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO

Secretário da Amazônia Legal **Coordenador Geral do PP/G7**
JOSÉ SEIXAS LOURENÇO **LUIS CARLOS JOELS**

Presidente do IBAMA
EDUARDO DE SOUZA MARTINS

Diretor de Ecossistemas do IBAMA
RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Brasília, julho de 1997
SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ

VOLUME 2

**PP/G7 - PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS
FLORESTAS TROPICAIS BRASILEIRAS**

PROJETO PARQUES E RESERVAS

**ABORDAGENS INOVADORAS PARA CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE DO BRASIL:**

**OS CORREDORES ECOLÓGICOS DAS FLORESTAS
NEOTROPICAIS DO BRASIL**

(em 2 volumes)

Elaborado por

José Márcio Ayres¹, Gustavo A. B. da Fonseca², Anthony B.
Rylands², Helder L. Queiroz³, Luiz Paulo Pinto², Donald Masterson³
e Roberto B. Cavalcanti⁴.

Coordenação
SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ

Representantes Técnicos do MMA e do IBAMA
João Baptista Monsã e Tarcisio P. Pereira

¹CNPq(MCT)/Sociedade Civil Mamirauá & Wildlife Conservation Society

²Universidade Federal de Minas Gerais & Conservation International - BR

³CNPq(MCT)/Sociedade Civil Mamirauá

⁴Universidade de Brasília & Conservation International - BR

VOLUME 2

10. OBJETIVOS DO PROJETO PARA A MATA ATLÂNTICA	155
10.1. DESCRIÇÃO QUALITATIVA	155
10.2. INDICADORES	161
10.3. RISCOS	162
11. COMPONENTES, OU RESULTADOS ALMEJADOS PARA A MATA ATLÂNTICA	163
11.1. DESCRIÇÃO QUALITATIVA	163
11.2. INDICADORES	178
11.3. RISCOS	179
11.4. ATIVIDADES DE CADA COMPONENTE	181
12. RESPONSABILIDADES NA MATA ATLÂNTICA	197
12.1. ORGANIZAÇÕES	197
12.2. FUNÇÕES	198
13. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA	202
14. ORÇAMENTO MATA ATLÂNTICA	210
15. SUMÁRIO GERAL DE CUSTOS	226
16. FINANCIAMENTO	229

ANEXOS

A1.MARCO LÓGICO DO PROJETO	001
A2.DESCRICÃO DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS NOS CORREDORES (AMAZÔNIA E MATA ATLÂNTICA)	016
A3.DESCRICÃO DAS ATIVIDADES PRIORITÁRIAS E QUE DEVERÃO SER EXECUTADAS NO PRIMEIRO ANO DO PROJETO (AMAZÔNIA E MATA ATLÂNTICA) COM CRONOGRAMA	051
A4.A SELEÇÃO DOS CORREDORES E SEUS CRITÉRIOS BIOLÓGICOS	058
A5.ANÁLISE DE REPRESENTATIVIDADE DO CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA	060
A6.ANÁLISE DE REPRESENTATIVIDADE DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA	078
A7.UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS QUE SE ENCONTRAM NOS CORREDORES ECOLÓGICOS	089

A8. LISTA DOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS NA ELABORAÇÃO DESTE PROJETO E CORRESPONDÊNCIAS RELEVANTES RECEBIDAS	105
A9. PRIMEIROS PRODUTOS DO BANCO DE DADOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL	108

10. OBJETIVOS DO PROJETO PARA A MATA ATLÂNTICA

10.1. DESCRIÇÃO QUALITATIVA

264. O projeto Parques e Reservas identificou dois corredores ecológicos no âmbito do bioma Mata Atlântica, para os quais ainda existem possibilidades concretas de promover as ações pretendidas pelo projeto geral, representados pelo Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor da Serra do Mar. Dado o alto grau de ameaça e o elevado nível de diversidade biológica contida nessa segunda área, optou-se por iniciar as ações do projeto a partir do Corredor Central. Os objetivos gerais para esse corredor são comuns ao projeto como um todo, mas as estratégias diferem em ênfase daquelas a serem priorizadas na região Amazônica. No Corredor Central da Mata Atlântica irá buscar-se fortalecer núcleos que ainda são caracterizados por um grau adequado de conectividade e progressivamente estimular ações que promovam a integração ecossistêmica entre as principais áreas-alvo do projeto.

265. O Corredor Central da Mata Atlântica identificado como alvo das ações do Projeto Parques e Reservas, tem como meta principal contribuir para a manutenção da biodiversidade do bioma da Mata Atlântica, através de esforços centrados em áreas protegidas, e em outras porções da paisagem sob diferentes sistemas de manejo, que coletivamente auxiliem nas estratégias gerais de conservação. Diferentemente da situação observada na Amazônia, dada o elevado grau de fragmentação em alguns trechos do Corredor Central da Mata Atlântica, as regiões identificadas como alvo das ações não correspondem tecnicamente a “corredores” *strictu sensu* entre fragmentos isolados, nem necessariamente a extensões contínuas e não interrompidas de paisagem. Nesse contexto, a estratégia do Projeto Parque e Reservas para a Mata Atlântica visa garantir a proteção dos remanescentes florestais mais significativos e incrementar gradualmente o grau de conectividade entre porções nucleares da paisagem, para maximizar vias de acesso e permitir o intercâmbio entre populações isoladas da fauna e flora regional.

266. Em biologia da conservação, ramo que se dedica à pesquisa sobre o declínio e eventual colapso de populações e espécies, além da busca de soluções que minimizem esse processo, os corredores têm a função primordial de proporcionar vias de intercâmbio e incrementar as possibilidades de movimento de indivíduos pertencentes a populações que se encontram, em maior ou menor grau, isoladas em áreas de habitat mais propício à sua sobrevivência. É preciso ressaltar, entretanto, que mesmo paisagens fragmentadas oferecem oportunidades de movimentação de organismos. Em áreas continentais, ao contrário de um arquipélago de ilhas verdadeiras, é extremamente difícil se isolar completamente um fragmento florestal de outros na mesma região. Mais de duas décadas de pesquisa do projeto “Dinâmica

Biológica de Fragmentos Florestais”, sob a coordenação do INPA e do *Smithsonian Institution*, demonstram claramente esse fato. Em outras palavras, a não ser em situações extremas, paisagens naturais modificadas em regiões continentais ainda permitem, em diferentes graus, o intercâmbio de indivíduos.

267. As dificuldades de movimentação de organismos entre fragmentos são pois de caráter probabilístico, e proporcionais ao grau de isolamento, esse último traduzido pela distância entre habitats propícios e pelo número de pontes inter-conectantes. De acordo com Forman (1995), o nível de resistência da paisagem ao movimento de organismos é restritivo quando a cobertura natural é, em média, menor do que 5%. Essa condição só é encontrada em alguns trechos já altamente degradados no âmbito do Corredor Central da Mata Atlântica. Mesmo nesses casos, a resistência é dependente do organismo em questão. Aves, por exemplo, podem movimentar-se entre fragmentos mesmo em situações de conectividade reduzida; grandes vertebrados encontram maior resistência, e pequenos mamíferos demonstram padrões intermediários (Forman, 1995).

268. É válido também notar que, em diversas circunstâncias, a estratégia de “corredores” não pressupõe qualquer ação de incremento no grau de conectividade entre porções de paisagem. Os grandes carnívoros, como por exemplo a onça-pintada (*Panthera onca*) e a onça-parda (*Puma concolor*), comumente citados como sendo as espécies de vertebrados com maior requerimento de hábitat, são extremamente adaptáveis quanto aos seus padrões alimentares e de uso de hábitat, se distribuindo amplamente desde a América do Norte até o sul do nosso continente. São assim capazes de se deslocar ao longo de ambientes já perturbados pela atividade humana, decorrendo o problema mais grave, a caça predatória a que estão sujeitas as suas populações. A efetiva proteção dessas espécies ao longo de áreas estratégicas, localizadas entre unidades de conservação ou grandes blocos de habitat propícios à sua sobrevivência, se constituiria em um mecanismo mais eficiente e menos oneroso do que buscar-se conectar fisicamente esses elementos da paisagem. Em vários outros casos, essas estratégias do tipo “salvo-conduto” podem ser bastante eficazes para permitir-se o intercâmbio gênico e o resgate demográfico de populações declinantes.

269. Alguns questionamentos sobre a viabilidade da estratégia de corredores no âmbito da Mata Atlântica têm sido levantados, particularmente relacionados ao possível custo elevado da recuperação de áreas de tamanho significativo que funcionem como elementos de ligação entre porções da paisagem natural. No entanto, corredores planejados em outros contextos similares à situação da Mata Atlântica (e.g., América Central) não buscam necessariamente atingir extensões que permitam abrigar comunidades ecologicamente íntegras. Não é considerado essencial que os corredores, para atingirem a sua função precípua, demonstrem condições de abrigar populações viáveis a longo prazo, mas sim que contribuam para incrementar as probabilidades de sobrevivência do conjunto das populações isoladas de uma determinada espécie (conhecido como “meta-população”). De acordo com a teoria ecológica contemporânea, a

probabilidade de sobrevivência de uma meta-população encontra-se geralmente inversamente relacionada ao grau de isolamento dos seus elementos constituintes (as diversas populações). O estabelecimento de corredores de ligação entre populações isoladas seria, pois, uma estratégia de minimização dos riscos de extinção da espécie como um todo. Como mencionado anteriormente, vale ressaltar que a ausência de zonas de contato físico entre fragmentos florestados, como é o caso de várias áreas pontuais do Corredor Central da Mata Atlântica, não significa que determinado arquipélago de remanescentes seja impermeável ao intercâmbio. Um conjunto de pequenos fragmentos isolados, porém próximos, pode efetivamente proporcionar vias de acesso, funcionando como *stepping stones*.

270. Assim sendo, o desenho do projeto Parques e Reservas, especialmente no que tange à região da Mata Atlântica, tem como um dos seus objetivos específicos, dentre vários outros, a manutenção ou o incremento do grau de conectividade através de ações que permitam a maximização (ou a minimização do grau de resistência) do fluxo de indivíduos das diferentes espécies que compõem as comunidades florísticas e faunísticas. Essas ações incluem o combate à caça ilegal, a criação de novas unidades de conservação públicas e privadas, o estímulo à conservação de áreas florestais estrategicamente situadas, e o incentivo à regeneração natural ou induzida de florestas, etc.

271. Mas somente o estabelecimento de corredores não assegura que as reservas isoladas irão cumprir o seu papel de preservar as espécies nelas contidas. Dados empíricos gerados em diferentes ecossistemas tropicais indicam que, mais do que o isolamento, a superfície total do fragmento é a variável mais importante no número final de espécies presentes em uma determinada área. Se o grau de exposição da reserva ao ambiente circundante é muito alto, o seu tamanho efetivo será progressivamente reduzido pela deterioração do hábitat a partir de suas margens externas. De modo a enfrentar esse problema, têm-se advogado o estabelecimento de "zonas-tampão" circundando o fragmento ou área protegida. As zonas-tampão, por sua vez, podem funcionar também como corredores. Essa estratégia constituiu-se na essência do programa das Reservas da Biosfera da UNESCO (MAB), proposto no início dos anos 80. O Programa MAP já reconheceu oficialmente a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, composta de vários dos principais núcleos a serem priorizados no projeto Parques e Reservas, cuja estratégia deverá agregar valor a esse programa.

272. Objetiva-se também nesse projeto a preservação de fragmentos florestais da Mata Atlântica que, embora já isolados, ainda abrigam comunidades biologicamente ricas e desempenham um papel ecológico de grande importância. Estudos recentes indicam que, enquanto os grandes fragmentos são essenciais para a manutenção da biodiversidade e de processos ecológicos em larga escala, os pequenos remanescentes cumprem diversas funções extremamente relevantes ao longo da paisagem. Dentre estas pode-se mencionar o seu papel de elemento de ligação (*stepping*

stones) entre grandes áreas, de auxiliar no aumento no nível de heterogeneidade da matriz de hábitat, e de refúgio para espécies que requerem ambientes particulares que só ocorrem nessas áreas.

273. Ao longo do seu desenvolvimento, o projeto Parques e Reservas terá pois que buscar o desenvolvimento de estratégias que lidem com essas diversas variáveis. Dada a complexidade do desafio, os Corredores Ecológicos identificados nesse projeto possuem qualidades que transcendem as funções de estabelecer-se vias de trânsito e intercâmbio entre populações, e de minimizarem-se os impactos externos sobre as áreas protegidas. De acordo com Wienz (1996)¹, esse tipo de abordagem "...reconhece que nem todas as áreas de hábitat apropriado serão ocupadas naquele momento por uma determinada espécie, e que áreas inocupadas podem ter um valor significativo para a conservação." Além disso, "...requer uma avaliação empírica sobre como os padrões da paisagem e os movimentos individuais das espécies interagem resultando em um nível de conectividade que promove a dinâmica das meta-populações." Na realidade, se bem sucedido, as regiões-alvo do projeto (os Corredores Ecológicos), em sua maioria, irão se constituir em mosaicos de áreas naturais compostos por áreas biologicamente prioritárias, protegidas da influência humana, juntamente com a totalidade da paisagem circundante sob diferentes padrões de uso da terra, determinados pelas práticas de manejo mais apropriadas à realidade sócio-econômica local, além de sua importância para a biodiversidade.

274. Para alcançar esses objetivos deverão ser estabelecidas quatro estratégias básicas no Corredor Central da Mata Atlântica: 1) efetivação e fortalecimento das UC's e outras áreas protegidas já existentes; 2) criação de novas UC's, particularmente através do mecanismo de Reservas Particulares do Patrimônio Natural; 3) Recuperação de áreas desmatadas em locais-chave estratégicos para assegurar a continuidade do corredor, através da atividades centradas nas áreas-núcleo do corredor; e 4) fomentar a criação de uma rede institucional, multi-setorial, de suporte às atividades de conservação e uso sustentado de recursos no âmbito do corredor, por meio do estabelecimento de uma estrutura central de administração, parcerias e difusão.

COMPOSIÇÃO DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

275. O Corredor Central da Mata Atlântica se estende ao longo da faixa litorânea compreendida desde o sul do Recôncavo Baiano até o centro-sul do estado do Espírito Santo, com uma distância média desde a costa até o interior de aproximadamente 300 km. Está pois essencialmente distribuído nos estados da Bahia e do Espírito Santo, com uma pequena representação em Minas Gerais, na porção mineira do Parque Nacional do Caparaó. Com exceção da cidade de Vitória, o corredor abrange centros urbanos de pequeno e médio portes.

276. A região da Mata Atlântica foi a primeira a ser colonizada no Brasil, sendo que menos de 10% de sua extensão original persiste até hoje. Considera-se que esse corredor inclui perto de 80% de todas as áreas que hoje se considera como prioritárias para a conservação de diversidade biológica do bioma Mata Atlântica ao norte do Espírito Santo, e mais de 90% de todos os remanescentes de maior relevância ao longo de sua distribuição. No âmbito do corredor, principal centro de endemismo da Mata Atlântica, foram registrados os dois maiores recordes mundiais em diversidade botânica, variando entre 450 e 476 espécies arbóreas em um único hectare.

277. Corredor Central da Mata Atlântica abrange uma área geográfica de 8.635.900 ha, sendo que 314.562 ha encontram-se legalmente protegidos em unidades de conservação oficialmente estabelecidas, dentre Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Florestas Nacionais e Estaduais, Áreas de Proteção Ambiental Estaduais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Além destas, 30.543 ha vêm sendo protegidos por centros de pesquisas e entidades do setor privado, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Veracruz Florestal. Já as Áreas Indígenas, sob a jurisdição da FUNAI, estão representadas no âmbito do corredor em um total de 52.973 ha.

278. As principais tipologias florestais do corredor variam de florestas ombrófilas densas de baixada e de altitude, abrangendo também a chamada hiléia baiana, até florestas estacionais semidecíduais interioranas. A região possui ainda alguns dos mais importantes manguezais da costa brasileira. Na plataforma continental adjacente à área compreendida entre as cidades de Nova Viçosa, Prado, Caravelas e Alcobaça encontram-se os mais relevantes recifes de coral da costa brasileira, além da única área de reprodução da baleia-jubarte conhecida no Atlântico Sul, englobando o chamado complexo de Abrolhos.

279. As comunidades biológicas contidas no corredor são altamente diversificadas, abrigando um grande número de espécies com distribuição restrita, incluindo várias altamente ameaçadas de extinção. As análises realizadas com mamíferos e aves indica ser esta a região com maior concentração de espécies oficialmente reconhecidas como ameaçadas, incluindo o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*), o miquiqui (*Brachyteles arachnoides*), e o ouriço preto (*Chaetomys subspinosus*). Dentre as aves típicas encontra-se o mutum (*Crax blumenbachii*), a jacutinga (*Pipile jacutinga*), o rabo-amarelo (*Thripophaga macroura*), e o anambé-de-rabo-branco (*Xipholena lamellipennis*), assim como várias outras. A região do corredor continua a produzir novas formas até pouco tempo desconhecidas pela ciência, como uma ave recentemente descrita, o graveteiro acrobata (*Acrobatones fonsecai*). Um outro estudo, realizado em apenas 1 ha. no norte do Espírito Santo, revelou a presença de três espécies arbóreas anteriormente não descritas, incluindo um novo gênero.

280. Além do pau-brasil e do jacarandá, hoje já praticamente eliminados da área do corredor, diversas espécies de árvores ainda possuem importância econômica regional notável, como o vinhático, a massaranduba e o parajú. A fibra da piaçava é também amplamente utilizada regionalmente. Ao longo de todo o corredor, particularmente no sul da Bahia, a caça de subsistência e o comércio de animais de estimação são prevalentes. Com a redução dos estoques de espécies de maior porte, a pressão de caça já afeta significativamente as populações de vertebrados de menor massa corporal. Milhares de espécimes vivos de aves, particularmente os piscitacídeos, são comercializados ao longo das rodovias anualmente. Os recursos biológicos da costa incluem diversos peixes, como o vermelho, o dourado e o melro, além do caranguejo, camarão, lagosta, aratús, ostras. A sobrepesca e o assoreamento da região costeira, com influências negativas sobre os bancos de coral que funcionam efetivamente como criadouros naturais para diversas espécies marinhas comercialmente exploradas, resultaram no decréscimo geral da produtividade.

281. As maiores densidades demográficas observadas para o corredor encontram-se na região ao sul do Recôncavo, se situando entre 50 a 100 habitantes por km². O extremo sul da Bahia possui baixa taxa de ocupação humana, com menos de 20 habitantes por km², sendo que as áreas localizadas no Espírito Santo encontram-se em situação intermediária. Com exceção do Espírito Santo, as taxas de crescimento demográfico entre 1980 e 1991 foram de menos de 1%, e em algumas regiões observou-se perda líquida de população no mesmo período, com correspondente crescimento dos conglomerados urbanos de pequeno e médio portes. Os dados relativos à evolução de cobertura florestal no corredor indicam a perda de aproximadamente 70.000 ha. na Bahia e 20.000 no Espírito Santo entre 1985 e 1990. Observações de campo recentes sugerem um recrudescimento nos níveis de desmatamento, particularmente no estado da Bahia, resultado principalmente da crise econômica por que passa a região.

282. A região cacauera da Bahia, onde até pouco tempo predominava o sistema "cabruca" de cultivo, com sombreamento de árvores nativas, vem experimentando uma tendência crescente de conversão do solo para atividades ligadas à pecuária, além de uma pressão elevada sobre os recursos madeiros ainda existentes em propriedades privadas. Estima-se que, a persistirem as atuais tendências, todo o estoque madeiro estará esgotado em 15 anos. No extremo sul da Bahia, as monoculturas de *Eucalyptus* sp. vêm expandindo fortemente, dominando a paisagem de algumas regiões, juntamente com áreas de pastagem. No Espírito Santo, a indústria de madeira passou pelo seu apogeu nas décadas de 1960 e 1970, representando hoje uma fração insignificante da economia do estado. Os principais usos da terra nessa região incluem a cultura do café, atividades agropastoris e a produção de celulose a partir de florestas plantadas.

283. Dentre as nove unidades de conservação federais de uso indireto contidas no corredor, são poucas as que possuem atividades permanentes

ligadas à implementação de seus planos de manejo. A maioria destas UC's ainda são sujeitas a problemas ligados à caça e desmatamento ilegais, além de invasões por posseiros. A Reserva Biológica de Una, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos e o Parque Nacional do Caparaó são as únicas que têm mantido atividades minimamente condizentes com o seu objetivo de conservação. Recentemente, o Parque Nacional de Monte Pascoal, que possui populações indígenas residentes, se estruturou para permitir a implementação das etapas previstas no seu plano de manejo. Por outro lado, duas áreas protegidas sob domínio privado, representadas pela Reserva Florestal de Linhares e pela Estação Veracruz, têm mantido programas de excelência na área de manejo, conservação e pesquisa, podendo servir de modelo e auxiliar na efetivação das unidades sob jurisdição pública.

10.2. INDICADORES

284. Os indicadores qualitativos e quantitativos do progresso no cumprimento das metas estabelecidas para o projeto de implantação do Corredor da Mata Atlântica Central estão, em linhas gerais, sintonizados àqueles selecionados para o componente amazônico, divididos em três grandes categorias: (a) aspectos gerenciais, administrativos, participativos e de sustentabilidade; (b) parâmetros de natureza sócio-econômica, indicativos dos diversos fatores que compõem o índice "qualidade de vida" das populações inseridas nas regiões de influência do projeto; e (c) parâmetros de natureza ambiental, particularmente aqueles que se referem à manutenção da diversidade biológica das áreas-alvo das intervenções do projeto.

285. Estes últimos estão reunidos em uma categoria própria de bio-indicadores, sendo que a maioria será deles deverá emergir de pesquisas de campo previstas no projeto. Os indicadores globais que serão também utilizados para o componente da Mata Atlântica foram apresentados em maior detalhe na seção 1.5.2 do projeto (Indicadores para a Amazônia).

286. Não obstante a utilização dos indicadores mencionados acima, para o Corredor Central da Mata Atlântica será necessário o estabelecimento de parâmetros adicionais de monitoramento do sucesso das intervenções previstas. Enquanto os corredores amazônicos visam assegurar a manutenção de um alto grau de continuidade da paisagem natural, condição que em grande parte se configura no momento, buscando priorizar a conservação de áreas-chave para a biodiversidade regional face a tendências degradadoras existentes ou previstas, a estratégia para a Mata Atlântica parte de uma posição reversa. O Corredor Central da Mata Atlântica encontra-se reduzido em menos de 20% de sua extensão florestal original, sendo a situação mais crítica em algumas regiões. O objetivo portanto é o de se incrementar o grau de conectividade, sendo esse um parâmetro vital para avaliar-se o progresso das iniciativas.

10.3. RISCOS

287. Grande parte dos riscos ligados às iniciativas propostas no projeto pode ser derivado da análise das premissas utilizadas, detalhadas no procedimento descritivo do Marco Lógico para o Corredor Central da Mata Atlântica. Se tais premissas não forem verdadeiras (erro que pode ser atribuído à interpretação da realidade local pelos elaboradores desse projeto), ou apenas parcialmente atendidas, as metas associadas correm o risco de não serem atingidas em sua totalidade.

288. Uma das principais dificuldades a ser enfrentada pelo projeto está representada pelo crescente grau de fragmentação da área do corredor, que adicionada à crise econômica regional e o imediatismo das alternativas propostas, exigirá uma resposta a curto prazo das ações a serem implementadas no Corredor Central da Mata Atlântica. Portanto, as soluções propostas deverão ter, pelo menos, alguns reflexos imediatos e perceptíveis para os atores envolvidos, de modo a reverter-se a tendência atual de progressiva deterioração do ecossistema florestal atlântica dos estados da Bahia e do Espírito Santo. Ao contrário da região amazônica, os esforços na Mata Atlântica deverão conter algumas metas de amplo alcance a curtíssimo prazo, aliadas àquelas com horizonte mais dilatado de cumprimento.

289. A implementação do Corredor Central da Mata Atlântica dependerá também do envolvimento de diferentes atores e agentes institucionais, além de suas interações, sem os quais a estratégia de articulação de esforços e de manejo sistêmico será de difícil viabilização. No *Workshop* de Porto Seguro foram indicados os principais conflitos, por região e por unidade de conservação, entre as autoridades ambientais, as comunidades locais, empresas, e os usuários dos recursos naturais. O detalhamento desses conflitos, que são a melhor medida dos riscos associados às atividades previstas, pode ser encontrada na seção sobre os componentes do projeto.

290. Por fim, existe um risco potencial associado à conflitos de interesse de caráter regional e inter-estadual, que podem influenciar no desempenho das iniciativas previstas no projeto. As várias agências governamentais em nível estadual diferem em estágio de desenvolvimento e capacidade institucional, particularmente nos setores mais afetos ao projeto, como as secretarias de planejamento, de desenvolvimento econômico e de meio ambiente.

11. COMPONENTES, OU RESULTADOS ALMEJADOS PARA A MATA ATLÂNTICA

11.1. DESCRIÇÃO QUALITATIVA

291. Uma lista geral dos componentes do projeto pode ser encontrada nas matrizes das necessidades de investimento nas unidades de conservação e outras áreas protegidas, incluindo o enfrentamento a problemas atuais que ameaçam essas áreas. Essas informações, que subsidiaram o desenvolvimento dos elementos e iniciativas específicas do projeto do Corredor da Mata Atlântica Central, foram agregadas com base em visitas de campo, entrevistas com atores-chave nas diferentes regiões, e principalmente através da realização do *Workshop* de discussão do projeto, que teve lugar em Porto Seguro, Bahia.

292. As iniciativas do Corredor Central da Mata Atlântica estão organizadas em três grandes componentes: (a) ações em 13 unidades de conservação prioritárias identificadas pela sua representatividade, importância biológica, estado de conservação e estágio de desenvolvimento institucional; (b) ações em áreas externas às unidades de conservação, contemplando as seguintes atividades: (i) Programa de Estímulo à Criação de RPPN's; (ii) Participação Comunitária no Corredor Central da Mata Atlântica; (iii) Programa de Fiscalização e Monitoramento da Cobertura Florestal; e Programa de Pesquisas Regionais; (c) iniciativas de caráter estratégico para o início da formação do corredor, tendo como alvo principal quatro sub-regiões nucleares ou eixos prioritários, a partir dos quais pretende-se que haja expansão dos esforços em nível regional.

293. Dada as diferenças ambientais e sócio-econômicas no âmbito do Corredor Central da Mata Atlântica, as tendências de agrupamento florestal em núcleos compostos por fragmentos próximos e/ou com maior grau de conectividade, além de uma maior densidade de unidades de conservação e instituições com um potencial mais elevado de atuação, juntamente com a análise das questões logísticas que visam maximizar a capacidade regional, as atividades propostas foram divididas em quatro regiões: Cacaueira; Extremo Sul da Bahia; Norte do Espírito Santo; e Serrana. Dentro de cada região foram identificadas sub-regiões nucleares ou eixos prioritários que servirão como marco referencial para o desenvolvimento inicial do projeto (ver figura a seguir). Essas áreas foram selecionadas considerando sua importância biológica, capacidade institucional, unidades de conservação envolvidas,

distribuição de fragmentos florestais remanescentes, localização geográfica, e oportunidades de desenvolvimento de estratégias de conservação.

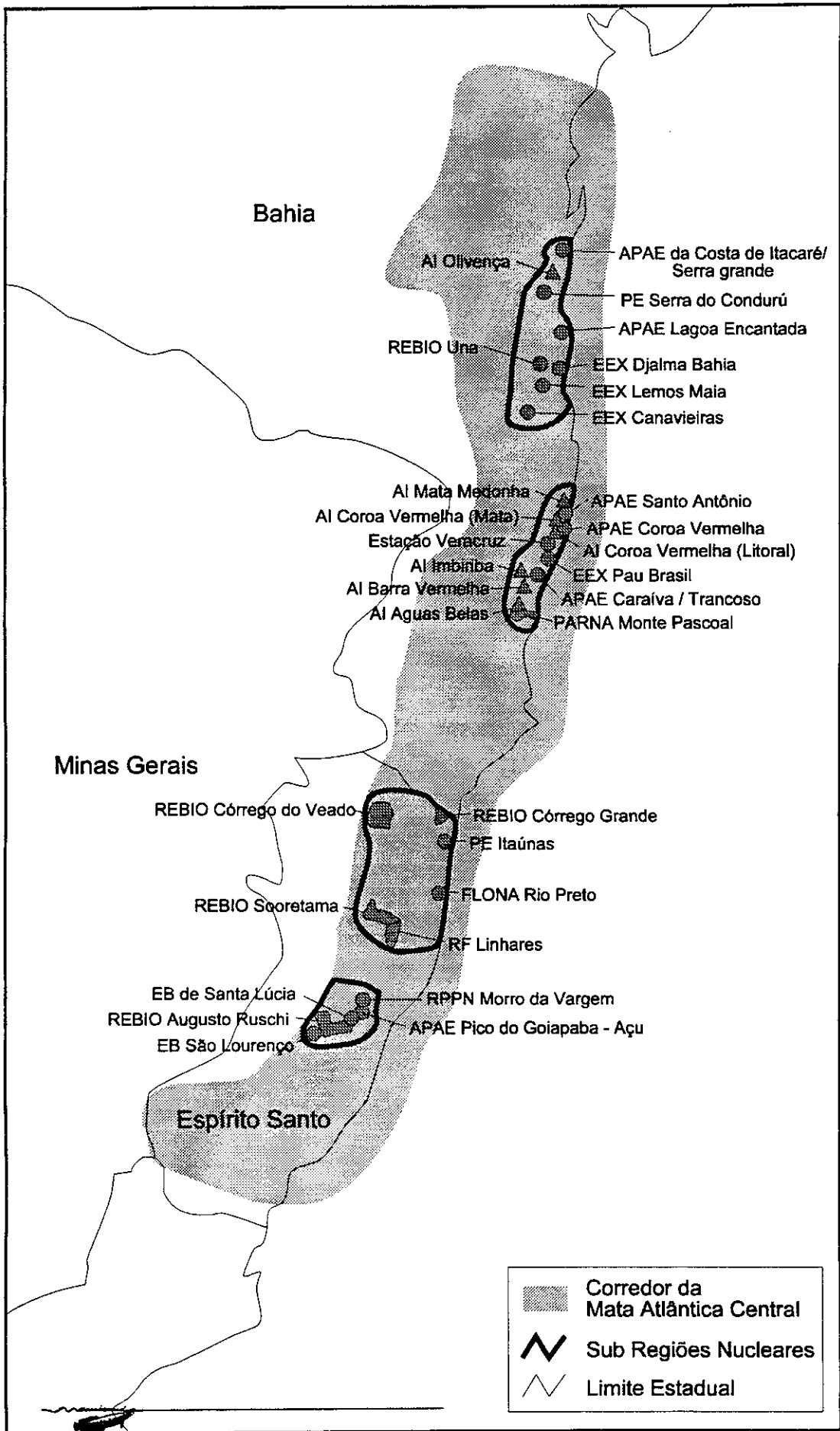
ÁREAS PROTEGIDAS ALVO NO CORREDOR DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL

294. *Região Cacaueira:*

- (a) Reserva Florestal Estadual de Wenceslau Guimarães (Bahia)
- (b) Área de Proteção Ambiental Estadual Costa de Itacaré/Serra Grande (Bahia)
- (c) Parque Estadual da Serra do Condurú (Bahia)
- (d) Reserva Biológica de Una (Bahia)

Reserva Florestal Estadual de Wenceslau Guimarães (Estadual)

Unidade de Conservação localizada no extremo norte do Corredor da Mata Atlântica Central em uma região deficiente em termos de proteção legal. A Reserva Florestal esteve praticamente abandonada desde a sua criação em 1973, e recentemente, o Departamento de Desenvolvimento Florestal do Governo da Bahia contratou especialistas para a elaboração do plano de manejo, redefiniu os limites da área em 1.939 hectares e está propondo uma categoria de manejo mais apropriada para a situação que se encontra a unidade. A Reserva abriga altos índices de diversidade biológica e grande número de espécies endêmicas, algumas novas para o estado da Bahia ou, até mesmo, para a ciência., conforme demonstrado pelos levantamentos efetuados para o embasamento do seu plano de manejo.



Área de Proteção Ambiental Estadual Costa de Itacaré / Serra Grande (Estadual) e Parque Estadual da Serra do Condurú (Estadual)

Essa área está situada no segmento norte do Corredor Central, entre as cidades de Ilhéus e Itacaré. O Parque Estadual da Serra do Condurú, com cerca de 7.000 hectares, foi decretado recentemente, como medida mitigadora do desmatamento que se espera possa vir a ocorrer com o estabelecimento de uma rodovia pavimentada na região, a estrada Ilhéus-Itacaré, e também em parte já é um resultado das versões iniciais do Projeto Parques e Reservas. Uma parceria entre ONG's, o governo estadual e o BID vem concebendo um plano para transformar este empreendimento como uma estrada-parque, o que permitirá maior proteção para os ecossistemas locais. A estrada-parque formará uma rede de unidades de conservação juntamente com o Parque Estadual da Serra do Condurú, duas Áreas de Proteção Ambiental, sendo uma delas a APA Costa de Itacaré / Serra Grande, além de algumas RPPN's que estão sendo criadas na região. Esse núcleo contém algumas das áreas de maior diversidade de plantas arbóreas do mundo, fato revelado pelos estudos do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC-CEPLAC) e do *New York Botanical Garden - NYBG*. Pesquisas recentes pela UFMG, Unicamp, IESB e Conservation International têm também gerado dados que demonstram que a fauna de vertebrados é extremamente rica, com altos níveis de endemismo. O núcleo mostra ainda um alto potencial para o desenvolvimento de empreendimentos ecoturísticos na costa do cacau, atividade econômica em franco crescimento na região.

Reserva Biológica de Una (Federal)

Criada em dezembro de 1980, especialmente para a conservação do mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), a REBIO de Una foi oficialmente decretada com uma área de 11.400 hectares. Porém, até 1989, a Reserva tinha regularizada somente 5.342 hectares e apresentava vários problemas com famílias de posseiros dentro dos seus limites. Desde então, esforços conjuntos entre organizações governamentais (Ibama) e não-governamentais nacionais e internacionais têm assegurado reais investimentos para a regularização, fiscalização e manejo da Reserva. Entre 1989 e 1993 foram acrescidos mais 1.717 hectares à unidade para aumentar o corredor entre os dois blocos de mata que a compõem, totalizando atualmente 7.059 hectares como área total. Entretanto, estudos e análises recentes de imagens de satélite efetuados pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia - IESB mostram que da área total da REBIO de Una, somente 4.500 hectares estão realmente florestadas. A área restante está aberta ou de alguma forma degradada devido a ação das famílias que residiam ou ainda residem dentro da unidade.

295. *Região Extremo Sul da Bahia:*

- (a) Estação Experimental Pau Brasil (CEPLAC; Bahia)
- (b) Estação Veracruz (Veracruz Florestal; Bahia)
- (c) Área de Proteção Ambiental Estadual Caraíva/Trancoso (Bahia)
- (d) Parque Nacional de Monte Pascoal (Bahia)
- (e) Área de Proteção Ambiental Estadual Ponta da Baleia/Complexo de Abrolhos (Bahia)

Estação Veracruz (Privada) / Estação Experimental Pau Brasil (Federal)

A Estação Veracruz é uma reserva particular da Veracruz Florestal, com 6.069 hectares de Mata Atlântica na formação típica de floresta de tabuleiro. A Estação está localizada nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, BA, fazendo limite com a Estação Pau-Brasil, administrada pela CEPLAC, que possui 1.145 hectares. As duas Estações conferem juntas a proteção de um importante remanescente florestal de 7.214 hectares na região. Para a Estação Veracruz está prevista a execução de várias atividades integradas de pesquisa e desenvolvimento, conservação e banco genético, assistência técnica e extensão, monitoramento, educação ambiental e ecoturismo. Estas atividades compreendem o *Programa Mata Atlântica* da empresa, com vários sub-projetos: 1- planejamento da paisagem, 2- estudos de flora, 3- estudos da fauna, 4- suprimento de sementes, 5- produção de mudas, 6- divulgação e extensão, e 7- modelos de recuperação e manejo da Mata Atlântica. O programa de criação de um Banco Genético *in situ* da Mata Atlântica, envolve a participação de várias instituições e universidades, como o Instituto Iguazu de Pesquisas e Preservação Ambiental, Centro Nacional de Recursos Genéticos - CENARGEN / EMBRAPA, Comissão Executiva do Planejamento da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto Butantã e Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Apesar disto, a Estação Veracruz enfrenta alguns problemas e ameaças como incêndios, a caça, captura e comércio de animais silvestres, retirada clandestina de palmito (*Euterpe edulis*) e lenha pela população local. Uma das medidas importantes para a unidade é a sua transformação e reconhecimento como RPPN, garantindo assim a proteção legal e permanente da área. Além disso, é fundamental o maior intercâmbio entre a Veracruz Florestal e a CEPLAC, para o planejamento e manejo em conjunto das duas áreas contíguas.

Área de Proteção Ambiental Estadual Caraíva / Trancoso (Estadual)

Região litorânea entre a foz do rio Trancoso e o rio Caraíva, apresenta uma grande diversidade de ambientes - abrangendo desde o ambiente marinho com os recifes de corais e os ecossistemas adjacentes (manguezais, restingas e falésias de composição arenítica), até os

remanescentes de Mata Atlântica. A região é de grande importância dentro do Corredor por constituir uma zona de amortecimento entre um pólo turístico bastante desenvolvido, que é o eixo de Santa Cruz de Cabralia-Porto Seguro-Arraial da Ajuda-Trancoso, e o complexo da Área Indígena Pataxó-Parque Nacional de Monte Pascoal.

Parque Nacional de Monte Pascoal (Federal)

O Parque Nacional possui uma conotação histórica/cultural muito importante, por se tratar da região do descobrimento do Brasil, como também grande importância biológica, já que se trata de um dos últimos remanescentes de floresta de terra baixa dentro do bioma da Mata Atlântica. Atualmente, um dos maiores problemas verificados no PARNA de Monte Pascoal é o conflito com os índios Pataxós, estes últimos vivendo dentro e nas redondezas da unidade. Em 1970 foi concedido aos Pataxós 8.500 hectares de terra pertencentes ao Parque e até o momento existe uma indefinição quanto ao futuro dessa área, que já se encontra quase totalmente desmatada. Existem deficiências quanto à fiscalização, e os índios transitam regularmente no Parque para caçar e retirar madeira para a confecção e venda de produtos artesanais. Apesar do programa de revitalização das instalações do Parque, com o apoio da Petrobrás e de uma organização não-governamental local, a unidade ainda permanece fechada para a visitação pública. O Parque Nacional de Monte Pascoal está localizado entre dois importantes pólos de turismo no sul da Bahia - a Costa do Descobrimento e a Costa da Baleia, sendo um dos atrativos turísticos em potencial para a região.

Área de Proteção Ambiental Estadual Ponta da Baleia-Abrolhos (Estadual) / Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (Federal)

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, foi criado em 1983, com a área de 91.300 hectares, abrangendo duas porções de um complexo de ilhas vulcânicas, recifes de coral e algas: o arquipélago e os recifes de Abrolhos e os recifes de Timbebas. Essa é também a única região onde todas as espécies de corais brasileiros ocorrem, além de possuir as maiores extensões de uma estrutura recifal única no Brasil: os chapeirões. A conversão de habitats naturais ao longo da faixa costeira, especialmente na região da APA Ponta da Baleia-Abrolhos é uma preocupação, constituindo-se como uma ameaça extremamente importante sobre os corais de Abrolhos, intolerantes ao processo de sedimentação provocado pela alta carga de sedimentos resultante do desmatamento na região. Em outras palavras, a perda da Mata Atlântica no litoral da Bahia, terá reflexos sobre a mais importante área de ocorrência de recifes de corais no Atlântico sul. A atividade turística representa uma das mais recentes e importantes ameaças sobre o complexo de Abrolhos, assim como uma fonte potencial de recursos. É pois imperativo que um Plano de Ação seja preparado e executado, de modo a instruir adequadamente a atividade turística, antes que esta fuja do controle, com conseqüências bastantes negativas para os recifes de coral da região.

296. *Região Norte do Espírito Santo:*

- (a) Reserva Biológica de Sooretama (Espírito Santo)
- (b) Reserva Florestal de Linhares (Cia. Vale do Rio Doce; Espírito Santo)

Complexo Reserva Biológica de Sooretama (Federal) / Reserva Florestal de Linhares (Privada)

A Reserva Biológica de Sooretama foi efetivamente criada em 1982, apesar de sua delimitação ter se iniciado na década de 1940. Atualmente, abriga 24.800 hectares de *floresta de tabuleiro*, caracterizada por um relevo plano com vales escavados, sendo uma das únicas unidades de conservação federais sem problemas fundiários. A partir dos anos 50, esta região passou a sofrer o forte impacto do desmatamento para fins de produção de dormentes para a rede ferroviária, e de carvão para alimentar a indústria siderúrgica. Hoje, juntamente com a Reserva Florestal de Linhares (21.787 hectares) da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, representa o último fragmento de maior porte de Mata Atlântica de planície costeira na região leste do Brasil. As duas unidades abrigam um grande número de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção. Uma das principais ameaças à REBIO de Sooretama é a rodovia federal BR-101 (porção leste), que corta a unidade, e por 356 estradas de terra (porção oeste) em seu interior, que por si só já representam um impacto muito forte, aumentando o risco de incêndios, além de facilitar o acesso de pessoas, principalmente, de caçadores e de traficantes de animais e plantas silvestres, cujo fiscalização está a cargo de apenas 16 guardas-florestais. A Reserva Florestal de Linhares é contígua a REBIO de Sooretama, sendo administrada pela Companhia Vale do Rio Doce. Em termos de biodiversidade, esta Reserva apresenta-se muito semelhante à vizinha REBIO de Sooretama. Apesar da intensiva fiscalização da área (cerca de 30 guardas-florestais), o principal problema enfrentado durante os últimos anos ainda é a caça, principalmente, devido a proximidade da BR-101. As características dessas duas unidades, envolvendo o setor público e privado, representa uma oportunidade única de parceria para o manejo de uma das maiores áreas protegidas da Mata Atlântica.

297. *Região Serrana:*

- (a) Reserva Biológica Augusto Ruschi (Espírito Santo)
- (b) Estação Biológica de Santa Lúcia (MBML, Espírito Santo)
- (c) Parque Nacional do Caparaó (Espírito Santo/Minas Gerais)

Reserva Biológica Federal Augusto Ruschi (Federal) / Estação Biológica de Santa Lúcia (Federal)

Contando com 4.000 hectares, a REBIO Augusto Ruschi (Nova Lombardia), encontra-se localizada no centro leste do Estado do Espírito Santo. A REBIO Augusto Ruschi é praticamente contígua à Estação Biológica de Santa Lúcia, unidade pertencente ao Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, em Santa Teresa, por intermédio de matas de propriedades particulares. Ambas unidades possuem alojamentos para pesquisadores e contam com a estrutura do MBML para a realização de pesquisas de campo. A fiscalização nas áreas protegidas é deficiente, resultando em problemas como a caça, roubo de palmito e incêndios florestais. Essas unidades abrangem uma região de grande importância biológica, apresentando recentemente o registro da maior riqueza e diversidade de espécies arbóreas conhecido pela ciência. Os resultados deste estudo demonstram a necessidade do estabelecimento de um programa intensivo de pesquisa na região.

Parque Nacional do Caparaó (Federal)

O PARNA do Caparaó possui uma área de 26.000 hectares, abrangendo parte das Serras do Mar e Mantiqueira. O Parque possui excelente potencial turístico, apresentando como maior atração, além dos diversos riachos e cachoeiras, a subida ao Pico da Bandeira, um dos expoentes mais altos da porção sudeste do Brasil, com 2.890 m. Um programa piloto de educação ambiental das comunidades vizinhas ao Parque vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos três anos, conjuntamente pela Fundação Biodiversitas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Ibama, com o apoio das Secretarias Estaduais de Educação e de Saúde e a Prefeitura Municipal de Caparaó. O Parque está incluído também em um programa de cooperação interinstitucional, envolvendo o Ibama, o Instituto Estadual de Florestas-IEF (MG) e a Fundação Biodiversitas (organização não-governamental ambientalista), com o apoio da GTZ, cujo objetivo é a implantação de um modelo de conservação dos recursos naturais, através de uma gestão ambiental e participativa nas unidades de conservação e suas áreas vizinhas. Esse trabalho será de grande importância, em função da participação das comunidades locais na consolidação definitiva do Parque, já que o mesmo, até o presente momento, apresenta sérios problemas fundiários e não possui infraestrutura suficiente para receber um grande número de visitantes.

AÇÕES GERAIS NO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

Programa de Estímulo à Criação de RPPN's

298. A Mata Atlântica possui menos de 2% do seu território coberto por unidades de conservação de proteção integral (estaduais e federais), ou seja, as unidades mais restritivas quanto a utilização humana. Portanto, a preservação da biodiversidade desse bioma dependerá basicamente das ações que se desenvolvam nos 98% restantes, que estão sob influência direta do homem. As dificuldades para a criação de novas unidades de conservação de domínio público, faz crescer ainda mais a importância das áreas particulares protegidas ou RPPN's, na dinâmica de conservação da Mata Atlântica, e em especial do Corredor Central da Mata Atlântica.

299. Neste corredor existem atualmente cinco RPPN's, sendo quatro no estado da Bahia e uma no estado do Espírito Santo, totalizando 824 hectares na forma de reservas particulares oficialmente reconhecidas pelo IBAMA. Além do programa nacional de apoio as RPPN's desenvolvido pelo IBAMA, as organizações não-governamentais, atuando no âmbito das regiões-alvo do Corredor Central da Mata Atlântica, identificadas durante o *Workshop* em Porto Seguro, também têm tido papel preponderante no estímulo à criação de reservas particulares. O Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia -IESB possui um programa específico sobre este tema na área do Rio Jequiçá-Rio Jequitinhonha. Atualmente está orientando a criação de pelo cinco novas RPPN's na região. O Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica - IPEMA, com atuação nas áreas do Rio Mucuri-Rio Doce e Rio Doce-Centro/Sul do Espírito Santo, também possui um programa semelhante de apoio às RPPN's.

Participação Comunitária no Corredor da Mata Atlântica Central

300. A região que abrange o Corredor Central da Mata Atlântica abriga movimentos comunitários bastante diversos, especialmente em relação às organizações não-governamentais de caráter ambientalista. Várias das unidades de conservação propostas para as atividades do projeto Parques e Reservas já possuem formal ou informalmente cooperações técnicas com as ONG's, que atuam dentro e na área de influência ou zona tampão das unidades, em projetos de pesquisa de biodiversidade e sócio-economia, programas de educação ambiental, desenvolvimento comunitário, dentre outras iniciativas. É relevante mencionar os trabalhos do IESB na REBIO de Una, Parque Estadual da Serra do Condurú e APA Costa de Itacaré/Serra Grande; as iniciativas do Gamba (Grupo Ambientalistas da Bahia) no PARNAM Monte Pascoal; os esforços do Instituto Baleia Jubarte no PARNAM Abrolhos e APA Ponta da Baleia-Abrolhos; e os trabalhos do IPEMA na REBIO Augusto Ruschi e Estação Biológica de Santa Lúcia.

301. As atividades destas e outras organizações da sociedade civil têm proporcionado mecanismos de discussão das questões relacionadas às UC's

com outros setores da sociedade, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais, as colônias de pescadores, associações de operadores de turismo, além de diversos grupos informalmente organizados. Apesar dos aspectos positivos das alianças que surgem, inclusive estimulando uma maior preocupação e participação do poder municipal nas questões ambientais, estas são frágeis e notoriamente momentâneas. É evidente a carência de profissionais capazes de desenvolver técnicas mais apropriadas de envolvimento das comunidades próximas às unidades de conservação, sejam estas de origem urbanas ou rurais, para assegurar a consolidação e sedimentação política e social dessas relações.

Programa de Fiscalização e Monitoramento da Cobertura Florestal

302. A atividade de fiscalização e monitoramento no Corredor Central da Mata Atlântica é deficiente quanto a infra-estrutura e disponibilidade de recursos humanos e financeiros. Em termos gerais, a fiscalização tem sido conduzida de forma localizada, pelo IBAMA, e exercida timidamente também pela polícia ambiental dos estados da Bahia e Espírito Santo, onde as autuações ocorrem, comumente, em resposta a denúncias esporádicas, não havendo um mecanismo permanente de monitoramento preventivo e intensivo.

303. O Departamento de Desenvolvimento Florestal (DDF) do estado da Bahia está se estruturando para assumir, como um de seus objetivos, o papel de órgão fiscalizador e controlador das atividades florestais do estado. O DDF está criando escritórios regionais de fiscalização e um núcleo de profissionais treinados em sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto para o monitoramento da cobertura florestal. O Centro de Recursos Ambientais-CRA, outro órgão ambiental do estado, com apoio do Banco Mundial e o Ibama, dentro do Programa Nacional do Meio Ambiente, está conduzindo o Programa de Gerenciamento Costeiro da Bahia. Esse Programa fornecerá também importantes informações através do seu componente de macrozoneamento que é composto por um sistema de informações de gerenciamento costeiro (SIGERCO).

304. No estado do Espírito Santo, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SEDESU) vem desenvolvendo um programa de cadastramento e formação de banco de dados georeferenciados das UC's no estado, em todos os níveis administrativos, incluindo as áreas florestais tombadas pelo projeto de proteção à Mata Atlântica. O projeto visa também a fiscalização e monitoramento florestal via geoprocessamento de dados. Um outro projeto piloto está sendo realizado no município de Aracruz, com a atualização dos mapeamentos realizados em 1984 e 1988. Está em discussão também a aplicação destas informações e viabilidade de co-gestão das atividades de monitoramento com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF) e a Polícia Ambiental.

305. Além das atividades dos órgãos estaduais mencionadas acima, o Projeto Parques e Reservas estará trabalhando também com as organizações

não-governamentais e as empresas que possuem excelente trabalho nessa área. A Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com o IBAMA e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais -INPE, concluíram em 1990, o “Atlas dos Remanescentes Florestais do Domínio da Mata Atlântica”, em escala 1:1.000.000. Posteriormente, foi apresentada a evolução dos remanescentes florestais, entre os anos de 1985 e 1990, na escala 1:250.000, para alguns estados. Dentre estes estão os estados da Bahia e o Espírito Santo. Este estudo é uma das principais referências para a monitoramento da Mata Atlântica dentro do Corredor Central, e continua a ser aprimorado com novas técnicas (análise de imagens de satélite por meio digital, mapeamento das UC’s, conversão dos dados para ARC/INFO, etc.). Análises mais refinadas, em áreas específicas, serão necessárias para melhor orientar as estratégias nas diferentes sub-regiões do Corredor, como vem fazendo o Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia na costa da região Cacaueira, entre Itacaré e Canavieras, e a Veracruz Florestal na região de Porto Seguro.

Programa de Pesquisas Regionais

306. A região compreendida pelo corredor da Mata Atlântica Central tem sido alvo de diversos programas de pesquisas e de investigações isoladas, muito embora heterogêneas em escopo e distribuição geográfica, ao longo dos últimos 20 anos. Um levantamento recente demonstra que, enquanto algumas áreas foram objeto de estudos e inventários biológicos bastante significativos, outras permanecem essencialmente desconhecidas.

307. Áreas hoje sujeitas a inventários biológicos mais intensivos têm revelado o alto nível de desconhecimento sobre a biodiversidade da região, sempre produzindo novas espécies e taxa desconhecidos para a ciência, assim como um altíssimo grau de riqueza e endemismo locais. Portanto, faz-se necessário o estímulo à avaliação da diversidade regional, de modo a melhor identificar as áreas prioritárias para a conservação de diversidade biológica, objetivo principal do Projeto Parques e Reservas. Ressalta-se ainda que a grande lacuna na área de investigação é a falta de programas de pesquisa que busquem elucidar questões ligadas à dinâmica da paisagem, à interdependência entre as diferentes áreas protegidas e os remanescentes florestais, além daqueles pertinentes aos aspectos sócio-econômicos e culturais que influenciam os padrões de uso da terra ao longo do corredor. Nesse sentido, estão também sendo previstas para o projeto a execução de pesquisas em recuperação de áreas degradadas e sobre os níveis de intercâmbio florístico e faunístico em paisagens com diferentes graus de conectividade. O objetivo dessa última linha de investigação é a determinação do níveis mínimos de conectividade necessários para propiciar elementos de ligação inter e intra-núcleos prioritários no corredor.

DESCRIÇÃO DAS SUB-REGIÕES NUCLEARES OU PRIORITÁRIAS NO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

Sub-Região Nuclear do Eixo APAE Costa de Itacaré/Serra Grande ↔ Estação Experimental Canavieiras

308. A área é um importante centro, em nível mundial, de diversidade de espécies de vários grupos taxonômicos, como os primatas, répteis, formigas e uma variedade de outras plantas e animais. Em inventários biológicos recentes, botânicos da CEPLAC e do *New York Botanical Garden* obtiveram um dos maiores registros em termos de número de espécies de árvores por hectare (cerca de 450), incluindo quinze espécies novas para a ciência em uma única área amostral. O Parque Estadual da Serra do Condurú e a Reserva Biológica de Una são as unidades de conservação oficiais e mais importantes na região, totalizando 14.000 hectares de hábitat protegido.

309. A cultura cacaueteira, atividade predominante na região, tem contribuído historicamente para a manutenção dos maiores remanescentes florestais da Mata Atlântica da região nordeste. Os cacauicultores sempre conservaram áreas de mata em suas propriedades como reserva de madeira que é utilizada na secagem do cacau, além de manterem áreas de mata que serviriam para o estabelecimento de futuras plantações. Parte da floresta também era protegida através do sistema tradicional de plantio do cacau - as cabruças. Neste sistema, o cacau é plantado nas áreas de mata, que proporcionam o sombreamento necessário ao cultivo. Essa prática permitiu a manutenção de uma cobertura florestal considerável nesse eixo, formando corredores florestais importantes para a possibilidade de circulação de indivíduos ou propágulos das espécies da fauna e flora entre os remanescentes. Entretanto, a exploração madeireira e o colapso nos preços do cacau, fez com que os produtores reduzissem as porções de matas em suas propriedades, em busca de rápida capitalização. O desmatamento nos habitats adjacentes às áreas protegidas tem ameaçado deixar as unidades isoladas e comprometidas em sua capacidade de manter populações viáveis da fauna e flora local.

310. A necessidade de proporcionar a devida proteção a esta região, fundamentam-se nas conclusões do *Workshop* "Prioridades para a Conservação da Mata Atlântica do Nordeste". O evento, realizado em 1993, indicou quatro áreas prioritárias de importância biológica extremamente alta nesse eixo, em diagnóstico elaborado por mais de 50 especialistas.

Áreas protegidas do eixo APAE Costa de Itacaré/Serra Grande ⇔ Estação Experimental Canavieiras

	Categoria Nominal	Nome Oficial	Área (ha)	Entidade Administradora	Município	Estado
1	APAE	Costa de Itacaré / Serra Grande	14.925	Codetur / BA	Ubaitaba	BA
2	APAE	Lagoa Encantada	1.800	Codetur / BA	Ilhéus	BA
3	PE	Serra do Condurú	7.000	DDF / BA	Itacaré	BA
4	REBIO	Una	7.059	Ibama	Una	BA
5	EEX	Djalma Bahia	145	Ceplac	Una	BA
6	EEX	Lemos Maia	170	Ceplac	Una	BA
7	EEX	Canavieiras	500	Ceplac	Canavieiras	BA
		Total	31.599			

Sub-Região Nuclear do Eixo APAE Santo Antônio ⇔ Parque Nacional de Monte Pascoal

311. A industrialização da madeira e a criação de gado bovino contribuíram para o desmatamento extensivo no extremo sul da Bahia, resultando no cenário de degradação de áreas biologicamente prioritárias mais preocupante dentro do Corredor da Mata Atlântica Central. O Eixo proposto apresenta os mais importantes remanescentes de Mata Atlântica do extremo sul do estado. Essa região é um dos principais pólos turísticos do estado, contando com excelente infraestrutura hoteleira e grande potencial para o desenvolvimento do ecoturismo.

312. Existem seis áreas protegidas no eixo, em quatro categorias distintas: uma unidade de proteção integral, uma reserva privada, uma estação experimental e três unidades de uso direto. Além disso, o Eixo abrange duas iniciativas regionalmente importantes: o Museu Aberto do Descobrimento, projeto em desenvolvimento pelas comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, e a área do grupo indígena Pataxó, vizinho ao PARNA Monte Pascoal. O *Workshop* "Prioridades para a Conservação da Mata Atlântica do Nordeste" indicou cinco áreas prioritárias para a região, sendo quatro de importância extremamente alta.

Áreas protegidas do eixo APAE Santo Antônio ↔ Parque Nacional de Monte Pascoal

	Categoria Nominal	Nome Oficial	Área (ha)	Entidade Administradora	Município	Estado
1	APAE	Santo Antônio	2.300	Codetur / BA	Santa Cruz de Cabralia	BA
2	APAE	Coroa Vermelha	4.100	Codetur / BA	Porto Seguro	BA
3	APAE	Caraíva / Trancoso	31.900	Codetur / BA	Porto Seguro	BA
4	Estação	Veracruz	6.069	Veracruz Florestal	Porto Seguro	BA
5	EEX	Pau Brasil	1.145	Ceplac	Eunápolis	BA
6	PARNA	Monte Pascoal	22.500	Ibama	Porto Seguro	BA
		Total	68.014			

Sub-Região Nuclear do Eixo REBIO Córrego do Veado ↔ Delta do Rio Doce

313. Essa é uma região essencialmente coberta pela Mata de Tabuleiros, tendo como área focal o complexo formado pela REBIO Sooretama e Reserva Florestal de Linhares, um dos mais importantes remanescentes de toda a Mata Atlântica. A base da economia nessa região é a pecuária mista de caráter extensivo, destacando-se o rebanho bovino, e as culturas de café, cacau, e a fruticultura tropical. A fragmentação do hábitat, a caça e os incêndios florestais são um dos principais problemas a serem enfrentados no eixo proposto.

314. O *Workshop* "Prioridades para a Conservação da Mata Atlântica do Nordeste" indicou a região do delta do rio Doce e do complexo REBIO Sooretama/Reserva Florestal de Linhares, como áreas prioritárias de importância biológica extremamente alta, e sete outras áreas menores mas também prioritárias para a conservação.

Áreas protegidas do eixo REBIO Córrego do Veado ↔ Delta do Rio Doce

	Categoria Nominal	Nome Oficial	Área (ha)	Entidade Administradora	Município	Estado
1	REBIO	Córrego do Veado	2.392,00	Ibama	Pinheiros	ES
2	REBIO	Córrego Grande	1.504,00	Ibama	Conceição da Barra	ES
3	PE	Itaúnas	3.150,00	Sedesu / Idaf-ES	Conceição da Barra	ES
4	FLONA	Rio Preto	2.830,63	Ibama	Conceição da Barra	ES
5	REBIO	Sooretama	24.250,00	Ibama	Sooretama	ES
6	RF	Linhares	21.787,00	Cia Vale Rio Doce	Linhares	ES
		Total	55.913,63			

Sub-Região Nuclear do Eixo RPPN Morro da Vargem ↔ Estação Biológica de São Lourenço

315. A região Serrana do estado do Espírito Santo ainda possui trechos significativos de Mata Atlântica. Somente no município de Santa Teresa, indicado como uma das áreas prioritárias do Corredor da Mata Atlântica Central, existem cerca de 25.000 hectares de matas nativas, o que corresponde a 40% de seu território. As unidades de conservação da região totalizam aproximadamente 5.000 hectares, estando o restante dos remanescentes em propriedades privadas.

316. A região tem merecido especial atenção na comunidade científica em virtude do anúncio, no final de 1996, do registro da maior diversidade de espécies arbóreas observada até então em todo o planeta. Segundo o estudo, em apenas um hectare, foram encontradas 476 espécies arbóreas, pertencentes a 178 gêneros e 66 famílias. Outro aspecto interessante é que das espécies registradas, 104 foram encontradas pela primeira vez na Mata Atlântica. Também foram encontradas cinco espécies novas e, possivelmente, um gênero novo para a ciência, que estão sendo descritos. Estes dados são coerentes com os estudos anteriores do Prof. Keith Brown, da Unicamp (Universidade de Campinas), que aponta essa região como uma das mais importantes da Mata Atlântica em termos de diversidade e endemismos de espécies.

317. A região já possui alguma tradição de pesquisa, que se iniciou a partir da fundação do Museu de Biologia Mello Leitão em 1949. O MBML tem exercido um papel fundamental no aumento do conhecimento sobre a biodiversidade da região serrana espiritosantense, sendo responsável pelo plano de desenvolvimento de um Centro de Pesquisa e Conservação da Mata

Atlântica em Santa Teresa, que prevê a parceria de várias instituições públicas e privadas e a implementação de estratégias estabelecidas em diferentes programas: biodiversidade; recursos hídricos, Educação Ambiental e Ecoturismo.

Áreas protegidas do eixo RPPN Morro da Vargem ↔ Estação Biológica de São Lourenço

	Categoria Nominal	Nome Oficial	Area (ha)	Entidade Administradora	Município	Estado
1	RPPN	Morro da Vargem	100	Aoki Empreendimentos	Ibiraçu	ES
2	APAE	Pico do Goiapaba - Açú	3.740	Sedesu / ES	Fundão	ES
3	REBIO	Augusto Ruschi	3.600	Ibama	Santa Tereza	ES
4	EB	Santa Lúcia	400	MBML	Santa Tereza	ES
5	EB	São Lourenço	22	MBML	Santa Tereza	ES
		Total	7.862			

11.2. INDICADORES

318. Como evidenciado na seção sobre os indicadores globais do projeto, pretende-se que os mesmos sejam englobados em três categorias, perfazendo as áreas de gestão do projeto em suas diferentes dimensões, a área sócio-econômica e a área de bio-indicadores de qualidade ambiental. Os parâmetros específicos em cada categoria deverão ser melhor identificados e testados ao longo do desenvolvimento do projeto.

318. Não obstante o exposto acima, sugere-se que para o monitoramento do progresso da execução dos componentes previstos no projeto, sejam levados em consideração os seguintes parâmetros a serem mensurados no âmbito do Corredor Central da Mata Atlântica: (a) grau de conhecimento dos objetivos e ações do Projeto Parques e Reservas, além do apoio e envolvimento dos atores locais. Esse parâmetro poderá ser estimado utilizando-se técnicas padrão de pesquisa de opinião; (b) incremento no nível de informação sobre os elementos constituintes do corredor, particularmente as unidades de conservação alvo do projeto, através da difusão do projeto por meio de publicações e atividades de *outreach*, tanto *in situ* quanto em comunidades vizinhas às áreas protegidas; (c) incremento na extensão de habitat florestal de boa qualidade sob proteção, particularmente através da criação de um número significativo de RPPN's em sítios estratégicos ao longo do corredor; (d) melhoria no *status* de conservação de populações de espécies indicadoras representativas da fauna e flora locais; (e) maior investimento em unidades de conservação por parte dos agentes detentores do domínio das áreas (i.e.,

governos estaduais e municipais, Ibama); (f) criação de espaços adicionais para a discussão e resolução de conflitos relacionados à conservação e uso da diversidade biológica, além daqueles ligados à questão ambiental de modo geral (e.g., Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Departamentos e Secretarias de Meio Ambiente, Redes Locais de Organizações da Sociedade Civil, etc.).

319. Por fim, os resultados esperados, contidos no Marco Lógico desenvolvido para o Corredor Central da Mata Atlântica, podem fornecer parâmetros adicionais de monitoramento do sucesso das distintas etapas do projeto.

11.4. RISCOS

320. As possíveis dificuldades para o desenvolvimento do projeto, no que se refere à implantação do Corredor Central da Mata Atlântica, já foram mencionados da descrição dos riscos gerais. São particularmente relevantes aqueles de natureza político-gerencial, aliados a carência de informações sobre a ecologia de algumas regiões-chave. Ainda mais relevante para a análise da viabilidade das intervenções propostas pelo projeto nesse corredor é a identificação dos principais conflitos regionalmente definidos e já sedimentados, e o avanço nas propostas para sua resolução.

321. A matriz 1, que pode ser encontrada no final dessa seção, foi gerada no *Workshop* de Porto Seguro e apresenta em detalhe os principais conflitos e ameaças à integridade do corredor, particularmente às unidades de conservação, que devem ser endereçados para assegurar as metas do projeto. Esses conflitos são ligados à exploração não-regulada de recursos naturais, turismo desordenado, além dos projetos de desenvolvimento e infra-estrutura que não incorporam a questão ambiental e a biodiversidade em níveis considerados adequados.

322. O exame dessa matriz deixará claro que existem algumas dificuldades já identificadas, que podem colocar em risco a execução de componentes específicos do projeto. Na região cacaeira, existem conflitos de natureza geral, dentre eles aqueles entre o CONDER e a CODETUR sobre aspectos gerenciais e competências na fiscalização das APA's. São claras as expectativas frustradas e a falta de credibilidade do instrumento por parte da comunidade devido à falta de implementação efetiva das APAs após a sua decretação. Existem ainda disputas sobre direitos sobre a terra em várias áreas indígenas, essencialmente por falta de demarcação de áreas sob seu domínio, o que resulta em invasões de áreas por grileiros. O Movimento dos Sem Terra tem também reclamado áreas de Mata Atlântica para fins de reforma agrária, algumas abrigando remanescentes de floresta primária extremamente prioritários para conservação. É ainda notória a falta de

fiscalização sobre a atividade madeireira, que resulta em conflitos entre ONG's, autoridades ambientais e proprietários de terra.

323. Foram ainda evidenciados problemas mais especificamente ligados a unidades de conservação. Por exemplo, na Reserva Florestal Estadual Wenceslau Guimarães são comuns as invasões por posseiros, resultando em embates entre estes e a agência administradora do parque (DDF). Na REBIO de Una existem ainda posses no interior da reserva, sendo comum sua invasão por caçadores e trabalhadores que se dedicam à atividade extrativista.

324. No extremo sul da Bahia, há um desentendimento claro entre a FUNAI e o IBAMA com relação à atual dinâmica do uso da terra pelos índios Pataxós, que possui claras repercussões para a qualidade ambiental dos remanescentes florestais da região. O IBAMA tem ainda enfrentado com pouco sucesso o avanço dos empreendimentos imobiliários, e tem sido pouco efetivo na repressão ao comércio de animais silvestres, prevalente principalmente em Itabela, Porto Seguro e Eunápolis, além da porção baiana da BR-101. Os conflitos com o setor privado, quase sempre potencializados pelas ONG's, são também relevantes nessa região do corredor. São exemplos claros os embates recentes com a Veracruz Florestal e com a própria Aracruz, na implantação de projetos de grande magnitude na área de produção de celulose.

325. Na APA de Coroa Vermelha são claras as divergências entre comunidades indígenas e governo do Estado, motivadas pela falta da demarcação da área. Na APA de Santo Antônio ainda não avançaram as discussões entre governo baiano e sociedade local na elaboração do plano de manejo. A efetiva implantação da APA de Trancoso/Caraivas está dependente de acordos com as comunidades de Arraial da Ajuda e Caraívas, em franca expansão, além de entendimentos com o CODETUR. Finalmente, no PARNAM de Abrolhos existem divergências significativas entre empresas de navegação que exploram o turismo na região e o IBAMA, que divergem quanto à capacidade de carga da UC para essa atividade.

326. São ainda relevantes os conflitos identificados na porção do Espírito Santo abrangida pelo corredor. Dentre estes estão as divergências entre os órgãos ambientais e comunidades de pescadores e extrativistas, entre o estado e a indústria imobiliária, e entre o IBAMA e pecuaristas na zona tampão das REBIOS de Sooretama, Córrego do Veado e Córrego Grande.

327. Não obstante as dificuldades levantadas para o cumprimento das metas do projeto, o desenho do mesmo leva em consideração a necessidade de se intervir nesses cenários regionais, buscando soluções que conciliem os diversos interesses e ao mesmo tempo permitam iniciar o processo do estabelecimento do corredor através de diversas etapas, na medida em que se superem as barreiras locais.

11.4. ATIVIDADES DE CADA COMPONENTE

328. Nessa seção são detalhadas as atividades consideradas prioritárias para implementação nas áreas-alvo selecionadas no âmbito do Corredor Central da Mata Atlântica. As atividades foram identificadas com base nas informações coletadas ao longo do processo de elaboração do projeto, constantes das Matrizes 2, 3 e 4, que podem ser encontradas no final da seção.

329. *Ações em Unidades de Conservação*

Reserva Florestal Estadual de Wenceslau Guimarães (Estadual)

Implantação de um sistema de vigilância; definição de sua situação fundiária devido a intensa pressão exercida por caçadores e posseiros; levantamentos e pesquisas prioritárias em biodiversidade e sócio-economia.

Área de Proteção Ambiental Estadual Costa de Itacaré / Serra Grande (Estadual) e Parque Estadual da Serra do Condurú (Estadual)

Delimitação e demarcação do Parque da Serra do Condurú; levantamentos e pesquisas prioritárias em biodiversidade e sócio-economia (Parque e APA); elaboração do plano de manejo preliminar do Parque; implantação de infra-estrutura e equipamento básico para o funcionamento do Parque; planejamento e estruturação do serviço de recepção ao turista e o público em geral (Parque e APA); implementação do zoneamento ecológico-econômico da APA Costa de Itacaré / Serra Grande; proposta de implementação da estrada-parque Itacaré-Serra Grande.

Reserva Biológica de Una (Federal)

Regularização da situação das famílias que ainda residem na parte norte da unidade; campanha de conscientização para as comunidades vizinhas; execução de estudos, levantamentos e pesquisas prioritárias em biodiversidade e sócio-economia; fortalecimento do serviço de fiscalização; reforma e ampliação de instalações.

Estação Veracruz (Privado) / Estação Experimental Pau Brasil (Federal)

Incentivo a produção de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica; estímulo ao desenvolvimento de pesquisas prioritárias em biodiversidade e sócio-economia.

Área de Proteção Ambiental Estadual Caraíva / Trancoso (Estadual)

Elaboração de zoneamento ecológico-econômico da APA Estadual Caraíva / Trancoso.

Parque Nacional de Monte Pascoal (Federal)

Regularização fundiária, envolvendo a integração institucional entre o Ibama e a FUNAI para solucionar os conflitos entre a unidade de conservação e a comunidade Pataxó; investimento em infraestrutura e recursos humanos para o atendimento aos turistas e ao público em geral; levantamentos e pesquisas prioritárias em biodiversidade e sócio-economia; fortalecimento do serviço de fiscalização; ampliação de instalações.

Matriz 1

Riscos e Ameaças às Unidades de Conservação do Corredor da Mata Atlântica Central.

UNIDADES	População		Exploração Madeireira	Outros Produtos Não-Madeireiros	Caça e/ou Pesca	Agricultura de Pequeno Porte	Agricultura de Médio / Grande Porte
	D ¹	F ²					
FEDERAIS							
PARNA Monte Pascoal	1.082 ³	34.780	Sim	Artesanato	Sim	Sim	Sim
PARNA Caparaó	5	7.923	Não	Plantas ornamentais	Sim	Sim	Não
PARNAM Abrolhos	20	19.763	Não	Corais e Algas ⁴	Sim	Não	Não
REBIO Augusto Ruschi	5	29.356	Não	Palmito	Sim	Não	Não
REBIO Una	40	23.757	Sim	Cacau	Sim	Sim	Não
REBIO Sooretama	5	119.790	Não	Palmito	Sim	Sim	Não
ESTADUAIS							
APAE Caraíva / Trancoso	3.000	34.780	Sim	Produtos do mar	Sim	Sim	Sim
APAE Costa de Itacaré / Serra Grande	2.000	18.431	Sim	Cacau, Piaçaba	Sim	Sim	Sim
APAE Ponta da Baleia / Abrolhos	1.500	19.763	Sim	Produtos do mar	Sim	Sim	Sim
PE Serra do Conduru	2.000	18.431	Sim	Cacau, Piaçaba	Sim	Sim	Sim
RFE Wenceslau Guimarães	500	17.254	Sim	Plantas ornamentais	Sim	Sim	Sim
NÃO-OFICIAIS							
Est. Biol Santa Lúcia	2	29.356	Não	Palmito	Sim	Não	Não
Est. Exp. Pau-Brasil	2	34.780	Não	Sementes, Palmito	Sim	Sim	Não
Estação Veracruz	4	34.780	Não	Sementes, Palmito	Sim	Sim	Não
RF Linhares	5	119.790	Não	Sementes, Palmito	Sim	Sim	Sim

¹ D = População Dentro da UC, em números estimados; ² F = População Fora da UC, no município-sede, com números do Censo de 1991 (IBGE).

³ População indígena da AI de Barra Velha; ⁴ Coleta de corais e destruição de algas / gramíneas pela ancoragem das embarcações de turismo.

Matriz 1 (continuação)

Riscos e Ameaças às Unidades de Conservação do Corredor da Mata Atlântica Central.

UNIDADES	Turismo Desordenado	Expansão Urbana	Vias de Transporte	Exploração de Areia / Seixos	Outras Perturbações
FEDERAIS					
PARNA Monte Pascoal ⁵	Não	Sim	BR-101, BR-498	Não	Conflitos fundiários com índios e FUNAI, queimadas
PARNA Caparaó	Sim	Não	BR-262	Não	Coleta de plantas, Conflitos fundiários
PARNAM Abrolhos	Sim	Não	Navegação marítima costeira	Não	Pesca predatória, poluição, coleta de corais
REBIO Augusto Ruschi	Não	Não	BR-101, BR-262	Não	Estradas internas, incêndios florestais
REBIO Una	Não	Não	BR-101, BA-001, BA-676	Não	Posseiros, incêndios florestais
REBIO Sooretama	Não	Não	BR-101, ES-358	Não	Malha de estradas vicinais
ESTADUAIS					
APAE Caraíva / Trancoso	Sim	Sim	BA-001, BR-101	Sim	Coleta de plantas
APAE Costa de Itacaré / Serra Grande	Sim	Sim	BA-001, BR-101	Sim	Invasões de Sem-Terra, estrada em construção
APAE Ponta da Baleia / Abrolhos	Sim	Sim	BA-001, BR-101	Sim	Pecuária extensiva
PE Serra do Conduru	Sim	Sim	BR-101, BA-655	Sim	Colonos-Sem-Terra, pecuária, queimadas
RFE Wenceslau Guimarães ⁵	Não	Não	BR-101	Sim	Pecuária, invasões de terra
NÃO-OFICIAIS					
Est. Biol Santa Lúcia	Não	Não	BR-101, BR-262	Não	Coleta de plantas
Est. Exp. Pau Brasil	Não	Sim	BR-101, BR-367	Não	Posseiros e assentamentos
Estação Veracruz	Não	Sim	BR-101, BR-367	Não	Posseiros e assentamentos
RF Linhares	Não	Não	BR-101	Não	Privatização da Vale do Rio Doce

⁵ Atualmente as unidades estão fechadas à visitação pública.

Área de Proteção Ambiental Estadual Ponta da Baleia-Abrolhos (Estadual) / Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (Federal) Campanha de conscientização do público sobre a importância do complexo de Abrolhos e dos ecossistemas costeiros; investimento em recursos humanos para o atendimento aos turistas e público em geral; execução de estudos, levantamentos e pesquisas prioritárias em biodiversidade e sócio-economia; aquisição de uma lancha para utilização em ambiente marinho; elaboração de zoneamento ecológico-econômico da APA Ponta da Baleia-Abrolhos; viabilizar a integração dos programas de turismo e desenvolvimento para a região (Programa de Gerenciamento Costeiro do Ministério do Meio Ambiente; Programa de Municipalização do Turismo; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - Sul da Bahia); fortalecimento do serviço de fiscalização.

Complexo Reserva Biológica de Sooretama (Federal) / Reserva Florestal de Linhares (Privado)

Retomar a discussão de um convênio entre as partes para a fiscalização conjunta das unidades; estender o programa de pesquisa da Reserva Florestal da Vale do Rio Doce para a REBIO de Sooretama e execução de estudos, levantamentos e pesquisas prioritárias em biodiversidade e sócio-economia; estabelecer um trabalho de educação ambiental na região; reforma de instalações na REBIO de Sooretama; manutenção do caráter de centro de pesquisa e área protegida nos objetivos da Reserva Florestal da Vale do Rio Doce, acordo a ser negociado com os novos controladores da empresa.

Reserva Biológica Federal Augusto Ruschi (Federal) / Estação Biológica de Santa Lúcia (Federal)

Execução de estudos, levantamentos e pesquisas prioritárias em biodiversidade e sócio-economia; fortalecimento e integração institucional para a implementação e execução dos diversos programas propostos; desenvolver uma campanha de conscientização na região; fortalecimento do serviço de fiscalização; equipamento e estruturação dos laboratórios e escritórios das unidades.

Parque Nacional do Caparaó (Federal)

Regularização fundiária; planejamento e estruturação do serviço de recepção ao turista e ao público em geral; levantamentos e pesquisas prioritárias em biodiversidade e sócio-economia; fortalecimento do serviço de fiscalização.

330. *Ações Gerais no Corredor Central da Mata Atlântica*

Programa de Estímulo à Criação de RPPN's

Identificar pelo menos uma organização não-governamental em cada sub-região do Corredor Central capaz de desenvolver programas, a longo prazo, de apoio às RPPN's; integrar as ações entre as organizações não-governamentais, o Ibama e os órgãos estaduais de meio ambiente; estimular a criação de RPPN's estaduais; estudar novas formas de incentivos aos proprietários de RPPN's; e realizar uma campanha de divulgação sobre as RPPN's.

Participação Comunitária no Corredor da Mata Atlântica Central

Com a finalidade de envolver as populações residentes nas UC's ou em sua zona-tampão (ou mesmo nas comunidades ou cidades da sua área de influência) será criado o Núcleo de Participação Comunitária do Corredor Central da Mata Atlântica. Este núcleo tratará de desenvolver trabalhos de participação política comunitária e representatividade (garantindo a participação destas pessoas na gestão do ambiente do qual dependem ou estão intimamente ligados), envolvimento dos moradores nos processos de fiscalização e vigilância, desenvolvimento social (coordenando as atividades de educação ambiental à nível regional e promovendo uma melhor relação entre as populações rurais e as autoridades municipais locais), e o desenvolvimento econômico (disseminando técnicas e capacitando recursos humanos no sentido da promoção de uso sustentado de recursos naturais locais e outras estratégias pouco impactantes de atividades econômicas de subsistência ou de complementação da renda domiciliar). O núcleo deverá abranger todo o corredor, e atuará em diferentes situações sócio-políticas, inclusive (quando necessário) em pleno ambiente urbano. Ele deverá ser coordenado por profissional da área de ciências humanas, com experiência em trabalhos de extensão rural, desenvolvimento e promoção social e, preferencialmente, com conhecimento da questão ambiental na Mata Atlântica. Este coordenador montará sua equipe entre educadores, extensionistas, sanitaristas, dentre outros, todos preferencialmente moradores na zona de influência do corredor.

Matriz 2

Pesquisa, Planejamento de Manejo, Pessoal, Vigilância e Infra-Estrutura Existentes nas Unidades de Conservação do Corredor da Mata Atlântica Central.

UNIDADES	Pessoal Alocado (a)	Vigilância (b)	Sem Plano	1 PM em Execução (c)			2 PAE (d)	PM Concluído (e)	PM Implementado	Estudos Esparsos	Infra-Estrutura Instalada (f)
				1	2	3					
FEDERAIS											
PARNA Monte Pascoal	2	1					X	X	Não	Sim	0
PARNA Caparaó	3	1						X	Não	Sim	1
PARNAM Abrolhos	3	1						X	Não	Sim	0
REBIO Augusto Ruschi	3	1	X						Não	Sim	1
REBIO Una	2	1	X						Não	Sim	1
REBIO Sooretama	2	1					X	X	Não	Sim	1
ESTADUAIS											
APAE Caraíva / Trancoso	1	1		X					Não	Sim	1
APAE Costa de Itacaré / Serra Grande	1	1		X					Não	Sim	1
APAE Ponta da Baleia / Abrolhos	1	1		X					Não	Sim	1
PE Serra do Conduru	---	---	X						Não	Sim	0
RFE Wenceslau Guimarães	---	---			X				Não	Sim	1
NÃO-OFICIAIS											
Est. Biol. Santa Lúcia	1	1	X						Não	Sim	1
Est. Exp. Pau Brasil	1	1	X						Não	Sim	2
Estação Veracruz	2	2				X			Não	Sim	2
RF Linhares	1	2				X			Não	Sim	2

LEGENDA: 1 PM=plano de manejo; 2 PAE=plano de ação emergencial; (a) Pessoal Alocado e (f) Infra-Estrutura Instalada: 0- Nenhum, 1- Insuficiente, 2- Suficiente; (b) Vigilância: 0- Não Existe, 1- Insuficiente, 2- Freqüente mas insuficiente, 3- Freqüente suficiente; (c) Nomenclatura do Ibama: 1- Fase 1: Visitas e levantamento bibliográfico, 2- Fase 2: AER (Avaliação Ecológica Rápida com levantamentos básicos), 3- Fase 3: Pesquisas direcionadas ao manejo; (d) PAE = Plano de Ação Emergencial; (e) PM = Plano de Manejo.

Matriz 3

Necessidades de Infra-Estrutura e Fortalecimento Institucional nas Unidades de Conservação do Corredor da Mata Atlântica Central.

UNIDADES	Postos de Vigilância Fixos	Outras Edificações (*)	Geradores	Mobiliário	Material de Escritório	Equipamento de Computação e Laboratórios	Equipamento de Camping/ Fiscalização	Comunicações			
								Fones Fixos	Fones Móveis	Rádios VHF	Walk-Talks
FEDERAIS											
PARNA Monte Pascoal	3	5	2	Sim	Sim	Sim	Sim	1	2	1	5
PARNA Caparaó	3	5	2	Sim	Sim	Sim	Sim	1	2	1	5
PARNAM Abrolhos	2	3	2	Sim	Sim	Sim	Sim		1	1	3
REBIO Augusto Ruschi	2	3		Sim	Sim	Sim	Sim	1			3
REBIO Una	2	3		Sim	Sim	Sim	Sim	1	1	1	5
REBIO Sooretama	2	2		Sim	Sim	Sim	Sim		1	1	5
ESTADUAIS											
APAE Caraíva / Trancoso	3			Não	Não	Não	Sim				
APAE Costa de Itacaré / Serra Grande	3			Não	Não	Não	Sim				
APAE Ponta da Baleia / Abrolhos	3			Não	Não	Não	Sim				
PE Serra do Conduru	2	9		Sim	Sim	Sim	Sim	1	2	1	5
RFE Wenceslau Guimarães	1	3		Sim	Sim	Sim	Sim	1	1	1	3
NÃO-OFICIAIS											
Est. Biol. Santa Lúcia				Não	Não	Não	Não				
Est. Exp. Pau Brasil				Não	Não	Não	Não				
Estação Veracruz				Não	Não	Não	Não				
RF Linhares				Não	Não	Não	Não				

* Outras Edificações: portaria, administração, residência para funcionários, centro de visitantes, alojamento, refeitório, laboratório de pesquisa e torres de incêndio.

Matriz 4

Cont. - Necessidades de Infra-Estrutura e Fortalecimento Institucional nas Unidades de Conservação do Corredor da Mata Atlântica Central.

UNIDADES	Meio de Transporte			Prestadores de Serviço	Equipamentos Audio-Visual	Verba para Custeio
	^a Veículo	Motocicleta	Barco			
FEDERAIS						
PARNA Monte Pascoal	2	3	1 ^b	Sim	Sim	Sim
PARNA Caparaó	1	3		Sim	Sim	Sim
PARNAM Abrolhos			1 ^c	Sim	Sim	Sim
REBIO Augusto Ruschi	2	1		Sim	Sim	Sim
REBIO Una	2	2		Sim	Sim	Sim
REBIO Sooretama	1			Sim	Sim	Sim
ESTADUAIS						
APAE Caraíva / Trancoso				Sim	Sim	Sim
APAE Costa de Itacaré / Serra Grande				Sim	Sim	Sim
APAE Ponta da Baleia / Abrolhos				Sim	Sim	Sim
PE Serra do Condurú	2	3		Sim	Sim	Sim
RFE Wenceslau Guimarães	1	2		Sim	Sim	Sim
NÃO-OFICIAIS						
Est. Biol. Santa Lúcia	2	1		Sim	Sim	Sim
Est. Exp. Pau Brasil				Sim	Sim	Sim
Estação Veracruz				Sim	Não	Não
RF Linhares				Sim	Não	Não

^a Veículo diesel tipo Pick-Up com tração 4 x 4 e/ou veículo leve a gasolina; ^b Barco padrão de alumínio, com motor de popa; ^c Lancha oceânica, com motor de 220 Hp diesel; ^d Projetor de slides, retroprojetor, filmadora, máquina fotográfica, TV e videocassete; ^e Material de consumo, combustível e diárias.

Programa de Fiscalização e Monitoramento da Cobertura Florestal

O Projeto Parques e Reservas pretende estabelecer um sistema de monitoramento e apoio à fiscalização no Corredor Central da Mata Atlântica. O sistema incluirá a geração de novas informações através da análise de imagens de satélite e outras formas de sensoriamento, e servirá como catalizador e integrador das diferentes iniciativas de monitoramento da cobertura florestal no âmbito Corredor, conduzidas pelos órgãos estaduais, ONG's e empresas.

331. *Programa de Pesquisas Regionais*

332. Durante o *Workshop* de Porto Seguro, o grupo temático que investigou as necessidades de pesquisa aplicada no âmbito do corredor e que identificou as principais instituições mais atuantes e capacitadas, produziu uma matriz indicativa de recomendações, cuja essência está reproduzida no quadro abaixo. No que tange às diretrizes básicas nessa área, recomenda-se que os programas de pesquisa sejam avaliados quanto à sua contribuição para a resolução dos problemas práticos associados à efetivação do corredor, disseminando os seus resultados em nível local e regional. Para tanto, sugere-se que os programas de pesquisa a serem contemplados pelo projeto privilegiem desenhos integrados e não-pontuais. Além disso, deve-se estimular o levantamento das grandes lacunas de conhecimento biológico, homogenizando o nível de informação ao longo de todo o corredor. A viabilização do componente de pesquisa do projeto deve ainda buscar a utilização de bolsas de pesquisa para promover a fixação de pesquisadores na região.

REGIÕES	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ESTUDOS, LEVANTAMENTOS E PESQUISAS PRIORITÁRIAS
Cacaueira Rio Jequiriçá - Rio Jequitinhonha	Reserva Florestal Estadual de Wenceslau Guimarães	- Descrição dos padrões atuais de uso de recursos naturais - Levantamentos florísticos e faunísticos - Estudo de redefinição dos limites da Reserva
	Parque Estadual da Serra do Condurú	- Levantamentos florísticos - Levantamentos de vertebrados e invertebrados indicadores - Levantamento geomorfológico - Diagnóstico sócio-econômico

Cacaueira Rio Jequiriçá - Rio Jequitinhonha	Reserva Biológica de Una	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamentos florísticos - Levantamento de vertebrados (pequenos mamíferos, aves, répteis e anfíbios) - Impacto do desmatamento em áreas vizinhas sobre habitats da unidade - Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas
	Estação Experimental Pau-Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de vertebrados - Diagnóstico florístico-sucesional
	APA Estadual Costa de Itacaré/Serra Grande	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamentos de flora e fauna - Estudo do impacto do desenvolvimento turístico - Estudo sobre ordenamento territorial da APA
Extremo Sul da Bahia Rio Jequitinhonha - Rio Mucuri	Parque Nacional de Monte Pascoal	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento florístico - Levantamento de vertebrados - Descrição das principais comunidades bióticas - Diagnóstico do uso da terra e de recursos naturais pela comunidade Pataxó
	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico do impacto do desmatamento e de outras atividades de origem antrópica sobre os ecossistemas marinhos do PARNA - Diagnóstico das tendências do fluxo

<p>Extremo Sul da Bahia Rio Jequitinhonha - Rio Mucuri (cont.)</p>	<p>APA Estadual Caraiva/Troncoso</p> <p>APA Estadual Ponta da Baleia/Abrolhos</p>	<p>turístico - Estudo sobre o uso de recursos pesqueiros pelas comunidades locais</p> <p>- Diagnóstico físico e biológico para ordenamento territorial - Diagnóstico sócio-econômico e turístico para ordenamento territorial</p> <p>- Diagnóstico físico e biológico para ordenamento territorial - Diagnóstico sócio-econômico e turístico para ordenamento territorial</p>
<p>Extremo Sul da Bahia Rio Jequitinhonha - Rio Mucuri</p>	<p>Estação Veracruz</p> <p>APA Estadual de Coroa Vermelha</p>	<p>- Estudos complementares para elaboração de Plano de Manejo</p> <p>- Estudo dos impactos das comunidades indígenas e expansão urbana sobre a biota</p>
<p>Norte do Espírito Santo Rio Mucuri - Rio Doce</p>	<p>Reserva Biológica de Sooretama</p> <p>Floresta Nacional Rio Preto</p>	<p>- Levantamento florístico - Levantamento de vertebrados e grupos indicadores de invertebrados - Estudo dos impactos da caça sobre as comunidades bióticas - Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas - Descrição dos padrões atuais de uso de recursos naturais - Levantamentos florísticos e faunísticos</p>

<p>Norte do Espírito Santo Rio Mucuri - Rio Doce (cont.)</p>	<p>Reserva Florestal de Linhares</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos complementares para elaboração de Plano de Manejo - Diagnóstico da sustentabilidade econômica e institucional da Reserva
<p>Serrana Rio Doce - Centro/Sul do ES</p>	<p>Estação Biológica de Santa Lúcia</p> <p>Reserva Biológica Augusto Ruschi</p> <p>Parque Nacional do Caparaó</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico da sustentabilidade econômica e social da Reserva - Estudos complementares para elaboração de plano de manejo - Levantamento florístico - Levantamento de vertebrados e grupos indicadores de invertebrados - Estudo dos impactos da caça sobre as comunidades bióticas - Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas - Estudos florísticos e faunísticos - Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas - Levantamento das tendências na área de turismo no PARNA - Estudos complementares para a revisão do plano de manejo

<p>Áreas Indígenas</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de impacto das populações indígenas sobre a biota - Inventários florísticos e faunísticos
<p>Outros Estudos no Âmbito do Corredor</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Complementação e atualização do levantamento de remanescentes florestais por imagens de satélite - Adaptação da metodologia de videografia aerotransportada para monitoramento do corredor - Complementação dos esforços do Projeto Tamar - Estudo regional do impacto da caça de subsistência e do comércio de animais sobre as comunidades naturais - Estudos regionais sobre recuperação de áreas degradadas e replantio de espécies nativas - Estudo sobre os níveis de intercâmbio florístico e faunístico em paisagens com diferentes graus de conectividade - Comparação quantitativa da biodiversidade de insetos sociais - Desenvolvimento de metodologias para monitorar parâmetros ligados à diversidade biológica

Ações nas Sub-Regiões ou Eixos Prioritários: Estratégia Inicial para a Formação do Corredor Central da Mata Atlântica

333. As atividades propostas neste componente, contemplam aquelas estabelecidas para serem desenvolvidas nas áreas protegidas e nas porções externas às unidades de conservação que abrangem as sub-regiões ou eixos prioritários já descritos. O principal objetivo é o de se estimular, desde o início do projeto, ações que promovam o incremento no grau de conectividade regional, particularmente a partir dessas sub-regiões com maior agregação de fragmentos, tendo como meta a longo prazo criar formas de integração física inter-núcleos como estratégia geral para a formação do Corredor Central da Mata Atlântica. Como mencionado anteriormente, essas áreas foram identificadas com base na distribuição regional de fragmentos florestais, que em muitos casos coincidem com a presença de uma densidade maior de áreas protegidas (ver Figura XX?). Portanto, a viabilização desses núcleos terá repercussões regionais diretas para a manutenção da biodiversidade, aumentando a área efetiva protegida.

Eixo APAE Costa de Itacaré/Serra Grande ↔ Estação Experimental Canavieiras

334. Será essencial o apoio do projeto para as fases que agora se iniciam na direção da efetiva implantação do Parque Estadual da Serra do Condurú, criado por decreto em fevereiro de 1997. Além disso, o projeto irá estimular projetos modelo na área de ecoturismo, particularmente através de treinamento de profissionais e fomento a iniciativas piloto nessa região. Será ainda relevante a realização de diagnósticos sócio-econômicos regionais, inventários biológicos das principais lacunas de conhecimento, o estímulo à criação de RPPN's a implementação de planos de manejo das APA's estaduais já criadas, além da produção regular de mapas de cobertura florestal e da localização dos principais fragmentos, com vistas a orientar os trabalhos de incremento de conectividade desse núcleo.

Eixo APAE Santo Antônio ↔ Parque Nacional de Monte Pascoal

335. Fomentar o trabalho integrado e cooperativo entre a Estação Experimental Pau Brasil e a Estação Vera Cruz, além de assegurar a proteção da porção florestal contínua ainda existente na propriedade pertencente à empresa Brasil-Holanda, de aproximadamente 18.000 hectares. Fomentar o estabelecimento de um protocolo de atuação conjunta por parte da Funai e Ibama nas áreas identificadas como críticas ao projeto, hoje alvo de conflitos institucionais, assim como procurar integrar as ações do projeto com aquelas previstas pela iniciativa do Museu Aberto do Descobrimento. Finalmente, estabelecer capacidade local para produzir mapas com frequência regular que indiquem a evolução dos remanescentes florestais da região.

Eixo REBIO Córrego do Veado ↔ Delta do Rio Doce

336. Fomentar a integração de ações entre a REBIO Sooretama e Reserva Florestal de Linhares, assim como criar mecanismos locais para a produção de mapas de remanescentes florestais que permitam a identificação daqueles mais relevantes para a formação do corredor e para a integração ecossistêmica desse eixo.

Eixo RPPN Morro da Vargem ↔ Estação Biológica de São Lourenço

337. Apoiar o desenvolvimento do Plano de Ação do Museu de Biologia Mello Leitão, particularmente em seus aspectos de pesquisa biológica e planejamento ambiental, incluindo o uso de técnicas de sensoriamento remoto para monitoramento da evolução dos remanescentes florestais. Como nos outros eixos, fomentar a criação de RPPN's em áreas estratégicas da região.

12. RESPONSABILIDADES NA MATA ATLÂNTICA

12.1. ORGANIZAÇÕES

338. Desde a concepção inicial do Projeto Parques e Reservas, foi evidenciada como condição essencial para a viabilidade das atividades previstas a participação efetiva de todos os atores relevantes em cada uma das regiões-alvo. Assim sendo, as metas a serem perseguidas nas áreas de conservação e uso sustentado da biodiversidade, partindo das etapas de planejamento e passando por aquelas de execução e monitoramento, prevê-se o envolvimento das agências de governo, das organizações da sociedade civil, do empresariado, dos institutos de pesquisa e ensino, além das comunidades locais que são usuários diretos dos recursos naturais. Além dos atores identificados ao longo do processo de planejamento do projeto, foi realizado um *Workshop* em Porto Seguro, Bahia, entre 20 e 23 de outubro de 1996, que conjuntamente com a divulgação do conceito geral dos corredores, procedeu a uma ampla consulta aos diversos representantes e líderes de organizações com experiência de trabalho e vivência na Mata Atlântica e suas áreas protegidas. Através desse processo, foram identificadas diversas instituições-chave que vêm atuando na região e que devem ser inseridas, desde o início, nas atividades do projeto.

339. No setor público federal foram destacados os papéis do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, FUNAI, CEPLAC, Museu Mello Leitão, INPE, INCRA, EMBRATUR, Universidades Federais da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, Museu Nacional e CNPq. No setor público estadual são atores relevantes o CRA (BA), DDF (BA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Espírito Santo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Unicamp, Superintendências Estaduais do IBAMA e BahiaTursa. Ressaltou-se também que, regionalmente, várias prefeituras têm tido atuação relevante na área ambiental e devem ser envolvidas sempre que possível nas atividades previstas.

340. Dado que vários dos fragmentos florestais ainda de tamanho significativo, e portanto essenciais para a estratégia de formação do Corredor Central da Mata Atlântica, pertencem a empresas ou particulares, o setor privado é um ator chave em algumas regiões-alvo das atividades previstas. São de particular relevância a Companhia Vale do Rio Doce (cujo comportamento ambiental sob os novos controladores deve ser acompanhado de perto), a Aracruz Florestal, a Veracruz Florestal (do Grupo Odebrecht), a Petrobrás, a Bralanda (Brasil-Holanda), a BahiaSul Celulose, e o Banco Real.

341. Os idealizadores do projeto consideram que o envolvimento da sociedade civil, em todas as suas formas associativas, é um elemento indispensável para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas. Isso é claro particularmente na região da Mata Atlântica, onde as ONG's e outras organizações da sociedade civil foram as precursoras dos movimentos de conservação da biodiversidade desse bioma, tendo sido em grande parte responsáveis pela conscientização pública e pela evolução no comportamento dos órgãos públicos para melhor lidarem com a questão ambiental. Após as fases iniciais caracterizadas pela luta pela preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e pelo aprimoramento nos sistemas de gestão das unidades de conservação, essas organizações são detentoras de grande parte do *know how* de projetos inovadores multi-setoriais na área ambiental. Dentre os principais atores relevantes desse setor, que deverão ser atraídos regionalmente para a execução do projeto estão as várias ONG's e suas redes, além das diversas associações comunitárias (colônias de pescadores, trabalhadores rurais, assentados, dentre outras) e comunidades indígenas.

324. No processo de consulta foram identificadas as seguintes organizações principais na região-alvo do Corredor Central da Mata Atlântica: Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a Rede de ONG's da Mata Atlântica, o Gamba, a Germen, o Ascae, a Cepedes, o Grama, o IESB, o Jupará, a Terra Viva, a Fase, a Sasop, o CPT da Zona Cacaueira, a ASPTA, o IPEMA, a Fundação SOS Mata Atlântica, a Conservation International do Brasil, o Fundo Mundial para a Natureza e a Fundação Biodiversitas.

12.2. FUNÇÕES

325. Também no *Workshop* de Porto Seguro foram identificadas e definidas possíveis funções a serem desempenhadas pelos distintos atores mencionados na seção anterior, incluindo a sua participação das várias atividades do projeto, desde os aspectos gerenciais e administrativos, até aqueles que dizem respeito a iniciativas a serem implementadas localmente. A tabela abaixo resume essas funções.

Descrição das principais atividades previstas para o projeto do Corredor da Mata Atlântica Central, e as funções a serem exercidas pelos diferentes atores. São ainda evidenciados os papéis a serem desempenhados pelas diversas organizações nas regiões-alvo do projeto.

ATIVIDADES PRINCIPAIS	PRINCIPAIS EXECUTORES EM PARCERIAS
Administração geral do Corredor	Coordenador do Corredor e Comitê de Acompanhamento do Corredor (a definir)
Fortalecimento das UC's federais existentes	Ibama, ONG's, Instituições de Ensino e Pesquisa
Fortalecimento das UC's estaduais existentes	DDF, CRA, IDAF, SEDESU, ONG's, Instituições de Ensino e Pesquisa
Criação de novas UC's	Ibama; DDF, CRA, IDAF, SEDESU, ONG's
Marketing sobre o Corredor, sistema de RPPN's e levantamento de fundos para sustentabilidade	Empresas especializadas no ramo
Fortalecimento e criação de RPPN's	Ibama, Rede de RPPN's (IPN), ONG's
Estudos, consultorias e banco de dados	Instituições de Ensino e Pesquisa, ONG's
Fiscalização e Monitoramento	Ibama, DDF, IDAF, Polícia Ambiental (BA e ES), ONG's
Participação Comunitária	Ibama, DDF, SEDESU, Prefeituras, Associações Comunitárias Locais, ONG's, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Comunidade Indígena etc.
Subregiões	
1. Cacaueira	UESC; UFMG; IESB; CI do Brasil; WWF; Fundação Pau-Brasil; Jupará; Fundação Biodiversitas; ASCAE; Gamba; Boto Negro; Grupo Caititu; Grama; Sasop; Ibama; DDF-BA; EMBRAPA; CEPLAC; Bahiaturisa
2. Extremo Sul da Bahia	UFBA; Aracruz Celulose; Veracruz Florestal; Bahia Sul; Petrobras; Cepedes; ASCAE; Instituto Baleia Jubarte; CI do Brasil; Gamba; Gaipa; CEPLAC; Ibama; DDF; EMBRAPA; Bahiaturisa
3. Norte do Espírito Santo	USP; UFES; CVRD; Aracruz Celulose; Ibama; EMBRAPA; SEDESU-ES; IDAF-ES, Museu de Biologia Mello Leitão

4. Serrana	UFES; IPEMA; Fundação Biodiversitas; Museu de Biologia Mello Leitão; Ibama; SEDESU-ES; IDAF-ES; IEF-MG; Aracruz Celulose
5. Costeira	UFBA; UFES; UFRJ; CI do Brasil; Corallus; Projeto Tamar; Ibama; DDF; Colônia de Pescadores; Bahiaturisa

326. Foram identificadas também algumas atividades do projeto, em seu componente do Corredor da Mata Atlântica Central, que podem proporcionar oportunidades de envolvimento das comunidades locais com as unidades de conservação:

- **Proteção e Fiscalização** - envolvimento de moradores locais da zona tampão das UC's em trabalhos de infra-estrutura, sinalização, viveiros e vigilância, sendo estes preferencialmente contratados; estimular a discussão com moradores antes de criar novas unidades.
- **Normas de Uso** - envolvimento da comunidade local na elaboração de planos de manejo das UC's e sua zona tampão; divulgação ampla dos planos de manejo e atividades dentro das UC's.
- **Agricultura sustentável com Corredores** - estimular projetos rurais que promovam corredores florestais na zona tampão, e que incrementem renda entre proprietários e trabalhadores rurais locais; estimular sistemas agroflorestais como usos da terra entre proprietários; estimular linhas de crédito especiais para proprietários na zona tampão; estimular ONG's que fornecem orientação técnica em zona tampão, comprometidas com os corredores.
- **Extrativismo** - estimular o poder público a fomentar programas de uso de produtos florestais não-madeireiros (piaçava; cipós; plantas medicinais etc.); fortalecer iniciativas que gerem/estimulem associações e cooperativas de artesãos-extrativistas.
- **Educação e Informação Ambiental** - envolvimento da comunidade local em projetos de educação ambiental em zona tampão de UC's; reproduzir iniciativas bem sucedidas de ONG's que já atuam em zona tampão; popularizar informações sobre biodiversidade e sobre as unidades de conservação para as populações sob influência das unidades.
- **Capacitação** - formação de líderes comunitários para conservação e gestão dos recursos locais; formação e técnicas participativas de co-gestão para moradores da zona tampão.
- **Regeneração Florestal** - estimular viveiros de mudas entre moradores e proprietários da zona tampão.
- **Gestão** - formação de conselhos locais de gestão das UC's envolvendo trabalhadores rurais, proprietários, representantes da sociedade civil local e poder público.
- **Monitoramento** - capacitar ONG's locais para auxiliar nas atividades de monitoramento das UC's e zonas-tampão.

- **Assentamentos de reforma agrária** - a participação da comunidade local e usuários dos recursos naturais deverá ser estimulada através de discussões entre lideranças dos principais movimentos da sociedade civil que cuidam dos direitos sobre a terra com o INCRA, e os órgãos ambientais competentes (Ibama, DDF, SEDESU), para compatibilizar os assentamentos dentro dos corredores; estimular o desenvolvimento de práticas agrícolas com tecnologias apropriadas.
- **Ecoturismo** - estimular o ecoturismo nas áreas de reserva legal das propriedades particulares, especialmente dentro das APA's; implantação de estradas na zona litorânea seguindo o conceito de estradas-parque.
- **Conselhos Municipais de Meio Ambiente / Conselhos das UC's** - considerar os conselhos locais, já existentes ou em formação, na forma dos conselhos municipais de meio ambiente, conselhos de gestão das APA's etc.; criar os conselhos consultivos para cada unidade de conservação do Corredor assegurando a participação da comunidade local.

13. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA

CORREDOR DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL	ANO 2a	ANO 2b	ANO 3a	ANO 3b	ANO 4a	ANO 4b	ANO 5a	ANO 5b
1. Operações Centrais, Administração e Conselho Deliberativo								
Contratação de pessoal administrativo	X	X						
Contratação de pessoal técnico	X	X						
Produção de relatórios (um por semestre)	X	X	X	X	X	X	X	X
Preparar as reuniões do Conselho Deliberativo (4 por ano)	X	X	X	X	X	X	X	X
2. Estudos, Consultorias e Banco de Dados								
Manutenção do banco de dados das UC's (federais, estaduais e municipais)	X	X	X	X	X	X	X	X
Contratação de consultores e elaboração de programas temáticos	X				X			
Elaboração de estudos para definir indicadores de biodiversidade	X				X			
Elaboração de estudos para indicadores sócio-econômicos	X				X			
Avaliação do sucesso de implantação e gerenciamento do projeto		X				X		X
Complementação e atualização do levantamento de remanescentes florestais por imagens de satélite	X	X						
Adaptação da metodologia de videografia aerotransportada para monitoramento do Corredor			X	X				
Complementação dos esforços do Projeto Tamar	X		X					
Estudo regional do impacto da caça de subsistência e do comércio de		X	X	X				

animais								
Estudos regionais sobre recuperação de áreas degradadas e replantio de espécies nativas	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa sobre o fluxo florístico e faunístico em paisagens c/ diferentes graus de conectividade	X		X					
Comparação quantitativa da biodiversidade de insetos sociais	X	X						
Desenvolvimento de metodologias para monitorar parâmetros ligados à diversidade biológica	X				X			
Diagnóstico e atividades de apoio ao ecoturismo	X	X	X	X				
Estudos em áreas indígenas	X	X	X	X				
Outros estudos (APAE Coroa Vermelha e Flona Rio Preto)	X	X						
3. Criação de Novas Unidades de Conservação (Parque Estadual da Serra do Condurú)								
Trabalho de extensão em educação ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X
Sistema de gerenciamento (Bases de Dados, GIS)	X	X						
Elaboração do plano de manejo preliminar		X	X	X				
Construção da residência para funcionários	X	X						
Construção de alojamentos para funcionários e pesquisadores eventuais		X	X					
Construção de laboratório, almoxarifado, pavilhão de manutenção, e reservatório de água	X	X						
Capacitação de funcionários e usuários em uso sustentado e fiscalização	X	X	X	X				
Levantamentos florísticos		X	X	X	X	X		
Levantamentos de vertebrados e invertebrados indicadores		X	X	X	X	X		
Levantamento geomorfológico		X	X	X	X	X		

Diagnóstico sócio-econômico	X	X	X	X				
4. Fortalecimento das UC's Federais Existentes								
4.1. Reserva Biológica de Una								
Trabalho de extensão em educação ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X
Reforma e ampliação de instalações	X	X	X	X				
Elaboração e distribuição de material de divulgação		X	X	X	X	X		
Capacitação de funcionários e usuários de recursos naturais	X	X	X	X				
Levantamentos florísticos		X	X	X	X	X		
Levantamento de vertebrados		X	X	X	X	X		
Estudos sobre o impacto do desmatamento em áreas vizinhas sobre habitats da unidade	X	X	X	X	X			
Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas	X	X	X					
4.2. Parque Nacional de Monte Pascoal								
Trabalho de extensão em educação ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X
Recuperação de instalações	X	X	X					
Instalação de placas de sinalização	X							
Elaboração e distribuição de material de divulgação		X		X		X		
Veiculação de programas de divulgação na mídia		X		X		X		
Construção de alojamento para pesquisadores	X	X						
Construção de um centro de pesquisa e laboratório	X	X						
Construção de área de lazer	X	X						
Construção de residências para funcionários	X	X						
Capacitação de funcionários e usuários em uso sustentado e fiscalização	X	X	X	X				

Levantamento florístico		X	X	X	X	X		
Levantamento de vertebrados		X	X	X	X	X		
Descrição das principais comunidades bióticas		X	X	X	X	X		
Diagnóstico sócio-econômico da comunidade Pataxó	X	X	X					
Diagnóstico do uso da terra e de recursos naturais pela comunidade Pataxó	X	X	X					
4.3. Parque Nacional Marinho de Abrolhos								
Trabalho de extensão em educação ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração e distribuição de material de divulgação	X	X	X	X	X			
Capacitação de funcionários e usuários de recursos naturais	X	X	X	X				
Diagnóstico do impacto do desmatamento e de outras atividades de origem antrópica sobre os ecossistemas marinhos da unidade	X	X	X					
Diagnóstico das tendências do fluxo turístico	X	X	X	X	X			
Estudo sobre o uso de recursos pesqueiros pelas comunidades locais	X	X	X					
4.4. Reserva Biológica de Sooretama								
Trabalho de extensão em educação ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X
Reforma de residências	X	X						
Capacitação de funcionários e usuários em uso sustentado e fiscalização	X	X	X	X				
Levantamento florístico		X	X	X	X	X		
Levantamento de vertebrados e grupos indicadores de invertebrados		X	X	X	X	X		
Estudo dos impactos da caça sobre as comunidades bióticas		X	X	X	X	X		
Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas	X	X	X					

4.5. REBIO Augusto Ruschi								
Trabalho de extensão em educação ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X
Capacitação de funcionários e usuários em uso sustentado e fiscalização	X	X	X	X				
Estudos complementares para elaboração de plano de manejo		X	X	X				
Levantamento florístico		X	X	X	X	X		
Levantamento de vertebrados e grupos indicadores de invertebrados		X	X	X	X	X		
Estudo dos impactos da caça sobre as comunidades bióticas		X	X	X	X	X		
Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas	X	X	X					
4.6. Estação Biológica de Santa Lúcia								
Diagnóstico da sustentabilidade econômica e social da Estação Biol. Santa Lúcia	X	X	X					
Estudos complementares para elaboração do plano de manejo	X	X	X					
Capacitação de funcionários e usuários em uso sustentado e fiscalização	X	X	X	X				
4.7. Parque Nacional do Caparaó								
Trabalho de extensão em educação ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X
Implantação de placas de sinalização	X							
Elaboração e distribuição de material de divulgação		X		X		X		
Capacitação de funcionários e usuários em uso sustentado e fiscalização	X	X	X	X				
Estudos florísticos e faunísticos		X	X	X	X	X		
Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas	X	X	X					
Levantamento das tendências na área de turismo na unidade	X	X	X	X				
Estudos complementares para elaboração de plano de manejo	X	X						

5. Fortalecimento das UC's Estaduais Existentes								
5.1. Reserva Florestal Estadual de Wenceslau Guimarães								
Capacitação de funcionários e usuários de recursos naturais	X	X	X	X				
Descrição dos padrões atuais de uso dos recursos naturais	X	X	X					
Levantamentos florísticos e faunísticos		X	X	X	X	X		
Estudo de redefinição dos limites da unidade	X	X						
5.2. APA Estadual Caraíva/Troncoso								
Elaboração de zoneamento ecológico-econômico	X	X						
Diagnóstico físico e biológico para ordenamento territorial	X	X	X					
Diagnóstico sócio-econômico e turístico para ordenamento territorial	X	X	X					
5.3. APA Estadual Costa de Itacaré/Serra Grande								
Elaboração de projeto de ordenamento territorial	X	X						
Levantamentos de flora e fauna		X	X	X	X	X		
Estudo do impacto do desenvolvimento turístico	X	X	X					
Estudo sobre ordenamento territorial da unidade	X	X	X					
5.4. APA Estadual Ponta da Baleia/Abrolhos								
Elaboração de zoneamento ecológico-econômico	X	X						
Diagnóstico físico e biológico para ordenamento territorial	X	X						
Diagnóstico sócio-econômico e turístico para ordenamento territorial	X	X						
6. Fortalecimento / Sustentação das UC's Privadas								

6.1. Reserva Florestal de Linhares								
Acompanhamento das atividades na unidade e integração com os objetivos do projeto do Corredor	X	X	X	X	X	X		
Diagnóstico da sustentabilidade econômica e institucional da unidade	X	X	X					
6.2. Reserva Florestal VeraCruz								
Acompanhamento das atividades na unidade e integração com os objetivos do projeto do Corredor	X	X	X	X				
Estudos complementares para elaboração de plano de manejo	X	X	X					
6.3. Estação Experimental Pau Brasil								
Acompanhamento das atividades na unidade e integração com os objetivos do projeto do Corredor	X	X	X	X				
Levantamento de vertebrados		X	X	X				
Dignóstico florístico-sucessional		X	X	X	X	X		
7. Sistema de Monitoramento e apoio à Fiscalização								
Contratação de pessoal técnico	X	X						
Contratação de consultoria na área de sensoriamento remoto		X		X		X		X
Interpretação de imagens de satélite	X	X	X	X	X	X	X	X
Realização de sobrevôos		X		X		X		X
Inspeção de campo e <i>ground truthing</i>	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção e divulgação de relatórios periódicos		X		X		X		X
8. Fortalecimento e Criação de RPPN's								
Contratação de pessoal técnico	X	X						
Contratação de consultoria		X		X				

Avaliação de qualidade ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X
Implantação e manutenção de base de dados	X	X	X	X	X	X	X	X
Serviço de apoio a proprietários de RPPN's	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção de material de divulgação	X	X	X	X	X	X		
Estudo para a identificação de RPPN's potenciais	X	X	X	X				
9. Participação Comunitária e Políticas Externas às UC's								
Contratação de pessoal técnico	X	X						
Atividades de participação comunitária e representatividade política	X	X	X	X				
Capacitação de líderes comunitários	X	X	X	X	X	X	X	X
Capacitação de usuários para o uso sustentado de recursos naturais	X	X	X	X	X	X	X	X
Trabalho de extensão em educação e informação ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X
Disseminação de técnicas pouco impactantes e alternativas econômicas	X	X	X	X	X	X	X	X
Divulgação do Corredor entre as comunidades urbanas e rurais	X	X	X	X	X	X	X	X

14. ORÇAMENTO MATA ATLÂNTICA

Orçamento em dólares (USD)

CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA											
1.0) ADMINISTRAÇÃO GERAL E OPERAÇÕES CENTRAIS	ANO 1- INV	ANO 1- REC	ANO 2- INV	ANO 2- REC	ANO 3 - INV	ANO 3 - REC	ANO 4 - INV	ANO 4 - REC	ANO 5- INV	ANO 5 - REC	SUBTOTALS
Pessoal											
Diretor Executivo do Corredor c/ obrigações trabalhistas (1)		120.000,00		120.000,00		120.000,00		120.000,00		120.000,00	600.000,00
Co-Diretor do Corredor c/ obrigações trabalhistas (1)		96.000,00		96.000,00		96.000,00		96.000,00		96.000,00	480.000,00
Secretária Executiva c/ obrigações trabalhistas (1)		48.000,00		48.000,00		48.000,00		48.000,00		48.000,00	240.000,00
Motorista e Auxiliar de Escritório c/ obrigações trabalhistas (1)		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00	75.000,00
Serviços de Contabilidade		6.000,00		6.000,00		6.000,00		6.000,00		6.000,00	30.000,00
Office Boy c/ obrigações trabalhistas (1)		3.600,00		4.000,00		4.400,00		4.400,00		4.400,00	20.800,00
Outras despesas administrativas		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00	75.000,00
Subtotal Pessoal		303.800,00		304.000,00		304.400,00		304.400,00		304.400,00	1.520.800,00
Equipamento Permanente											
Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4	30.000,00										30.000,00
Computadores Pentium (2)	6.000,00										6.000,00
Impressora Laser (1)	1.500,00										1.500,00
Impressora Jato de Tinta (1)	500,00										500,00
Scanner de Mesa (semi-profissional)	2.500,00										2.500,00
Slide Maker	2.000,00										2.000,00
Projektor de slides kodak carroussel	1.500,00										1.500,00
Retroprojektor	1.500,00										1.500,00

Câmera Fotográfica 35mm + lentes (20mm, 100-200mm, 35-80mm)	2.500,00		500,00							3.000,00	
Computador Laptop (1)	3.500,00									3.500,00	
Fotocopiadoras (1)	2.000,00		2.000,00		2.000,00		2.000,00			8.000,00	
Mobiliário de Escritório	1.000,00		1.000,00		1.000,00		1.000,00			4.000,00	
GPS (4)	1.000,00		1.000,00							2.000,00	
Fax e Linha telefônica	2.000,00									2.000,00	
Outros Equipamentos e Manutenção	3.500,00		3.500,00			3.500,00				10.500,00	
Subtotal Equipamento Permanente	61.000,00		8.000,00		3.000,00	3.500,00	3.000,00			78.500,00	
Material de Consumo											
Material de Escritório		2.500,00		2.500,00		2.500,00		2.500,00		2.000,00	12.000,00
Combustível (diesel)		1.500,00		1.500,00		1.500,00		1.500,00		1.500,00	7.500,00
Xerografia		1.500,00		2.500,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00	13.000,00
Subtotal Material de Consumo		5.500,00		6.500,00		7.000,00		7.000,00		6.500,00	32.500,00
Serviços											
Auditoria Independente		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00	50.000,00
Serviços de Terceiros		3.000,00		3.000,00		3.500,00		3.500,00		3.500,00	16.500,00
Aluguel /Manutenção de veículos		4.000,00		4.000,00		4.000,00		4.000,00		4.000,00	20.000,00
Serviços de Comunicações		4.000,00		4.000,00		4.000,00		4.000,00		4.000,00	20.000,00
Correios		1.500,00		1.500,00		1.500,00		1.500,00		1.500,00	7.500,00
Aluguel de Instalações Físicas		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00	50.000,00
Outros Serviços Públicos		3.000,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00	15.000,00

Produção de Relatórios Periódicos		3.000,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00	15.000,00
Subtotal Serviços		38.500,00		38.500,00		39.000,00		39.000,00		39.000,00	194.000,00
Viagens (Incluindo do Cons. Deliberativo)											
Passagens Aéreas Domésticas		8.000,00		8.000,00		8.000,00		8.000,00		8.000,00	40.000,00
Passagens Aéreas Internacionais		3.000,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00	15.000,00
Transportes Terrestres		2.500,00		2.500,00		2.500,00		2.500,00		2.500,00	12.500,00
Reuniões Conselho Deliberativo		20.000,00	20.000,00	20.000,00		20.000,00		20.000,00		20.000,00	120.000,00
Diárias Nacionais		10.000,00		8.000,00		8.000,00		8.000,00		8.000,00	42.000,00
Diárias Internacionais		4.000,00		4.000,00		4.000,00		4.000,00		4.000,00	20.000,00
Subtotal Viagens		47.500,00	20.000,00	45.500,00		45.500,00		45.500,00		45.500,00	249.500,00
Subtotal Administração do Corredor da Mata Atlântica Central	61.000,00	395.100,00	28.000,00	394.500,00	3.000,00	399.400,00	3.000,00	395.900,00		395.400,00	2.075.300,00
2.0) ESTUDOS, CONSULTORIAS E BANCO DE DADOS	ANO I - INV	ANO I - REC	ANO 2 - INV	ANO 2 - REC	ANO 3 - INV	ANO 3 - REC	ANO 4 - INV	ANO 4 - REC	ANO 5 - INV	ANO 5 - REC	SUBTOTALS
Consultorias Gerais											
Biodiversidade		5.000,00		5.000,00				5.000,00			15.000,00
Participação Comunitária e Socioeconomia		5.000,00		5.000,00				5.000,00			15.000,00
Políticas Públicas		5.000,00		5.000,00				5.000,00			15.000,00
Outras Consultorias (a serem discriminadas no processo)		10.000,00		10.000,00				10.000,00			30.000,00
Subtotal Consultorias Gerais		25.000,00		25.000,00				25.000,00			75.000,00
Avaliação e Monitoramento											
Elaboração de Estudos para Definir Indicadores de Biodiversidade				40.000,00				30.000,00			70.000,00
Elaboração de Estudos para Indicadores Sócio-											

econômicos			25.000,00				20.000,00			45.000,00
Avaliação do Sucesso de Implantação e Gerenciamento do Projeto			18.000,00				18.000,00		20.000,00	56.000,00
Subtotal Avaliação e Monitoramento			83.000,00				68.000,00		20.000,00	171.000,00
Pesquisas Prioritárias dentro das UC's										
Biodiversidade			115.000,00		100.000,00		100.000,00			315.000,00
Socioeconomia			70.000,00		57.000,00					127.000,00
Plano de Manejo / Zoneamento Territorial			70.000,00		70.000,00					140.000,00
Comunidade Indígena			63.000,00		50.000,00					113.000,00
Outros Estudos			94.000,00		80.000,00		50.000,00			224.000,00
Subtotal Pesquisas Prioritárias dentro das UC's			412.000,00		357.000,00		150.000,00			919.000,00
Pesquisas Regionais										
Complementação ao Mapeamento de Remanescentes Florestais	15.000,00		15.000,00							30.000,00
Adaptação da Metodologia de Videografia Aerotransportada					30.000,00					30.000,00
Complementação dos Esforços do Projeto Tamar			25.000,00		25.000,00					50.000,00
Impacto da Caça e do Comércio de Animais sobre a Fauna Regional			15.000,00		15.000,00					30.000,00
Recuperação de Áreas Degradadas e Replanteio de Espécies Nativas	70.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		30.000,00	250.000,00
Fluxo Florístico e Faunístico em Paisagens Fragmentadas			25.000,00		20.000,00					45.000,00
Comparação Quantitativa da Biodiversidade de Insetos Sociais			30.000,00							30.000,00
Diagnóstico e Atividades de apoio ao Ecoturismo	20.000,00		20.000,00		15.000,00					55.000,00
Subtotal Pesquisas Regionais	105.000,00		180.000,00		155.000,00		50.000,00		30.000,00	520.000,00
Manutenção do Banco de Dados das UC's Mata Atlântica										

Operadores, digitadores e equipamento		24.000,00	8.000,00	24.000,00		24.000,00		24.000,00		24.000,00	128.000,00
Subtotal Estudos, Consultorias e Banco de Dados		154.000,00	8.000,00	724.000,00		538.000,00		317.000,00		74.000,00	1.813.000,00
3.0) CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ANO I - NV	ANO I - REC	ANO 2 - NV	ANO 2 - REC	ANO 3 - INV	ANO 3 - REC	ANO 4 - INV	ANO 4 - REC	ANO 5 - INV	ANO 5 - REC	SUBTOTALS
Parque Estadual da Serra do Condurú											
Delimitação Preliminar da Área		15.000,00									15.000,00
Demarcação do Parque		35.000,00									35.000,00
Educação Ambiental		20.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00	80.000,00
Sistema de Gerenciamento (Bases de Dados, GIS)			35.000,00								35.000,00
Elaboração do Plano de Manejo Preliminar				35.000,00	30.000,00						65.000,00
Outros Serviços				5.000,00		5.000,00		4.000,00		4.000,00	18.000,00
Construção da Sede Administrativa	65.000,00										65.000,00
Construção de Residência para Funcionários	25.000,00		25.000,00								50.000,00
Alojamentos para Funcionários e Pesquisadores Eventuais			30.000,00		25.000,00						55.000,00
Laboratório, Almoarifado, Pavilhão de Manutenção, Reservatório de Água	45.000,00		35.000,00								80.000,00
Construção de Centro de Visitantes	60.000,00										60.000,00
Construção de Postos de Fiscalização (2)	40.000,00										40.000,00
Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4 (2)	30.000,00		30.000,00								60.000,00
Motocicletas Trail para Fiscalização (3)	10.000,00				5.000,00						15.000,00
Sistema de Rádio-Comunicação	10.000,00										10.000,00
Equipamento para Fiscalização e Combate a Incêndios	10.000,00		5.000,00		5.000,00						20.000,00
GPS (3)	1.000,00		500,00								1.500,00

Passagens Aéreas Domésticas				4.000,00		4.000,00		3.000,00		3.000,00	14.000,00
Diárias				3.000,00		3.000,00		2.500,00		2.500,00	11.000,00
Outras Despesas com Transporte				1.500,00		1.500,00		1.000,00		1.000,00	5.000,00
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)		3.000,00		3.000,00		3.000,00		1.500,00		1.500,00	12.000,00
Outros Equipamentos				1.000,00		1.000,00		1.000,00		1.000,00	4.000,00
Capacitação de Funcionários e Usuários de Recursos Naturais			10.000,00		10.000,00						20.000,00
Subtotal Criação do Parque Estadual da Serra do Condurú	298.000,00	73.000,00	170.500,00	67.500,00	75.000,00	32.500,00		28.000,00		28.000,00	770.500,00
4.0) FORTALECIMENTO DAS UC's FEDERAIS EXISTENTES	ANO I - INV	ANO I - REC	ANO 2 - INV	ANO 2 - REC	ANO 3 - INV	ANO 3 - REC	ANO 4 - INV	ANO 4 - REC	ANO 5 - INV	ANO 5 - REC	SUBTOTALS
Reserva Biológica de Una											
Vigilância e Fiscalização		15.000,00		15.000,00		15.000,00		12.000,00		12.000,00	69.000,00
Levantamento Fundiário		10.000,00									10.000,00
Demarcação da Unidade		10.000,00									10.000,00
Educação Ambiental		23.000,00		23.000,00		23.000,00		23.000,00		23.000,00	115.000,00
Manutenção de Veículos e Equipamentos		9.000,00		7.000,00		7.000,00		7.000,00		7.000,00	37.000,00
Produção de Material de Divulgação				15.000,00		10.000,00		10.000,00			35.000,00
Outros Serviços				3.000,00		3.000,00		3.000,00			9.000,00
Equipamento para Fiscalização e Combate a Incêndios				3.000,00		2.500,00		2.500,00		2.500,00	10.500,00
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)				2.400,00		2.400,00		2.400,00		2.400,00	9.600,00
Diárias				4.500,00		4.500,00		4.500,00		4.500,00	18.000,00
Passagens Aéreas Domésticas				1.500,00		1.000,00		1.000,00		1.000,00	4.500,00
Outras Despesas com Transporte				600,00		500,00		500,00		500,00	2.100,00

Reforma e Ampliação de Instalações	45.000,00		40.000,00		40.000,00					125.000,00
Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4	30.000,00									30.000,00
Veículo Leve a Gasolina					20.000,00					20.000,00
Sistema de Rádio-Comunicação	10.000,00		7.000,00							17.000,00
Equipamentos Complementares			5.000,00		5.000,00		5.000,00			15.000,00
Capacitação de Funcionários e Usuários de Recursos Naturais				10.000,00		10.000,00				20.000,00
Subtotal Reserva Biológica de Una	85.000,00	87.000,00	52.000,00	85.000,00	65.000,00	78.900,00	5.000,00	85.900,00		556.700,00
Parque Nacional de Monte Pascoal										
Vigilância e Fiscalização		18.000,00		18.000,00		18.000,00		16.500,00		87.000,00
Levantamento Fundiário		10.000,00								10.000,00
Equipamento para Fiscalização e Combate a Incêndios	14.000,00		10.000,00		5.000,00					29.000,00
Educação Ambiental		12.000,00		12.000,00		11.500,00		10.000,00		55.500,00
Manutenção de Veículos e Equipamentos				5.900,00		5.900,00		5.900,00		23.600,00
Manutenção de Estradas, Vias Internas e Cercas		13.750,00				13.750,00				41.250,00
Reforma e Ampliação de Instalações	20.000,00		15.000,00		15.000,00					50.000,00
Placas de Sinalização	4.000,00		2.000,00							6.000,00
Equipamento p/ o Centro de Informação Técnica	3.000,00									3.000,00
Produção de Material de Divulgação				15.000,00		12.000,00		10.000,00		37.000,00
Veiculação de Programas de Divulgação na Mídia				2.000,00		2.000,00		5.000,00		9.000,00
Outros Serviços				2.000,00		2.000,00		1.000,00		6.000,00
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)				12.000,00		12.000,00		11.000,00		45.000,00

Diárias				6.250,00		6.250,00		6.250,00		6.250,00	25.000,00
Passagens Aéreas Domésticas				3.750,00		3.750,00		3.750,00		3.750,00	15.000,00
Construção de Posto de Vigilância de Corumbá	28.000,00										28.000,00
Construção de Alojamento Para Pesquisadores			40.000,00								40.000,00
Construção de Centro de Pesquisa e Laboratório			20.000,00								20.000,00
Construção de Área de Lazer			20.000,00								20.000,00
Construção de Residências para Funcionários	24.000,00		24.000,00								48.000,00
Móveis e Equipamentos para o Posto de Corumbá	5.000,00										5.000,00
Móveis e Equipamentos para Alojamento de Pesquisadores			9.000,00								9.000,00
Móveis e Equipamentos para Centro de Pesquisa e Laboratório					7.000,00						7.000,00
Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4	30.000,00										30.000,00
Veículo Leve a Gasolina			20.000,00								20.000,00
Motocicletas Trail para Fiscalização (3)	10.000,00		5.000,00								15.000,00
Estação Meteorológica			11.500,00								11.500,00
Ampliação do Sistema de Rádio-Comunicação	10.000,00		5.000,00								15.000,00
Barco com Motor de Popa			10.000,00								10.000,00
Equipamentos Complementares			3.000,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00		12.000,00
Tanque de 1500 litros com Carreta			4.500,00								4.500,00
Capacitação de Funcionários e Usuários de Recursos Naturais				10.000,00		10.000,00					20.000,00
Subtotal Parque Nacional de Monte Pascoal	148.000,00	63.750,00	199.000,00	86.900,00	30.000,00	87.150,00	3.000,00	89.400,00	3.000,00	67.150,00	757.350,00
Parque Nacional Marinho de Abrolhos											

Vigilância e Fiscalização		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00	50.000,00
Educação Ambiental e Recepção de Visitantes		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00	75.000,00
Manutenção de Barcos e Veículos		7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00	37.500,00
Produção de Material de Divulgação				10.000,00		10.000,00		10.000,00			30.000,00
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)				4.500,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00	13.500,00
Lancha Oceânica	80.000,00										80.000,00
Capacitação de Funcionários e Usuários de Recursos Naturais				10.000,00		10.000,00					20.000,00
Subtotal Parque Nacional Marinho de Abrolhos	80.000,00	32.500,00		57.000,00		55.500,00		45.500,00		35.500,00	306.000,00
Reserva Biológica de Sooretama											
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)				6.900,00		6.900,00		6.900,00		6.900,00	27.600,00
Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4	30.000,00										30.000,00
Mobiliário	2.500,00		2.500,00		2.500,00						7.500,00
Ampliação do Sistema de Rádio-Comunicação	7.000,00		6.000,00		6.000,00						19.000,00
Equipamentos para Laboratório			5.000,00								5.000,00
Manutenção de Estradas, Cercas, Pontes e Aceiros		9.000,00				8.000,00				8.000,00	25.000,00
Educação Ambiental		9.000,00		9.000,00		9.000,00		9.000,00		9.000,00	45.000,00
Reforma de Residências	32.000,00		32.000,00								64.000,00
Capacitação de Funcionários e Usuários de Recursos Naturais				10.000,00		10.000,00					20.000,00
Subtotal Reserva Biológica de Sooretama	71.500,00	18.000,00	45.500,00	25.900,00	8.500,00	33.900,00		15.900,00		23.900,00	243.100,00
Reserva Biológica Augusto Ruschi											
Educação Ambiental		20.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00	80.000,00

Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4	30.000,00										30.000,00
Veículo Leve a Gasolina			20.000,00								20.000,00
Motocicleta Trail para Fiscalização	5.000,00										5.000,00
Computador Pentium			3.000,00								3.000,00
Impressora Jato de Tinta			500,00								500,00
Mobiliário	1.500,00		1.500,00		1.500,00						4.500,00
GPS (2)	1.000,00										1.000,00
Equipamento para Audio-Visual	5.000,00		3.000,00								8.000,00
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)				9.000,00		8.000,00		8.000,00		8.000,00	33.000,00
Outros Equipamentos			2.000,00		2.000,00		2.000,00		1.000,00		7.000,00
Construção de Posto de Vigilância	20.000,00										20.000,00
Manutenção de Equipamentos e Veículos				8.000,00		8.000,00		8.000,00		8.000,00	32.000,00
Sistema de Rádio-Comunicação	10.000,00		10.000,00								20.000,00
Passagens Aéreas Domésticas				3.000,00		3.000,00		2.500,00		2.500,00	11.000,00
Outras Despesas com Transporte				1.000,00		1.000,00		500,00		500,00	3.000,00
Diárias				2.000,00		2.000,00		1.500,00		1.500,00	7.000,00
Capacitação de Funcionários e Usuários de Recursos Naturais				10.000,00		10.000,00					20.000,00
Subtotal Reserva Biológica Augusto Ruschi	72.500,00	20.000,00	40.000,00	48.000,00	3.500,00	47.000,00	2.000,00	35.500,00	1.000,00	35.500,00	305.000,00
Estação Biológica de Santa Lúcia											
Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4	30.000,00										30.000,00
Veículo Leve a Gasolina			20.000,00								20.000,00

Motocicleta Trail para Fiscalização	5.000,00										5.000,00
Computador Pentium	3.000,00										3.000,00
Impressora Laser	1.500,00										1.500,00
Impressora Jato de Tinta	500,00										500,00
Mobiliário	1.500,00		1.500,00		1.500,00						4.500,00
GPS (2)	1.000,00										1.000,00
Equipamento para Audio-Visual	3.000,00		1.500,00								4.500,00
Equipamento Básico para Laboratório			2.000,00		2.000,00		1.000,00		1.000,00		6.000,00
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)				9.000,00		8.000,00		8.000,00		8.000,00	33.000,00
Construção de Centro de Vivência	20.000,00										20.000,00
Construção de Posto de Vigilância	20.000,00										20.000,00
Manutenção de Equipamentos e Veículos		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00	25.000,00
Passagens Aéreas Domésticas				3.000,00		3.000,00		2.500,00		2.500,00	11.000,00
Outras Despesas com Transporte				1.000,00		1.000,00		500,00		500,00	3.000,00
Diárias				2.000,00		2.000,00		1.500,00		1.500,00	7.000,00
Capacitação de Funcionários e Usuários de Recursos Naturais				10.000,00		10.000,00					20.000,00
Subtotal Estação Biológica de Santa Lúcia	85.500,00	5.000,00	25.000,00	30.000,00	3.500,00	29.000,00	1.000,00	17.500,00	1.000,00	17.500,00	215.000,00
Parque Nacional do Caparaó											
Vigilância e Fiscalização		12.000,00		12.000,00		12.000,00		12.000,00		12.000,00	60.000,00
Levantamento Fundiário		10.000,00									10.000,00
Educação Ambiental e Recepção de Visitantes		20.000,00		20.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00	85.000,00

Manutenção de Veículos		1.500,00		1.500,00		1.500,00		1.500,00		1.500,00	7.500,00
Manutenção de Instalações e Equipamentos		3.000,00		2.000,00		2.000,00		2.000,00		2.000,00	11.000,00
Manutenção de Estradas, Vias de Acesso e Trilhas Internas		10.000,00		10.000,00		5.000,00		3.000,00		3.000,00	31.000,00
Placas de Sinalização	1.500,00		1.500,00								3.000,00
Produção de Material de Divulgação				3.500,00		3.500,00		3.500,00			10.500,00
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)				11.000,00		9.700,00		9.000,00		9.000,00	38.700,00
Diárias				2.500,00		2.500,00		2.000,00		2.000,00	9.000,00
Passagens Aéreas Domésticas				1.000,00		1.000,00		1.000,00			3.000,00
Reformas no Centro de Visitantes	15.000,00										15.000,00
Construção de Postos de Vigilância (2)	48.000,00										48.000,00
Implantação de Trilhas Interpretativas		10.000,00									10.000,00
Sistema de Rádio-Comunicação	10.000,00		7.500,00								17.500,00
Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4			30.000,00								30.000,00
Equipamento para Centro de Visitantes	7.950,00										7.950,00
Estação Meteorológica					18.000,00						18.000,00
Capacitação de Funcionários e Usuários de Recursos Naturais				10.000,00		10.000,00					20.000,00
Subtotal Parque Nacional do Caparaó	82.450,00	68.500,00	39.000,00	73.500,00	18.000,00	62.200,00		49.000,00		44.500,00	435.150,00
Subtotal Fortalecimento das UC's Públicas Federais Existentes	539.450,00	257.750,00	375.500,00	376.300,00	125.000,00	374.650,00	10.000,00	281.200,00	4.000,00	259.450,00	2.603.300,00
6.0) FORTALECIMENTO DAS UC's ESTADUAIS EXISTENTES	ANO I - NV	ANO I - REC	ANO 2 - INV	ANO 2 - REC	ANO 3 - INV	ANO 3 - REC	ANO 4 - INV	ANO 4 - REC	ANO 5 - INV	ANO 5 - REC	SUBTOTAIIS
Reserva Florestal Estadual de Wenceslau Guimarães											
Vigilância e Fiscalização											

		12.000,00		12.000,00		12.000,00		12.000,00		12.000,00	60.000,00
Manutenção de Veículo				1.500,00		1.500,00		2.000,00		2.200,00	7.200,00
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)				5.000,00		5.000,00		4.000,00		4.000,00	18.000,00
Veículo Leve a Gasolina	20.000,00										20.000,00
GPS (1)	500,00										500,00
Capacitação de Funcionários e Usuários de Recursos Naturais				10.000,00		10.000,00					20.000,00
Subtotal Parque Estadual de Wenceslau Guimarães	20.500,00	12.000,00	-	28.500,00	-	28.500,00	-	18.000,00	-	18.200,00	125.700,00
APA Estadual Caraíva/Troncoso											
Elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico				80.000,00							80.000,00
Subtotal APA Estadual de Caraíva/Troncoso	-	-	-	80.000,00	-	-	-	-	-	-	80.000,00
APA Estadual Costa de Itacaré/Serra Grande											
Elaboração de Projeto de Ordenamento Territorial e Finalização da Proposta de Implantação da Estrada Parque Itacaré/Serra Grande		20.000,00		40.000,00							60.000,00
Subtotal APA Estadual Costa de Itacaré/Serra Grande	-	20.000,00	-	40.000,00	-	-	-	-	-	-	60.000,00
APA Estadual Ponta da Baleia/Abrolhos											
Elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico				70.000,00							70.000,00
Subtotal APA Estadual Ponta da Baleia/Abrolhos	-	-	-	70.000,00	-	-	-	-	-	-	70.000,00
Subtotal Fortalecimento das UC's Públicas Estaduais Existentes	20.500,00	32.000,00	-	218.500,00	-	28.500,00	-	18.000,00	-	18.200,00	335.700,00
6.0) FORTALECIMENTO / SUSTENTAÇÃO DAS UC's PRIVADAS	ANO I - INV	ANO I - REC	ANO 2 - INV	ANO 2 - REC	ANO 3 - INV	ANO 3 - REC	ANO 4 - INV	ANO 4 - REC	ANO 5 - INV	ANO 5 - REC	SUBTOTALS
Reserva Florestal de Linhares											
Contribuição para fundo de manutenção/sustentação da Reserva											
Florestal de Linhares, cujo patrimônio físico deverá ser											

incorporada											
em fundação privada sem fins lucrativos, no âmbito do processo de privatização da Cia. Vale do Rio Doce											
				350.000,00		350.000,00		350.000,00			1.050.000,00
Subtotal para a Reserva Florestal de Linhares	-	-	-	350.000,00	-	350.000,00	-	350.000,00	-	-	1.050.000,00
Estação Veracruz											
Contribuição para divulgação dos objetivos do Corredor no âmbito do programa de Conservação da Estação Veracruz, nas áreas de educação ambiental, pesquisa, manejo e produção de mudas											
		35.000,00		35.000,00		35.000,00					105.000,00
Subtotal para a Estação Veracruz	-	35.000,00	-	35.000,00	-	35.000,00	-	-	-	-	105.000,00
Estação Experimental Pau Brasil											
Contribuição Para Promoção dos Objetivos do Corredor no âmbito do Programa de Conservação da Estação Experimental Pau Brasil nas áreas de fiscalização, pesquisa, educação ambiental e produção de mudas											
		35.000,00		35.000,00		30.000,00					100.000,00
Subtotal para a Estação Experimental Pau Brasil	-	35.000,00	-	35.000,00	-	30.000,00	-	-	-	-	100.000,00
Subtotal Fortalecimento / Sustentação das UC's Privadas	-	70.000,00	-	420.000,00	-	415.000,00	-	350.000,00	-	-	1.255.000,00
7.0) SISTEMA DE MONITORAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO	ANO 1- INV	ANO 1- REC	ANO 2- INV	ANO 2- REC	ANO 3- INV	ANO 3- REC	ANO 4- INV	ANO 4- REC	ANO 5- INV	ANO 5- REC	SUBTOTAIIS
Técnico em Sensoriamento Remoto		54.000,00		54.000,00		54.000,00		54.000,00		54.000,00	270.000,00
Auxiliar Técnico em Sensoriamento Remoto		36.000,00		36.000,00		36.000,00		36.000,00		36.000,00	180.000,00
Workstation, Terminais, Impressoras, Digitalizadores, Scanners	80.000,00										80.000,00
Software e Upgrades	5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		25.000,00
Mobiliário											

	2.000,00		2.000,00								4.000,00
Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4	30.000,00										30.000,00
Material de Escritório e Informática			2.500,00		2.500,00		2.500,00		2.500,00		10.000,00
Combustível		4.500,00		4.500,00		4.500,00		4.500,00		4.500,00	22.500,00
Manutenção de Equipamentos		3.000,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00		3.000,00	15.000,00
Consultorias na Área de Sensoriamento				25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00	100.000,00
Interpretação de Imagens		18.000,00		18.000,00		18.000,00		18.000,00		18.000,00	90.000,00
Sobrevôos		35.000,00		30.000,00		20.000,00		20.000,00		20.000,00	125.000,00
Inspeção de Campo e Ground Truthing		12.000,00		12.000,00		12.000,00		12.000,00		12.000,00	60.000,00
Produção e Divulgação de Relatórios Periódicos		15.000,00		15.000,00		20.000,00		20.000,00		20.000,00	90.000,00
Subtotal Fortalecimento/Sustentação das UC's Privadas	117.000,00	177.500,00	9.500,00	197.500,00	7.500,00	192.500,00	7.500,00	192.500,00	7.500,00	192.500,00	1.101.500,00
8.0) FORTALECIMENTO E CRIAÇÃO DE RPPN's	ANO I - INV	ANO I - REC	ANO 2 - INV	ANO 2 - REC	ANO 3 - INV	ANO 3 - REC	ANO 4 - INV	ANO 4 - REC	ANO 6 - INV	ANO 6 - REC	SUBTOTALS
Coordenador do Programa		58.500,00		58.500,00		58.500,00		58.500,00		58.500,00	292.500,00
Auxiliar de Coordenação		38.900,00		38.900,00		38.900,00		38.900,00		38.900,00	194.500,00
Consultoria Legal				12.000,00		12.000,00					24.000,00
Avaliação de Qualidade Ambiental				20.000,00		20.000,00		23.000,00		23.000,00	86.000,00
Implantação de Base de Dados				18.000,00		18.000,00		18.000,00		18.000,00	72.000,00
Serviço de Apoio a Proprietários de RPPN's		25.000,00		30.000,00		30.000,00		30.000,00		30.000,00	145.000,00
Produção de Material de Divulgação		20.000,00		20.000,00		10.000,00		10.000,00			60.000,00
Outros Serviços				10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00	40.000,00
Veículo Diesel c/ Tração 4 x 4	30.000,00										30.000,00

GPS (2)	1.000,00										1.000,00
Passagens Aéreas Domésticas		2.000,00		2.000,00		2.000,00		2.000,00		2.000,00	10.000,00
Diárias		4.000,00		4.000,00		4.000,00		5.000,00		5.000,00	22.000,00
Combustível (Diesel, Gasolina, Óleo Lubrificante)		3.500,00		3.500,00		3.500,00		3.500,00		3.500,00	17.500,00
Estudo para a Identificação de RPPN's Potenciais		15.000,00		15.000,00		15.000,00					45.000,00
Subtotal Fortalecimento e Criação de RPPN's	31.000,00	188.900,00		231.900,00		221.900,00		198.900,00		188.900,00	1.039.500,00
9.0) PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E POLÍTICAS EXTERNAS ÀS UC's	ANO I - INV	ANO I - REC	ANO 2 - INV	ANO 2 - REC	ANO 3 - INV	ANO 3 - REC	ANO 4 - INV	ANO 4 - REC	ANO 5 - INV	ANO 5 - REC	SUBTOTALS
Coordenador em Participação Comunitária e Extensão		36.000,00		36.000,00		36.000,00		36.000,00		36.000,00	180.000,00
Atividades de Participação Comunitária e Representatividade Política				15.000,00		15.000,00					30.000,00
Capacitação de Líderes Comunitários				15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00	60.000,00
Capacitação de Usuários para o Uso Sustentado de Recursos Naturais				20.000,00		20.000,00		20.000,00		20.000,00	80.000,00
Disseminação de Técnicas pouco Impactantes e Alternativas Econômicas				15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00	60.000,00
Programa de Educação e Informação Ambiental		30.000,00		30.000,00		30.000,00		20.000,00		20.000,00	130.000,00
Divulgação do Corredor entre as Comunidades Urbanas e Rurais		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00	50.000,00
Veículo Leve a Gasolina	20.000,00										20.000,00
Outros Gastos Necessários		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00			40.000,00
Subtotal Participação Comunitária e Políticas Externas às UC's	20.000,00	88.000,00		151.000,00		151.000,00		128.000,00		116.000,00	650.000,00
GRANDE TOTAL											
CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA											11.643.800,00

15. SUMÁRIO GERAL DE CUSTOS

RESUMO DOS ORÇAMENTOS APRESENTADOS - DÓLARES AMERICANOS

DESCRIÇÃO	SUB-TOTAIS	TOTAIS	TOTAIS ACUM.
ADM. DOS CORREDORES AMAZÔNICOS E CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA (US\$ 26,531,530.00)			
1) OPERAÇÕES CENTRAIS/ADM. GERAL		3.499.100	3.499.100
2) ESTUDOS, CONSULTORIAS, BANCO DE DADOS		1.003.000	4.502.100
3) CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES			
3.1)RDS Amanã	661.100		
3.2)RDS Baixo Rio Uatumã	578.200		
3.3)PARNA Tefé	299.400	1.538.700	6.040.800
4) FORTALECIMENTO DAS UC'S FEDERAIS EXISTENTES			
4.1)ESEC+RESEC Juami-Japurá	546.800		
4.2)RESEC Jutai-Solimões + ARIE Javari-Buriti	828.400		
4.3)FLONA Tefé	731.900		
4.4)PARNA Jaú	1.093.500		
4.5)ESEC Anavilhanas	807.200		
4.6)REBIO Uatumã	503.500	4.511.300	10.552.100
5) FORTALECIMENTO DAS UC'S ESTADUAIS EXISTENTES			
5.1)PARES Rio Negro	816.300		
5.2)APAES Rio Negro	892.000		
5.3)APAES Presidente Figueiredo (Cav.Mar.)	932.900	2.641.200	13.193.300
6) FISCALIZAÇÃO E SENS. REMOTO			
6.1)Fortalecimento IBAMA/SUPES-AM	990.500		
6.2)Fortalecimento POCOF Manacapuru	376.000		
6.3)Fortalecimento POCOF Tefé	354.000		
6.4)Criação de Postos IPAAM	832.500		
6.5)Sistema de Rádio-comunicação	253.000		
6.6)Processamento e análise de imagens	516.000	3.232.000	16.425.300
7) FORTALECIMENTO E CRIAÇÃO DE RPPN'S		513.000	16.938.300
8) PROGRAMA DE INTERCÂMBIO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL		500.000	17.438.300

9) PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E POLÍITICA FORA DAS UC'S		1.105.000	18.543.300
10) ATIVIDADES DE APOIO AO ECOTURISMO		3.181.000	21.724.300
11) ESTUDOS EM TERRAS INDÍGENAS		708.000	22.432.300
12) FUNDO DE APOIO A INICIATIVAS DE PEQUENA ESCALA		1.600.000	24.032.300
13) FUNDO DE CONTINGÊNCIA		2.409.230	26.531.530
OUTROS CORREDORES AMAZÔNICOS (U\$ 12,578,300.00)			
1) FORTALECIMENTO DE UC'S EXISTENTES E CRIAÇÃO DE NOVAS UC'S (+contingências)			
1.1)Corredor Norte da Amazônia	910.000		
1.2)Corredor Oeste da Amazônia	1.340.000		
1.3)Corredor ao Sul do Amazonas	5.191.400		
1.4)Corredor dos Ecótonos Sul-Amazônicos	960.000	8.401.400	34.932.930
2) MARKETING PARA OS CORREDORES, AS RPPN'S E SUSTENTABILIDADE		2.691.000	37.623.930
3) ESTRATÉGIA NACIONAL DE RPPN'S PRIORIZANDO OS CORREDORES		994.730	38.618.660
CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA (U\$11,643,800.00)			
1) ADMINISTRAÇÃO DO CORREDOR		2.075.300	40.693.960
2) ESTUDOS, LEVANTAMENTOS, PESQUISAS PRIORITÁRIAS, BANCO DADOS		1.813.000	42.506.960
3) CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES			
3.1)PARES Serra do Conduru	770.500	770.500	43.277.460
4) FORTALECIMENTO DAS UC'S FEDERAIS EXISTENTES			
4.1)PARNA Monte Pascoal	757.350		
4.2)PARNAM Abrolhos	306.000		
4.3)REBIO Una	556.700		
4.4)PARNA Caparaó	435.150		
4.5)REBIO Augusto Ruschi	305.000		
4.6)EBIO Santa Lúcia	215.000		
4.6)REBIO Sooretama	243.100	2.603.300	45.880.760
5) FORTALECIMENTO DAS UC'S ESTADUAIS EXISTENTES			
5.1)APAES Caraíva/Trancoso	80.000		

5.2)APAES Costa de Itacaré/Serra Grande	60.000		
5.3)APAES Ponta da Baleia/Abrolhos	70.000		
5.4)REFLORES Wenceslau Guimarães	125.700	335.700	46.216.460
6) FORTALECIMENTO/SUSTENTAÇÃO DAS UC'S PRIVADAS EXISTENTES			
4.1)REFLORES Linhares	1.050.000		
4.2)REFLORES Vera Cruz	105.000		
4.3)Estação Experimental Pau-Brasil	100.000	1.255.000	47.471.460
7) SISTEMA DE MONITORAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DO CORREDOR		1.101.500	48.572.960
8) FORTALECIMENTO E CRIAÇÃO DE RPPN'S		1.039.500	49.612.460
9) NÚCLEO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA DO CORREDOR		650.000	50.262.460
GRANDE TOTAL GERAL			
		50.262.460,00	

16. FINANCIAMENTO

PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA PILOTO NO PROJETO PARQUES E RESERVAS (PPR / PPG-7)

Recipiente:	República Federativa do Brasil
Beneficiários:	Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (MMA); Instituto Brasileiro para o Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMA's); Organizações não-Governamentais (ONG's) brasileiras; Instituições Acadêmicas e Institutos de Pesquisa, Comunidades Tradicionais Locais e Setor Privado brasileiro.
Recursos Previstos:	US\$ 46.0 milhões
Termos:	Fundo (grant)
Plano de Financiamento:	Veja tabela abaixo

FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL (US\$ million equivalent)
Rain Forest Trust Fund (fundo)	5.0
KfW (fundo)	18.0
European Union	13.0
DFID (ODA)	3.0
Contrapartidas Nacionais	7.0
TOTAL NECESSÁRIO (custos do Projeto)	46.0

Taxa Econômica de Retorno: N/D

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
-----------	-------------	-----	-----------

A1. MARCO LÓGICO DO PROJETO

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
GRANDE OBJETIVO/MISSÃO			
Proteger as florestas tropicais brasileiras fortalecendo as bases do sistema brasileiro de unidades de conservação localizadas nos biomas Amazônia e Mata Atlântica visando a redução do desmatamento e do uso não-sustentado de recursos naturais nestes locais, contribuindo para prevenção das mudanças climáticas globais e a prevenção da perda da biodiversidade.	<ol style="list-style-type: none"> 1.Redução dos níveis de desmatamento locais. 2.Aumento das iniciativas locais de uso sustentado dos recursos naturais. 3.Aumento das áreas formalmente protegidas dentro dos corredores. 4.Aumento do número de unidades de conservação efetivamente implementadas na área. 5.Melhoria das condições de vida das comunidades humanas de alguma forma ligadas às unidades de conservação das áreas-alvo. 6.Incremento da possibilidade de contato entre populações e comunidades de espécies de diferentes áreas protegidas já existentes. 		<ol style="list-style-type: none"> 1.Introdução de técnicas participativas em todos os níveis para gestão e monitoramento ambientais. 2.Adoção de técnicas gerenciais mais ágeis e adequadas à realidade dos biomas em questão. 3.Atração e envolvimento de diferentes atores com capacidades diferenciadas para agirem como co-executores e co-responsáveis pelo sucesso das ações propostas.
PROPOSITOS/VISÕES			
Iniciar atividades-piloto de manejo, avaliação e aprendizagem numa escala bio-regional/de corredor, para conservação da biodiversidade e uso sustentado de recursos naturais nos biomas Amazônia & Mata Atlântica	<ol style="list-style-type: none"> 1.Implantação dos Corredores Ecológicos nas florestas tropicais brasileiras. 2.Aplicação dos resultados das pesquisas sobre bio-indicadores e indicadores sociais como ferramenta. 		<ol style="list-style-type: none"> 1.Ampla participação de todos os setores sociais envolvidos. 2.Execução das pesquisas propostas para definir indicadores regionais de biodiversidade e sociais.
Integrar as ações de proteção com as ações de desenvolvimento desenhadas para a área por outras instâncias ou agências, governamentais ou não governamentais, garantindo o máximo possível de coexistência entre as diferentes demandas das populações locais.	<ol style="list-style-type: none"> 1.Evolução auferida periodicamente do número conflitos entre ações de proteção ambiental e de desenvolvimento regional dentro das áreas dos corredores. 		<ol style="list-style-type: none"> 1.Participação ativa de representantes destas instâncias ou agências nos âmbitos decisórios do projeto. 2.Capacidade de integração de ações de diferentes agências governamentais e não-governamentais.

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
OUTPUTS/OBJETIVOS: Operações Gerais & Corredor Central da Amazônia			
Mecanismos de administração e supervisão efetivos e participativos para o gerenciamento do projeto e do corredor estabelecidos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de atores (instituições) envolvidos nos processos de tomada de decisão. 2. Lapso de tempo entre as deliberações e sua implementação nas atividades de ponta. 	Relatórios periódicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adoção de procedimentos administrativos ágeis. 2. Reunião de equipe de trabalho competente com uso de empresa especializada em recursos humanos.
Bancos de dados regionais dirigidos ao gerenciamento e monitoramento do projeto e do corredor implementados e/ou fortalecidos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de protocolos mínimos de coleta de informações. 2. Número de unidades armazenadas. 3. Número de bases de dados implantadas e efetivamente funcionando. 	Relatórios periódicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecimento de coletas sistemáticas de informações em cada unidade. 2. Estabelecimento do Bando de Dados junto à coordenação do corredor.
Novas unidades de conservação nos dois corredores centrais (da Amazônia e Mata Atlântica) estabelecidas e implementadas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de sucesso de criação = (Número de novas unidades criadas ÷ Número de unidades cuja criação foi proposta neste projeto). 2. Implementação das unidades criadas. 	Relatórios periódicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecimento de apoio político. 2. Disponibilidade de fundos pelas contrapartes (especialmente as estaduais).
Unidades de conservação federais e estaduais já existentes nos dois corredores fortalecidas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de atividades previstas já implementadas em cada uma das unidades propostas. 2. Infra-estrutura construída. 3. Aderência aos cronogramas previamente acordados. 	Relatórios periódicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilidade de ação conjunta com as OEMA's. 2. Melhoria da situação fundiária das UC's. 3. Formalização de parcerias com instituições executoras.
Capacidade federal e estadual de proteger e monitorar o uso de recursos na área dos dois primeiros corredores fortalecida.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação dos sistemas de rádio-comunicação, dos sobrevãos de monitoramento e do GIS. 2. Aplicação dos resultados das pesquisas sobre bio-indicadores e indicadores sociais como ferramenta. 	Relatórios periódicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilidade de staff estadual capacitado. 2. Execução das pesquisas propostas para definir indicadores regionais de biodiversidade e sociais.
Usuários dos recursos e governo local envolvidos no desenho, implementação e avaliação do projeto.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Presença destes atores nas câmaras ou instâncias decisórias. 	Relatórios periódicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação clara de líderes representativos e sua atração. 2. Sucesso na divulgação de informações.
Setor privado crescentemente envolvido no estabelecimento de RPPN's e nos investimentos em ecoturismo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação dos pólos de ecoturismo propostos. 2. Número de empreendimentos em ecoturismo implantados na área. 3. Número de RPPN's criadas na área. 4. Área (total e proporcional) protegida por RPPN's. 	Relatórios periódicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecimento de campanhas de divulgação e convencimento previstas. 2. Agilização dos trâmites burocráticos. 3. Atração de lideranças do setor privado para estratégias participativas.

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
-----------	-------------	-----	-----------

OUTPUTS/OBJETIVOS: Outros Corredores Amazônicos			
Capacidade operacional federal e estadual em unidades de conservação críticas fortalecida.	1. Instalação de infra-estrutura, equipamentos e atividades previstas. 2. Realização das atividades previstas dentro dos cronogramas.	Relatórios periódicos	1. Estabelecimento de parcerias com OEMA's. 2. Envolvimento dos atores locais.
Campanha de Marketing nacional e internacional implementada.	1. Campanhas em diferentes <i>mídia</i> . 2. Aferição de efetividade das campanhas sobre público-alvo.	Pesquisas de opinião.	1. Contratação de empresa especializada em marketing. 2. Definição clara do público-alvo.
Estratégia nacional para RPPN's desenvolvida e implementada.	1. Cadastramento de RPPN's. 2. Cadastramento de potenciais RPPN's. 3. Número de RPPN's criadas.	Relatórios periódicos	1. Realização de campanhas de esclarecimento e convencimento.

OUTPUTS/OBJETIVOS: Corredor Central da Mata Atlântica			
Coordenação do corredor (Ilhéus ou Porto Seguro) implementada.	1. Instalação de infra-estrutura administrativa. 2. Estabelecimento de equipe de trabalho.	Relatórios periódicos	1. Bom nível de envolvimento dos atores regionais.
Programa de pesquisa aplicada implementada para dar suporte à consolidação do corredor.	1. Início das pesquisas previstas. 2. Resultados finais, relatórios de progresso, publicações científicas, etc.	Relatórios periódicos e publicações.	1. Identificação e atração de coordenadores de pesquisa. 2. Formalização de parcerias com instituições afins.
Unidades de conservação existentes selecionadas e consolidadas como suporte para o corredor.	1. Instalação da infra-estrutura proposta e compra dos equipamentos necessários. 2. Realização das atividades dentro dos cronogramas.	Relatórios periódicos e visitas	1. Formalização de parcerias com atores relevantes e com os co-executores.
Parque Estadual da Serra do Condurú implementado.	1. Proposta de criação elaborada e encaminhada a autoridades competentes. 2. Criação do PARES.	Documentos oficiais	1. Realização de estudos prévios. 2. Apoio político local e estadual.
Estabelecimento de reservas privadas (RPPN's) promovido e apoiado.	1. Número de RPPN's criadas no corredor. 2. Número de proprietários contactados e esclarecidos.	Relatórios periódicos	1. Realização de campanhas de esclarecimento e convencimento. 2. Agilização dos processos burocráticos.
Atividades de monitoramento e controle de recursos apoiadas.	1. Instalação de GIS e início de trabalhos de sensoriamento remoto. 2. Número de autuações decorrentes do uso do sistema.	Relatórios periódicos	1. Identificação e atração de pessoal qualificado. 2. Integração entre sistemas de fiscalização existentes.
Núcleo de desenvolvimento e participação dentro do corredor estabelecido.	1. Estabelecimento da equipe. 2. Número de contatos realizados com atores envolvidos. 3. Intermediações em conflitos e interlocução entre diferentes atores.	Relatórios periódicos	1. Identificação de pessoal qualificado. 2. Formalização de parcerias oficiais.

A. COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO E DO CORREDOR DA AMAZÔNIA CENTRAL
Mecanismos efetivos de administração, colaboração e supervisão para o gerenciamento do projeto implementados.

Equipe de gerenciamento altamente qualificada e consultores específicos identificados e contratados.	1.Relatórios de busca de pessoal. 2.CV's para Diretor Executivo, Co-Diretores, Secretário Executivo, Coordenadores de Estudos e de Eelaboração de Planos Gestores das Unidades de Conservação	Relatórios e arquivos do projeto	Previsão orçamentaria para pessoal qualificado.
Consórcio de parceiros qualificados e ativamente integrados, reunidos num Conselho Deliberativo e aglutinados em diferentes atividades operacionais.	1.Realização de 4 reuniões anuais do Conselho Deliberativo e sua duração (minutos/horas). 2.Planos operacionais de ação e Relatórios de progresso. 3.Relatórios anuais e Avaliações de meio-termo e final.	Relatórios e atas das reuniões do Conselho Deliberativo	Capacidade organizacional adequada disponível para a execução do projeto.
Compras de escritório e de campo, e serviços contratados, ambos de forma eficiente e acompanhando os padrões de procedimento definidos.	1.Licitações públicas para serviços e contratos de compra. 2.Processos abertos de atração de pessoal qualificado.	Relatórios, arquivos do projeto e auditorias anuais	Definição de procedimentos e rotinas para gerenciamento pelas instâncias competentes.
Base de Informações regionais para o planejamento, implementação e monitoramento do(s) corredor(es) desenvolvido e/ou melhorado.			
Definição de Métodos e Técnicas & Assistência e Capacitação de Operação feita por consultores.	1.Manuais de Procedimentos e formulários de coleta de dados definidos. 2.Operadores devidamente capacitados para atuação.	Relatórios de consultorias e Relatórios de progresso.	1.Termos de referência adequados. 2.Consultores envolvidos.
Banco de dados, Sensoriamento remoto e GIS implementados.	1.Número de ocorrências inapropriadas identificadas nos processos de sensoriamento remoto e monitoramento. 2.Número de interferências sobre estas atividades.	Relatórios de fiscalização, atuações etc.	1.Integração entre os sistemas de fiscalização existentes.
Monitoramento efetivo do corredor.	1.Elaboração de linhas de base sobre as quais acompanhar a evolução do corredor. 2.Evolução das ocorrências identificadas pelos sistemas de gerenciamento de dados.	Estudos e relatórios internos.	1.Integração entre os sistemas de fiscalização existentes. 2.Inputs de GIS.

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
-----------	-------------	-----	-----------

Novas Unidades de Conservação estabelecidas e implementadas no Corredor da Amazônia Central (Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã & Baixo Rio Uatumã, e Parque Nacional de Tefé).

Avaliações Sociais & Ambientais, e Planos Operacionais para estabelecimento ou reclassificação de novas áreas preparados.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Propostas de criação e/ou reclassificação concluídas e encaminhadas às instâncias competentes. 2. Criação e/ou reclassificação feitas pelo poder público a nível estadual ou federal. 	Relatórios de Progresso e Final de cada área-alvo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio político nos níveis local, estadual e federal. 2. Realização dos estudos específicos previstos.
Programas de treinamento comunitário em proteção, manejo de recursos, organização, saúde e educação elaborados e implementados.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de cursos realizados. 2. Número de agentes comunitários treinados nas várias áreas. 3. Número de instituições envolvidas. 4. Número de unidades de conservação direta ou indiretamente beneficiadas com os treinamentos dentro do corredor. 	Planos de trabalho e relatórios.	1. Aceitação e participação comunitárias nas atividades do projeto.
Instalação e/ou compra de infraestrutura básica e equipamentos.	Infra-estrutura e equipamentos recebidos e em operação nas unidades e/ou locais definidos.	Planos de trabalho e relatórios de progresso.	1. Existência de procedimentos e rotinas administrativas definidas.

Fortalecimento das unidades de conservação federais e estaduais existentes (ESEC-RESEC Juamí-Japurá, RESEC Jutaí-Solimões, ARIE Javari-Burutí, FLONA Tefé, PARNA Jaú, PARES & APA Rio Negro, APA Presidente Figueiredo)

Preparação das avaliações Sociais & Ambientais; Elaboração das recomendações de manejo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudos realizados em cada área proposta. 2. Planos gestores elaborados (preferencialmente Planos de Manejo). 3. Planos gestores aprovados por comunidades locais, IPAAM e/ou IBAMA. 	Relatórios de progresso e final.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilidade de coordenadores e consultores qualificados. 2. Estudos prévios.
Instalação/Compra de Infra-estrutura básica e equipamento	Infra-estrutura e equipamentos recebidos e em operação nas unidades e/ou locais definidos.	Relatórios de progresso e final.	1. Existência de procedimentos e rotinas administrativas definidas.
Treinamento em pesquisa social participativa, organização comunitária, saúde, educação e manejo de recursos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de cursos realizados. 2. Número de agentes comunitários treinados nas várias áreas. 3. Número de instituições envolvidas. 4. Número de unidades de conservação direta ou indiretamente beneficiadas com os treinamentos dentro do corredor. 	Planos de trabalho e relatórios.	1. Aceitação e participação comunitárias nas atividades do projeto.

Fortalecimento da capacidade de proteção e monitoramento de recursos de IBAMA & IPAAM

Compra de equipamento de campo e escritório, embarcações e veículos, treinamento de pessoal, e cobertura de custos operacionais para escritório Manaus de IBAMA/SUPES-AM.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Infra-estrutura e equipamentos recebidos e em operação nas unidades e/ou locais definidos. 2. Programas de seleção, treinamento e capacitação de pessoal executados na SUPES-AM. 	Planos de trabalho e relatórios	Nível de pessoal do IBAMA & IPAAM diretamente envolvido no projeto melhorado.
Aquisição e operação de avião de reconhecimento, melhora das comunicações de rádio, sensoriamento remoto/ aplicações de GIS para apoiar escritórios de Manaus e do interior.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instalação de infra-estrutura, avião e equipamentos. 2. Implementação e funcionamento do sistema. 3. Número de autuações decorrentes da operação do sistema integrado. 	Relatórios de progresso.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integração dos sistemas de fiscalização e vigilância existentes no corredor.
Compra de equipamento de escritório e de campo, capacitação de pessoal, custeio de operações (para POCOF's-IBAMA de Tefé e Manacapuru), dentro dos procedimentos legais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instalação de infra-estrutura e equipamentos. 2. Transferências e repasses de fundos para operações. 3. Número de cursos realizados. 4. Número de pessoas capacitadas. 	Relatórios de progresso.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de procedimentos e rotinas administrativas definidas.
Construção, compra de equipamentos e cobertura de custos operacionais para os postos de controle do IPAAM em Novo Airão, Presidente Figueiredo & Tefé	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instalação de infra-estrutura e equipamentos. 2. Transferências e repasses de fundos para operações. 3. Número de cursos realizados. 4. Número de pessoas capacitadas. 	Relatórios de progresso.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de procedimentos e rotinas administrativas definidas. 2. Staff contratado ou transferidos para novos postos

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
Envolvimento crescente do setor privado no estabelecimento de Reservas Privadas (RPPN's)			
<i>Campanha regional para RPPN's com participação de ONG's.</i>	1.Estratégia regional para RPPN's aprovada. 2.Resultado de pesquisas de opinião para auferir a efetividade das campanhas em diferentes meios de difusão.	Relatórios de progresso e pesquisas de opinião.	1.ONG's qualificadas 2.Empresa de marketing qualificada contratada.
<i>Estabelecimento e manejo de RPPN's facilitados com ajuda de ONG's.</i>	1.Número de novas RPPN's criadas na área. 2.Planos operacionais e de manejo submetidos e/ou aprovados.	Relatórios de progresso.	1.Identificação de ONG's qualificadas. 2.Agilização dos processos burocráticos
Ecoturismo desenvolvido em toda a região e apoiado em pólos prioritários no corredor.			
<i>Publicação de guias convencionais e em multi-mídia para atrações turísticas em geral ou específicas.</i>	1.Preparação e publicação de 10 grandes livros, guias ou CD-ROM's.	Os próprios livros, guias e CD-ROM's.	1.Disponibilidade de recursos técnicos. 2.Disponibilidade de especialistas em fotografia, desenho de natureza, edições deste tipo de material,etc.
<i>Suporte para planejamento e desenvolvimento de Pólos de Ecoturismo em Tefé e Presidente Figueiredo com participação das autoridades e empresariado local.</i>	1.Acordos firmados com prefeituras, EMANTUR, conselhos municipais de turismo, etc. 2.Número de empresários e empreendimentos particulares envolvidos.		1.Empresariado local motivado e atraído. 2.Parceiras formais com governos locais. 3.Parceiras formais com autoridades estaduais da área.
Usuários de recursos e governos locais envolvidos no desenho e implementação dos projetos locais.			
<i>Estabelecimento e treinamento de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Conselhos Locais do Corredor.</i>	1.Número de Conselhos Municipais de Meio Ambiente estabelecidos dentro da área do corredor. 2.Número de Conselhos Locais do Corredor criados. 3.Número de iniciativas de capacitação de conselheiros. 4.Número de conselheiros, políticos locais e outros formadores de opinião treinados.	Relatórios de progresso	1.Trabalho prévio de divulgação e participação. 2.Interesse local nos projetos do corredor.
<i>Incentivo a Estudos de Viabilidade e Propostas de Projeto de Ecoturismo</i>	1.Número de estudos de viabilidade elaborados e submetidos. 2.Número de projetos propostos. 3.Número de projetos apoiados e/ou financiados.	Relatórios de progresso	1.Trabalho prévio de divulgação e participação. 2.Interesse local nos

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
<i>e de iniciativas de Conservação/Manejo a nível local.</i>			projetos do corredor. 3.Incentivo local às iniciativas comunitárias.
Procedimentos operacionais e de financiamento a projetos comunitários através do PD/A estabelecidos.	1.Critérios contábeis e operacionais estabelecidos. 2.Critérios de monitoramento e avaliação estabelecidos. 3.Número de propostas de financiamento recebidas. 4.Número de propostas financiadas pelo fundo.	Relatórios de progresso e visitas de campo	1.Aceitação pelo PD/A das responsabilidades administrativas e contábeis. 2.Criação de fundo específico para a finalidade.
Avaliação do status de conservação e recomendações preliminares preparadas para as Terras Indígenas.			
Câmara específica em parceria com FUNAI e representantes do corredor e do IBAMA criada.	1.Criação da Câmara. 2.Número de reuniões realizadas e suas atas. 3.Número de T.I.'s dentro do corredor abordadas pela Câmara.	Relatórios e atas de reuniões	1.Receptividade por parte da FUNAI. 2.Envolvimento com Projeto de Terras Indígenas do PP/G7
Revisões ambientais e sócio-econômicas preliminares preparadas e submetidas à Câmara.	1.Número de relatórios e revisões elaboradas. 2.Número de T.I.'s dentro do corredor revisadas.	Relatórios finais e estudos publicados.	1.Identificação de consultores qualificados 2.Envolvimento da FUNAI
Estudos específicos em Terras Indígenas implementados e submetidos à Câmara.	1.Número de relatórios e revisões elaboradas. 2.Número de T.I.'s dentro do corredor revisadas.	Relatórios finais e estudos publicados.	1.Identificação de consultores qualificados 2.Envolvimento da FUNAI
Planos de manejo sustentado e propostas de manejo elaboradas participativamente e encaminhadas à FUNAI.	1.Número de propostas e projetos elaborados e submetidos à Câmara. 2.Número de propostas e projetos encaminhados à FUNAI. 3.Número de propostas e projetos implementados.	Relatórios de Progresso	1.Receptividade por parte da FUNAI. 2.Envolvimento com Projeto de Terras Indígenas do PP/G7. 3.Aceitação das comunidades indígenas.

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
B. OUTROS CORREDORES AMAZÔNICOS (2 - 5)			
Fortalecimento da Capacidade operacional federal e estadual em unidades de conservação críticas.			
Preparação de estudos e elaboração de documentos gestores em unidades de conservação críticas.	1. Número de planos ou outros documentos gestores preparados. 2. Número destes aprovados pelo IBAMA. (para ESEC Maracá, PARNA Monte Roraima, PARNA Araguaia, REBIO Gurupi)	Relatórios, documentos produzidos	1. Financiamento de contraparte pelo IBAMA.
Construção/reforma de infra-estrutura, compra de equipamentos, pagamento de custos operacionais em unidades críticas.	1. Infra-estrutura e equipamentos instalados e funcionando. 2. Transferências e repasses de fundos realizados. 3. Aderência aos cronogramas acordados. (para ESEC Maracá, PARES Corumbiara, PARES Andorinhas, APA S.G. Araguaia, PARNA Araguaia.)	Relatórios de progresso e visitas de campo	1. Identificação de coordenadores para atividades em cada unidade. 2. Existência de procedimentos administrativos e contábeis.
Estabelecimento de novas unidades de conservação e promoção e incentivo à criação de reservas privadas nas áreas dos outros corredores.	1. Número de propostas de criação elaboradas e submetidas à IBAMA e/ou OEMA's. 2. Número de unidades criadas como decorrência destas propostas. (UC's nos estados de Roraima, Amazonas, Acre, Pará)	Relatórios de progresso e visitas de campo e às OEMA's e IBAMA	1. Existência de apoio político a nível local, estadual e federal.
Preparar e implementar Planos de Ação Emergencial para REBIO Gurupi e PARNA Amazônia.	1. Planos aprovados pelo IBAMA. 2. Porcentagem da terra regularizada. 3. Infra-estrutura e equipamento instalados. 4. Programa de Participação Comunitária e Extensão em funcionamento nestas unidades.	Relatórios de progresso e visitas de campo	1. Pessoal de contraparte designado para as áreas. 2. Identificação de pessoal qualificado para Participação Comunitária e Exten.
Campanhas nacionais e internacionais de Marketing implementadas.			
Identificação clara dos objetivos das campanhas e da população-alvo a ser atingida.	1. Campanhas aprovadas.	Relatórios de progresso	1. Contratação de empresas especializadas.

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
Materiais de divulgação preparados e inseridos em mídia selecionadas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cópias de artigos, anúncios, reportagens, vídeos, filmes, etc. 2. Campanhas executadas em diferentes <i>mídia</i>. 3. Enquetes e pesquisas de opinião pública indicando efetividade das campanhas. 	O próprio material e pesquisas de opinião.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contratação de empresas especializadas. 2. Seleção cuidadosa das <i>mídia</i>.
Estratégia nacional para reservas privadas (RPPN's) desenvolvida & implementada.			
Parcerias desenvolvidas a nível nacional para preparar & implementar estratégia.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parcerias com IBAMA formalizadas. 2. Estratégia desenhada e aprovada por todos os parceiros. 	Relatórios de progresso	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar ONG's qualificadas. 2. Formalizar parcerias entre ONG's e IBAMA..
Campanhas nacional e regionais de esclarecimento e convencimento sobre RPPN's	<ol style="list-style-type: none"> 1. Materiais das campanhas. 2. Relatórios de seminários e reuniões com proprietários e outros interessados. 3. Enquetes e pesquisas de opinião pública indicando efetividade das campanhas. 	O próprio material e pesquisas de opinião.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contratação de empresas especializadas. 2. Clara identificação de público-alvo e <i>mídia</i>
Identificação de propriedades de alto potencial dentro do corredor.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parcerias com ONG's formalizadas. 2. Mapa das propriedades prioritárias. 3. Diretório de proprietários. 	Relatórios de progresso.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação de ONG's qualificadas. 2. INCRA e institutos estaduais de terras envolvidos. 3. Proprietários de terras esclarecidos e interessados.
Negociações com proprietários, estabelecimento de RPPN's, promoção e incentivo a atividades de baixo impacto, monitoramento e assistência técnica.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parcerias formalizadas com ONG's. 2. Número de propostas de criação. 3. Tempo de tramitação reduzido. 4. Decretos e portarias assinados. 5. Número de planos de trabalho e documentos gestores elaborados. 6. Número de vistorias anuais realizadas. 	Relatórios de progresso.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação de ONG's qualificadas. 2. Parcerias formalizadas. 3. Capacidade de prover assistência adequada. 4. Agilização dos processos burocráticos.

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
-----------	-------------	-----	-----------

C. CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

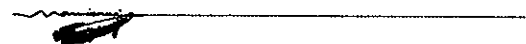
Coordenação Central do Corredor (Ilhéus ou Porto Seguro)			
<i>Pessoal qualificado contratado e escritório do corredor estabelecido.</i>	1. Contratos de serviço do pessoal, e seus CV"s. 2. Infra-estrutura e equipamentos instalados e funcionando dentro dos cronogramas acordados previamente.	Relatório de progresso.	1. Disponibilidade de pessoal qualificado.
<i>Consórcio de parceiros qualificados ativamente integrados nas atividades operacionais e no Conselho Deliberativo do corredor.</i>	1. Conselho Deliberativo com composição que reflete os principais atores regionais. 2. Reuniões trimestrais do Conselho Deliberativo. 3. Planos Operacionais do Projeto aprovados. 4. Relatórios de progresso e anuais. 5. Avaliações de meio termo e final.	Relatórios e avaliações.	1. Parceiros com capacidade organizacional para executar projeto. 2. Atores devidamente identificados e atraídos.
Implementação integrada de programa de pesquisa desenhado para apolar a consolidação do corredor.			
<i>Inventários de Flora e Fauna planejados e implementados.</i>	1. Relatórios de consultores aprovados. 2. Publicações científicas e de divulgação.	Relatórios de progresso e finais dos estudos.	1. Pessoal qualificado para coordenar e executar pesquisas.
<i>Estudos de sócio-economia e desenvolvimento regional (incluindo ecoturismo), planificação do uso do solo e da paisagem implementados.</i>	1. Relatórios de consultores aprovados. 2. Publicações científicas e de divulgação.	Relatórios de progresso e finais dos estudos.	1. Pessoal qualificado para coordenar e executar pesquisas.
<i>Estudos sobre níveis de intercâmbio florístico e faunístico em paisagens com diferentes graus de conectividade.</i>	1. Relatórios de consultores aprovados. 2. Publicações científicas e de divulgação	Relatórios de progresso e finais dos estudos.	1. Pessoal qualificado para coordenar e executar pesquisas.
<i>Estudos regionais sobre recuperação de áreas degradadas implementados.</i>	3. Relatórios de consultores aprovados. 4. Publicações científicas e de divulgação. 5. Estabelecimento de experimentos-piloto em áreas estrategicamente localizadas no corredor para recomposição florestal e incremento de conectividade.	Relatórios de progresso e finais dos estudos.	1. Pessoal e instituições qualificadas para coordenar e executar as pesquisas.

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
Estudos de uso comunitário dos recursos naturais.	1.Relatórios de consultores aprovados. 2.Publicações científicas e de divulgação.	Relatórios de progresso e finais dos estudos.	1.Pessoal qualificado para coordenar e executar pesquisas.
Ações de consolidação das unidades de conservação existentes como suporte para o corredor. (REF Wenceslau Guimarães, APAE Costa de Itacaré/Serra Grande, REBIO Una, EEx Pau Brasil, Estação Veracruz, APAE Caraíva/Trancoso, PARNA Monte Pascoal, APAE Ponta da Baleia/Abrolhos, PARNAM Abrolhos, REBIO Sooretama, RF Linhares, REBIO Augusto Ruschi, Est. Biol. Santa Lúcia, PARNA Caparaó).			
Alocação de pessoal e contratação de serviços de terceiros para apoio ao manejo.	1.Contractos de pessoal qualificado. 2.Relatórios de supervisão de pessoal.	Relatórios de progresso	1.Pessoal das contrapartes disponíveis. 1.Pessoal qualificado disponível para contratação.
Compra de material necessário e cobertura das despesas operacionais.	1.Material necessário recebido nas áreas-alvo. 2.Tranferências e repasses de recursos. 3.Aderência aos cronogramas previamente acordados.	Relatórios de progresso e visitas de campo	1.Existência de procedimentos e rotinas administrativas e contábeis.
Construção & reforma de infraestrutura, compra de equipamento necessário e de veículos.	1.Equipamento e veículos necessário recebido nas áreas-alvo e infraestrutura em funcionamento. 2.Tranferências e repasses de recursos. 3.Aderência aos cronogramas previamente acordados.	Relatórios de progresso e visitas de campo	1.Existência de procedimentos e rotinas administrativas e contábeis.
Estabelecimento do Parque Estadual da Serra do Condurú.			
Preparação dos estudos sócio-econômicos, ambientais e de recursos naturais básicos.	1.Relatórios de consultores submetidos e aprovados. 2.Publicações científicas.	Relatórios e publicações	1.identificação de consultores para coordenar e executar estudos.
Acompanhamento dos trabalhos de implantação da unidade.	1. Desenvolvimento das atividades de delimitação e demarcação da unidade. 2.Contratação de pessoal técnico-administrativo.	Relatórios e documentos oficiais	1.Bom encaminhamento dos estudos. 2.Apoio político local e

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
	3. Definição de prioridades e ações para a unidade.		estadual. 3. Envolvimento governamental estadual.
Planos de Manejo e Operacional preparados e aprovados.	1. Planos elaborados. 2. Planos submetidos e aprovados.	Relatórios e documentos oficiais.	1. Finalização dos estudos. 2. Equipe qualificada disponível. 3. Envolvimento do governo do estado.
Desenvolvimento de base operacional (infra-estrutura e equipamento)	1. Equipamento e infra-estrutura alocados na área e funcionando. 2. Transferências e repasses de recursos. 3. Aderência a cronogramas.	Relatórios de progresso	1. Existência de procedimentos e rotinas administrativas e contábeis.
Promoção e apoio ao estabelecimento de reservas privadas (RPPN's).			
Apoio à formação de fundo fiduciário para a Reserva Florestal de Linhares	1. Formalização de parceria com ONG's. 2. Fundo aprovado e estabelecido. 3. Transferência da doação.	Relatório de progresso	1. Identificação de ONG's qualificada. 2. Envolvimento de outros atores.
Apoio de Marketing para a Estação Veracruz e a Estação Pau-Brasil	1. Materiais de campanha produzidos. 2. Materiais inseridos nos <i>mídia</i> selecionados. 3. Enquetes e pesquisas de opinião para checar efetividade das campanhas.	Materiais produzidos e resultados de pesquisas.	1. Identificação de público-alvo e <i>mídia</i> adequados. 2. Contratação de empresa especializada.
Apoio técnico para estabelecimento de novas RPPN's na área do corredor.	1. Número de proprietários potenciais identificados. 2. Número de proprietários potenciais contactados, esclarecidos e convencidos. 3. Número de propostas elaboradas. 4. Número de propostas encaminhadas e aprovadas (decreto assinado) 5. Número de áreas anualmente vistoriadas.	Relatórios de progresso e visitas de campo	1. Identificação de ONG's qualificadas. 2. Parceria formalizada com IBAMA. 3. Proprietários esclarecidos e interessados.

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
Apoio ao Programa de Fiscalização e Monitoramento da Cobertura Florestal.			
<i>Estabelecimento e desenvolvimento de laboratório de GIS/Sensoriamento remoto.</i>	1.Operacionalização do laboratório. 2.Divulgação de produtos e relatórios para os sistemas estaduais e federal de fiscalização.	Relatórios de progresso e produtos do laboratório	1. Identificação de pessoal qualificado e de parcerias. 2. Integração com os sistemas de fiscalização.
<i>Aquisição de imagens e realização de vôos de reconhecimento.</i>	1. Imagens recebidas e utilizadas. 2. Mapas de cobertura produzidos.	Relatórios de progresso e mapas	1. Envolvimento de atores e parceiros qualificados.
<i>Inspeções de campo periódicas apoiadas e financiadas.</i>	1. Repasses de recursos para cobrir operações de campo. 2. Relatórios de inspeção de campo. 3. Número de autuações decorrentes do funcionamento do sistema integrado.	Relatórios e acompanhamento das visitas	1. Existência de equipe qualificada. 2. Repasse de fundos para despesas operacionais. 3. Parcerias com agências governam.
Desenvolvimento do Núcleo de Participação Comunitária e Extensão.			
<i>Contratação de equipe qualificada.</i>	1. Equipe contratada e instalada.	Relatórios de progresso.	1. Disponibilidade de profissionais capacitados.
<i>Apoio ao manejo sustentado de recursos compatível com os objetivos de maximização da conectividade do corredor.</i>	1. Número de iniciativas identificadas e analisadas. 2. Número de alternativas propostas para casos de incompatibilidade. 3. Número de atividades demonstrativas de divulgação e convencimento. 4. Quantidade de material de treinamento distribuído.	Relatórios de progresso e visitas de campo.	1. Existência de opções viáveis para o local. 2. Envolvimento dos atores locais. 3. Bom esclarecimento e debate participativo.
<i>Desenvolvimento das organizações representativas das prefeituras, comunidades e instituições locais.</i>	1. Número de organizações ou movimentos sociais organizados representados. 2. Número de grupos participantes. 3. Número de atividades propostas e efetivamente realizadas. 4. Número de reuniões realizadas.	Relatórios de progresso e participação nas reuniões.	1. Receptividade das comunidades e autoridades locais. 2. Apoio político local.

DESCRIÇÃO	INDICADORES	MdV	PREMISSAS
<i>Prover treinamento para as lideranças comunitárias e outros formadores de opinião locais.</i>	1. Número de treinamentos realizados. 2. Número de pessoas e instituições capacitadas.	Relatórios e visitas aos cursos.	1. Envolvimento e interesse dos líderes e formadores de opinião.



A2. DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS NOS CORREDORES (AMAZÔNIA E MATA ATLÂNTICA)

Vários estudos foram sugeridos para realização dentro e fora das unidades de conservação dos corredores. Estes trabalhos tem como objetivo melhorar nosso conhecimento científico sobre aspectos importantes da dinâmica desses corredores, suas populações humanas, sua fauna e sua flora, em especial os recursos mais usados pelas populações que ali residem. Para possibilitar um melhor gerenciamento das UC's e o manejo integrado da todas as áreas representadas no mosaico dos corredores, é importante ressaltar que os estudos referidos poderão atrair estudantes de pós-graduação, organizações não governamentais e outros parceiros da sociedade civil para o trabalho em unidades de conservação e outras áreas nunca antes visitadas por estes grupos. Estaremos criando assim desde o início do projeto, um corpo de apoiadores que no futuro serão peças-chave para a consolidação e manejo dessas áreas. Acredita-se que o detalhamento das atividades de estudos, deveriam ser acompanhados por um **Conselho Técnico-Científico (CTC)** (composto inclusive por membros do conselho de coordenação) dentro de cada corredor que teria as seguintes atribuições:

- a) *acompanhar o desempenho dos diversos estudos a serem realizados;*
- b) *determinar processo de discussão sobre metodologia e amostragem a ser aplicada em cada um dos estudos visando estabelecer possibilidade de comparação dos resultados em diferentes áreas geográficas e habitats de um corredor;*
- c) *seleção de propostas e orçamentos;*
- d) *seleção de cursos de pós-graduação e outros parceiros a serem contemplados com os estudos e suas respectivas áreas;*
- e) *proposição de novos estudos e áreas de pesquisa a serem contempladas a cada etapa;*
- f) *avaliação resultados;*

I - ESTUDOS GERAIS PARA OS CORREDORES ECOLÓGICOS

I.1. - Estudos para a definição de indicadores de biodiversidade

Estes estudos servirão para aferir o impacto do projeto na conservação da biodiversidade e da integralidade do meio ambiente das áreas dos corredores, e devem estar em sintonia com a Coordenadoria de Diversidade Biológica (COBIO, juntamente com o Programa Nacional de Biodiversidade - PRONABIO) do Ministério do Meio Ambiente. Há um documento importante sobre o assunto, produzido pelo grupo, feito em

setembro de 1996 (*Assessment, Monitoring and Indicators for Biological Diversity*). Este documento foi apresentado como a contribuição brasileira na segunda reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTTA) da Convenção sobre a Diversidade Biológica, realizada em Montreal, Canadá. Esta é uma área difícil, desconhecida, mas, extremamente necessária e que precisa ser melhor desenvolvido em todo o mundo, mas em especial nos ecossistemas mais complexos, como a floresta tropical. Usar os recursos de maneira sustentada significa manter as populações de uma ou poucas espécies estáveis. Isto não indica que outras populações não estejam sofrendo declínios ou aumentos, já que estas não estão sendo monitoradas. Este é o maior problema que enfrentarão as florestas tropicais nas próximas décadas com relação ao uso sustentado dos recursos. Na verdade deveríamos ter um termômetro para cada uma das milhares de espécies a cada interferência que ocorre em seus habitats. No entanto, como poderemos monitorar todas as espécies se nem ao menos conseguimos descrever todas elas até o momento? E os especialistas nas espécies já descritas estão espalhados por todo o mundo. Aí reside o maior problema. Quanto maior o número de espécies envolvidas no monitoramento, maior o tempo que levaremos para avaliar os resultados. Deste modo, embora tenhamos o perfeito conhecimento de nossas limitações teremos que encontrar os indicadores mais sensíveis as alterações causadas pelas mudanças introduzidas pelas populações humanas. É claro que cada um destes bio-indicadores devem ser testados e que suas variações anuais e sazonais sejam levadas em consideração.

Devem ser usados métodos de avaliação da diversidade e riqueza de espécies largamente empregados na literatura (Shannon, Simpson etc.), que são matematicamente mais confiáveis que a simples contagem de espécies.

Outra recomendação é que se compare os bioindicadores acima mencionados dentro de maior número possível de atividades humanas nas áreas em questão. Isto significa comparar as populações destes organismos em mata pouco perturbada com áreas de agricultura, pecuária, extração seletiva de madeiras, áreas de caça, castanhais etc.

Espera-se que, nestes estudos, alguns pontos sejam sempre mantidos como orientações básicas:

- Estabelecer os parâmetros-padrão como uma *baseline* que permita comparações e monitoramentos futuros.
- Estes mesmos parâmetros devem ser coletados e/ou obtidos continuamente ao longo do tempo.
- Cada nova coleta deve ser imediatamente analisada levando-se em consideração a *baseline* previamente construída.

Dentro desta ótica temos algumas sugestões: (devemos levar em consideração que os autores deste projeto de corredores ecológicos

consideram que o fato de se monitorar biodiversidade somente através de cobertura vegetal seria um grande equívoco).

- a) O primeiro (mas não o único, nem o mais importante) indicador básico deverá ser o tamanho e a evolução quantitativa e qualitativa da cobertura vegetal (veja item 6 abaixo).
- b) Para os carnívoros (como felídeos, canídeos, gaviões, botos, ariranhas e outros), avaliação das populações de animais no topo da cadeia alimentar (teoricamente estão entre os mais sensíveis as alterações de hábitat).
- c) Para os herbívoros, avaliação dos frugívoros arborícolas, como primatas, cotingas, tucanos, araras, papagaios etc.
- d) Monitoramento de peixes (avaliação de mercados para ver as espécies mais pescadas e seus tamanhos e pesca experimental - com instrumentos padronizados) (talvez coordenar com o programa de recursos aquáticos).
- e) Monitoramento de outros organismos aquáticos, incluindo-se o zooplacton e fitoplacton.
- f) Monitoramento entomológico, através da escolha de grupos importantes da floresta tropical, como coleópteros, lepdópteros, himenópteros, e outros.
- g) Os censos aéreos de aves aquáticas residentes e imigrantes são bons indicadores de perturbação dos hábitats - principalmente na questão da dinâmica das populações de peixes, suas principais presas (este trabalho poderia ser coordenado com o CEMAVE / IBAMA);
- h) Para as plantas superiores, estabelecer parcelas permanentes e tamanho mínimo de área de amostragem bem como diâmetro (DAP mínimo de amostragem) no caso de árvores.

1.2. - Estudos para definir indicadores socio-econômicos e de qualidade de vida.

Como o projeto leva em consideração as populações rurais (tradicionais ou não) fora, ou até mesmo dentro de algumas unidades de conservação, é importante que se execute monitoramento dessas populações. Seu apoio as medidas de proteção decorrentes dos planos de gerenciamento do corredor só poderá ser alcançado através de uma troca mútua de benefícios. O monitoramento dos níveis de poder aquisitivo, das condições de saúde e escolaridade são essenciais ao sucesso de projeto, pois são aspectos internacionalmente reconhecidos para aferição. Nesta área devemos levar em consideração as experiências que estão sendo realizadas nas Reservas Extrativistas bem como na R.S.D. Mamirauá. Exemplos de indicadores sócio-econômicos usados desde 1991 em Mamirauá são:

- Indicadores das Condições de Saúde (índices específicos de morbimortalidade, em especial mortalidade infantil e da mortalidade materna, saúde reprodutiva, saúde mental, condições de trabalho, longevidade, nutrição infantil, alimentação, condições sanitárias, acesso a formas de uso dos serviços de saúde).
- Indicadores das Condições Educacionais (índices específicos de escolaridade, infraestrutura de atendimento escolar, formas de participação comunitária nos programas de educação ambiental, etc.)
- Indicadores das Condições Econômicas (equipamentos de trabalho, índices específicos de produtividade, renda real e monetária, valor da cesta básica, formas de produção e comercialização, relação com o mercado, padrão de consumo e de investimento).
- Indicadores das Condições Habitacionais (condições de moradia, mobiliário, infraestrutura doméstica de saneamento, equipamentos disponíveis para a produção doméstica).
- Indicadores Demográficos (distribuição etária e espacial da população, composição e reprodução dos grupos domésticos, fecundidade e planejamento familiar, movimentos migratórios).
- Indicadores de Convivência Social (lazer, participação nas atividades das comunidades, integração entre comunidades, práticas de violência e exclusão social).

I.3. - Avaliação do sucesso de implantação e gerenciamento do Projeto

Estudos a serem realizados por consultores externos que não estejam diretamente envolvidos com nenhuma fase anterior do projeto Parques e Reservas.

Estes estudos também deverão envolver o sucesso ou fracasso do cumprimento dos cronogramas, a eficiência dos desembolsos e repasses de recursos financeiros, a instalação de infra-estrutura e das equipes de trabalho, a aquisição de equipamentos, o início das atividades, etc.

II - ESTUDOS FLORÍSTICOS E FAUNÍSTICOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA E DENTRO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS

II.1. Estudos Florísticos

Os levantamentos florísticos a serem realizados deverão ser de dois tipos: 1) levantamentos qualitativos - ou seja, a produção de uma lista de espécies que ocorre na área; 2) levantamentos quantitativos - ou seja, além das espécies que ocorrem na área, oferece uma avaliação das populações, diversidade, dominância de espécies por hábitat e outros parâmetros importantes para a caracterização fito-ecológica da área. Esses levantamentos podem ser feitos de diversas maneiras, dependendo muito de uma padronização feita antes da realização destes estudos em cada unidade de conservação amostrada. Para os levantamentos do segundo tipo sugerimos os seguintes parâmetros amostrais largamente usados em outras florestas tropicais:

- Levantamento de uma área amostral de 3 a 5 hectares (30,000 a 50,000 metros quadrados) nos diferentes hábitats. Estas amostras devem ser definidas geograficamente de forma a permitir o máximo possível de extrapolação para toda a unidade estudada;
- Todas as árvores maiores que 10 cm de diâmetro a altura do peito (DAP) devem ser amostradas;
- O formato da área poderá ser feito em grandes quadras de 100 x 100 metros (1 hectare) ou transectos de 10 metros de largura (5 m para cada lado da trilha) por 1 km de comprimento. A vantagem do primeiro método é que poderemos verificar grau de agrupamento, e comparar a diversidade com outras áreas onde métodos semelhantes foram realizados. A principal vantagem do segundo método é que poderemos amostrar um maior número de hábitats (e suas transições) dentro de uma mesma área, e assim ter uma idéia da representação botânica dentro de cada um deles.
- Todas as árvores devem ser marcadas e uma amostra botânica (de preferência na época da floração) deve ser coletada e depositada em coleções científicas de instituições brasileiras (preferencialmente amazônicas).
- Outras informações sobre as árvores poderão ser recolhidas ao longo do estudo como: padrões fenológicos, tipo de raiz, presença de epífitas, latex, resina, altura, diâmetro da copa, além de outras características importantes para identificação.

II.2. Estudos Faunísticos

Existem dois tipos de levantamentos faunísticos que poderão ser realizados: 1) Levantamentos para identificação de espécies que ocorrem em uma determinada área; 2) Levantamentos populacionais de espécies representativas da fauna local (censos). Para cada grupo faunístico selecionado existe uma série de metodologias passíveis de utilização e que devem ser padronizadas para todas as reservas inventariadas. A discussão destas estratégias ficaria a critério do CTC ou da coordenação do corredor (técnicas de levantamentos em transectos são muito úteis para vertebrados arborícolas e terrestres - veja estimativas usando-se série de Fourier, entre outros). Existem *softwares* específicos para estas amostragens, que são considerados pelos especialistas como de boa qualidade - como por exemplo *Transecto* (de Burnhan, Laake e Anderson). Da mesma forma que os levantamentos florísticos, os faunísticos devem ser cuidadosamente desenhados com relação ao sistema de amostragem. A grande variação de habitats dentro da unidade, e sua distribuição geográfica e participação proporcional, devem ser levados em consideração, uma vez que a extrapolação de dados pontuais para toda uma extensão é uma técnica geralmente problemática, como mostram os conceitos de "densidade crua" e "densidade ecológica". Ferramentas tecnológicas mais recentes, como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG ou GIS) podem ser muito valiosos na determinação do sistema de amostragem dos levantamentos.

III - ESTUDOS ESTRATÉGICOS PARA O CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA

III.1. Estudos populacionais de Quelônios na foz do Rio Juruá e em Barcelos (no Rio Negro)

Estudos deverão ser coordenados em colaboração com o CENAQUA / IBAMA. Membros do CENAQUA poderiam sugerir os termos de referência para estes estudos. As duas áreas em questão possuem populações de quelônios que desovam anualmente em suas praias e há grande captura destes animais pelas populações locais para consumo e/ou comercialização. Projetos que são extremamente necessários nestas áreas:

- a) Educação ambiental (para adultos e crianças e jovens em primeiro e segundo graus);
- b) Estudos sobre o tamanho das populações de quelônios das diferentes espécies presentes;

- c) Mapeamento das principais praias de desova nestas áreas e estabelecimento de um programa de monitoramento e fiscalização nestes locais de forma coordenada com o programa de educação ambiental;
- d) Estudos de avaliação do impacto dos ribeirinhos sobre as populações de quelônios;
- e) Determinação de outras medidas de manejo e controle da atividade nestas áreas.

III.2. Estudos de perturbação ambiental do corredor com uso de GIS

Estes trabalhos deveriam ser coordenados em colaboração com as OEMA's, ONG's, Universidades e Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA. Estes estariam ligados, principalmente, com a avaliação da evolução da cobertura vegetal nas áreas dos corredores, ligados aos estudos de espécies bioindicadoras da conservação da biodiversidade (descritos acima).

III.3. Estudos de impacto da pesca ornamental no baixo e médio rio Negro

A pesca ornamental é uma atividade econômica importante no Corredor da Amazônia Central, especialmente no rios Negro e Japurá. Existem melhores informações para a pesca que se dá no Rio Negro do que no Japurá, pois a atividade neste último é clandestina (os peixes são enviados para a Colômbia diretamente pelo Japurá-Caqueta) e é de menor escala. A pesca de Acará-Disco, que ocorria até alguns anos no lago Tefé, praticamente inexistente nos dias de hoje. Deste modo, os esforços deverão ser concentrados na pesca realizada no baixo rio Negro. Nestes estudos, os principais aspectos que deveriam ser avaliados são:

- a) Determinação das espécies mais importantes utilizadas pelos exportadores, a avaliação das populações das espécies de peixes ornamentais mais procuradas e o grau de ameaça a que atualmente estão sujeitas em decorrência da atividade dentro do corredor;
- b) Volume da atividade (números exportados) e taxas de mortalidade em transporte obser vadas, etc.;
- c) Determinação das principais áreas de captura destas espécies mais importantes;
- d) Avaliação da importância econômica da atividade de pesca ornamental para as populações ribeirinhas envolvidas, bem como comparação desta atividade (em termos econômicos) com outras atividades extrativistas da região;
- e) Propor medidas de manejo para que estas populações possam ser usadas de maneira sustentável (quando for o caso) e garantir sua existência sem riscos para as populações das espécies envolvidas;

- f) Estudos para gerar recomendações para a recomposição da fauna de peixes ornamentais na região do Lago Tefé.

III.4. Estudos de impacto da mineração e do garimpo no corredor

As atividades mais relevantes de mineração no corredor são a extração de cassiterita (ao norte de Manaus) e os garimpos de ouro localizados principalmente no alto/médio rio Japurá. Embora estas atividades sejam localizadas, elas exercem ou exerceram impacto sobre o meio ambiente, especialmente aquático, que repercutem até os dias de hoje. Recomendamos as seguintes atividades para avaliação destas atividades no corredor:

- a) Monitoramento da qualidade da água, avaliação do grau de contaminação e a extensão desta contaminação nos distintos níveis da cadeia trófica (incluindo-se os consumidores humanos);
- b) Avaliação dos problemas sociais causados pelos mineradores e/ou garimpeiros, especialmente com relação à questão indígena;
- c) Determinação geográfica dos principais focos no corredor destas atividades;
- d) Proposição de medidas com objetivo de minimizar o impacto ambiental e social destas atividades.

III.5. Elaboração de Guias de Campo e CD-ROM para o Corredor da Amazônia Central

Esta elaboração é de grande importância para alavancar não só o ecoturismo, como também os estudos biológicos e ecológicos na região amazônica. Ao contrário de muitas regiões do mundo onde se tem a possibilidade de adquirir guias de campo dos mais diversos setores da fauna e flora - até o momento não há nada de qualidade que se possa usar na Amazonia Brasileira. Deste modo, embora tarde, deveremos iniciar o processo de construção destes guias com a maior brevidade possível. As florestas tropicais não oferecem ao ecoturista as mesmas possibilidades de observação de fauna, nem a fauna é de tão grande porte ou tão conhecida quando a comparamos com a fauna das savanas africanas, por exemplo. Deste modo, poder identificar um pequeno pássaro, uma árvore, um pequeno mamífero, um peixe ou um membro qualquer de outro grupo, poderá se tornar tarefa importante para o ecoturista. Além disto os guias poderão oferecer oportunidades para ecólogos não especialistas em grupos taxonômicos de realizar estudos sinecológicos de grande importância. O programa editorial deverá ter um coordenador específico para que as atividades possam ser coordenadas de modo a evitar sobreposições. Para os guias de fauna, sugere-se o uso de aquarelas ao invés de fotografias

(potencial de uso das coleções de museus, preços mais baratos e melhor qualidade, quando feitas por bons artistas) (*quando estes guias foram sugeridos tínhamos em mente livros como "Guia de Pássaros da Venezuela" e "Guia de Pássaros da Colômbia"*). Os fundos provenientes da venda destes produtos seriam destinados a manutenção das atividades dos corredores ecológicos do bioma em questão (ver carta anexa sobre possibilidades de participação de colaboradores com larga experiência na coordenação de projetos editoriais deste tipo).

LISTA DE GUIAS DE CAMPO SUGERIDOS
1 - Guia de aves amazônicas
2 - Guia de mamíferos amazônicos
3 - Guia da herpetofauna amazônica
4 - Guia sobre a fauna ictiológica amazônica
5 - Elaboração de um CD-ROM sobre Corredor Amazônia Central
6- Elaboração de um livro "coffee-table" sobre o Corredor da Amazônia Central
7 - Elaboração de um CD-ROM sobre os peixes do Corredor (a partir do livro)
8 - Guia de plantas aquáticas
9 Guia de árvores mais comuns da Amazônia
10- Guia para Ecoturismo (para 5 UC's) - a serem determinadas de acordo com o seu potencial de Ecoturismo

III.6. Estudos em terras indígenas do corredor (levantamento de fauna e flora / estudos de impacto das populações indígenas sobre o seu meio ambiente)

Estes trabalhos deverão ser coordenados com a participação FUNAI. Muito pouco se conhece sobre o impacto causado pelas várias etnias Amazônicas em seus habitats naturais. Geralmente, por causa de sua longa história de convivência com a floresta tropical, assume-se que os impactos causados à flora e fauna por estas populações sejam mínimos ou que as alterações causadas por suas práticas já estão incorporadas ao habitat há muitos anos. Não existem evidências para que estas suposições sejam verdades generalizáveis a todas as nações indígenas. O objetivo principal destes estudos é determinar o grau de sustentabilidade e impacto das atividades de subsistência (e comerciais) pelas nações indígenas presentes no corredor (Coordenar com as NGO's, Universidades e Institutos que trabalham no assunto):

- a) Levantamentos de flora e fauna para melhor caracterização do habitat (em especial angiospermas, mamíferos, aves, peixes, répteis, anfíbios e invertebrados).
- b) Avaliação da caça e pesca de subsistência e comércio, e outras práticas de uso (inclusive estudo da composição da dieta-padrão dos povos estudados).

- c) Avaliação dos recursos da flora mais usados para subsistência e comércio.
- d) Quantificação das populações naturais dos recursos mais usados e do impacto causado por estas nações indígenas.
- e) Recomendações de manejo participativo provenientes dos estudos acima relacionados, a serem encaminhadas à FUNAI para tomada de decisão.

IV - ESTUDOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA E DENTRO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA

ESEC + RESEC Juami-Japurá

a) Levantamento Florístico de Angiospermas

Ver Item II "Estudos Florísticos e Faunísticos"

b) Levantamentos Faunísticos (vertebrados e invertebrados)

Idem.

c) Impacto de Atividade Garimpeira sobre as Pessoas e Fauna (Mercúrio)

Ver "Estudos Fora das Unidades de Conservação", itens I - 8a, 8b, 8c, 8d e 8f.

d) Censo demográfico e sócio-econômico e impacto das populações humanas sobre a biota

As principais atividades relacionadas com este item são as seguintes:

- Estimativa do tamanho da população humana usuária da referida unidade de conservação;
- Estrutura da população inventariada por faixa de idade e por sexo;
- Número de agrupamentos humanos e número de domicílios por comunidade;
- Principais atividades econômicas e renda anual *per capita* da população usuária, e parcela que cada uma destas atividades contribui para a renda total anual;
- Estudo da caça de subsistência e comercial na Unidade e no seu entorno;

- Estudo da pesca de subsistência e comercial dentro da Unidade de Conservação e seus arredores;
- Estudo da produção para consumo e mercado nas principais atividades agro-florestais da UC;
- Elaboração de recomendações para minimização dos impactos causados por estas atividades e do impacto causado pelas atividades de extensão realizadas pelo projeto junto à população usuária.

RESEC Jutaí Solimões + ARIE Javari-Buriti

a) Levantamento Florístico de Angiospermas

Ver levantamento florístico para RESEC Juami-Japurá

b) Levantamentos Faunísticos de Vertebrados e Invertebrados

Ver levantamentos faunísticos para RESEC Juami-Japurá

c) Estudos de Interação da Fauna com os Buritizais

Nenhuma outra unidade de conservação na Amazônia possui tamanha população de palmeiras do gênero *Mauritia*. Sendo um dos principais habitats da RESEC, é importante verificar através de estudo de média duração (1 a 2 anos) a importância dos buritizais para a fauna da área. Recomenda-se que seja um estudo (de pós-graduação provavelmente) que contenha os seguintes termos de referência (incluindo as áreas alagadas dos Buritizais nos rios Jutaí, Pati e Copatana):

- Incluir nos estudos as áreas alagadas dos Buritizais ao longo dos rios Jutaí, Pati e Copatana;
- Estudo sobre a abundância de buritis em relação a outras espécies de árvores (dominância, diversidade de espécies etc.);
- Levantamentos fenológicos - para definir o padrão de floração e frutificação dos buritis ao longo do ano;
- Censo de populações de vertebrados frugívoros arborícolas e terrestres que visitam ou residem nos buritizais e definir em que medida estes animais são dependentes deste habitat;
- Estudo da importância do buriti na dieta dos vertebrados que se alimentam desta espécie. Estudo do papel dos vertebrados na predação, dispersão de sementes e germinação;
- Estudo sobre a interferência humana no habitat (remoção de frutos e caça de subsistência na área dos buritizais);

- Padrões de uso do espaço (incluindo outros habitats vizinhos) para avaliar a importância e o grau de dependência da dieta de algumas espécies de vertebrados frugívoros aos frutos dos buritis;
- Mapeamento dos buritizais em toda a reserva;
- Buscar espécies e/ou estratégias endêmicas adaptadas a este habitat em particular.

d) Censo demográfico e Sócio-econômico

As principais atividades relacionadas com este item são as seguintes. Estes parâmetros deveriam ser monitorados, no mínimo, uma vez a cada 3 anos:

- Estimativa do tamanho da população humana residente e de usuários da referida unidade de conservação;
- Estrutura da população inventariada por faixa de idade (Incluindo a escolaridade);
- Número de agrupamentos humanos e número de domicílios por comunidade;
- Principais atividades econômicas e renda anual *per capita* da população residente, e a parcela que cada atividade contribui para a renda total anual;
- Padrões e fatores determinantes de migração das populações locais.

e) Estudo do Impacto humano sobre a Biota

O principais agrupamentos humanos da Reserva de Jutai-Solimões estão localizados nas margens do baixo rio Jutai (Porto Seguro e Vila Copatana com cerca de 50 pessoas cada uma delas). Outro agrupamento humano está localizado no rio Copatana (com 4 comunidades totalizando cerca de 30 grupos familiares cada). Além dos residentes, existem duas cidades de pequeno porte (do lado externo da reserva com 6300 pessoas)(ver relatório anexo de Queiroz & Masterson, 1996). Esta população é potencialmente usuária da Unidade de Conservação. Recomenda-se estudos no sentido de verificar os seguintes aspectos deste uso de recursos:

- Avaliação das principais atividades de uso dos recursos naturais na UC pela população de moradores e usuários;
- Levantamentos faunísticos e florísticos para determinação da abundância relativa dos recursos mais usados, apontados no item anterior;
- Estudos da caça de subsistência (inclusive do papel da proteína animal de carne de caça em relação a outras fontes, como peixes e alimentos industrializados. Verificar inclusive, a importância do habitat de Buritizais para a caça de subsistência (principalmente no rio Copatana) (em associação com o Estudo 2c);
- Importância de outros produtos florestais na economia local;

- importância da pesca na dieta da população, e das espécies de peixes mais utilizadas;
- Proposição de medidas para manejo e proteção da área com base nos estudos anteriores.

f) Estudos sobre a Pesca Artesanal e Comercial na Foz do Jutai

Em ambientes ribeirinhos, próximo das matas alagadas, a pesca é, muito provavelmente, uma fonte econômica importante (chega até 80% da renda domiciliar anual) além de ser a principal fonte de proteína animal na área. Enquanto o uso deste recurso não pode ser interrompido de forma a não prejudicar o modo de vida e sustento locais, o recurso deve ser integralmente protegido contra o sobre-uso. Os estudos neste sentido devem levar em conta:

- a) a população envolvida na realização da atividade, a população consumidora, os níveis de consumo, a proveniência do pescado;
- b) os aspectos da pesca artesanal e comercial (produção pesqueira, aparelhos, embarcações e outros aspectos tecnológicos, tempo gasto na atividade e CPUE);
- c) a política regional de preços, padrão de distribuição geográfica da frota local;
- d) a composição das espécies mais visadas e/ou preferidas localmente;
- e) o estabelecimento de linhas-base sobre o tamanho médio dos indivíduos pescados para cada espécie, análise de estoque pesqueiro, definição de parâmetros populacionais e tamanho médio dos indivíduos em vida livre, considerações específicas para espécies migradoras;
- f) e, finalmente, recomendações para a normatização e gerenciamento da pesca local e para o manejo da atividade (quando realizada no interior da unidade de conservação, se assim for autorizado pelas autoridades competentes).

g) Estudos populacionais de Quelônios no Jutai

Informações coletadas durante as viagens de campo, e durante o *workshop* da Amazônia, revelam uma atividade intensa de captura de quelônios na foz do rio Jutai. Esta atividade deve ser melhor conhecida e controlada através de estudos e medidas a serem propostos pelo CENAQUA/IBAMA. Os estudos propostos nesta fase resumem-se a:

- a) uma primeira abordagem para diagnose da situação;
- b) recenseamento e mapeamento de tabuleiros e sua frequência de uso;
- c) definição das espécies de quelônios envolvidas na atividade comercial e que ocorrem na área;
- d) número médio de covas em cada um dos tabuleiros mais importantes;
- e) definição do status local de conservação destas espécies, e primeiras recomendações para proteção do recurso.

Após esta diagnose, e numa segunda fase do projeto, estudos mais aprofundados podem ser apoiados, como estudos autoecológicos

(envolvendo a alimentação, reprodução e dispersão destas espécies na região).

FLONA Tefé

a) Levantamento Florístico e de Angiospermas de valor comercial (incluindo inventário madeireiro)

Ver levantamento florístico para RESEC Juami-Japurá. A diferença entre um levantamento florístico para caracterização do hábitat e o sugerido aqui é que as áreas amostrais deverão ser muito maiores pois o número de espécies envolvidas nestes levantamentos são bem menores. A escolha destas espécies deverá estar em consonância com o mercado madeireiro local e dos principais centros de demanda regional do recurso, especialmente Manaus e Itacoatiara. A estratificação amostral já referida deve ser novamente realizada, tomando-se em conta o mosaico de hábitats encontrado nesta unidade.

b) Levantamentos Faunísticos de vertebrados e invertebrados

Ver levantamentos faunísticos para RESEC Juami-Japurá.

c) Censo demográfico e sócio-econômico

Ver censo demográfico e sócio-econômico para RESEC Jutai-Solimões.

d) Estudos do impacto humano sobre a biota

O principais agrupamentos humanos da FLONA Tefé estão localizados nas margens do Rio Bauana e margens do Lago Tefé. Esta população de residentes é usuária da FLONA. Caça de subsistência, prospecção de petróleo, retirada de madeira são algumas das atividades que causam impacto nessa FLONA. Há um estudo muito importante realizado nesta FLONA sobre o impacto da exploração madeireira (que ocorreu na década de 80) sobre a fauna de vertebrados (realizado por Andrew Johns em 1995 com o apoio do WWF). A área onde ocorreu a exploração madeireira (que posteriormente faliu) é a Ponta da Castanha, às margens do lago Tefé. Recomenda-se a realização de estudos no sentido de verificar os seguintes aspectos deste uso de recursos:

- Avaliação das principais atividades de uso dos recursos naturais na UC pela população de usuários;
- Levantamentos faunísticos e florísticos para determinação da abundância relativa dos recursos mais usados;

- Estudos da caça de subsistência (inclusive do papel da proteína animal de carne de caça em relação a outras fontes, como peixes e alimentos negociados com os usuários por barcos de pesca das cidades maiores como Manaus, Manacapuru e Itacoatiara);
- Importância e impacto da retirada de outros produtos florestais da FLONA;
- Importância da pesca de subsistência, comercial e desportiva na dieta da população e espécies de peixes mais usadas nestas atividades;
- Proposição de medidas para manejo e proteção da área com base nos estudos anteriores;
- Estudos para a proposição da porção da FLONA a ser transformada em PARNA.

e) Estudos de técnicas de manejo florestal e silvicultura

Deverão ser desenvolvidos estudos para elaboração de um Plano de Manejo Florestal Participativo na FLONA Tefé, almejando a possibilidade de estabelecimento de parcerias com associações comunitárias de moradores locais. Estes esforços deverão ser coordenados com os do Projeto de Manejo Florestal do PP-G7.

PARNA Jaú

a) Levantamento Florístico de Angiospermas

Ver levantamento florístico para RESEC Juami-Japurá.

b) Levantamento de Mamíferos

Ver levantamentos faunísticos para RESEC Juami-Japurá. (Sugere-se o uso do Método do Transecto Linear).

c) Levantamentos Arqueológicos

Estes estudos deverão ser melhor determinados por consultoria específica (ou pelo CTC) do corredor.

e) Estudos de Novas Alternativas Econômicas

Em unidades com largos contingentes humanos, e onde há imposição de medidas com o objetivo de proteger a fauna e flora, mas que limitam as atividades extrativistas, é necessário que novas alternativas econômicas de menor impacto ambiental sejam introduzidas. Instalação de pequenas unidades produtivas de processamento de produtos florestais, ecoturismo, agricultura alternativa, e outros são algumas das alternativas possíveis.

Estes estudos deveriam se utilizar de informações dos projetos mais bem sucedidos do PDA além de outros projetos do tipo na Amazônia. Estes estudos devem ser definidos por consultoria especializada e podem também ser aplicados para outras áreas do corredor à medida que novas limitações forem necessárias com os novos planos de manejo destas outras áreas.

f) Monitoramento das populações e socio-economia

Ver censo demográfico e sócio-econômico para RESEC Jutai-Solimões.

ESEC Anavilhanas

a) Monitoramento das populações humanas e socio-economia

Ver censo demográfico e sócio-econômico para RESEC Jutai-Solimões.

b) Monitoramento do impacto da população local sobre a biota

O principais agrupamentos humanos estão localizados nas margens do Rio Negro. Esta população de residentes é potencialmente usuária da Unidade de Conservação. Caça de subsistência e retirada de madeira das ilhas são algumas das atividades que causam impacto nessa Estação Ecológica. Recomenda-se estudos no sentido de verificar os seguintes aspectos deste uso de recursos:

- Avaliação das principais atividades de uso dos recursos naturais na UC pela população de usuários;
- Levantamentos faunísticos e florísticos para determinação da abundância relativa dos recursos mais usados;
- Estudos da caça de subsistência (inclusive do papel da proteína animal de carne de caça em relação a outras fontes) na dieta da população local;
- Importância e impacto da retirada de outros produtos florestais da Estação;
- Importância da pesca de subsistência, comercial e desportiva na geração de renda e na dieta da população e espécies de peixes mais usadas nestas atividades;
- Proposição de medidas para manejo e proteção da área com base nos estudos anteriores.

c) Estudos de Ordenamento do Ecoturismo e da Pesca Desportiva

Nesta área concentram-se um grande volume da atividade de ecoturismo na Amazônia. O maior problema da reserva é a invasão para a

pesca desportiva e comercial. O Ecoturismo é desordenado na área e precisa regulamentação já que a Estação Ecológica é caminho para a navegação de grandes embarcações da região. Esta atividade não é, *a priori*, compatível com a categorização da unidade. Entretanto, em termos práticos, são inviáveis as tentativas de coibi-lo. Especialmente pela existência da via de navegação, o controle de tráfego no local e o controle das ações dos transeuntes torna-se impraticável. Sugerimos aqui a contratação de consultoria especializada para estudar o problema e sugerir medidas para minimizar seu impacto sobre a Estação. Esta consultoria deve também considerar a questão da categorização da unidade dentro do SNUC e mesmo explorar a idéia de mudanças nesta categorização.

REBIO Uatumã

a) Levantamento Florístico de Angiospermas

Ver levantamentos florísticos para RESEC Juamí-Japurá.

b) Levantamento de Mamíferos

Ver levantamentos faunísticos para RESEC Juamí-Japurá (recomenda-se o uso do Método do Transecto Linear).

c) Levantamentos Arqueológicos

A serem definidos por consultoria especializada ou pelo próprio CTC do corredor.

d) Estudos da Ictiofauna do Reservatório e Arredores

Projeto a ser coordenado com a colaboração da ELETRONORTE e IBAMA e, preferencialmente, com especialistas do INPA, que já atuaram no local em outras oportunidades. Estes estudos tornam-se tão mais relevantes quando se observa que a pesca comercial (especialmente a ilegal) tem se tornado uma atividade de significativa importância após o asfaltamento da estrada Manaus-Presidente Figueiredo. Esta atividade está direcionada ao mercado consumidor de Manaus, e é realizada por pequenos grupos que se deslocam de carros ao longo dos trechos da estrada nas proximidades do reservatório. Outro fato preocupante é a constante entrada de pequenas embarcações locais pela borda da APA de Presidente Figueiredo-Caverna do Maroaga, para realização de pesca comercial por diferentes partes do reservatório. O impacto destas atividades sobre a REBIO é óbvio.

A pressão de pesca sobre os tucunarés da região é já proverbial no Estado do Amazonas, embora suas conseqüências sobre os estoques locais da espécie ainda sejam desconhecidos.

Por todos estes pontos, sugere-se:

- Levantamento das espécies à montante e à jusante da represa (incluindo-se uma avaliação dos estoques e possíveis alterações nos parâmetros populacionais e alterações na composição de espécies e de suas abundâncias ao longo do tempo);
- Estudo da estrutura da cadeia trófica e da distribuição temporal e espacial da comunidade ictiológica dentro do reservatório, especialmente nas partes alagadas após a construção da represa;
- Estudo de monitoramento da pesca, reprodução e estrutura populacional de tucunarés nas principais áreas de pesca da espécie.

e) Estudo da dinâmica Populacional das Ilhas do Reservatório

Quando as comportas da represas de Balbina foram fechadas, formaram-se inúmeras ilhas nas terras anteriormente mais elevadas. Estas ilhas, de diversos tamanhos, podem tornar-se um excelente laboratório para pesquisas sobre o efeito da fragmentação sobre as populações nativas da fauna amazônica e da própria floresta. Com isto poderíamos ter informações valiosas sobre o possível impacto de represas e até mesmo de outros agentes de fragmentação da floresta. Dentro deste conceito, deveremos escolher um grupo da fauna que seja abundante, com inúmeras espécies e que sejam fiéis ao ambiente florestal. Entre estes poderemos citar algumas aves de subbosque, primatas, pequenos mamíferos terrestres e alguns grupos de invertebrados. Alguns parâmetros importantes a serem obtidos são:

- Mapeamento das ilhas, caracterização do hábitat e determinação da área das mesmas;
- Avaliação sobre a presença ou ausência de espécies dentro do grupo taxonômicos de estudos selecionados;
- Avaliação das populações dessas espécies nas ilhas e comparações entre elas e a fauna das margens do reservatório;
- Estudo de algumas espécies em ilhas de áreas diferentes (se possível: estrutura populacional, hábitos alimentares, reprodução, padrões de uso do espaço, e etc.);
- Recomendações gerais sobre o possível efeito de fragmentação sobre a biota, e do caso específico do reservatório.

f) Estudos sobre a Auto-Ecologia das Ariranhas

A ariranha (*Pteronura brasiliensis*) é a espécie de mamífero mais ameaçada da Amazônia brasileira. No passado estes animais foram muito caçados por causa de sua valiosa pele, e por isto foram extintas de vários lugares na Amazônia, inclusive de certas áreas do corredor. Existem evidências de que existem populações razoáveis desta espécie na REBIO Uatumã, constituindo assim uma oportunidade única para melhorar nosso

conhecimento sobre uma espécie tão ameaçada. Acreditamos que os conhecimentos adquiridos com este trabalho possam ser importantes para se proteger as populações naturais da espécie, não só na REBIO Uatumã como em outros locais da Amazônia onde as populações foram muito reduzidas no passado. Os principais aspectos que o estudo auto-ecológico deverá contemplar são:

- Levantamentos populacionais na REBIO Uatumã - estimativas do tamanho e estrutura das populações (curvas de idade por sexo) e maiores concentrações da espécie da Reserva;
- Tamanho e Composição dos grupos de ariranhas na Reserva - se possível indicar fatores que são determinantes destes parâmetros;
- Organização Social das Ariranhas - sistemas de acasalamento e variação nas proporções sexuais dentro dos grupos, hierarquia e dominação;
- Dieta das Ariranhas - principais pontos de alimentação, padrões sazonais de oferta de alimentos, métodos de captura de alimentos, abundância dos alimentos (oferta), espécies mais predadas (procura) e quantidades ingeridas a cada dia e a cada época do ano, variação anual da dieta, seletividade dos alimentos em relação oferta e procura;
- Reprodução - épocas de acasalamento, tempo de gestação, proporção da população reprodutiva, cuidados parentais, idades reprodutivas, etc.;
- Uso do Espaço - padrões de uso do espaço, áreas preferidas, seleção de hábitat, distâncias percorridas diariamente a cada época do ano, relação das distâncias com a variação sazonal na alimentação, área de uso em um ano, fatores determinantes deste tipo de comportamento, territorialidade, etc.;
- Riscos e ameaças, status local de conservação, e sugestões de medidas para proteção da espécie.

g) Estudo de Rádio-Telemetria de Peixes-Boi

O corredor da Amazônia central é provavelmente a área da Amazônia que contém as maiores populações de peixe-boi (*Trichechus inunguis*) em toda a Amazônia. Estudos recentes (M. Marmontel, pers. com.) indicam que estes animais necessitam tanto do sistema de águas brancas (no caso, o Amazonas-Solimões e seus tributários andinos) como do sistema dos rios de água preta (no caso, o Negro e os tributários nascidos dentro da própria bacia Amazônica). Ainda existem populações razoáveis de peixe-boi na área de influência do rio Uatumã e seus tributários, deste modo constituindo-se numa boa oportunidade de estudo deste animal, que já foi importante comercialmente na região. Sugere-se estudos que possam ser coordenados em colaboração com o Centro de Peixes-Boi do IBAMA/ELETRONORTE/INPA/Mamirauá levando-se em conta os seguintes aspectos:

- Avaliação das populações de peixe-boi na bacia do Uatumã;
- Captura e marcação de animais para instalação de rádios VHF ou até mesmo uso de tecnologia de comunicação por satélite;
- Acompanhamento dos animais pelo tempo de vida da bateria dos rádios instalados para melhor conhecimento das estratégias de uso do espaço, distâncias percorridas, habitats preferidos, hábitos alimentares ao longo do ano;
- Avaliação do impacto da caça de subsistência nas populações de peixe-boi nessa região;
- Sugestão de medidas para a proteção da espécie.

PARES Rio Negro

a) Censo da População Humana e Sócio-Economia

Ver censo demográfico e sócio-econômico para RESEC Jutaí-Solimões.

b) Estudo do impacto humano sobre a biota incluindo eco-turismo

O principais agrupamentos humanos estão localizados nas margens do Rio Negro. Esta população de residentes é potencialmente usuária da Unidade de Conservação. Caça de subsistência, agricultura, extração seletiva de madeiras, pesca, ecoturismo, são algumas das atividades que causam impacto nessa Estação Ecológica. Recomenda-se estudos no sentido de verificar os seguintes aspectos deste uso de recursos:

- Avaliação das principais atividades de uso dos recursos naturais na UC pela população de usuários;
- Levantamentos faunísticos e florísticos para determinação da abundância relativa dos recursos mais usados;
- Estudos da caça de subsistência (inclusive do papel da proteína animal de carne de caça em relação a outras fontes na dieta da população);
- Avaliação sobre o impacto do ecoturismo para a fauna e flora do PARES;
- Importância e impacto da retirada de outros produtos florestais da Reserva;
- Importância da pesca de subsistência, comercial e desportiva na dieta da população e espécies de peixes mais usadas nestas atividades;
- Estudo sobre os impactos das estradas e dos loteamentos na margem direita do rio Negro e outras formas não regulamentadas de uso do solo na extremidade sudeste do PARES;
- Proposição de medidas para manejo e proteção da área com base nos estudos anteriores.

c) Levantamentos Arqueológicos

Estudos a serem determinados por consultoria específica ou pelo CTC do corredor.

d) Estudos de viabilidade da implantação do Ecoturismo e Zoneamento

Pela importância econômica do assunto e seus riscos associados, consideramos que a maior parte dos estudos sobre ecoturismo deveriam ser feitos através de consultorias em colaboração com o MMA, EMANTUR e IPAAM. Esta atividade pode também ser encarada como uma forma de controlar a ocupação humana desordenada que avança no sudeste e leste do PARES.

APA Estadual do Rio Negro

a) Censo da População Humana e Sócio-Economia

Ver censo demográfico e sócio-econômico para RESEC Jutaí-Solimões. Embora os moradores de APA's adquiram status bastante diferenciados daqueles que por ventura vivam numa RESEC, a natureza dos estudos censitários e sócio-econômicos é muito similar.

b) Estudo do impacto humano sobre a biota

Os problemas encontrados nesta unidade são muito similares àqueles que ocorrem no PARES Rio Negro. Acrescente-se que a estrada que tenta ligar Manacapuru a Novo Airão, na margem direita do rio Negro, os loteamentos recentes e o desmadeiramento intenso da região representam pressões adicionais àquelas do PARES.

c) Estudo do Impacto Ambiental do Ecoturismo

Semelhante a unidade anterior. Pela importância econômica do assunto e riscos associados consideramos que a maior parte dos estudos sobre ecoturismo deveriam ser feitos através de consultorias em colaboração com o MMA, EMANTUR e IPAAM.

d) Estudos das populações de Quelônios

Estudo a ser coordenado pela Superintendência do IBAMA no Amazonas e CENAQUA/IBAMA. Estes estudos possuem um perfil muito similar àqueles sugeridos para a região da foz do rio Jutaí (2g).

e) Levantamentos de Flora e Fauna

Ver levantamentos faunísticos e florísticos sugeridos para RESEC Juamí-Japurá.

APA de Presidente Figueiredo-Caverna do Maroaga

a) Censo Demográfico e Sócio-Econômico

Ver censo demográfico e sócio-econômico para RESEC Jutai-Solimões.

b) Estudos sobre o impacto humano sobre a biota

Ver os tópicos sugeridos e considerações para o PARES Rio Negro. Todavia, nesta APA existem pressões antrópicas mais diversificadas e mais intensas. As estradas, o fluxo desordenado de turistas não-guiados, a destinação do lixo, o desmatação dos grandes proprietários rurais e empresas madeireiras, os loteamentos, a mineração em pequena escala, e o uso não-racional do solo pelos pequenos proprietários rurais são os mais marcantes. A grande questão da gestão ambiental das APA's atinge aqui um status emblemático. Esta última questão deve também ser considerada nestes estudos, que poderão apontar formas alternativas e inventivas para lidar com esta difícil situação.

c) Ordenamento do Ecoturismo estudos de seu impacto na área

Semelhante a unidade anterior. Pela importância econômica do assunto e riscos associados consideramos que a maior parte dos estudos sobre ecoturismo deveriam ser feitos através de consultorias em colaboração com o MMA, EMANTUR e IPAAM.

d) Estudos Populacionais do Galo-da-Serra

Uma das espécies mais representativas da Amazônia ao norte do Rio Negro é o Galo-da-Serra (*Rupicola rupicola*). Este frugívoro de hábitos sociais é um animal não muito comum. Um melhor conhecimento sobre suas populações poderia aumentar o potencial de ecoturismo na área. Os estudos poderiam ter os seguintes objetivos:

- Localização das principais populações da espécie na APA de Presidente Figueiredo;

- Mudanças no padrão de distribuição anual, área de uso e padrões de movimento sazonais pela espécie;
- Organização e Comportamento social e reprodutivo;
- Dieta e seleção de alimentos (incluindo medidas para avaliar a abundância de alimentos potenciais na área);
- Principais riscos e medidas para sua proteção na natureza.

e) Levantamento Arqueológico e Espeleológico

Estudo a ser determinado por consultoria específica ou pelo próprio CTC do corredor.

f) Estudos de Impacto e Ordenamento da Pesca na represa de Balbina

Estes trabalhos tem como objetivo:

- Avaliação dos estoques pesqueiros de Balbina;
- Principais aparelhos de pesca utilizados, potencial de captura respectivo e espécies capturadas;
- Monitoramento do desembarque de pescado na represa (inclui quantidades e espécies capturadas, mercados e origens da captura);
- Variações anuais e sazonais da captura;
- Proposição de medidas de controle e ordenamento da pesca em Balbina;

Como se pode perceber, estes estudos estão intimamente interligados àqueles citados para a REBIO Uatumã (ponto 6d). Difere somente do referencial adotado: ou ordenamento pesqueiro para uma APA ou para a proteção de uma REBIO. Como a metodologia e as abordagens deverão ser quase idênticas, sugere-se que os dois estudos sejam realizados por um mesmo grupo de pesquisas, impedindo sobreposição de esforços e recursos e otimizando o uso dos resultados alcançados. Deve ser destacado que o esforço amostral e os investimentos nestes estudos deverão ser especialmente potencializados de forma a fornecer resultados que atendam a estas duas distintas demandas.

g) Estudo para manejo florestal sustentado da área

Este estudo deverá ser coordenado com os esforços do Projeto de Manejo Florestal do PPG7. A abordagem participativa de um possível sistema de manejo dos recursos florestais remanescentes no local deverá ser um tópico importante a ser considerado neste local.

V - ESTUDOS EM OUTROS CORREDORES DA AMAZONIA

REBIO Gurupi

a) Censo demográfico e sócio-econômico

Ver censo demográfico e sócio-econômico para RESEC Jutai-Solimões. A metodologia e as formas de abordagem poderão ser basicamente as mesmas, embora a situação local seja mais dramática. A ocupação indígena em várias partes da região, a existência de um grupo indígena remanescente de caçadores-e-coletores (nômades que vagam inclusive em áreas da REBIO), um histórico fundiário conflituoso envolvendo fazendeiros, grileiros, posseiros, e simples invasores, as proximidades com pólos de produção e desenvolvimento (como Carajás, Imperatriz, etc.), a atuação intensa do setor madeireiro, a existência de estradas de rodagem e ferrovias nas imediações, e um panorama político adverso são as particularidades do contexto no qual se insere esta unidade de conservação.

Por tudo isto, sugere-se também a realização de estudos dedicados à preparação de posteriores trabalhos em participação comunitária. Especialmente importante será a diagnose detalhada do contexto referido acima, e a identificação dos atores envolvidos no confuso caso de Gurupi. Lideranças destes setores devem também ser identificadas de modo a facilitar a intalação futura de diferentes instâncias de negociação e de tomada de decisão para uma possível gestão futura desta importante unidade de conservação.

b) Inventário de Flora e Fauna

Ver RESEC Juamí-Japurá, itens a e b.

c) Estudo de potencial de Ecoturismo no Entorno

Estudo a ser definido por consultoria especializada levando em consideração a delicada situação fundiária e, conseqüentemente, a situação política criada ao longo dos últimos anos nesta REBIO.

PARNA Amazônia

a) Censo demográfico e sócio-econômico

Ver censo demográfico e sócio-econômico para RESEC Jutai-Solimões.

b) Inventário de Flora e Fauna

Ver RESEC Juamí-Japurá itens a e b.

VI - ESTUDOS ESTRATÉGICOS PARA O CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

VI.1. Monitoramento e complementação ao mapeamento da cobertura florestal

Este estudo compreende dois componentes:

- A complementação, atualização e integração do levantamento de remanescentes florestais por imagens de satélite que vem sendo efetuado por empresas (BahiaSul, Veracruz), organizações não-governamentais (IESB, Fundação SOS Mata Atlântica e Conservation International do Brasil) e o setor público (DDF-BA, SEDESU-ES, GERCO).
- A viabilização na utilização rotineira da metodologia de videografia aerotransportada para monitoramento do corredor. Essa metodologia foi testada recentemente na região cacauzeira e mostrou-se bastante eficaz tecnicamente e financeiramente para a análise mais refinada da cobertura florestal.

VI.2. Projeto Tamar

Criado em 1980 pelo antigo IBDF, o Projeto Tamar tem como objetivo a proteção das tartarugas marinhas do litoral brasileiro. O Projeto Parques e Reservas fornecerá suporte e apoio às atividades do Tamar desenvolvidas nas suas bases do sul da Bahia e norte do Espírito Santo, especialmente nos componentes de educação ambiental, desenvolvimento de alternativas econômicas para as comunidades costeiras, e o fortalecimento de projetos de pesquisa com as cinco espécies de tartarugas.

VI.3. Caça de subsistência e comércio de animais silvestres

Vários estudos têm registrado a intensa atividade de caça e comércio de animais silvestres no Corredor da Mata Atlântica Central, apresentando indicações da extinção local de algumas espécies, como os grandes primatas - *Brachyteles arachnoides* (muriqui); *Alouatta fusca* (barbado); *Cebus xanthosternos* (macaco-prego-do-peito-amarelo). Estima-se que milhares de espécimes da avifauna são comercializadas anualmente, particularmente os psittacídeos. As razões para tal atividade envolvem questões culturais, sociais e econômicas. Este estudo objetiva avaliar regionalmente a extensão e o impacto da caça de subsistência e do comércio de animais sobre as comunidades naturais, considerando os seguintes tópicos:

- Identificar as principais espécies utilizadas pelos usuários;
- Identificar o destino final dos animais capturados pelos usuários;
- Identificar as regiões mais afetadas pela atividade da caça;

- estimar a contribuição financeira da caça e comércio de animais silvestres no orçamento familiar;
- Iniciar uma campanha de conscientização e esclarecimentos das consequências legais e ambientais dessa atividade, direcionada as comunidades locais e judiciárias.

VI.4. Recuperação de áreas degradadas

O projeto Parques e Reservas tem como um dos seus objetivos específicos, dentre vários outros, a manutenção ou o incremento do grau de conectividade entre os remanescentes florestais através de ações que permitam a maximização (ou a minimização do grau de resistência) do fluxo de indivíduos das diferentes espécies que compõem as comunidades florísticas e faunísticas. As atividades citadas abaixo buscam incentivar à regeneração natural ou induzida de florestas, visando a recuperação de áreas estratégicas que podem funcionar como *stepping stones* entre os remanescentes florestais de maior expressão dentro do Corredor da Mata Atlântica Central:

- Identificação e apoio às iniciativas bem sucedidas sobre recuperação de áreas degradadas no âmbito do Corredor;
- Estabelecimento de projetos pilotos;
- Identificação de áreas prioritárias para a implantação de programas de recuperação ambiental;
- Estabelecimento de áreas de produção e distribuição de mudas de espécies nativas (ex.: Estação Veracruz, Reserva Florestal de Linhares e Estação Experimental de Pau Brasil)

VI.5. Pesquisa sobre o Fluxo Florístico e Faunístico em Paisagens com diferentes graus de conectividade

Estudo a ser realizado através de consultoria específica, visando determinar as espécies-chave que podem ser utilizadas como indicadoras do nível de fluxo de propágulos entre fragmentos ou núcleos florestais, podendo compor a lista de parâmetros a serem monitorados para se avaliar o progresso da formação do corredor. A pesquisa deverá também indicar os níveis mínimos de conectividade em porções selecionadas do corredor que permitam o fluxo gênico de espécies particularmente ameaçadas, que necessitam de maiores extensões de hábitat para se manterem demografica e geneticamente viáveis.

VI.6. Estudos em terras indígenas do corredor

As comunidades indígenas da Mata Atlântica ao longo do processo de colonização do país sofreram inúmeras restrições espaciais, o que ocasionou a pressão sobre os recursos naturais em seus territórios e áreas adjacentes, como vem ocorrendo com a Comunidade Pataxó na região do Parque Nacional de Monte Pascoal. O objetivo principal destes estudos é

determinar o grau de sustentabilidade e o impacto das atividades de subsistência pelos grupos indígenas presentes no corredor, através das seguintes ações:

- Inventários de flora e fauna para melhor caracterização do hábitat;
- Identificar o padrão de uso dos recursos naturais e os impactos das comunidades indígenas sobre a fauna e flora;
- Integração e cooperação entre os órgãos ambientais dos governos federal, estaduais e municipais e a FUNAI;
- Recomendações de manejo participativo provenientes dos estudos acima relacionados.

VI.7. Comparação quantitativa da biodiversidade de insetos sociais

O estudo de vespas e formigas sociais será utilizado para demonstrar a possibilidade de estabelecimento de técnicas de coleta de dados em grandes extensões de área. Além de contribuir para a determinação de métodos de levantamento de dados sobre a biodiversidade regional, os inventários conduzidos neste projeto deverão fornecer valiosas informações para o manejo de duas das mais importantes unidades de conservação no sul da Bahia - o Parque Estadual da serra do Condurú e a Reserva Biológica de Una, além de fornecer elementos para indicar ações em áreas-chave do corredor, visando integrar o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo.

VI.8. Diagnóstico e apoio as atividades de ecoturismo

A partir do exame dos planos existentes para o estado da Bahia é possível perceber que a atividade turística tenderá a crescer dinamicamente nos próximos anos, com projeções de que se torne um dos mais importantes vetores da economia regional na virada do século. As possibilidades para o desenvolvimento de um segmento crescente do mercado turístico mundial, representado pelo ecoturismo, são especialmente atraentes no sul da Bahia, através do inserção dos recursos biológicos da região no plano geral de fomento ao turismo. A região pode investir nesse ramo promovendo sua floresta natural típica e as espécies bandeira, como o mico-leão-da-cara-dourada e outras vantagens comparativas existentes apenas no sul da Bahia. Acreditamos que o desenvolvimento do ecoturismo propiciará um incentivo adicional aos proprietários para a conservação de florestas em sua propriedade, incrementando a oferta de empregos para trabalhadores rurais e urbanos, além de introduzir naqueles empresários envolvidos com o turismo costeiro, um maior interesse na preservação das florestas. A infraestrutura logística já estruturada e direcionada ao turismo costeiro tradicional na região também se beneficiará pela estada mais prolongada proporcionada por atrações ligadas ao ecoturismo e educação ambiental. O objetivo deste estudo é delinear as linhas de ação para o estabelecimento de um programa de ecoturismo para a região do Corredor da Mata Atlântica Central. O estudo será desenvolvido sob duas perspectivas: o planejamento ecoturístico regional e o planejamento específico para aquelas áreas protegidas que permitam a

visitação pública. Os produtos esperados para este estudo serão os seguintes:

- Efetuar o diagnóstico do setor turístico e ecoturístico da região (número de empresas atuando; principais produtos; capacidade institucional etc.);
- Identificar os locais mais promissores para esse tipo de investimento e a demanda existente relacionada a esse recurso;
- Identificar o potencial para o desenvolvimento do ecoturismo dentro das áreas protegidas.

VII - ESTUDOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA E NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CORREDOR DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL

Reserva Florestal Estadual de Wenceslau Guimarães

- a) Descrição dos padrões atuais de uso de recursos naturais nas áreas circunvizinhas à unidade - identificação dos atores envolvidos, as principais forças econômicas da região e a tendência de uso da terra a curto, médio e longo prazos;
- b) Intensificar os levantamentos florísticos e faunísticos realizados até então na Reserva para fins de desenvolvimento do Plano de Manejo e estender as pesquisas para a zona tampão da unidade, para uma melhor caracterização da biodiversidade local (ver também item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...");
- c) Estudo de redefinição dos limites da Reserva visando consolidar a situação fundiária da unidade e a resolução dos conflitos com a comunidade local.

Parque Estadual da Serra do Conduru

- a) Identificação de unidades ambientais que compõem o Parque e fornecer apoio à projetos de levantamento florístico;
- b) Levantamento de vertebrados e invertebrados indicadores - inventários de mamíferos, aves, répteis e anfíbios (ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...");
- c) Levantamento geomorfológico - Estudos a serem determinados por consultoria específica;
- d) Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas - Serão mapeadas e cadastradas as propriedades rurais da zona tampão da unidade. Os resultados desse levantamento orientará a elaboração de uma estratégia de assistência aos proprietários rurais. A assistência consistirá no uso intensivo da terra já cultivada, além de preparar o fazendeiro para as

novas condições de mercado que serão impostas após a construção da estrada Ilhéus-Itacaré e o desenvolvimento do setor turístico. O programa também prevê o suporte ao planejamento e criação de reservas florestais particulares na zona tampão do Parque e o início de uma campanha de conscientização e divulgação da unidade.

Reserva Biológica de Una

- a) Levantamentos florísticos - complementação dos estudos florísticos que vêm sendo realizados pelo Herbário do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC-CEPLAC);
- b) Levantamento de vertebrados - pequenos mamíferos, aves, répteis e anfíbios (ver item II “Estudos Florísticos e Faunísticos...”);
- c) Impacto do desmatamento em áreas vizinhas sobre habitats da Reserva - o desmatamento nas áreas adjacentes à reserva nos últimos anos tem ameaçado deixar a unidade isolada e comprometida em sua capacidade de manter populações viáveis da fauna e flora local. Será avaliada o nível de desmatamento na zona tampão da unidade, as principais ameaças advindas dessa atividade e as ações mais adequadas para minimizar os impactos;
- d) Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas - complementação aos estudos da Conservation International (CI) e o Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia (IESB), que vêm conduzindo um programa de pesquisas econômicas e sociais para identificar as alternativas práticas que evitem o desmatamento na região. A estratégia envolve a assistência técnica e a transferência de informações ambientais e econômicas aos proprietários rurais, tendo como contrapartida a conservação das reservas de mata de suas propriedades. O programa também fornece orientação ao proprietário para transformar formalmente sua floresta em uma reserva particular, o que lhe trará alguns benefícios fiscais.

Estação Experimental Pau-Brasil

- a) Levantamento de vertebrados - mamíferos, aves, répteis e anfíbios (ver item II “Estudos Florísticos e Faunísticos...”);
- b) Diagnóstico florístico-sucessional (ver item II “Estudos Florísticos e Faunísticos...”);

APA Estadual Costa de Itacaré/Serra Grande

- a) Levantamentos de flora e fauna - ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...";
- b) Estudo do impacto do desenvolvimento turístico - O turismo já existente nessa região está crescendo aceleradamente, contando atualmente com 300.000 visitantes por ano. Espera-se que a criação do Parque Estadual da Serra do Condurú e a implantação da Estrada-Parque Ilhéus-Itacaré, haverá um grande incremento neste segmento. São recomendados os seguintes estudos para a abordagem do turismo na região:
 - Estabelecer um planejamento a curto, médio e longo prazo para a atividade turística;
 - Identificar os produtos a serem oferecidos pelas diferentes categorias de unidades de conservação (Estrada-Parque, Parque Estadual, Área de proteção Ambiental) ao turista;
 - Estudar a capacidade receptiva ao turista dessas unidades.
- c) Estudo sobre ordenamento territorial - análise da dinâmica do uso da terra através da utilização de um sistema de informação geográfica para subsidiar o ordenamento territorial da APAE;
- d) Suporte técnico e acompanhamento da implantação da Estrada-Parque Serra Grande-Itacaré, visando garantir a adequação das obras de infraestrutura viária às condições ambientais e ecoturísticas da região.

Parque Nacional de Monte Pascoal

- a) Levantamento florístico - ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...";
- b) Levantamento de vertebrados - ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...";
- c) Comunidades bióticas - o Parque apresenta um espectro grande de unidades ambientais que por sua vez abrigam diferentes comunidades bióticas. Este estudo indicará suas principais comunidades bióticas, permitindo um melhor conhecimento da diversidade biológica do PARNA Monte Pascoal e fornecendo informações fundamentais para o devido zoneamento da unidade;
- d) Diagnóstico do uso da terra e de recursos naturais pela comunidade Pataxó - A solução dos conflitos entre os Pataxós e o PARNA Monte Pascoal, passa pela identificação de alternativas de sobrevivência para este grupo indígena. Será realizado um diagnóstico sócio-econômico da área Pataxó, indicando a situação atual e as possibilidades de desenvolvimento de atividades capazes de garantir a sustentabilidade de sua comunidade.

Parque Nacional Marinho de Abrolhos

- a) Diagnóstico do impacto do desmatamento e de outras atividades de origem antrópica sobre os ecossistemas marinhos do Parque - A conversão de habitats naturais ao longo da faixa costeira do estado da Bahia consolida-se como uma ameaça extremamente importante sobre os corais de Abrolhos, intolerantes ao processo de sedimentação provocado pela alta carga de sedimentos resultante do desmatamento na região. Pretende-se identificar as principais ameaças aos ecossistemas marinhos dos Abrolhos e estabelecer uma proposta de um Programa de Avaliação e Monitoramento. Essa estratégia será desenvolvida em complemento aos esforços de pesquisa em andamento na região;
- b) Diagnóstico das tendências do fluxo turístico - A atividade turística representa uma das mais recentes e importantes ameaças sobre o complexo de Abrolhos, assim como uma fonte potencial de recursos. Dada a natureza frágil dos recifes de coral da região e o mercado crescente do turismo é imperativo que um Plano de Ação seja preparado, de modo a instruir adequadamente a atividade turística, antes que esta fuja do controle, com consequências bastantes negativas para o Parque e todo o ecossistema marinha da região.
- c) Estudo sobre o uso de recursos pesqueiros pelas comunidades locais - Ainda é incipiente o conhecimento sobre a exploração dos recursos marinhos na região, não havendo dados quantitativos sobre o estoque pesqueiro e dinâmica das espécies de maior valor comercial, embora já há indícios de queda da produção pesqueira nos últimos anos. Recomenda-se estudos sobre o perfil dos usuários dos recursos pesqueiros; o desenvolvimento de uma metodologia de acompanhamento contínuo da produção pesqueira, que possa ser executada pelas próprias Colônias de Pescadores; e a análise das práticas e equipamentos de pesca.

APA Estadual Caraíva/Troncoso

- a) Diagnóstico físico e biológico para ordenamento territorial - Realizar levantamentos rápidos (visita de campo e sobrevôo) para avaliação do estado de conservação da área da APAE e gerar informações afim de subsidiar a elaboração do seu zoneamento ecológico-econômico;
- b) Diagnóstico sócio-econômico e turístico para ordenamento territorial - Como no item anterior serão levantadas informações temáticas para subsidiar o plano de manejo. Para o diagnóstico sócio-econômico deverão ser indicadas as forças econômicas predominantes e descrever o perfil da comunidade presente na região. Quanto a atividade turística, a metodologia do diagnóstico deverá ser elaborada por um especialista.

APA Estadual Ponta da Baleia/Abrolhos

- a) Diagnóstico físico e biológico para ordenamento territorial - ver diagnóstico da APA Estadual Caraíva/Troncoso;
- b) Diagnóstico sócio-econômico e turístico para ordenamento territorial - ver diagnóstico da APA Estadual Caraíva/Troncoso.

Estação Veracruz

Estudos complementares para elaboração de Plano de Manejo - Serão identificados e realizados os estudos necessários para fortalecerem e complementarem as informações ambientais e administrativas cabíveis para a elaboração do plano de manejo da Estação Veracruz.

APA Estadual de Coroa Vermelha

Esta APA possui grande importância histórica, cultural e turística, localizada em um dos principais pólos turísticos do estado da Bahia. Nos últimos anos, suas florestas têm sofrido grande pressão da própria comunidade indígena devido a diminuição contínua das áreas naturais da região, e do crescimento urbano das cidades de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro. Este estudo visa identificar os principais impactos sobre a biota ocasionados pelos fatores mencionados acima, determinando as espécies da fauna e flora mais afetadas; o estado de conservação dos remanescentes florestais da região; e os estudos prioritários a serem desenvolvidos na APA para subsidiar o seu zoneamento ecológico-econômico.

Reserva Biológica de Sooretama

- a) Levantamento florístico - ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...";
- b) Levantamento de vertebrados e grupos indicadores de invertebrados (ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...");
- c) Estudo dos impactos da caça sobre as comunidades bióticas - A caça ainda é uma das principais ameaças para a REBIO Sooretama, facilitada pelo diversos acessos e estradas na unidade. Será investigado neste componente as espécies mais utilizadas pelos usuários, o perfil dos usuários, e a avaliação de evidências do impacto da caça sobre as espécies alvo;

- d) Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas - Seguir as orientações recomendadas para a Reserva Biológica do Una. Os estudos podem indicar estratégias para implantação de ações conjuntas e integradas na proteção de áreas adjacentes à reserva.

Floresta Nacional Rio Preto

- a) Descrição dos padrões atuais de uso de recursos naturais - Identificação dos atores envolvidos, as principais forças econômicas da região e a tendência de uso da terra a curto, médio e longo prazos;
- b) Levantamentos florísticos e faunísticos - ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...";
- c) Estudos complementares para elaboração de plano de manejo - O Ibama em convênio com a Organização Internacional de Madeiras Tropicais - ITTO vem elaborando o plano de manejo para a Flona do Rio Preto. Serão conduzidos estudos para contribuir na finalização do plano de manejo da unidade e no desenvolvimento e fortalecimento de atividades complementares ao manejo florestal (ex.: apicultura em floresta secundária, educação ambiental; piscicultura etc.).

Reserva Florestal de Linhares

A Reserva Florestal de Linhares, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce, é a área de floresta atlântica de baixada mais importante no corredor, juntamente com a Reserva Biológica de Sooretama. A Reserva de Linhares tem servido como um importante polo de geração de conhecimento sobre a Mata Atlântica, hospedando pesquisadores e diversos disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação em ecologia e conservação no Brasil. Além disso, conta com importante infraestrutura de pesquisa e de produção de mudas de espécies de árvores nativas da região, podendo cumprir um papel estratégico na recuperação de áreas-chave para incrementar a conectividade do corredor.

Com a privatização recente da companhia, o futuro da área pode ser considerado duvidoso, já que os novos controladores estarão privilegiando o retorno financeiro da companhia e cortando custos em setores considerados deficitários ou pouco relevantes para a sua operação. Tendo em vista essa situação, setores interessados no âmbito da companhia estão buscando fórmulas de assegurar a continuidade dos esforços em andamento e a conservação a longo prazo da área. O Projeto Parques e Reservas está prevendo um investimento na formação de um fundo de apoio à Linhares, contando com contrapartida da Vale do Rio Doce. A companhia está no momento contratando um estudo global da experiência acumulada em Linhares, em seus diferentes aspectos, que deverá subsidiar a estratégia de sustentabilidade da Reserva.

No entanto, é necessário que o investimento previsto pelo Projeto Parques e Reservas seja precedido em um estudo-diagnóstico da sustentabilidade econômica e institucional da Reserva, incluindo um plano de ação que contemple esses aspectos, complementado o estudo a ser realizado pela Vale do Rio Doce nos próximos 12 meses, descrito acima. Portanto, prevê-se investimento em uma pesquisa dos aspectos econômicos, sociais, financeiros e de marketing, que possa orientar os investimentos de médio e longo prazo.

Estação Biológica de Santa Lúcia

- a) Diagnóstico da sustentabilidade econômica e social da Reserva - Identificação de parceiros para desenvolvimento de projetos sugeridos no Plano de Ação e de estratégias para a integração da unidade com grupos comunitários;
- b) Estudos complementares para elaboração de plano de manejo - Continuação dos estudos desenvolvidos no Plano de Ação, com enfoque na gestão participativa para a proteção da biodiversidade da região;
- c) Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas - Identificação dos principais atores da região e do padrão de exploração econômica tradicional, com o mapeamento e cadastramento dos proprietários rurais na área tampão da unidade. Os estudos devem indicar alternativas produtivas de baixo impacto ambiental, com destaque para as atividades de ecoturismo. O programa deve também apontar as áreas potenciais para criação de reservas particulares e fornecer informações aos proprietários para sua efetiva implantação.

Reserva Biológica Augusto Ruschi

- a) Levantamento florístico - ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...";
- b) Levantamento de vertebrados e grupos indicadores de invertebrados - ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...";
- c) Estudo dos impactos da caça sobre as comunidades bióticas - ver os estudos indicados para a REBIO Sooretama;
- d) Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas - ver diagnóstico da Estação Biológica de Santa Lúcia.

Parque Nacional do Caparaó

- a) Estudos florísticos e faunísticos - ver item II "Estudos Florísticos e Faunísticos...";

- b) Diagnóstico sócio-econômico das áreas circunvizinhas - Seguir as orientações recomendadas para a Reserva Biológica do Una em consonância com as atividades do Programa de Cooperação Interinstitucional, envolvendo o IBAMA, o Instituto Estadual de Florestas-MG e a Fundação Biodiversitas;
- c) Levantamento das tendências na área de turismo no PARNA - O parque possui excelente potencial turístico, mas não possui infra-estrutura suficiente para receber um grande número de visitantes. A análise da capacidade de carga e o planejamento do turismo na unidade devem constar deste levantamento;
- d) Estudos complementares para a revisão do plano de manejo - Serão analisadas as informações técnicas e administrativas disponíveis através do Plano de Manejo em vigor, do Plano Emergencial e outros documentos disponíveis, afim de identificar e realizar estudos para a atualização do plano de manejo da unidade.

A3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRIORITÁRIAS QUE DEVERÃO SER EXECUTADAS NO PRIMEIRO ANO DO PROJETO (AMAZÔNIA E MATA ATLÂNTICA) (COM CRONOGRAMAS)

Como já referido anteriormente, algumas das ações deste projeto deverão ser realizadas previamente, numa fase de pré-investimento, ou, provavelmente, no primeiro ano de sua execução. Estas atividades são de caráter mais geral e envolvem o estabelecimento institucionalizado das funções operacionais, financeiras, contábeis, e de tomada de decisão.

A elaboração dos Planos Operacionais para cada um dos componentes propostos, a constituição das instâncias decisórias participativas e a construção de amplo apoio político local, regional e nacional também estarão em realização neste momento. A identificação de atores, parceiros e co-executores, além de identificação e contratação dos membros do *staff*, são outras atividades que pedem implementação prévia.

Algumas outras ações deverão ser também iniciadas o mais breve possível, como as primeiras campanhas de propaganda e *marketing* (incluindo publicação de guias de fauna e flora e outros meios de divulgação científica), e as primeiras atividades de elaboração e execução da estratégia nacional para estabelecimento e expansão da rede de reservas privadas (RPPN's).

Alguns projetos específicos já iniciados no âmbito do PNMA deverão ser continuados, especialmente para evitar que o esforço e investimento do Programa perca a chance de ser sedimentado naquelas unidades de conservação contempladas.

Esta fase prévia é também bastante propícia para que problemas relacionados à questão fundiária de algumas unidades de conservação sejam abordados. Estão previstas atividades de levantamento fundiário, demarcação de limites de algumas unidades e regularização fundiária. Este esforço também deve ser efetivado pelo governo brasileiro durante esta fase.

Outra atividade que deverá ser continuada (já está em funcionamento) é a manutenção do Banco de Dados de Unidades de Conservação do Brasil, que tenta cadastrar todas as unidades públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (de pessoas físicas e jurídicas). Este Banco já existe como um dos produtos da elaboração deste projeto, e conta atualmente com o registro de cerca de 800 unidades em todos os níveis.

Realizado (concebido e operado) pela SCM (Sociedade Civil Mamirauá) e CI do Brasil (Conservation International), este Banco de Dados exige constante manutenção (reparos, correções) e acréscimos que podem torná-lo um instrumento mais útil na elaboração das políticas de conservação relativas às unidades de conservação.

A seguir encontra-se uma listagem das atividades prévias propostas junto a um cronograma de execução.

ATIVIDADE / ANO1	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
CORREDORES: AMAZÔNIA CENTRAL / MATA ATLÂNTICA CENTRAL												
0. Estabelecer consenso político sobre os corredores ecológicos e os objetivos e papéis dos vários níveis												
(Acordo entre Estado e Governo Federal e Estado e Municípios talvez sejam necessários para maior eficiência dos fundos)	X	X	X	X	X	X						
1. Implementação da estrutura institucional e organizacional para o projeto em ambos os corredores (Amazônia e Mata Atlântica)												
a) Criação de agências ou unidades dentro de agências que já existem incluindo as etapas administrativas e legais necessárias.		X	X	X	X							
b) Definição de regras operacionais e procedimentos.				X	X	X						
c) Estabelecimento de mecanismos transparentes para seleção de pessoal.			X	X								
d) Contratar consultores necessários e/ou PNUD.			X	X	X							
e) Fornecimento de equipamentos para instalações físicas.				X	X	X						
f) Treinamento de pessoal.					X	X	X					
g) Constituir parcerias formais necessárias (convênios).						X	X	X				
h) Estabelecer sistema de monitoramento do projeto.								X	X			
2. Estabelecer um Conselho Deliberativo para o projeto e/ou Corredores												
a) Definir os principais atores do corredor ecológico (ou corredores)	X	X	X									
b) Estabelecimento de diálogo com os atores.		X	X	X								
c) Definir quem representa os diversos atores.			X	X								
d) Selecionar membros dos conselhos e reunir os membros.				X	X							

a) Definir áreas-alvo				X	X							
b) Condução de campanha publicitária nas áreas-alvo.					X	X	X					
c) Estabelecer assistência técnica e mecanismos de certificação (pessoal, treinamento e logística)										X	X	X
d) Contactar proprietários de RPPN's potenciais.								X	X	X	X	X
e) Fornecimento de Assistência técnica.							X	X	X	X	X	X
a) Manutenção e expansão do banco de dados.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
G) Criar uma consultoria jurídica ambiental para apreciar sugestões e criar mecanismos com maior celeridade		X	X	X	X	X	X					
6. Sistema de Monitoramento (Com COBIO/MMA)												
a) Definir indicadores a serem usados (logo no começo)		X	X	X	X							
b) Planejamento e Estabelecimento do plano de monitoramento.			X	X	X	X						
c) Conduzir levantamentos básicos e estudos dos indicadores para monitorar a biodiversidade					X	X	X	X	X	X	X	X
d) Conduzir levantamentos básicos e estudos dos indicadores para monitorar socioeconomia e qualidade de vida.					X	X	X	X	X	X	X	X
7. Planejamento do Corredor												
a) Com base nos resultados das consultas aos atores, delinear planos plurianuais para o manejo, considerando todos os aspectos geográficos, biológicos, físicos, sociais, financeiros e administrativos (Deve conter todos os subprojetos).									X	X		
b) Discutir o plano com atores (individualmente).											X	X
c) Revisar os planos desenvolvidos até o momento.											X	X
d) Propor os planos aos conselhos, obter sua aprovação e elaborar um plano de trabalho anual.												X
8. Planejamento dos Subprojetos (deve iniciar paralelo ao planejamento do corredor)												

a) Empregar consultores/fazer convênios para o TA para os atores, grupos ou agências.										X	X		
b) Iniciar o processo de planejamento interno dos atores.											X	X	
c) Elaborar planos mais completos dos subprojetos.										X	X	X	
d) Obter aprovação dos conselhos.													X
e) Elaboração do primeiro plano anual.												X	X
f) Entrar nos convênios/contratos com os executores.													X
9. Continuação de investimentos em projetos selecionados do PNMA relacionados com o Projeto Parques e Reservas (Unidades Federais)													
a) Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental da estrada que corta a REBIO Augusto Ruschi.										X	X		
b) Elaboração do Plano de Manejo/Fase II do PARNA Caparaó.				X	X	X	X	X	X	X	X		
c) Elaboração de Plano de Manejo/Fase II do Rebio Sooretama.					X	X	X	X	X	X	X	X	
d) Elaboração do Plano de Manejo/Fase ESEC Juami-Japurá.								X	X	X	X	X	X
10. Investimentos, Despesas Operacionais e Estudos nas Áreas Protegidas dos Corredores													
(Conforme dotação orçamentaria dos Corredores Ecológicos para o ANO I)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
11. Levantamentos Fundiários de UC's federais envolvidas nos corredores (IBAMA)													
a) PARNA Monte Pascoal	X	X	X										
b) PARNA Caparaó		X	X	X									
c) REBIO Una			X	X	X								
d) PARNA Tefé (a ser criado)				X	X	X							
e) PARNA do Jaú					X	X	X						
12. Demarcação de Unidades de Conservação Federais (IBAMA)													

a) Rebio de Una (40 km)						X	X	X				
b) PARNA Tefé (a ser criado)							X	X	X			
c) PARNA do Jaú - 60 km								X	X	X		
13. Unidades de Conservação Estaduais												
a) Delimitação e demarcação do Parque Estadual da Serra do Condurú.		X	X	X	X	X						
14. Guias de Fauna e Flora da Amazônia começam a ser elaborados												
a) Decidir com o Conselho Deliberativo o público-alvo.									X	X		
b) Identificação de um editor para a série.										X	X	
c) Identificação dos responsáveis por cada publicação.											X	X
d) Iniciar trabalhos.												X
15. Manutenção do Banco de Dados de Unidades de Conservação do Brasil (já existente)												
(cadastrando Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais e Particulares)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
16. IBAMA regulariza terras das UC's dentro dos Corredores (Contraparte do Governo Brasileiro)												
Levantamento fundiário, demarcações, indenizações e etc.							X	X	X	X	X	X

A4.A SELEÇÃO DOS CORREDORES E SEUS CRITÉRIOS BIOLÓGICOS

Embora este tema já tenha sido desenvolvido dentro do corpo central do projeto, é relevante enfatizar o caráter científico que pautou a seleção das áreas consideradas aptas à criação dos Corredores Ecológicos. As fontes de informação para este procedimento são os trabalhos científicos de cerca de 200 diferentes pesquisadores de várias nacionalidades, trabalhando com os mais diversos grupos taxonômicos da flora e da fauna.

Estes trabalhos foram consolidados (no sentido de definir áreas prioritárias para conservação) nos últimos 7 anos, principalmente em 4 eventos (dois *workshops* internacionais - Manaus e Miami, e dois *workshops* regionais - na mata atlântica nordestina). Existem tentativas atuais de reavaliar e atualizar tais informações, especialmente através de *workshops* de iniciativa do PRONABIO.

Recomenda-se que o Projeto Parques e Reservas, representado pelos indivíduos que estiverem à sua frente, estejam atentos para possíveis fatos novos advindos dos esforços que eventualmente venham a ser desenvolvidos para a definição ou re-definição de áreas prioritárias para conservação nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, bem como em outros biomas brasileiros onde o Projeto possa vir a ser estendido no futuro.

Os corredores foram selecionados usando uma combinação de critérios biológicos e critérios de localização de unidades de conservação existentes. O projeto tem o objetivo prioritário de consolidar o sistema de unidades de conservação para torná-las mais efetivas em seu papel de proteger e conservar a biodiversidade das florestas tropicais brasileiras.

O critério de seleção de corredores combinou as metas de consolidação de unidades de conservação com as metas de maximizar a preservação da biodiversidade. Desta forma, a análise compreendeu duas etapas distintas.

Na primeira etapa, foram mapeadas as unidades de conservação na Amazônia e Mata Atlântica, e identificados os possíveis corredores, que atenderiam à função de interligar e consolidar as UC's. Ainda nesta etapa, foram selecionados os corredores que apresentavam viabilidade institucional para consolidação, por intermédio de criação de novas UC's públicas, por associação com áreas preservadas de grupos indígenas, ou por criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Uma vez definidos os corredores passíveis de criação, foi feita uma seleção baseada em critérios biológicos. Nesta segunda etapa, a distribuição da biodiversidade e de seus componentes mais relevantes (como os endemismos) foram considerados. Tais critérios biológicos devem ser perfeitamente compreendidos neste contexto. Tais critérios foram:

Riqueza de espécies, incluindo número absoluto, bem como percentagem total da biota regional conservada no corredor.

Diversidade de comunidades e ecossistemas, incluindo número de comunidades distintas e percentagem das comunidades típicas da região.

Conectividade, ou integridade das ligações entre comunidades terrestres e aquáticas ao longo do corredor.

Integridade, ou tamanho mínimo dos blocos de paisagem natural, para definir a capacidade de suporte de populações de espécies raras e ameaçadas.

Adicionalmente, para a Mata Atlântica, foi acrescentado o critério de riqueza de espécies endêmicas, tendo em vista a altíssima proporção de endemismos deste bioma. Como resultado deste processo, chegou-se aos cinco corredores da Amazônia e aos dois da Mata Atlântica.

A5. ANÁLISE DE REPRESENTATIVIDADE DO CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA

O Corredor Central da Amazônia, alvo da primeira etapa do projeto, abrange 21.938.000 ha, que representa 5,48% da área original florestada da Amazônia Legal. Isto representa um pouco mais da metade da área total desmatada das florestas da Amazônia Legal até 1991 (10,5%) de acordo com Fearnside (1995). A maioria do corredor se encontra inserido no estado do Amazonas, embora incluindo também pequenas porções no leste do Pará e extremo sul do estado de Roraima. Abrange 15 unidades de conservação, com uma área total de 8.361.863 ha, ou seja 37,6% da área do corredor. Todas essas unidades ocorrem dentro do estado do Amazonas, representando 37,5% das 40 unidades existentes e 37,6% da área total de unidades de conservação no estado, que é de 20.272.038 ha. Em termos de unidades de uso indireto, a representatividade é mais expressiva, contendo 41,3% da área total sob esta categoria de manejo no estado (9.087.433 ha). Um total de 33% da área de unidades de conservação de uso direto do estado do Amazonas (11.147.705 ha) também se encontram dentro do Corredor.

Províncias Biogeográficas

Em 1975, Udvardy, a pedido da União Mundial para a Conservação (IUCN), elaborou um esquema para categorizar as grandes províncias bióticas do mundo. Para os neotrópicos foram identificadas oito províncias a seguir: Guyanan (8.4.1), Amazonian (8.5.1), Madeiran (8.6.1), Campos Limpos (8.28.10), Babaçual (8.29.10), Campos Cerrados (8.30.10), Colombian Montane (8.34.12) e Yungas (8.35.12). O Corredor Central se insere inteiramente na Província Amazônica (8.5.1). Udvardy (1984) revisou este esquema, com mais detalhe, tomando como base para a Amazônia, as regiões fitogeográficas elaboradas por Prance (1977). Nesse esquema, o Corredor Central está inserido em três províncias: Rio Negro (8.5.1), Manaus (8.7.1) e Solimões (8.8.1).

Províncias Geoquímicas

Fittkau (1971) dividiu a bacia Amazônica em três grandes províncias geoquímicas: 1) Região Periférica do Oeste, com formações aluviais que penetram ao leste, e águas e solos relativamente ricas em nutrientes; 2) Regiões Periféricas do Norte e do Sul, os escudos das Guianas e do Brasil Central, com águas e solos relativamente pobres em nutrientes; e 3) Região

Central de extrema pobreza em termos de nutrientes, coberto por sedimentos terciários de origem fluvial e lacustre. O Corredor Central abrange parte da Região Periférica do Oeste, parte da Região Central, e a Região Periférica do Norte. Klammer (1984) categorizou e mapeou a geologia e as formas de relevo na bacia: Aluvião Quaternário, Sedimentos Pré-Terciários, e Embasamento Cristalino. O Corredor abrange todas as três chamadas "Províncias de Relevo" (Klammer, 1984).

A tabela a seguir mostra a distribuição das unidades de conservação nas Regiões Geoquímicas de Fittkau (1971) e nas Províncias de Relevo de Klammer (1984).

Unidades	Área (ha)	Província Geoquímica (Fittkau, 1971)	Províncias de Relêvo (Klammer, 1984)
APA Estadual Caverna do Maroaga	256.200	Periférica do Norte	Embas. cristalino
APA Estadual Rio Negro (Margem Direita)	554.334	Central	Aluvião Quaternário
APA Estadual Rio Negro (Margem Esquerda)	740.757	Central	Aluvião Quaternário
ARIE Projeto DBFF	3.288	Periférica do Norte	Sedim. Pré-Terciários
ARIE Javari - Buriti	15.000	Central	Aluvião Quaternário
ESEC Anavilhanas	350.018	Central	Aluvião Quaternário
ESEC Juami - Japurá	572.650	Periférica do Oeste	Aluvião Quaternário
FLONA Tefé	1.020.000	Central	Aluvião Quaternário
PE Rio Negro	436.042	Central	Aluvião Quaternário
PARNA Jaú	2.272.000	Central	Aluvião Quaternário
REBIO Uatumã	560.000	Periférica do Norte	Embas. cristalino
RDS Mamirauá	1.124.000	Periférica do Oeste	Aluvião Quaternário
RESEC Juami - Japurá	173.180	Periférica do Oeste	Aluvião Quaternário
RESEC Jutai - Solimões	284.285	Central	Aluvião Quaternário
RESEC Sauim-Castanheiras	109	Central	Aluvião Quaternário

Tipos de vegetação

Os tipos de vegetação na Amazônia têm sido classificados por vários autores. Nessa análise utilizou-se um resumo dos tipos descritos por Brown e Prance (1987) que foram baseados no levantamento realizado através do Projeto Radam. Os tipos de vegetação são divididos entre savanas amazônicas, florestas de transição, floresta sempre verde de *terra firme*, formações de areia branca, florestas inundadas (igapós e várzeas), matas de galeria, e floresta montana. A classificação se baseia em topografia, fisionomia, clima, solos, drenagem e comunidades florísticas, incluindo endemidade e diversidade.

O Corredor possui os tipos de vegetação predominantes na Amazônia Central e na bacia do Rio Negro (formações de areia branca): *terra firme* de

baixada, caatinga alta (campinarana), caatinga baixa (campina), várzea e igapó. A formação de *terra firme* submontana caracteriza a vegetação da parte leste do Corredor. De grande significância nesse Corredor Central é a presença de duas grandes unidades de conservação que são as mais importantes do mundo pela proteção de várzea (Reserva de Uso Sustentável de Mamirauá, 1.124.000 ha), e de igapó (Parque Nacional de Jaú, 2.272.000 ha) na Amazônia. Extensas áreas de buritizais existem na Reserva Ecológica Jutai - Solimões e a ARIE Javari - Buriti.

As seguintes formações vegetacionais não são representadas no Corredor Central: As savanas amazônicas do Amapá, Cachimbo-Caruru, Roraima, Madeira, Trombetas-Paru e Marajo (embora existem algumas pequenas áreas na margem direita do Rio Negro); floresta de transição semi-decídua; floresta de cipó; floresta de bambu; campos de várzea; restinga litorânea; várzea de maré; manguezais; mata de galeria; floresta montana baixa; floresta montana alta; campos de altitude; e lajeiros.

Unidades	1	2	3	4	5	6	7
APA Estadual Cavema do Maroaga		+					
APA Estadual Rio Negro (Margem Direita)	+		+	+		+	
APA Estadual Rio Negro (Margem Esquerda)	+		+	+		+	
ARIE Projeto DBFF	+						
ARIE Javari - Buriti							+
ESEC Anavilhanas	+		+	+			
ESEC Juami - Japurá	+				+		
FLONA Tefe	+						
PE Rio Negro	+		+	+		+	
PARNA Jaú	+		+	+		+	
REBIO Uatumã		+	+	+			
RDS Mamirauá					+		
RESEC Juami - Japurá	+				+		
RESEC Jutai - Solimões	+				+		+
RESEC Sauim-Castanheiras	+						

Legenda: 1) *Terra firme* de baixada, 2) *Terra firme* submontana, 3) caatinga alta (campinarana), 4) caatinga baixa (campina), 5) várzea, 6) igapó, 7) buritizal.

Ecosystemas aquáticos

Junk (1983a, 1983b) elaborou uma classificação de ecossistemas aquáticos na bacia Amazônica, que inclui as seguintes categorias: rios de água branca, rios de água preta, rios de água clara, igarapés, cachoeiras e corredeiras, lagos fechados e fundos, lagos fechados e rasos, planícies inundáveis de água branca (várzeas), planícies inundáveis de água preta

(igapós), brejos, pequenos corpos de água efêmeros e permanentes (fitotelmas), águas salobras, e reservatórios (lagos artificiais).

Lagos fechados e fundos na Amazônia são raros e restritos a duas regiões: Serra dos Carajás no Pará e o Morro dos Seis Lagos no alto da bacia do rio Negro. Os lagos fechados e rasos são típicos das savanas de Roraima. Rios de água clara ocorrem no sul da bacia, representado por exemplo pelo rio Tapajós. Águas salobras ocorrem somente no litoral, nos estuários dos rios. Os demais ecossistemas aquáticos estão representados no Corredor Central, e como foi citado acima, duas unidades de conservação, Mamirauá e Jaú, protegem os mais significantes áreas de várzea e igapó na bacia, respectivamente.

O Corredor atravessa parte das bacias de três grandes rios: o rio Amazonas-Solimões de águas brancas que, com a extensão de 6.520 km, é o maior do mundo; o rio Negro de 1.700 km, de águas pretas e que é considerado o segundo maior rio do mundo em termos de volume de descarga, contribuindo com quase 15% da descarga total da bacia, e que representa três vezes o volume da descarga do rio Mississipi, e mais do que a descarga anual de todo os rios europeus juntos; e parte baixa do rio Japurá, de águas brancas, que se estende à Colômbia com a denominação de rio Caquetá.

O Corredor inclui também os seguintes afluentes: a) ao sul do rio Solimões - rio Jutaí, rio Juruá, rio Tefé; b) ao norte do rio Solimões, oeste do rio Negro - rio Japurá, rio Juamí, rio Pioriní, rio Mocó, rio Acaraué, Auatí-Paraná, rio Jaú, rio Carabinani; rio Paduari; c) ao norte do rio Amazonas, leste do rio Negro - rio Branco, rio Jauaperi, rio Alalaú, rio Curiauí, rio Cuieiras, rio Apuaú, rio Jatapú, rio Urubú, rio Uatumã, rio Nhamundá.

Unidades	1	2	3	4	5	6	7	8	9
APA Estadual Caverna do Maroaga		+	+				+	+	
APA Estadual Rio Negro (Margem Direita)	+	+		+		+	+	+	
APA Estadual Rio Negro (Margem Esquerda)	+	+		+		+	+	+	
ARIE Projeto DBFF		+					+	+	
ARIE Javari - Buriti	+	+					+	+	
ESEC Anavilhanas	+	+		+		+	+	+	
ESEC Juamí - Japurá	+	+		+	+		+	+	
FLONA Tefé	+	+					+	+	
PE Rio Negro	+	+		+		+	+	+	
PARNA Jaú	+	+	+	+		+	+	+	
REBIO Uatumã	+	+					+	+	+
RDS Mamirauá	+	+		+	+		+	+	
RESEC Juamí - Japurá	+	+		+	+		+	+	
RESEC Jutaí - Solimões		+		+			+	+	
RESEC Sauim-Castanheiras								+	

Legenda: 1) Rios, 2) Igarapés, 3) Cachoeiras, 4) Lagos fluviais, 5) Planícies inundáveis -várzeas, 6) Planícies inundáveis - igapós, 7) Brejos 8) Pequenos corpos de água, efêmeros e permanentes, 9) reservatórios. * UHE Balbina.

Regiões Fitogeográficas

Existem quatro esquemas que identificam os limites de regiões fitogeograficamente distintas, todos baseados no trabalho clássico de Ducke e Black (1953). Os critérios utilizados por eles incluíram: presença ou ausência de famílias, gêneros e espécies endêmicas; fisionomia; presença de plantas características embora não necessariamente endêmicas; vegetação, solos, e topografia predominante; existência de centros de endemismo ou de diversidade; e as distribuições de plantas chaves. A distribuição de espécies é considerada o parâmetro mais importante (Daly e Prance, 1988).

Ducke e Black (1953) identificaram 10 regiões fitogeográficas: Setor Atlântico, Hylaea nordeste, Hylaea Sudeste, Hylaea Norte, Hylaea Sul, Várzea, Hylaea Oeste, Hylaea Noroeste, Hylaea Sudoeste, e a Faixa subandino. A maioria do Corredor Central se insere na região Hylaea Norte, mas inclui também partes das regiões Hylaea Oeste e Várzea.

Rizzini (1963), limitando-se a Amazônia Brasileira, identificou oito regiões fitogeográficas: Setor Oceânico, Jari-Trombetas, Subprovíncia Alto Rio Branco, Subprovíncia Rio Negro, Setor Oeste, Setor Sudeste, Setor Sul, e Setor Sudoeste. O Corredor Central se insere quase que inteiramente na Subprovíncia Rio Negro, incluindo porém partes de Jari-Trombetas e o Setor Oeste.

Hueck (1966, 1972) identificou 14 regiões fitogeográficas: Delta do Amazonas; Amazônia Nordeste; Tocantins-Gurupí; Médio e Baixo Xingú e Tapajós; Madeira-Purus, Hylaea Oeste; Hylaea Noroeste; Várzea e Campos de Várzea; Acre, Beni, Mamoré, Guaporé; Região subandino; Caquetá, Vaupés, Guainia; Afluentes da margem direita do rio Orinoco; Guyana, Suriname, Guiana Francesa; e Delta do Orinoco. O Corredor Central se insere a Hylaea Oeste e Hylaea Noroeste.

O esquema mais utilizado atualmente é o de Prance (1973, 1977) que formulou oito regiões fitogeográficas para a bacia. Esse esquema foi um dos parâmetros utilizados para determinar a localização de unidades de conservação criados nos anos 70 e 80 (Wetterberg *et al.*, 1976). Baseando-se nas regiões propostas anteriormente, Prance (1973, 1977) elaborou um

esquema simplificado através de estudos das distribuições das espécies de cinco famílias: Chrysobalanaceae, Caryocaraceae, Dichapetalaceae, Connaraceae, e Lecythidaceae. As regiões são: Costa Atlântica; Jari-Trombetas; Xingu Madeira; Roraima; Manaus; Noroeste-Alto Rio Negro; Oeste do Solimões-Amazonas; e Sudeste. O Corredor Central se insere nas regiões Oeste do Solimões-Amazonas e Manaus e uma pequena parte no extremo leste de Jari-Trombetas.

Unidades	Região Fitogeográfica (Prance, 193, 1977)
APA Estadual Cavema do Maroaga	Manaus
APA Estadual Rio Negro (Margem Direita)	Manaus
APA Estadual Rio Negro (Margem Esquerda)	Manaus
ARIE Projeto DBFF	Manaus
ARIE Javari - Buriti	Oeste do Solimões-Amazonas
ESEC Anavilhanas	Manaus
ESEC Juamí - Japurá	Oeste do Solimões-Amazonas
FLONA Tefé	Oeste do Solimões-Amazonas
PE Rio Negro	Manaus
PARNA Jaú	Manaus
REBIO Uatumã	Manaus
RDS Mamirauá	Oeste do Solimões-Amazonas
RESEC Juamí - Japurá	Oeste do Solimões-Amazonas
RESEC Jutai - Solimões	Oeste do Solimões-Amazonas
RESEC Sauim-Castanheiras	Manaus

Centros de Endemismo de Refúgios Pleistocênicos

Pesquisas biogeográficas sobre plantas (Prance, 1973, 1977), aves (Haffer, 1969), a borboletas (Brown, 1987) têm demonstrado a existência de numerosos centros de endemismo nas floresta da Amazônia brasileira. Esses autores argumentaram que os centros de endemismo surgiram por causa de mudanças climáticas e de vegetação durante o último período de glaciação no Pleistoceno, aproximadamente 20.000 anos atrás, que criou áreas isoladas de florestas, chamados "refúgios". Junto com as regiões fitogeográficas esse aspecto da biogeografia da Amazônia foi utilizado por Wetterberg *et al.* (1976, 1981) para orientar a localização de novas unidades de conservação no fim da década de 70. As seguintes unidades de conservação foram criadas como resultado da análise dos refúgios: PARNA Jau (AM), PARNA Cabo Orange (AP), PARNA Pico da Neblina, PARNA Pacaás Novos, PARNA Serra do Divisor, REBIO Guaporé, REBIO Rio Trombetas, e REBIO Lago Piratuba. Prance (1973) identificou 14 refúgios na Amazônia, dos quais o de Manaus e parte do refúgio de Tefé são incorporados no Corredor Central. Haffer (1969) propôs 13 refúgios baseados nas distribuições e padrões de especiação de vários grupos de

aves, incluindo Rhampastidae, Cracidae e Cotingidae. Os refúgios de Tefé e outro sem nome no alto rio Solimões na região do Rio Jutáí identificados por ele estão dentro da área do Corredor Central. Brown (1987) pesquisou a biogeografia de dois grupos de borboletas da família Nymphalidae, Heliconiini e Ithomiinae, e identificou 16 refúgios para a Amazônia brasileira. O Corredor Central inclui o refúgio de Tefé e parte do refugio Jari-Trombetas identificados por ele.

Unidades	Prance, (1973)	Haffer (1969)	Brown (1987)
APA Estadual Cavema do Maroaga	Manaus		Jari-Trombetas
APA Estadual Rio Negro (Margem Direita)	Manaus		
APA Estadual Rio Negro (Margem Esquerda)	Manaus		
ARIE Projeto DBFF	Manaus		
ARIE Javari - Buriti	Tefé	Sem nome	
ESEC Anavilhanas	Manaus		
ESEC Juamí - Japurá			
FLONA Tefé	Tefé		Tefé
PE Rio Negro	Manaus		
PARNA Jaú	Manaus	Jaú	
REBIO Uatumã	Manaus		Jari-Trombetas
RDS Mamirauá			
RESEC Juamí - Japurá			
RESEC Jutáí - Solimões	Tefé	Sem nome	
RESEC Sauím-Castanheiras	Manaus		

Áreas Prioritárias para Conservação identificados por Wetterberg et al. (1976)

Wetterberg et al. (1976, 1981) analisaram três aspectos da biogeografia da Amazônia para identificar áreas prioritárias para a conservação: tipos de vegetação, as regiões fitogeográficas, e refúgios Pleistocênicos. Assim foram identificados 30 áreas prioritárias na bacia. As seguintes áreas fazem parte do Corredor Central: Jatapú, Jaú, Panauá e Cutiuaiá.

Unidades	Áreas Prioritárias (Wetterberg et al., 1976)
APA Estadual Caverna do Maroaga	Jatapú
APA Estadual Rio Negro (Margem Direita)	
APA Estadual Rio Negro (Margem Esquerda)	
ARIE Projeto DBFF	
ARIE Javari - Burití	Cutiaia
ESEC Anavilhanas	
ESEC Jumai- Japurá	
FLONA Tefé	
PE Rio Negro	
PARNA Jaú	Jaú
REBIO Uatumã	
RDS Mamirauá	Panauá
RESEC Juamí - Japurá	
RESEC Jutai - Solimões	
RESEC Sauim-Castanheiras	

Regiões Faunísticas para Peixes

Gery (1984) realizou uma revisão das distribuições geográficas de peixes na América do Sul, com ênfase na Amazônia e suas espécies endêmicas. Assim identificou tentativamente cinco grandes subdivisões na Amazônia de acordo com agrupamentos mais ou menos distintos de gêneros e espécies: Baixo Amazonas, a parte norte do Estado do Pará, com os limites a oeste perto de Óbidos e Santarém; Amazônia Central, ao longo do rio Amazonas-Solimões de Santarém ao rio Içá; Alto Amazonas, a maior região, se estendendo até os rios Marañon e Ucayali; Região Norte, em duas subregiões - uma influenciada pelas Guianas na parte leste (Suriname e Guiana Francesa) e outra influenciada por Guiana e os rios Negro e Orinoco; Região Sul, em duas subregiões - a bacia do rio Madeira (afinidades com o alto Amazonas) e a parte leste (afinidades com o escudo Brasileiro). O Corredor Central se insere em três dessas regiões: Amazônia Central, Alto Amazonas e Região Norte, subregião dos rios Orinoco e Negro.

Unidades	Regiões Faunísticas para Peixes (Gery, 1984)
APA Estadual Caverna do Maroaga	Amazônia Central
APA Estadual Rio Negro (Margem Direita)	Região Norte (subregião rio Orinoco-Negro)
APA Estadual Rio Negro (Margem Esquerda)	Região Norte (subregião rio Orinoco-Negro)
ARIE Projeto DBFF	Região Norte (subregião rio Orinoco-Negro)
ARIE Javari - Burití	Alto Amazonas
ESEC Anavilhanas	Região Norte (subregião rio Orinoco-Negro)
ESEC Juamí - Japurá	Amazônia Central
FLONA Tefé	Amazônia Central
PE Rio Negro	Região Norte (subregião rio Orinoco-Negro)
PARNA Jaú	Região Norte
REBIO Uatumã	Amazônia Central
RDS Mamirauá	Amazônia Central
RESEC Juamí - Japurá	Amazônia Central
RESEC Jutai - Solimões	Alto Amazonas
RESEC Sauim-Castanheiras	Amazônia Central

Unidades Florestais para Anuros

Lynch (1979) identificou duas grandes regiões nos trópicos da América do Sul em termos de agrupamentos endêmicos de anuros: a região Central Cis-Andina da Amazônia e a Região das Guianas. Duellman (1982) examinou essas regiões com maior detalhe e dividiu as duas regiões identificadas por Lynch (1979) em sete subregiões: Central Cis-Andina da Amazônia - subregiões Supra Amazônica, Napo Ucayali, Bolívia, Madeira-Tapajós; Pará; Guianas - subregiões Guiana-Venezuela, Guiana. O Corredor Central se insere na subregião Supra-Amazônica, com o extremo oeste na subregião Napo-Ucayali (RESEC Jutai - Solimões, ARIE Javari - Burití).

Distribuições de Quelônios

Iverson (1986) analisou a informação geográfica sobre a ocorrência de quelônios na bacia amazônica e forneceu cartas de distribuições para as 12 espécies. A próxima tabela indica a ocorrência dessas espécies nas unidades de conservação dentro do Corredor Central, embora deveria se enfatizar que a atual ocorrência não foi comprovada na maioria dos casos. Alfinito (1978) mapeou as principais praias de desova para as duas principais espécies de quelônios comercializadas, *Podocnemis expansa* e *P. unifilis*. A maior parte do Corredor Central não foi incluído no levantamento, embora tanto o rio Juruá, quanto o rio Branco tem importantes praias de desova para essas duas espécies.

Unidades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
APA Estadual Caverna do Maroaga							+	+	+			
APA Estadual Rio Negro (Margem Direita)							+	+	+			
APA Estadual Rio Negro (Margem Esquerda)							+	+	+			
ARIE Projeto DBFF												
ARIE Javari - Buriti			+				+		+		+	+
ESEC Anavilhanas	+	+	+	+	+		+	+	+		+	+
ESEC Juami - Japurá	+	+	+				+	+	+		+	+
FLONA Tefé	+	+	+					+	+			
PE Rio Negro	+	+	+	+	+		+	+	+		+	+
PARNA Jaú	+	+	+	+			+	+	+		+	+
REBIO Uatumã	+	+	+	+	+		+	+	+		+	+
RDS Mamirauá	+	+	+				+	+	+		+	+
RESEC Juami - Japurá	+	+	+				+	+	+		+	+
RESEC Jutai - Solimões	+	+	+				+	+	+	+	+	+
RESEC Sauim-Castanheiras												

1. *Podocnemis expansa*, 2. *P. unifilis*, 3. *P. sextuberculata*, 4. *P. erythrocephala*, 5. *Rhynoclemys punctularia*, 6. *Kinosternon scorpiodes*, 7. *Peltocephalus dumerilliana*, 8. *Chelus fimbriatus*, 9. *Platemys platycephala*, 10. *Phrynops gibbus*, 11. *P. rufipes*, 12. *P. nasutus*.

Regiões Zoogeográficas para Primatas

Rylands e Bernardes (1988) dividiram a Amazônia em três regiões delimitadas pelos rios Solimões-Amazonas, rio Negro, e rio Madeira, como os principais limites de distintas comunidades de primatas. O Corredor Central abrange parte da região ao sul do rio Solimões-Amazonas e parte da região ao leste do rio Negro. Na Amazônia, os rios, especialmente os maiores, formam os principais limites das distribuições das 67 espécies e 125 espécies e subespécies com ocorrência nesse bioma (Ayres e Clutton Brock, 1992. Na região do Corredor Central, os rios Negro, Solimões, Japurá, e também, de menor significância, os rios Juruá, e Tefé, agem como barreiras às distribuições de primatas, e assim são formadas várias comunidades descritas a seguir:

Ao leste do rio Negro, norte do rio Amazonas: *Saguinus midas midas*, *Saguinus bicolor bicolor*, *Saimiri sciureus sciureus*, *Aotus trivirgatus*, *Pithecia pithecia chrysocephala*, *Cebus apella apella*, *Cebus nigrivittatus*, *Chiropotes satanas chiropotes*, *Ateles paniscus*, *Alouatta seniculus*.

A oeste do rio Negro ao norte dos rios Japurá e Solimões: *Saguinus inustus*, *Saimiri sciureus cassiquiarensis*, *Callicebus torquatus torquatus*,

Callicebus torquatus lugens, *Aotus vociferans*, *Cebus apella apella*, *Cebus albifrons unicolor*, *Cacajao melanocephalus ouakary*, *Alouatta seniculus*, *Lagothrix lagotricha lagotricha*.

Entre o rio Japurá e o rio Solimões, leste do Auati-Paraná: *Callicebus torquatus lucifer*, *Aotus vociferans*, *Cebus apella apella*, *Saimiri vanzolinii*, *Cacajao calvus calvus*, *Alouatta seniculus*.

Entre o rio Japurá e o rio Solimões, oeste do Auati-Paraná: *Cebuella pygmaea pygmaea*, *Saguinus fuscicollis fuscus*, *Saguinus labiatus thomasi*, *Saimiri sciureus macrodon*, *Callicebus torquatus lucifer*, *Aotus vociferans*, *Cebus apella apella*, *Cebus apella albifrons*, *Cacajao calvus rubicundus*, *Pithecia monachus monachus*, *Alouatta seniculus*, *Lagothrix lagotricha lagotricha*.

Ao sul do rio Solimões, ao oeste do rio Juruá: *Cebuella pygmaea niveiventris*, *Saguinus fuscicollis fuscicollis*, *Saguinus mystax mystax*, *Callimico goeldii*, *Saimiri sciureus macrodon*, *Callicebus cupreus cupreus*, *Callicebus torquatus regulus*, *Aotus nigriceps*, *Cebus apella apella*, *Cebus albifrons unicolor*, *Pithecia monachus monachus*, *Alouatta seniculus*, *Ateles chamek*, *Lagothrix lagotricha poeppigii*.

Ao sul do rio Solimões ao leste do rio Juruá: *Cebuella pygmaea niveiventris*, *Saguinus fuscicollis avilapiresi*, *Saguinus mystax mystax*, *Saimiri boliviensis boliviensis*, *Callicebus cupreus cupreus*, *Callicebus torquatus purinus*, *Callicebus caligatus*, *Aotus vociferans*, *Cebus apella apella*, *Cebus albifrons unicolor*, *Pithecia monachus monachus*, *Alouatta seniculus*, *Ateles chamek*, *Lagothrix lagotricha poeppigii*.

São 29 espécies e 40 espécies e subespécies de primatas na área do Corredor Central, em regiões onde existem as comunidades mais ricas de primatas em toda Amazônia brasileira. Um total de 43,9% das espécies e 32% das espécies e subespécies da Amazônia ocorrem na área do Corredor Central. Os seguintes primatas são considerados ameaçados pela Comissão de Sobrevivência de Espécies da União Mundial de Conservação (UICN): *Saguinus bicolor bicolor* EN, *Callimico goeldii* VU, *Saimiri vanzolinii* VU, *Cacajao calvus calvus* EN, *Cacajao calvus rubicundus* EN, *Lagothrix lagotricha poeppigii* VU. (VU = vulnerável, EN = em perigo).

Espécies Ameaçadas de Extinção

Listas de espécies ameaçadas são elaborados pela Comissão de Sobrevivência de Espécies (SSC) da União Mundial para a Conservação (IUCN/SSC/WCMC, 1988). O Brasil também tem sua própria lista de

espécies ameaçadas: Portaria 1.522;19 de setembro de 1989, veja Bernardes *et al.*, 1990). O total de espécies de anfíbios, répteis, aves e mamíferos da Amazônia brasileira que constam nessas duas listas é de 68: um réptil, 16 aves, 32 mamíferos, na lista da IUCN, e mais seis répteis, 12 aves e um mamífero constam na lista brasileira.

Abaixo são indicados o número de espécies ameaçadas que ocorrem, ou devem ocorrer de acordo com a sua distribuição geográfica, em algumas unidades de conservação dentro do Corredor Central (PARNA. Jaú, REBIO Uatamá, ESEC Anavilhanas, RESEC Jutaí-Solimões, RESEC Juamí-Japurá).

Unidades	Répteis	Aves	Mamíferos	Total
ESEC Anavilhanas	7	6(+1)	14	27(+1)
ESEC Juamí - Japurá	5	6(+3)	15	26(+3)
PARNA Jaú	6	5(+3)	14(+1)	25(+4)
REBIO Uatumã	7	5(+2)	14	26(+2)
REBIO Juamí - Japurá	5	6(+3)	15	26(+3)
RESEC Jutaí - Solimões	5	6 (+4)	15(+1)	26(+5)

Cada uma dessas unidades protegem entre 25 e 31 espécies de répteis, aves e mamíferos ameaçadas de extinção, entre 37% e 46% das espécies reconhecidas como ameaçadas.

A REBIO Sauim-Castanheiras protege uma população de sagui, *Saguinus bicolor bicolor*, e as distribuições do uacari-branco, *Cacajao calvus calvus* e *Saimiri vanzolinii*, se inserem inteiramente na RDS Mamirauá. A RDS Mamirauá tem também um importante papel na proteção de espécies como *Arapaima gigas* e *Trichechus inunguis*. Mais do que 50% das espécies ameaçadas de extinção na Amazônia brasileira ocorrem no Corredor Central.

Áreas Prioritárias Identificadas no Workshop - 90 (Manaus, 1990)

O Workshop-90: Áreas Prioritárias para Conservação na Amazônia foi realizado em Manaus, em janeiro de 1990. Nesse encontro, mais de 100 cientistas e conservacionistas de todos os nove países Amazônicos discutiram aspectos da diversidade, biogeografia, geomorfologia e o sistema de unidades de conservação da Amazônia. Como resultado do *Workshop* foram elaborados mapas indicando áreas prioritárias para conservação da Amazônia. Essas áreas foram escolhidas levando-se em conta tipos de vegetação, comunidades florísticas, a biogeografia de insetos, peixes,

anfíbios e répteis, aves e mamíferos (incluindo parâmetros tais como endemismo, riqueza de espécies, e espécies ameaçadas) (Rylands, 1990; Rylands *et al.* 1991).

As seguintes áreas prioritárias se inserem no Corredor Central:

Ticuna (nº 36, parte leste) - Área de 119.518 km²; alta diversidade de espécies e alto endemismo, com várias espécies raras especialmente de mamíferos e espécies aquáticas; inclui um Parque Nacional na Colômbia e outros propostos no Peru, assim como uma Área Indígena importante; apresenta pressão de colonização, caça, pesca e atividades agrícolas; pretende-se aumentar a representatividade de várzea e de sistemas de terrenos ondulados da cobertura Terciária, assim como de áreas de brejo permanente, e pequenos vales circundados por florestas inundadas e de terra firme; ARIE Javari - Buriti, ESEC Juami-Japurá, REBIO Jutai Solimões, PARNA Natural Amacayacu (Colômbia).

Tefé (nº 43) - Área de 41.715 km²; região de lagos, rios de água branca e preta, solos não muito ricos exceto nas várzeas, mas com alta diversidade e endemismo na biota, tanto aquática quanto terrestre; áreas importantes de várzea; muitas espécies raras ou ameaçadas, inclusive primatas; área de grande importância histórica, atualmente com caça e pesca predatórias e atividades madeireiras; FLONA Tefé.

Japurá (nº 44) - Área de 36.542 km²; uma ilha fluvial enorme com florestas de várzea, chavascal e restinga em solo eutrófico de água branca, mostrando alto endemismo e diversidade, com grande número de espécies raras ou ameaçadas, aquáticas e terrestres; limite oriental da distribuição de muitas espécies do alto Solimões; ambiente muito heterogêneo para região plana; inclui grupos indígenas e bastante ocupação humana, com pesca predatória; área importante para a preservação de várzeas.

Jaú (nº 45) - Área de 23.543 km²; Parque Nacional com grandes áreas de inundações durante boa parte do ano; água preta, incluindo campinas, campinarana e igapó; grande heterogeneidade de vegetação inundável, de importância especial protegendo espécies e sistemas aquáticos; pouco conhecido biologicamente, com prováveis endemismos importantes a se descobrir, e muitas outras espécies raras ou ameaçadas; PARNA Jaú.

Manaus (nº 61) - Área 57.899 km²; florestas densas e abertas, campinas, campinaranas, com alto endemismo e diversidade apreciável; muitas espécies raras ou ameaçadas; heterogeneidade ambiental média, importante para igapó; região muito bem estudada, com fenômenos biogeográficos singulares com cruzamento de espécies do leste, oeste, e do norte; sob forte

pressão antrópica; pouco grupos indígenas; REBIO Sauim-Castanheiras, ESEC Anavilhanas, APA Estadual Caverna do Moroaga, APA Estadual Rio Negro (Margem Direita), APA Estadual Rio Negro (Margem Esquerda), ARIE Projeto DBFF, PE Rio Negro e REBIO Uatumã.

Resumo

- O Corredor Central da Amazônia, alvo da primeira etapa do projeto, abrange 21.938.000 ha, que representa 5,48% da área original florestada da Amazônia Legal.
- Isto representa um pouco mais da metade da área total desmatada das florestas da Amazônia Legal até 1991.
- Abrange 15 unidades de conservação, com uma área total de 8.361.863 ha, ou seja 37,6% da área do Corredor.
- As unidades representam 37,6% da área total das unidades de conservação (20.272.038 ha) no estado do Amazonas.
- O Corredor Central está inserido em três províncias biogeográficas: Rio Negro (8.5.1), Manaus (8.7.1) e Solimões (8.8.1), identificadas por Udvardy (1975)
- O Corredor Central abrange parte da Região Periférica do Oeste, parte da Região Central, e a Região Periférica do Norte - Províncias Geoquímicas identificadas por Fittkau (1971). As formas de relevo são: Aluvião Quaternário, Sedimentos Pré-Terciários, e Embasamento Cristalino (Klammer, 1984).
- O Corredor possui os tipos de vegetação predominantes na Amazônia Central e na bacia do Rio Negro (formações de areia branca). São: *terra firme* de baixada, caatinga alta (campinarana), caatinga baixa (campina), várzea, e igapó. A formação de *terra firme* submontana caracteriza a vegetação da parte leste do Corredor.
- Os ecossistemas aquáticos incluem rios (água-branca e água preta), igarapés, cachoeiras, lagos fluviais, planícies inundáveis-várzeas, planícies inundáveis-igarapós, brejos, pequenos corpos de água, efêmeros e permanentes e reservatórios (UHE Balbina).

- O Corredor Central se insere nas regiões fitogeográficas Oeste do Solimões-Amazonas e Manaus e uma pequena parte no extremo leste da região Jari-Trombetas. (Prance, 1973, 1977).
- O Corredor inclui os refúgios de Manaus e parte do refúgio de Tefé identificados para plantas (Prance, 1973), os refúgios de Tefé e outro sem nome no alto rio Solimões na região do Rio Jutáí, identificados por Haffer (1969), e o refúgio de Tefé e parte do refúgio Jari-Trombetas identificados para borboletas por Brown (1987).
- O Corredor Central inclui as áreas prioritárias para conservação Jatapú, Jaú, Panauá e Cutiuaiá identificadas por Wetterberg *et al.* (1976, 1981).
- O Corredor Central se insere em três regiões faunísticas para peixes: Amazônia Central, Alto Amazonas e Região Norte, subregião dos rios Orinoco e Negro (Gery, 1984).
- O Corredor Central se insere na subregião Supra-Amazônica, com o extremo oeste na subregião Napo-Ucayali identificadas para anuros (Duellman, 1982).
- O rio Juruá e o rio Branco tem importantes praias de desova para duas espécies de quelônios (*Podocnemis expansa* e *P. unifilis*) (Alfinito, 1978).
- Ocorrem 29 espécies e 40 espécies e subespécies de primatas na área do Corredor Central: 43,9% das espécies e 32% das espécies e subespécies da Amazônia.
- O Corredor Central abrange as áreas Ticuna, Tefé, Japurá, Jaú e Manaus identificados como áreas para prioridade de conservação através do "Workshop-90: Áreas Prioritárias para Conservação na Amazônia".

Referências para esta Análise

- Alfinito, J. Identificação dos principais tabuleiros de tartarugas no rio Amazonas e seus afluentes. *Boletim Técnico* (5): 27-84. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Brasília.
- Ayres, J. M. e Clutton-Brock, T. H. 1992. River boundaries and species range size in Amazonian primates. *Am. Nat.* 140:531-537.
- Bernardes, A. T., Machado, A. B. M e Rylands, A. B. 1990. *Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte. 65pp.
- Brown, Jr, K. S. 1987. Biogeography and the evolution of Neotropical butterflies. In: *Biogeography and Quaternary History in Tropical America*, T. C. Whitmore and G. T. Prance (eds.), pp.66-104. Clarendon Press, Oxford.
- Brown Jr., K. S. e Prance, G. T. 1987. Soils and vegetation. In: *Biogeography and Quaternary History in Tropical America*, T. C. Whitmore e G. T. Prance (eds.), pp.175-196. Clarendon Press, Oxford.
- Daly, D. C. e Prance, G. T. 1988. Brazilian Amazon. In: *Floristic Inventory of Tropical Countries: The Status of Plant Systematics, Collections, and Vegetation, Plus Recommendations for the Future*. D. G. Campbell e H. D. Hammond (eds.), pp401-426. New York Botanical Garden, New York.
- Ducke, A. e Black, G. A. 1953. Phytogeographical notes on the Brazilian Amazon. *An. Acad. Brasil. Ciênc.* 25(1):1-46.
- Duellman, W. E. 1982. Quaternary climatic ecological fluctuations in the lowland tropics: frogs and forests. In: *Biological Diversification in the Tropics*, G. T. Prance (ed.), pp.641-657. Columbia University Press, New York.
- Fearnside, P. M. 1995. Quem desmata a Amazônia: Os pobres ou os ricos? *Ciência Hoje*19(113):26-33.
- Fittkau, E. J. 1971. Okologische Gliederung des Amazonasgebietes auf geochemischer Grundlage. *Münster Forsch. Geol. Palaontol.* 20/21:35-50.
- Gery, J. 1984. The fishes of Amazonia. In: *The Amazon. Limnology and Landscape Ecology of a Mighty Tropical River and Its Basin*, H. Sioli (ed.), pp.353-370. Dr W. Junk Publishers, Dordrecht.
- Haffer, J. 1969. Speciation in Amazonian forest birds. *Science* 165:131-137.
- Hueck, K. 1966. Die Walder Sudamerikas. Ökologie, Zusammensetzung und Wirtschaftliche Bedeutung. *Vegetationsmonographien* Bd.II, Stuttgart.
- Hueck, K. 1972. *As Florestas da América do Sul*. Polígono, São Paulo.
- IUCN/SSC/WCMC. 1988. *The 1988 IUCN Red List of Threatened Animals*. The World Conservation Union (IUCN), Species Survival Commission (SSC), Gland, World Conservation Monitoring Center (WCMC), Cambridge. 85
- Iverson, J. B. 1986. *A Checklist with Distribution Maps of the Turtles of the World*. Privately printed, Indiana. 277pp.

- Junk, W. J. 1983a. Aquatic habitats in Amazonia. *The Environmentalist*, 3 (suppl. 5):24-34.
- Junk, W. J. 1983b. As águas da região Amazonica. In: *Amazonia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia*, E. Salati, W. J. Junk, H. O. R. Schubart e A. E. de Oliveira (eds.), pp.45-100. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília.
- Klammer, G. 1984. The relief of the extra-Andean Amazon basin. In: *The Amazon. Limnology and Landscape Ecology of a Mighty Tropical River and Its Basin*, H. Sioli (ed.), pp.47-83. Dr W. Junk Publishers, Dordrecht.
- Lynch, J. D. 1979. The amphibians of the lowland tropical forests. In: *The South American Herpetofauna: Its Origin, Evolution and Dispersal*, W. E. Duellman (ed.), pp.189-215. *University of Kansas Museum of Natural History Monographs*, 7. Kansas.
- Prance, G. T. 1973. Phytogeographic support for the theory of Pleistocene forest refuges in the Amazon basin, based on evidence from distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae and Lecythidaceae. *Acta Amazonica* 3(3):5-28.
- Prance, G. T. 1977. The phytogeographic subdivisions of Amazonia and their influence on the selection of biological reserves. In: *Extinction is Forever*, G. T. Prance and T. S. Elias (eds.), pp.195-212. New York Botanical Garden, New York.
- Rizzini, C. T. 1963. Nota prévia sobre a divisão fitogeográfica do Brasil. *Rev. Bras. Geogr.* 1:1-64.
- Rizzini, C. T. 1979. *Tratado de Fitogeografia do Brasil: Aspectos Sociológicos e Florísticos*. Vol. 2. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia "Hucitec" Ltda., Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rylands, A.B. 1990. Priority areas for conservation in Amazonia. *Trends in Ecology and Evolution* 5(8):240-241.
- Rylands, A. B. e Bernardes, A. T. 1989. Two priority regions for conservation in Brazilian Amazonia. *Primate Conservation* (10):56-62.
- Rylands, A.B., Huber, O. e Brown, K.S..Jr. 1991. *Workshop-90, Biological Priorities for Conservation in Amazonia*. Legenda de mapa. Escala 1:5,000,000. Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Brasília, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, e Conservation International, Washington, D.C.
- Udvardy, M. D. F. 1975. A classification of the biogeographical provinces of the world. *IUCN Occ. Paper* (18):1-49. International Union for Conservation of Nature (IUCN), Morges.
- Udvardy, M. D. F. 1984. A biogeographical classification system for terrestrial environments. In: *National Parks, Conservation and Development. The Role of Protected Areas in Sustaining Society*, J. A. McNeely and K. R. Miller (eds.), pp.34-38. Smithsonian Institution Press, Washington, D. C.

- Wetterberg, G. B., Pádua, M. T. J., Castro, C. S. de and Vasconcellos, J. M. C.de. 1976. Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia. *Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF) PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, Série Técnica*, (8): 1-63.
- Wetterberg, G. B., Prance, G. T. and Lovejoy, T. E. 1981. Conservation progress in Amazonia: a structural review. *Parks*, 6(2): 5-10.

A6. ANÁLISE DE REPRESENTATIVIDADE DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

Apresentação

A Análise de Representatividade foi utilizada para selecionar a posição do Corredor Norte da Mata Atlântica. O objetivo desta análise é caracterizar a contribuição deste Corredor para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste, usando grupos taxonômicos indicadores, dados de remanescentes florestais, e localização de centros de endemismos. Os dados utilizados provêm do Workshop “Prioridades Para Conservação da Mata Atlântica do Nordeste”, promovido pelas entidades Conservation International, Fundação Biodiversitas, e Sociedade Nordestina de Ecologia, em 1993.

Metodologia de Análise

A análise foi baseada no cruzamento de mapas temáticos, usando um Sistema de Informações Geográficas (CISIG) da Conservation International. Por meio de cruzamentos pareados, é possível determinar a percentagem de representação das classes de um mapa sobre as classes de outro mapa. Por exemplo, cruzando o mapa de fragmentos florestais com o mapa do corredor, podemos calcular a percentagem da superfície total de fragmentos de Mata Atlântica do Nordeste que estaria contida no corredor.

Além dos mapas temáticos, foi usado o banco de dados das áreas prioritárias para conservação na Mata Atlântica do Nordeste. Foram considerados os índices qualitativos das seguintes variáveis: importância biológica, vulnerabilidade, riqueza, endemismo, presença de espécies raras. Para cada destas variáveis, foi feita a comparação entre o índice médio das áreas incluídas no corredor e o índice médio das áreas fora do corredor.

Foram utilizados os seguintes mapas temáticos:

- Fragmentos Florestais do Nordeste
- Corredor Norte da Mata Atlântica
- Áreas Prioritárias para Conservação
- Parques e Reservas Existentes (mapa parcial)
- Distribuição de Espécies de Mamíferos Ameaçados
- Riqueza de Espécies de Aves
- Centro de Endemismo de Borboletas

- Refúgios Florestais do Pleistoceno

Os mapas incluem a parte norte do Espírito Santo, além dos estados da região Nordeste. Não foi feita a análise para a porção de Minas Gerais, por ausência de dados.

RESULTADOS

1. Representatividade do Corredor quanto aos remanescentes de Mata Atlântica do Nordeste

O Corredor Norte engloba 79,7% da cobertura total total dos remanescentes florestais do Nordeste (Tabela 1). Nesta avaliação, é sem dúvida o local prioritário para conservação dentro do critério de integridade biológica. Com relação à eficácia do sistema de unidades de conservação já implantadas dentro do corredor, verificamos que 14,9% da área de remanescentes do Nordeste está protegida nas reservas do Corredor , o que já é significativo (Tab. 2).

2. Representatividade quanto às espécies de mamíferos ameaçadas

A análise do cruzamento do mapa de distribuições previstas de mamíferos ameaçados, e do mapa do perímetro do corredor, mostra que as áreas de maior concentração de espécies ameaçadas, com 14 a 19 espécies, estão quase inteiramente contidas dentro do Corredor Norte (Tab. 3)

3. Representatividade quanto à riqueza de espécies de aves

Neste caso, a análise mostrou que as áreas de maior concentração de espécies de aves de interesse para conservação da Mata Atlântica do Nordeste (16 a 32 espécies) estão inteiramente situadas dentro do corredor, e correspondem a apenas 18,5% da área do mesmo (Tab. 4).

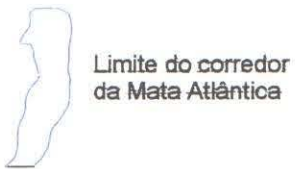
4. Representatividade quanto à localização dos Centros de Endemismo e Refúgios.

Cerca de 85% do Corredor corresponde a uma das quatro áreas propostas para Centro de Endemismo de borboletas, e cerca de 80% do Corredor está inserido em uma das áreas de Refúgios Florestais (tabs. 5 e 6). Verifica-se portanto que a maior parte do Corredor é altamente significativa em termos de endemismos de espécies.

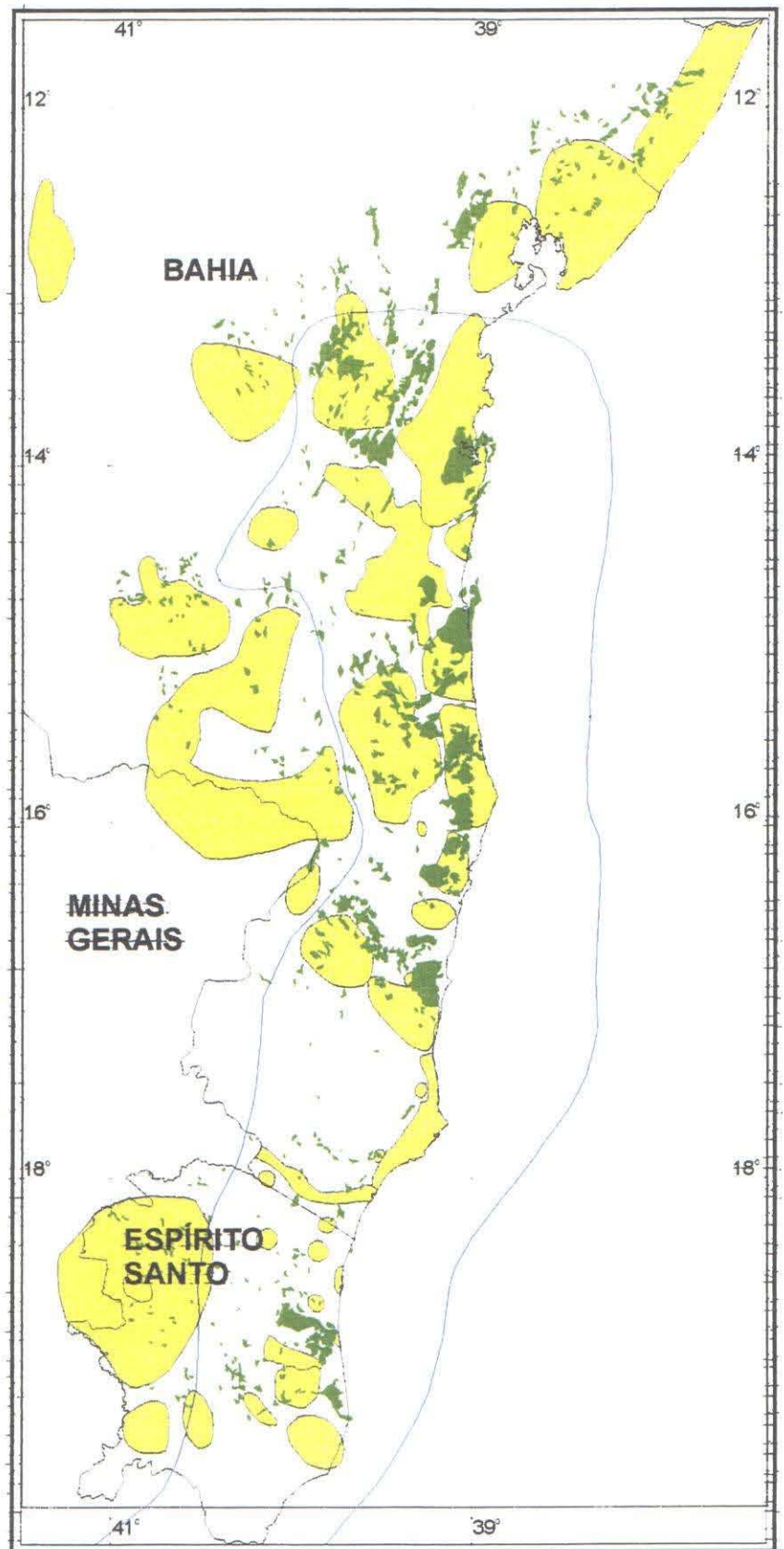


Localização no Brasil

- Áreas Prioritárias
- Fragmentos Florestais



Limite do corredor da Mata Atlântica

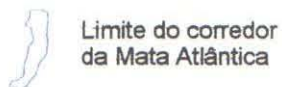


Fragmentos florestais e Áreas Prioritárias para Conservação

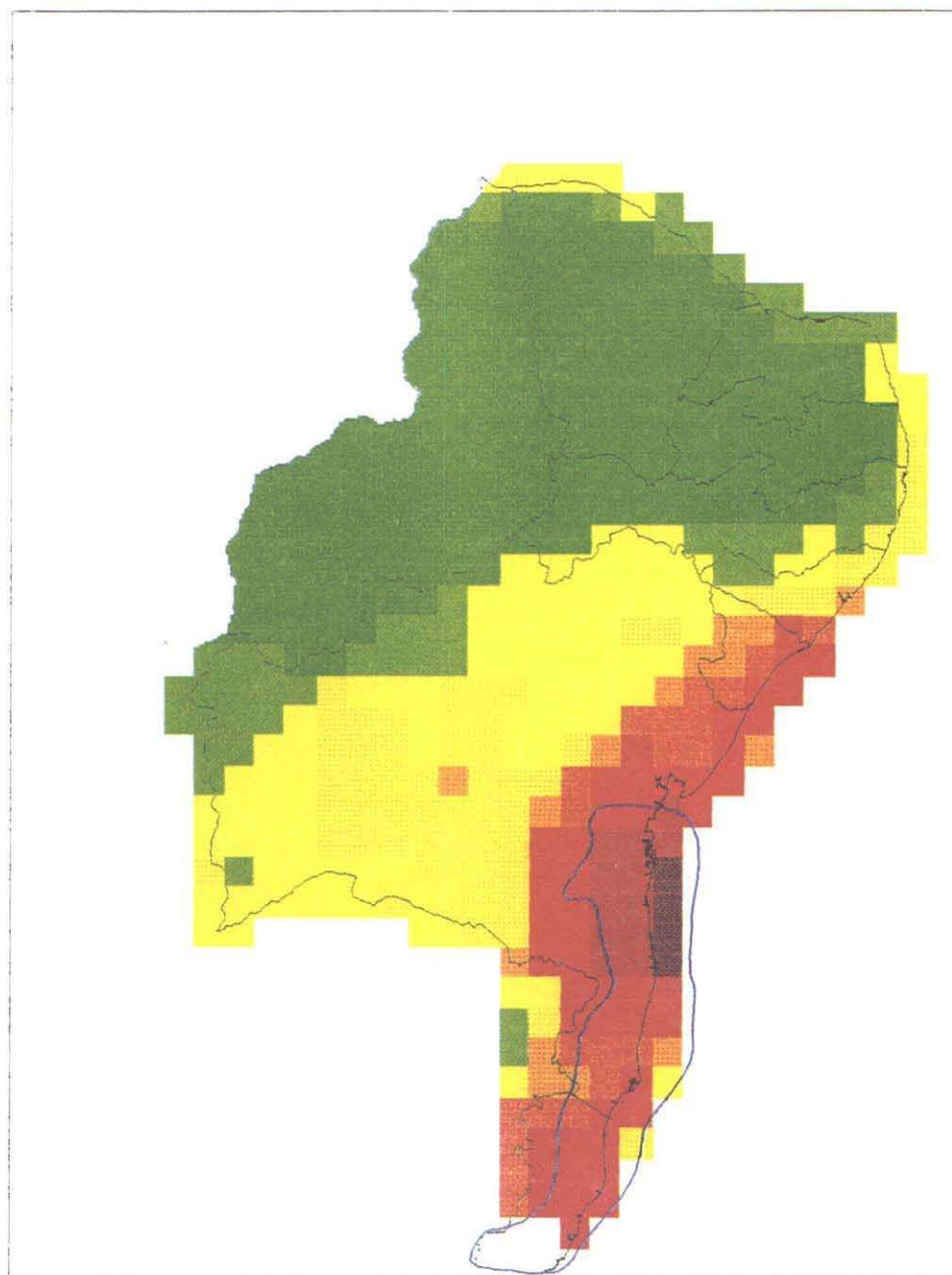




Localização no Brasil



Limite do corredor da Mata Atlântica




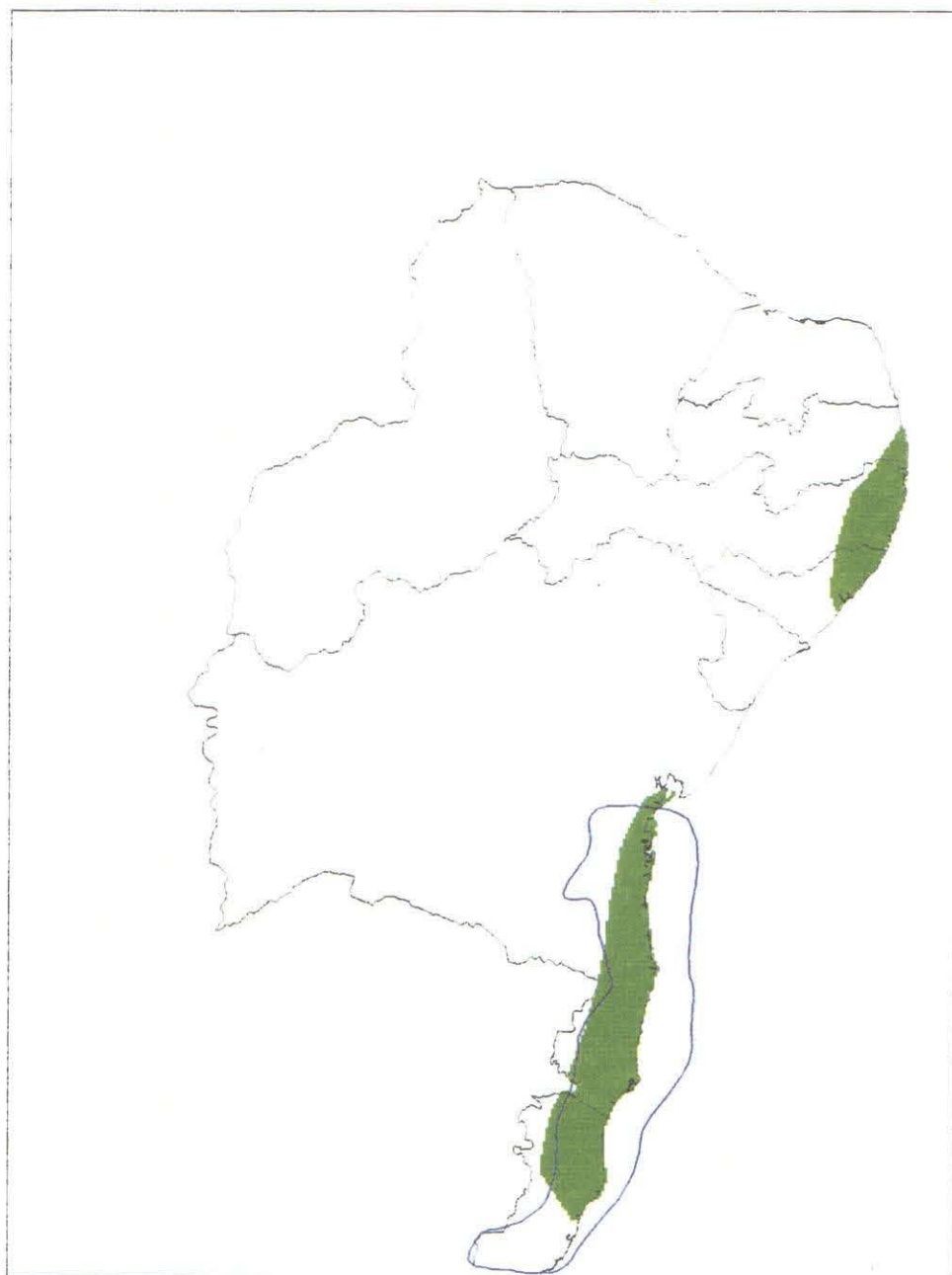
Distribuição esperada para mamíferos ameaçados de extinção
(unidade de representação: grid de 30 x 30 minutos geográficos)



Localização no Brasil

 Refúgio florestal
(seg. Prance 1982)


 Limite do corredor
da Mata Atlântica




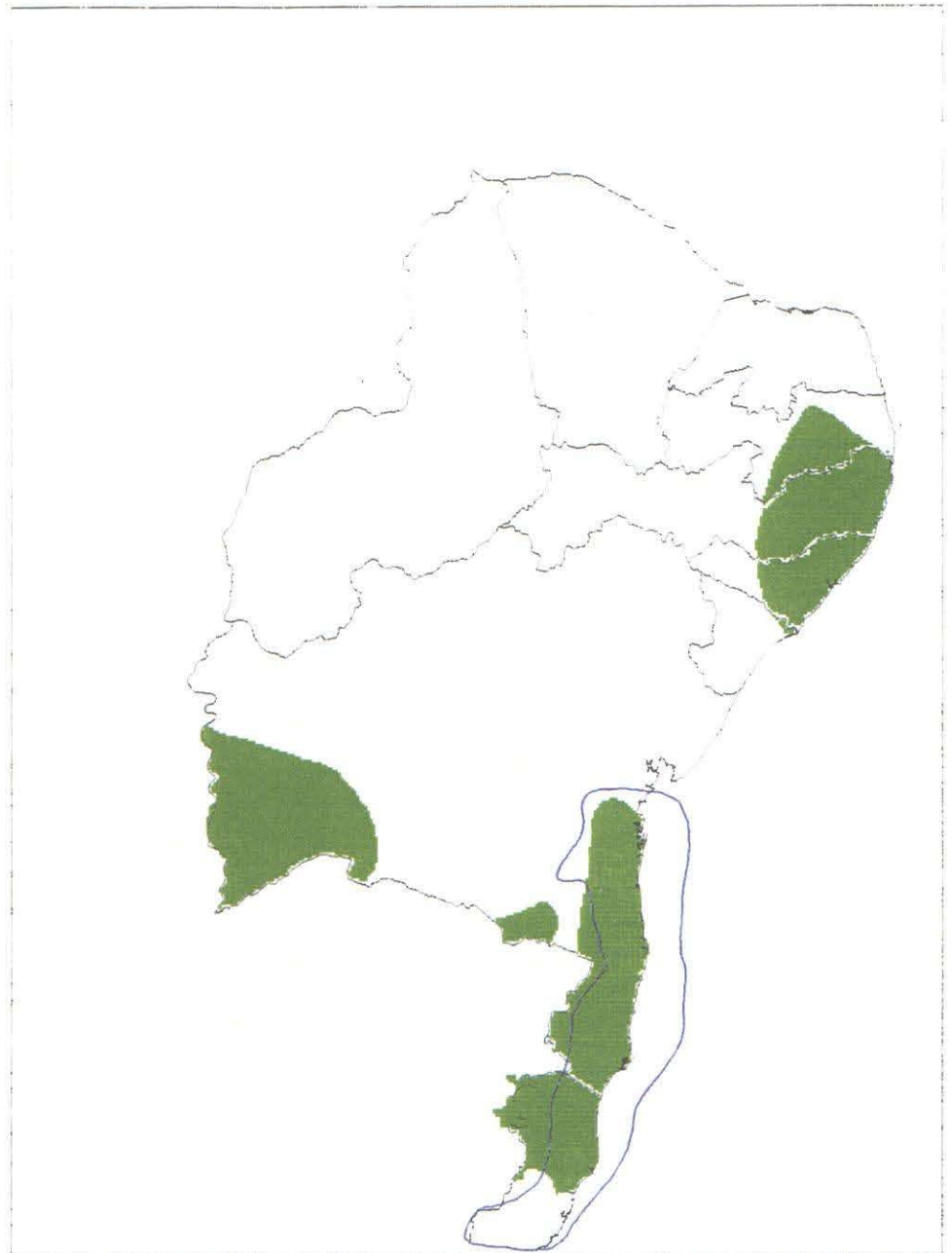
Localização dos refúgios florestais do nordeste segundo Prance 1982



Localização no Brasil

 Centro de endemismo de borboletas (seg. Brown 1982)

 Limite do corredor da Mata Atlântica



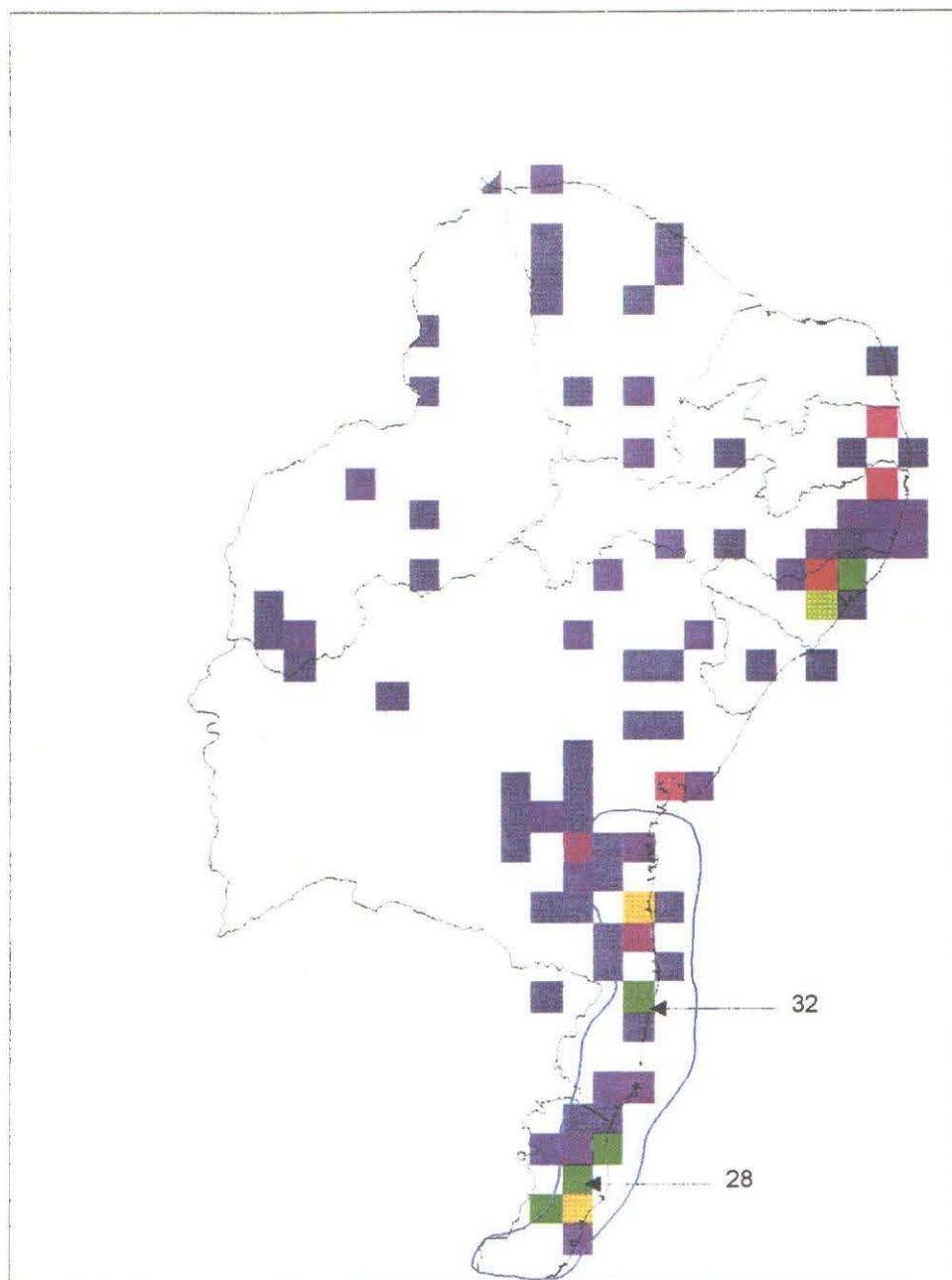
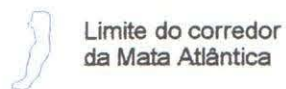
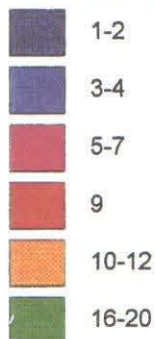
Localização dos centros de endemismos de borboletas segundo Brown Jr. 1982



Localização no Brasil

Espécies de Aves de interesse para a conservação (endêmicas, raras, ameaçadas, migratórias)

Número de espécies



Espécies de Aves de interesse para a conservação (endêmicas, raras, ameaçadas, migratórias)



CONCLUSÃO

A análise de representatividade demonstrou que o Corredor Norte da Mata Atlântica abrange quase 80% dos remanescentes de floresta Atlântica da região, claramente a caracterizando como tendo a melhor localização em termos de integridade biótica. As análises de riqueza de espécies e endemismos ainda assinalam este Corredor como sediando a maior concentração de espécies de grupos chave como aves e mamíferos. A combinação dos fatores de integridade e valor biológico confirmam este Corredor como alvo prioritário para ação no projeto PPG7.

Tabela 1. Fragmentos englobados pelo corredor norte da Mata Atlântica

Total	696.420 ha. (79,7% da cobertura total)
Fora do corredor	177.460 ha. (20,2% da cobertura total)

Tabela 2. Estado de proteção dos fragmentos florestais

Total	130.594 ha. (14,9% da cobertura total)
Bahia	69.848 ha. (7,9% da cobertura total) (8,9% da cobertura do estado) (53,5% das reservas)
Espirito Santo	60.746 ha. (6,9% da cobertura total) (63,9% da cobertura do estado) (46,5% das reservas)

Tabela 3. Cruzamento do mapa do corredor com mapa de mamíferos ameaçados

Análise do Cruzamento						
Classes de CORREDOR X	Classes de MAMIFERO	No. de células cruzam.	Superf. cruzam. (Km ²)	Cruz /A (%)	Cruz /B (%)	
Classe No. 0	Classe No. 9	14382	337360.3	8.7	100.0	
Classe No. 0	Classe No. 10	15868	372217.6	9.6	100.0	
Classe No. 0	Classe No. 11	7092	166357.9	4.3	100.0	
Classe No. 0	Classe No. 12	21397	501912.0	13.0	100.0	
Classe No. 0	Classe No. 13	8764	205578.2	5.3	100.0	
Classe No. 0	Classe No. 14	2415	56648.9	1.5	97.4	
Classe No. 0	Classe No. 15	2170	50901.9	1.3	81.5	
Classe No. 0	Classe No. 16	3494	81959.2	2.1	76.4	
Classe No. 0	Classe No. 17	1259	29532.5	.8	76.3	
Classe No. 0	Classe No. 18	393	9218.6	.2	25.5	
Classe No. 0	Classe No. 19	474	11118.7	.3	95.8	
Classe No. 1	Classe No. 14	64	1501.3	2.0	2.6	
Classe No. 1	Classe No. 15	492	11540.9	15.4	18.5	
Classe No. 1	Classe No. 16	1078	25286.8	33.7	23.6	
Classe No. 1	Classe No. 17	392	9195.2	12.3	23.7	
Classe No. 1	Classe No. 18	1148	26928.8	35.9	74.5	
Classe No. 1	Classe No. 19	21	492.6	.7	4.2	

Tabela 4. Cruzamento do corredor com mapa de riqueza de Aves

Análise do Cruzamento						
Classes de CORREDO	X	Classes de BIRDS	No. de células cruzam.	Superf. cruzam. (Km ²)	Cruze /A (%)	Cruze /B (%)
Classe No. 0	,	Classe No. 6	144	3377.8	.1	100.0
Classe No. 0	,	Classe No. 7	265	6216.1	.2	100.0
Classe No. 0	,	Classe No. 9	144	3377.8	.1	100.0
Classe No. 0	,	Classe No. 13	132	3096.3	.1	100.0
Classe No. 0	,	Classe No. 15	132	3096.3	.1	100.0
Classe No. 1	,	Classe No. 1	729	17100.2	22.8	11.1
Classe No. 1	,	Classe No. 2	132	3096.3	4.1	9.2
Classe No. 1	,	Classe No. 3	72	1688.9	2.3	9.2
Classe No. 1	,	Classe No. 4	340	7975.4	10.6	29.4
Classe No. 1	,	Classe No. 5	130	3049.4	4.1	51.4
Classe No. 1	,	Classe No. 8	1206	28289.3	37.7	1.7
Classe No. 1	,	Classe No. 11	239	5606.3	7.5	90.2
Classe No. 1	,	Classe No. 16	72	1688.9	2.3	54.5
Classe No. 1	,	Classe No. 20	18	422.2	.6	13.6
Classe No. 1	,	Classe No. 28	121	2838.3	3.8	100.0
Classe No. 1	,	Classe No. 32	136	3190.2	4.3	94.4

Tabela 5. Cruzamento do corredor com mapa de centro de endemismo de Borboletas

Descrição de CORREDOR

Classes	No. de células	% do total considerado	Superfície (Km ²)
Classe No. 0	164709	98.1	3863599.0
Classe No. 1	3195	1.9	74945.5
TOTAL	167904	100.0	3938544.0

Descrição de BORBOL1

Classes	No. de células	% do total considerado	Superfície (Km ²)
Classe No. 1	9274	100.0	217541.3
TOTAL	9274	100.0	217541.3

Análise do Cruzamento

Classes de CORREDOR	X	Classes de BORBOL1	No. de células cruzam.	Superf. cruzam. (Km ²)	Cruze /A (%)	Cruze /B (%)
Classe No. 0	,	Classe No. 1	6573	154183.6	4.0	70.9
Classe No. 1	,	Classe No. 1	2701	63357.7	84.5	29.1

Tabela 6. Cruzamento do corredor com áreas de refúgios florestais (Prance)

Análise do cruzam.

Classes de CORREDO	X	Classes de REFFLOR	No. de células cruzam.	Superf. cruzam. (Km ²)	Cruze /A (%)	Cruze /B (%)
Classe No. 0	,	Classe No. 1	1911	44826.6	1.2	42.6
Classe No. 1	,	Classe No. 1	2578	60472.5	80.7	57.4

A7. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS QUE SE ENCONTRAM NOS CORREDORES ECOLÓGICOS

As tabelas abaixo foram elaboradas segundo um cadastramento atualizado em fins de 1996. Não são levadas em conta as unidades de conservação sob domínio municipal e não foram incluídas alterações significativas que ocorreram no primeiro semestre de 1997 (como a transformação das FLONA's localizadas na "cabeça do cachorro", em Roraima, em áreas indígenas, em recente decreto federal). Da mesma forma, somente algumas APA's e APAE's haviam sido registradas até aquele momento, e por este motivo boa parte das unidades destas duas categorias não estão listadas, embora encontrem-se no interior de alguns Corredores Ecológicos.

Informações mais recentes e mais completas foram obtidas a partir da elaboração e consolidação do Banco de Dados das Unidades de Conservação do Brasil, construído no âmbito da elaboração deste Projeto. Este Banco de Dados tenta cadastrar todas as unidades de conservação do Brasil, incluindo as federais, estaduais, municipais e particulares. No momento, cerca de 800 unidades já foram cadastradas. Os primeiros produtos deste Banco podem ser vistos no último anexo deste documento.

Nas tabelas abaixo também estão incluídas áreas protegidas ou áreas indígenas que não são pertencentes ao Corredor, nas encontram-se em situação limítrofe e, certamente, serão de alguma forma afetadas pelas ações integradas propostas. Também estão incluídas áreas indígenas que não haviam sido oficializadas ainda até 1996. Restavam ainda as ações de identificação e/ou demarcação por parte da FUNAI. Estas áreas estão marcadas no texto com o sinal (**). É possível que, desde então, esta situação tenha evoluído diferentemente.

1 - Corredor Ecológico Central da Amazônia (AM, PA e RR)

Nº	Unidades	Estado	Área (ha)
Unidades de Conservação			
1	Área de Relevante Interesse Ecológico do Projeto DBFF	AM	3.288
2	Área de Relevante Interesse Ecológico Javari - Buriti	AM	15.000
3	Estação Ecológica Federal Anavilhanas	AM	350.018
4	Estação Ecológica Federal Juami - Japurá	AM	572.650
5	Floresta Nacional de Tefé	AM	1.020.000
6	Parque Estadual do Rio Negro	AM	436.042
7	Parque Nacional do Jaú	AM	2.272.000
8	Reserva Biológica Federal Uatumã	AM	560.000
9	Reserva de Desenvolvimento Sustentado de Mamirauá	AM	1.124.000
10	Reserva Ecológica Federal Juami - Japurá	AM	173.180
11	Reserva Ecológica Federal Jutai - Solimões	AM	284.285
12	Reserva Ecológica Federal Sauim-Castanheiras	AM	109
Subtotal			6.810.572

.....Continua!

Nº	Unidades	Estado	Área (ha)
Áreas Indígenas			
1	Barreira da Missão	AM	1.772
2	Betânia (1 e 2)	AM	122.769
3	Cuiú - Cuiú	AM	36.310
4	Estrela da Paz	AM	12.876
5	Igarapé Grande	AM	400
6	Ilha Jacaré / Xipaca	AM	2.044
7	Jaquirí	AM	1.820
8	Jatuarana	AM	5.251
9	Juruá	AM	37.600
10	Kokama	AM	930
11	Macarrão	AM	44.267
12	Maraã / Urubaxi	AM	80.000
13	Marajaí	AM	1.196
14	Méria	AM	585
15	Miratu	AM	13.199
16	Paraná Boá - Boá	AM	243.000
17	Paraná do Lago Paricá	AM	8.220
18	Uatí - Paraná	AM	127.199
19	Uneiuxi	AM	405.000
20	Nhamundá / Mapuera	AM/PA	1.049.520
21	Waimirí / Atroari	AM/RR	2.585.911
Subtotal			4.779.869
Áreas Indígenas Não-Oficiais (**)			
22	Trombetas / Mapuera	AM/RR/PA	
23	Cachorro - Cachorrinho	PA	
Subtotal			0
TOTAL			13.141.732

2 - Corredor Ecológico do Norte da Amazônia (AM e RR)

N ^o	Unidades	Estado	Área (ha)
Unidades de Conservação			
1	Floresta Nacional Cubaté	AM	416.532
2	Floresta Nacional Cuiari	AM	109.518
3	Floresta Nacional do Amazonas	AM	1.573.100
4	Floresta Nacional Içana	AM	200.561
5	Floresta Nacional Içana-Aiari	AM	491.400
6	Floresta Nacional Pari Cachoeira I	AM	18.000
7	Floresta Nacional Pari Cachoeira II	AM	654.000
8	Floresta Nacional Piraiauara	AM	631.436
9	Floresta Nacional Taracua I	AM	647.744
10	Floresta Nacional Taracua II	AM	559.504
11	Floresta Nacional Urucú	AM	66.496
12	Floresta Nacional Xié	AM	407.935
13	Parque Nacional Pico da Neblina	AM	2.200.000
14	Reserva Biológica Estadual Morro dos Seis Lagos	AM	36.900
15	Estação Ecológica Federal Maracá	RR	101.312
16	Floresta Nacional Roraima	RR	2.664.685
17	Parque Nacional Monte Roraima	RR	116.000
Subtotal			10.895.123

.....Continua!

Nº	Unidades	Estado	Área (ha)
	Áreas Indígenas		
1	Balaio	AM	54.840
2	Cubaté	AM	23.200
3	Cuiari	AM	13.883
4	Içana - Aiari	AM	226.709
5	Içana - Rio Negro	AM	224.940
6	Kuripaco	AM	116.443
7	Maku	AM	43.154
8	Médio Içana	AM	262.411
9	Médio Rio Negro II	AM	305.600
10	Pari Cachoeira I	AM	353.027
11	Pari Cachoeira II	AM	155.335
12	Pari Cachoeira III	AM	11.158
13	Taracua / Rio Uaupés	AM	480.413
14	Xié	AM	249.011
15	Yauaretê I	AM	374.325
16	Yauaretê II	AM	26.385
17	Ananás	RR	1.769
18	Aningal	RR	7.627
19	Araça	RR	50.018
20	Cajueiro	RR	4.304
21	Ouro	RR	13.573
22	Ponta da Serra	RR	15.597
23	Raposa / Serra do Sol / Ingarikó / Xununuetamu	RR	1.678.800
24	Santa Inês	RR	29.698
25	São Marcos	RR	654.110
26	Yanomami	RR/AM	9.664.975
Subtotal			15.041.305
TOTAL			25.936.428

3 - Corredor Ecológico do Oeste da Amazônia (AC, AM e RO)

Nº	Unidades	Estado	Área (ha)
Unidades de Conservação			
1	Estação Ecológica Federal Rio Acre	AC	77.500
2	Floresta Nacional Macauã	AC	173.475
3	Parque Nacional Serra do Divisor	AC	605.000
4	Reserva Extrativista Federal Alto Juruá	AC	506.186
5	Reserva Extrativista Federal Chico Mendes	AC	970.570
6	Estação Ecológica Estadual Serra dos Três Irmãos	RO	99.813
7	Floresta Estadual Rio Abunã	RO	62.219
8	Floresta Estadual Rio do Mequéns	RO	425.844
9	Floresta Estadual Rio São Domingos	RO	267.375
10	Floresta Estadual Rio Vermelho (A)	RO	38.688
11	Floresta Estadual Rio Vermelho (B)	RO	152.000
12	Floresta Estadual Rio Vermelho (D)	RO	137.843
13	Floresta Nacional Bom Futuro	RO	280.000
14	Parque Estadual Corumbiara	RO	585.031
15	Parque Estadual Guajará-Mirim	RO	258.813
16	Parque Estadual Serra dos Parecis	RO	38.950
17	Parque Nacional Pacaás Novos	RO	764.801
18	Reserva Biológica Estadual Rio Ouro Preto	RO	46.438
19	Reserva Biológica Estadual Traçadal	RO	22.540
20	Reserva Biológica Federal Guaporé	RO	600.000
21	Reserva Extrativista Estadual Laranjeiras	RO	30.668
22	Reserva Extrativista Estadual Rio Pacaás Novos	RO	353.290
23	Reserva Extrativista Estadual Rio Preto / Jacundá	RO	1.055.000
24	Reserva Extrativista Federal Rio Ouro Preto	RO	204.583
Subtotal			7.756.627

.....Continua!

Nº	Unidades	Estado	Area (ha)
Áreas Indígenas			
1	Alto Rio Purus	AC	263.129
2	Arara do Igarapé Humaitá	AC	27.700
3	Cabeceira do Rio Acre	AC	76.680
4	Jaminawá / Arara do Rio Bagé	AC	28.650
5	Jaminawá do Igarapé Preto	AC	26.000
6	Kampa do Rio Amônia	AC	87.205
7	Kampa do Rio Envira	AC	247.200
8	Kaxinawá / Hashaninka do Rio Breu	AC	23.840
9	Kaxinawá do Rio Humaitá	AC	127.383
10	Kaxinawá do Rio Jordão	AC	87.293
11	Kaxinawá Nova Olinda	AC	27.533
12	Kulina do Igarapé do Pau	AC	44.050
13	Kulina do Rio Envira	AC	84.365
14	Mamoadate	AC	313.647
15	Nukini	AC	27.263
16	Poyanawá	AC	20.081
17	Rio Gregório	AC	92.859
18	Recreio / São Félix	AM	251
19	Kaxarari	AM/RO	145.889
20	Igarapé Laje	RO	107.321
21	Igarapé Omerê	RO	51.100
22	Igarapé Ribeirão	RO	47.863
23	Karipuna	RO	153.350
24	Karitiana	RO	89.682
25	Massaco	RO	420.000
26	Pacaás Novas	RO	279.906
27	Rio Branco	RO	236.137
28	Rio Guaporé	RO	115.796
29	Rio Mequéns	RO	105.250
30	Rio Negro / Ocaia	RO	104.064
31	Sagarana	RO	178.761
32	Uru-Eu-Wau-Wau	RO	1.867.117
Subtotal			5.507.365

continua!

Áreas Indígenas Não-Oficiais (**)			
33	Alto Tarauacá	AC	52.000
34	Igarapé do Anjo	AC	
35	Praia do Karapanã	AC	
36	Riozinho	AC	
37	Xinané	AC	175.000
38	Arua I / Rio Colorado	RO	
39	Arua II / Cachoeira Paulo Saldanha	RO	
40	Arua III / Rio Terebitó	RO	
41	Jabuti (Quintão)	RO	63.900
42	Karipuna II / Jaci Paraná	RO	
43	Makurap	RO	
44	Miqueleno / Rio Muquí	RO	
45	Paumelenhos	RO	
46	Posto Fiscal	RO	
47	Rio Candeias	RO	
Subtotal			290.900
TOTAL			13.554.892

4 - Corredor Ecológico do Sul da Amazônia (AM, MA e PA)

Nº	Unidades	Estado	Área (ha)
Unidades de Conservação			
1	Reserva Biológica Federal Gurupí	MA	341.650
2	Reserva Extrativista Federal Ciriaco	MA	7.050
3	Reserva Extrativista Federal Mata Grande	MA	10.450
4	Floresta Nacional Tapajós	PA	600.000
5	Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri	PA	190.000
6	Parque Estadual da Serra dos Martírios / Andorinhas	PA	24.897
7	Parque Nacional da Amazônia	PA	1.573.100
8	Reserva Biológica Federal Tapirapé	PA	103.000
9	Reserva Extrativista Federal do Extremo Norte do Tocantins	TO	9.280
Subtotal			2.859.427
Áreas Indígenas			
1	Coatá - Laranjal	AM	805.000
2	Andirá - Marau	AM/PA	788.528
3	Alto Turiaçú	MA	530.524
4	Awá	MA	118.000
5	Carú	MA	172.667
6	Alto Rio Guamá	PA	279.897
7	Apyterewa	PA	980.000
8	Arara / Urucagmã	PA	274.010
9	Araweté / Igarapé Ipixuna	PA	940.900
10	Cachoeira Seca do Iriri	PA	760.000
11	Kararaô	PA	224.000
12	Koatinemo	PA	387.304
13	Mãe Maria	PA	62.488
14	Paquiçamba	PA	4.348
15	Parakanã	PA	351.697
16	Sororó	PA	26.258
17	Trincheira / Barra Bacajá	PA	1.655.000
18	Xikrin do Ceteté	PA	439.151
Subtotal			8.799.772
Áreas Indígenas Não-Oficiais (**)			
19	Parauari	AM	
20	Guajá	MA	
21	Miguel	PA	
22	Praia do Índio	PA	28
23	Rio Tapirapé / Tuerê	PA	
Subtotal			28
TOTAL			11.710.482

5 - Corredor Ecológico do Ecótonos Sul-Amazônicos (MT, PA, RO e TO)

Nº	Unidades	Estado	Área (ha)
Unidades de Conservação			
1	Estação Ecológica Federal de Iquê	MT	200.000
2	Parque Estadual da Serra do Cachimbo	PA	322.000
3	Floresta Estadual Rio Roosevelt	RO	27.860
4	Reserva Biológica Federal do Jarú	RO	268.150
5	Parque Nacional do Araguaia	TO	562.000
Subtotal			1.380.010
Áreas Indígenas			
1	Apiaká / Kayabí	MT	109.245
2	Arara do Rio Branco / Beiradão	MT	122.010
3	Capôto / Jarina	MT	634.915
4	Enauwene Nawé	MT	752.000
5	Erikpatsá	MT	79.935
6	Escondido	MT	169.139
7	Japuira	MT	152.509
8	Maraiawatsede	MT	168.000
9	Menku	MT	47.094
10	Nambikwara	MT	1.011.961
11	Parque do Xingu	MT	2.642.003
12	Pirineus de Souza	MT	22.212
13	São Domingos	MT	5.705
14	Serra Morena	MT	147.836
15	Tapirapé / Karajá	MT	66.166
16	Urubu Branco	MT	157.000
17	Zoró	MT	355.789
18	Menkragnoti	PA	4.913.000
19	Igarapé Lourdes	RO	185.534
20	Sete de Setembro	RO	247.870
21	Aripuanã	RO/MT	750.649
22	Parque de Aripuanã	RO/MT	1.603.246
23	Roosevelt	RO/MT	230.826
24	Boto Velho	TO	145.080
25	Parque do Araguaia	TO	1.395.000
Subtotal			16.114.724

continua!

Áreas Indígenas Não-Oficiais (**)			
26	Arikem (Cachoeira do Seringal)	MT	
27	Cinta Larga	MT	
28	Piripicura	MT	
29	Rio dos Peixes	MT	
30	Lago Grande	MT/TO	
31	Rio Merure	PA	
32	Parintintins	RO	
Subtotal			0
TOTAL			17.494.734

6 - Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica (BA, ES e MG) Sub-Regiões

Nº	Unidades de Conservação	Estado	Área (ha)
Sub-Região 1 e 1a - R. Jequiçá até o R. Jequitinhonha			
1	Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira de Pancada Grande	BA	50
2	Área de Proteção Ambiental Estadual Candengo	BA	7.000
3	Área de Proteção Ambiental Estadual Costa de Itacaré / Serra Grande	BA	14.925
4	Área de Proteção Ambiental Estadual Lagoa Encantada	BA	1.800
5	Reserva Biológica Federal de Una	BA	7.059
6	Reserva Florestal Estadual de Wenceslau Guimarães	BA	1.200
7	Área de Proteção Ambiental Estadual das Ilhas de Tinharé e Boipeba	BA	43.300
Subtotal SR1			75.334
Sub-Região 2 - R. Jequitinhonha até o R. Mucuri			
8	Área de Proteção Ambiental Estadual Caraíva / Trancoso	BA	31.900
9	Área de Proteção Ambiental Estadual Coroa Vermelha	BA	4.100
10	Área de Proteção Ambiental Estadual Santo Antônio	BA	2.300
11	Parque Nacional de Monte Pascoal	BA	13.500
12	Reserva Particular do Patrimônio Natural Faz. Avaí	BA	469
Subtotal SR2			52.269
Sub-Região 3 - R. Mucuri até o R. Doce			
13	Floresta Nacional Rio Preto	ES	2.830
14	Parque Estadual de Itaúnas	ES	3.000
15	Reserva Biológica Federal Córrego do Veado	ES	2.392
16	Reserva Biológica Federal Córrego Grande	ES	1.504
17	Reserva Biológica Federal Sooretama	ES	24.000
Subtotal SR3			33.726
Sub-Região 4 - ao sul do R. Doce			
18	Área de Proteção Ambiental Estadual Lagoa do Guanandy	ES	5.242
19	Área de Proteção Ambiental Estadual Pico do Goiapaba - Açú	ES	3.740
20	Área de Proteção Ambiental Estadual Praia Mole	ES	400
21	Área de Proteção Ambiental Estadual Três Ilhas	ES	12.960
22	Parque Estadual Cachoeira da Fumaça	ES	27
23	Parque Estadual da Pedra Azul	ES	1.200
24	Parque Estadual do Forno Grande	ES	659
25	Parque Estadual Fonte Grande	ES	220
26	Parque Estadual Ilha da Flores	ES	17
27	Parque Estadual Mata das Flores	ES	800
28	Parque Estadual Paulo César Vinha	ES	1.500
29	Reserva Biológica Estadual de Duas Bocas	ES	2.910
30	Reserva Biológica Estadual Mestre Álvaro	ES	3.470
31	Reserva Biológica Federal Augusto Ruschi (Nova Lombardia)	ES	4.000
32	Reserva Biológica Federal Comboios	ES	833
33	Parque Nacional do Caparaó	MG/ES	26.000
Subtotal SR4			63.978

Sub-Região 5 - Abrolhos			
Nº	Unidades de Conservação Não-Oficiais	Estado	Área (ha)
35	Área de Proteção Ambiental Estadual Ponta da Baleia / Abrolhos	BA	34.600
36	Parque Nacional Marinho de Abrolhos	BA	91.300
Subtotal SR5			125.900
Subtotal UC's			351.207
Sub-Região 1 e 1ª - R. Jequiçá até o R. Jequitinhonha			
37	Estação Experimental Lemos Maia (CEPLAC)	BA	170
38	Estação Experimental Canavieiras (CEPLAC)	BA	500
39	Estação Experimental Djalma Bahia (CEPLAC)	BA	145
40	Estação Experimental Gregório Bondar (CEPLAC)	BA	350
Subtotal SR1			1.165
Sub-Região 2 - R. Jequitinhonha até o R. Mucuri			
41	Estação Experimental Pau Brasil (CEPLAC)	BA	1.145
42	Estação VERACRUZ (VERACRUZ Florestal)	BA	6.069
Subtotal SR2			7.214
Sub-Região 3 - R. Mucuri até o R. Doce			
43	Estação de Biologia Marinha da ARACRUZ Celulose	ES	35
44	Reserva Florestal da Floresta Rio Doce / Linhares (CVRD)	ES	21.787
Subtotal SR3			21.822
Sub-Região 4 - ao sul do R. Doce			
45	Estação Biológica de Santa Lúcia (MBML / IBPC)	ES	400
46	Estação Biológica de São Lourenço (MBML / IBPC)	ES	22
47	Reserva Florestal da Faz. Montes Verdes (Aoki Empreendimentos)	ES	1.500
48	Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro da Vargem (Com. Soto Zen Shu)	ES	100
Subtotal SR4			2.022
Subtotal UC's NO			32.223
TOTAL UC's / UC's NO			383.430

.....Continua!

Nº	Áreas Indígenas	Estado	Área (ha)
Sub-Região 1 e 1ª - R. Jequiriçá até o R. Jequitinhonha			
1	Faz. Bahiana (Nova Vida)	BA	308
2	Paraguassu / Caramuru	BA	36.000
Subtotal SR1			36.308
Sub-Região 2 - R. Jequitinhonha até o R. Mucuri			
3	Águas Belas	BA	1.200
4	Barra Velha	BA	8.627
5	Coroa Vermelha (Litoral)	BA	77
6	Coroa Vermelha (Mata)	BA	1.450
7	Imbiriba	BA	398
8	Mata Medonha	BA	421
9	Maxacali	MG	2.413
10	Maxacali / Unificação	MG	1.864
11	Pradinho	MG	1.029
Subtotal SR2			17.479
Sub-Região 4 - ao sul do R. Doce			
12	Caieiras Velha	ES	1.519
13	Comboios	ES	2.546
14	Krenak	MG	3.983
15	Pau-Brasil	ES	427
Subtotal SR4			8.475
Subtotal AI's			62.262

Nº	Áreas Indígenas Não-Oficiais	Estado	Área (ha)
Sub-Região 1 e 1ª - R. Jequiriçá até o R. Jequitinhonha			
16	Olivença	BA	
Subtotal SR1			
Sub-Região 2 - R. Jequitinhonha até o R. Mucuri			
17	Trevo do Parque	BA	
Subtotal SR1			
Subtotal AI's NO			0
TOTAL AI's / AI's NO			62.262
TOTAL GERAL			445.69
			2

7 - Corredor Ecológico da Serra do Mar (RJ, MG, SP e PR)

Nº	Unidades de Conservação	Estado	Área (ha)
1	Área de Proteção Ambiental Estadual Floresta do Jacarandá	RJ	2.700
2	Área de Proteção Ambiental Estadual Mangaratiba	RJ	22.936
3	Área de Proteção Ambiental Estadual Maricá	RJ	740
4	Área de Proteção Ambiental Federal de Cairuçu	RJ	33.800
5	Área de Proteção Ambiental Federal Guapi-Mirim	RJ	14.340
6	Área de Proteção Ambiental Federal Petrópolis	RJ	59.049
7	Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Cicuta	RJ	131
8	Estação Ecológica Estadual Paraíso	RJ	4.920
9	Estação Ecológica Federal de Tamoios	RJ	4.070
10	Floresta Nacional Mário Xavier	RJ	493
11	Parque Estadual Desengano	RJ	22.400
12	Parque Estadual Ilha Grande	RJ	5.600
13	Parque Estadual Pedra Branca	RJ	12.500
14	Parque Nacional Serra dos Órgãos	RJ	11.000
15	Parque Nacional Tijuca	RJ	3.200
16	Reserva Biológica Estadual Araras	RJ	2.000
17	Reserva Biológica Estadual Guaratiba	RJ	2.300
18	Reserva Biológica Estadual Praia do Sul	RJ	3.600
19	Reserva Biológica Federal Poço das Antas	RJ	5.000
20	Reserva Biológica Federal Tinguá	RJ	26.000
21	Reserva Ecológica Estadual Jacarepiá	RJ	1.250
22	Reserva Ecológica Estadual Massambaba	RJ	1.370
23	Reserva Florestal Estadual Grajaú	RJ	55
24	Reserva Particular do Patrimônio Natural CEFLUSMME	RJ	19.964
25	Reserva Particular do Patrimônio Natural Faz. Roça Grande	RJ	64
26	Reserva Particular do Patrimônio Natural Faz. Bom Retiro	RJ	472
27	Reserva Particular do Patrimônio Natural Pedra dos Amaralis	RJ	40
28	Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Angaba / Poranga	RJ	29
29	Parque Nacional Itatiaia	RJ/MG	30.000
30	Floresta Nacional Passa Quatro	MG	348
31	Área de Proteção Ambiental Federal Serra da Mantiqueira	MG/SP/RJ	402.517
32	Área de Proteção Ambiental Estadual da Serra do Mar	SP	548.100
33	Área de Proteção Ambiental Federal Cananéia/Iguape/Peruíbe	SP	202.823
34	Estação Ecológica Estadual Chauás	SP	2.700
35	Estação Ecológica Estadual Itapeti	SP	89
36	Estação Ecológica Estadual Juréia-Itatins	SP	82.000
37	Estação Ecológica Estadual Xitué	SP	3.095
38	Parque Estadual Alto da Ribeira	SP	36.712
39	Parque Estadual da Cantareira	SP	5.647
40	Parque Estadual da Ilha do Cardoso	SP	22.500
41	Parque Estadual da Serra do Mar	SP	315.000
42	Parque Estadual de Carlos Botelho	SP	37.644
43	Parque Estadual Intervales	SP	37.000
44	Parque Estadual Jacupiranga	SP	150.000
45	Reserva Florestal Estadual Morro Grande	SP	10.700

continua!

46	Reserva Florestal Estadual Juparaná (São Roque)	SP	23.900
47	Reserva Particular do Patrimônio Natural Carbochloro	SP	1
48	Parque Nacional da Serra da Bocaina	SP/RJ	100.000
49	Área de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba	PR	291.500
50	Estação Ecológica Federal de Guaraqueçaba	PR	13.638
51	Parque Nacional de Superagüi	PR	21.000
Subtotal			2.596.937

Nº	Áreas Indígenas	Estado	Área (ha)
1	Guarani Araponga	RJ	213
2	Guarani do Bracuí	RJ	2127
3	Parati - Mirim	RJ	79
4	Barragem	SP	26
5	Boa Vista do Sertão do Pró - Mirim	SP	801
6	Guarani do Aguapéu	SP	4398
7	Guarani do Krukutu	SP	26
8	Guarani do Ribeirão Silveira	SP	948
9	Itariri (Serra do Itatins)	SP	1212
10	Jaraguá	SP	2
11	Peruíbe	SP	480
12	Rio Branco do Itanhaém	SP	2856
13	Ilha da Cotinga	PR	1701
Subtotal			14.869

Nº	Áreas Indígenas Não-Oficiais	Estado	Área (ha)
14	Aldeia do Ilha do Cardoso (Cacique Karai)	SP	
15	Aldeia do Ilha do Cardoso (Cacique Tiago)	SP	
16	Aldeia do Taquari	SP	
17	Rio Branco	SP	
18	Aldeia Jacutinga / Guarani da Cotinga	PR	
19	Aldeia da Pescada	PR	
20	Aldeia das Peças	PR	
21	Aldeia do Superagüi	PR	
22	Aldeia da Barra do Ararapira (Tekoa Jeity)	PR	
23	Cerco Grande	PR	
Subtotal			0
TOTAL			2.611.806

A8. LISTA DOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS NA ELABORAÇÃO DESTE PROJETO E CORRESPONDÊNCIAS RELEVANTES RECEBIDAS

Os documentos abaixo foram produzidos durante a elaboração deste projeto ou são correspondências relevantes dirigidas ao grupo de consultores a respeito do mesmo. A grande maioria destes documentos ou correspondências foi anexada à versão 2.0 do projeto, e, por este motivo, não se encontram anexadas nesta versão 3.0. Todos estes foram considerados subsídios muito importantes para a elaboração da atual versão 3.0 do Projeto Parquer e Reservas (PPR / PPG-7).

- *Proposta de Estratégia de Marketing para os Corredores Ecológicos do Brasil, elaborada por HMP Comunicação (Brasília) e por HCA Associados e Propaganda (São Paulo).*
- *Proposta para Captação de Recursos Humanos de Alto Nível para integração da coordenação do projeto, elaborada por uma empresa de "head hunting", a Simon Franco Recursos Humanos (São Paulo).*
- *Proposta para a criação de um Banco de Imagens para os Corredores Ecológicos, elaborada por um dos mais renomados fotógrafos de natureza do Brasil, Luís Cláudio Marigo.*
- *Unidades de Conservação existentes na Amazônia e na Mata Atlântica, acompanhadas de análises em forma de gráficos e tabelas sobre o tamanho das unidades, categoria de manejo, unidades de federação, ano de criação, etc. Acompanham também as fontes bibliográficas utilizadas. Elaborado pelo grupo de consultores ligados à C.I. do Brasil e Fundação Biodiversitas.*
- *Proposta preliminar de criação da R.D.S. Amanã (AM), integrando o Corredor Central da Amazônia, elaborado pelo Dr. William Crampton, da Sociedade Civil Mamirauá.*
- *Relatório das visitas de campo às unidades de conservação do Corredor Central da Amazônia, realizadas por Helder Queiroz e Donald Masterson (incluindo proposta preliminar de criação da R.D.S. do Baixo Rio Uatumã - AM).*

- *Relatório do Workshop da Amazônia, realizado no Ariaú Jungle Tower, elaborado pelo moderador, Álvaro do Espírito Santo.*
- *Proposta preliminar de criação do PARES Serra do Conduru (BA), elaborado em conjunto pelo DDF (Departamento de Desenvolvimento Florestal do Estado da Bahia), IESB (Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia) e C.I. do Brasil (Conservation International).*
- *Relatório das visitas de campo às unidades de conservação do Corredor Central da Mata Atlântica, realizadas por Luís Paulo Pinto, André Hirsch, Heloísa Helena de Oliveira e membros do Conservation International do Brasil.*
- *Relatório do Workshop da Mata Atlântica, realizado em Porto Seguro (BA), elaborado pelo grupo do C.I. do Brasil.*
- *Lista de pessoas e instituições que colaboraram com o grupo de consultores para a elaboração da versão 2.0 do Projeto Parques e Reservas (PPR / PPG-7).*
- *Relatório sobre a participação da delegação brasileira no Workshop sobre o Corredor Biológico Meso-Americano, realizado em San José de Costa Rica, elaborado por Helder Queiroz, da Sociedade Civil Mamirauá.*
- *Relatório do Workshop para avaliação da versão 2.0 do projeto com a participação de MMA, IBAMA, Banco Mundial, doadores e consultores, elaborado pelo moderador da reunião e acompanhado de documento consolidando críticas e sugestões recebidas, elaborado por Tarcísio Pereira.*
- *Correspondência da Sra. Silvana Campello e do Sr. George Georgiadis manifestando o interesse no desenvolvimento da elaboração do projeto e informando sobre as atividades realizadas para implementação do "Corredor Biológico da Serra do Mar", incluindo as zonas montanhosas do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul.*
- *Correspondência do Sr. John Gwinne manifestando seu interesse em envolver-se com a edição dos guias de campo e outras publicações sobre os corredores ecológicos, suas unidades de conservação e partes significativas de sua biodiversidade.*

- *Correspondência dos Srs. Fábio Vaz de Lima e Renato Paes da Cunha formulando comentários, críticas e sugestões sobre a versão 2.0 do projeto, dirigida ao M.D. Secretário da Amazônia Legal, Sr. José Seixas Lourenço.*
- *Correspondência do Dr. Márcio Ayres ao M.D. Secretário da Amazônia Legal, em resposta às críticas, sugestões e comentários re-transmitidas pelo mesmo.*

9. BANCO DE DADOS

O Banco de Dados das Unidades de Conservação do Brasil encontra-se ainda em fase de construção. Desde o mês de setembro de 1996 foram consultadas todas as Superintendências Regionais do IBAMA, todas as OEMA's, algumas ONG's ambientalistas e algumas universidades federais. Além disto, foram utilizados como fontes os bancos de dados já existentes sobre unidades de conservação do IBAMA (SIGUC), da Sociedade Civil Mimirauá (DACAM) e do Conservation International do Brasil.

O Banco foi concebido pela SCM, e pretende cadastrar todas as unidades de conservação do Brasil, em todos os níveis administrativos (federal, estadual, municipal e privado), e de todas as atuais categorias de manejo. Atualmente o Banco de Dados está sendo operado pela SCM e pela CI do Brasil.

Este banco de dados é composto de três partes principais: a) cadastro geral e situação atual; b) valor biológico, com informações acerca do ambiente e da biodiversidade local; e c) riscos e ameaças sobre a integridade da unidade. Inclui um total de quase 50 campos de diferentes naturezas.

Seu principal objetivo é subsidiar a análise e planejamento em unidades de conservação, como forte instrumento na conservação da biodiversidade brasileira, tanto pelas autoridades ambientais quanto pelas pessoas e instituições interessadas na questão.

Os formulários distribuídos foram preenchidos (em geral, parcialmente) pelos indivíduos responsáveis nas suas respectivas instituições, e devolvidos ao Projeto Parques e Reservas. Por este motivo, neste momento não há total segurança acerca da qualidade das informações fornecidas, muito embora estas tenham sido checadas quando havia algum tipo de publicação disponível sobre a unidade em questão.

No momento existem cerca de 800 registros no Banco de Dados, e ainda restam neste momento cerca de 50 novos formulários a serem digitados. Entretanto, existem duplicidades já identificadas, além de alguns campos preenchidos incorretamente. Assim, consideramos que os trabalhos para consolidação deste poderoso instrumento estão apenas em seu início.

Um problema identificado é a incapacidade deste banco para detecção de sobreposições entre unidades de diferentes categorias de manejo e/ou níveis de administração (p.ex., unidades estaduais criadas dentro de unidades federais).

Este Projeto sugere que o gerenciamento do Banco de Dados continue a cargo das atuais instituições responsáveis, juntamente com o IBAMA. Para tal foi colocado um item específico no orçamento proposto.

A proposta para os próximos passos na administração do Banco de Dados das Unidades de Conservação do Brasil são:

1. Expurgo das duplicidades identificadas;
2. Análise de consistência das informações já registradas, analisando individualmente cada unidade de conservação já cadastrada;
3. Divulgação de listagens completas a todas as pessoas e instituições que forneceram informações até o momento;
4. Identificação de novos colaboradores em potencial;
5. Solicitação de informações complementares;
6. Contato com todos os municípios brasileiros, solicitando novas informações;
7. Análises periódicas de consistência;
8. Produção periódica de relatórios atualizados e sua divulgação;
9. Estabelecimento de uma *interface* com um SIG para construção de mapas dos perímetros das unidades, como principal estratégia para detecção das sobreposições referidas acima;
10. Futuramente, disponibilização das tabelas de informações ao público em geral através da *Internet*.

A seguir encontra-se uma listagem preliminar com as unidades de conservação cadastradas até o momento, ainda bastante deficiente. Estão organizadas por ordem alfabética do nome da unidade, e estão listadas apenas sua categoria de manejo, seu nome, o Estado da federação onde se encontra (no caso de unidades que atravessam fronteiras estaduais, é citado apenas um dos Estados) e o tamanho da superfície protegida em hectares (registros de 0,00 há são unidades em que o tamanho ainda não é conhecido).

CATEGORIA	NOME	U.F.	ÁREA (ha)
Área de Relevante Interesse Ecológico	Abelha / Rio da Prata I	SC	1.258,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Abelha / Rio da Prata II	SC	2.977,00
Parque Nacional Marinho	Abrolhos	BA	91.300,00
Reserva Biológica Federal	Abufari	AM	288.000,00
Floresta Nacional	Açungüi	PR	490,00
Reserva Biológica Estadual	Aguai	SC	7.673,00
Floresta Estadual	Águas de Santa Bárbara I	SP	1.801,00
Floresta Estadual	Águas de Santa Bárbara II	SP	2.178,00
Reserva Biológica Estadual	Águas Emendadas	DF	10.547,21
Parque Estadual	Águas Quentes	MT	1.487,00
Parque Estadual	Agudo da Cotia	PR	1.009,00
Estação Ecológica Federal	Aiuaba	CE	11.525,00
Parque Estadual	Albert Löfgren	SP	174,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Algodoal - Maiandeuá	PA	2.370,00
Reserva Extrativista Federal	Alto Juruá	AC	506.186,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Alto Parnaíba	PI	61.000,00
Parque Estadual Turístico	Alto Ribeira	SP	36.712,00
Floresta Nacional	Amapá	AP	412.000,00
Reserva Florestal Estadual	Amaporã	PR	205,00
Floresta Nacional	Amazonas	AM	1.573.100,00
Parque Nacional	Amazônia	PA	994.000,00
Estação Ecológica Federal	Anavilhanas	AM	350.018,00
Reserva Biológica Estadual	Andradina	SP	168,00
Floresta Estadual	Angatuba	SP	1.196,21
Área de Proteção Ambiental Federal	Anhatomirim	SC	14.640,00
Parque Florestal Estadual	Anhumas	MG	21,00
Parque Nacional	Aparados da Serra (Itaimb.)	RS	10.250,00
Reserva Ecológica Federal	Apiacás	MT	1.513.000,00
Parque Estadual	Ara	SP	64,30
Estação Ecológica Federal	Aracurí - Esmeralda	RS	2.720,00
Parque Nacional	Araguaia	TO	562.312,00
Reserva Biológica Estadual	Araras	RJ	2.000,00
Floresta Nacional	Aranipe - Apodí (* 2 Núcleos)	PE	38.262,00
Estação Ecológica Estadual	Assis	SP	1.312,38
Reserva Biológica Federal	Atol das Rocas	RN	36.249,00
Reserva Biológica Federal	Augusto Ruschi (Nova Lombar.)	ES	3.600,00
Floresta Estadual	Avaré I	SP	74.183,00
Floresta Estadual	Avaré II	SP	665,00
Parque Estadual	Bacanga	MA	3.062,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Bacia do Rio Descoberto	GO	32.100,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Bacia do Rio São Bartolomeu	DF	84.100,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Bacias do Gama e Cab. do Veado	DF	25.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Baixada Maranhense	MA	1.775,00
Área de Proteção Ambiental Municipal	Balbinos	CE	250,00
Parque Estadual	Baleia	MG	102,00
Estação Ecológica Estadual	Bananal	SP	884,00

Área de Proteção Ambiental Federal	Barra do Rio Mamanguape	PB	22.000,00
Área de Proteção Ambiental Municipal	Barra Nova	CE	425,00
Área de Proteção Ambiental Municipal	Barra Velha	CE	0,00
Floresta Estadual	Batatais	SP	1.353,27
Estação Ecológica Estadual	Bauru	SP	287,98
Floresta Estadual	Bebedouro	SP	99,41
Floresta Nacional	Bom Futuro	RO	280.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Boquira	BA	570,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Bosque e Argilas Belas	PE	1.000,00
Floresta Estadual	Botucatu	SP	33,80
Estação Ecológica Estadual	Bracinho / Pirai	SC	4.606,00
Parque Nacional	Brasília	DF	28.000,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Bugerkopf	SC	82,07
Reserva Florestal Estadual	Buraquinho	PB	471,00
Parque Florestal Estadual	Cabeça de Cachorro	PR	60,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Cabeça de Cachorro	PR	61,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Cabeceira do Rio Balsas	MA	58.649,00
Parque Nacional	Cabo Orange	AP	619.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Cabreúva	SP	26.100,00
Floresta Nacional	Caçador	SC	850,00
Parque Estadual	Cachoeira da Fumaça	ES	27,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Cachoeira da Pancada Grande	BA	50,00
Reserva Ecológica Federal	Caetés	PE	157,00
Estação Ecológica Estadual	Caetetus	SP	2.178,84
Área de Proteção Ambiental Estadual	Cafuringa	DF	39.000,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Cairuçu	RJ	33.800,00
Floresta Estadual	Cajuru	SP	1.909,54
Parque Estadual	Campinhos	PR	208,00
Parque Estadual	Campos do Jordão	SP	8.341,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Campos do Jordão	SP	26.900,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Camurupim	AL	52,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Canal de Santa Cruz	PE	5.292,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Cananéia / Iguape / Peruíbe	SP	202.832,00
Parque Estadual	Candeias	RO	8.985,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Candengo	BA	7.000,00
Floresta Nacional	Canela	RS	557,00
Reserva Biológica Estadual	Canela Preta	SC	1.844,00
Parque Estadual	Cantareira	SP	7.916,52
Floresta Nacional	Capão Bonito	SP	4.347,00
Parque Nacional	Caparaó	MG	26.000,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Capetinga - Taquara	DF	2.100,00
Parque Estadual	Capital	SP	174,00
Parque Municipal Urbano	Capitão Ciriaco	AC	4,60
Área de Proteção Ambiental Municipal	Caponga	CE	920,00
Estação Ecológica Federal	Caracarái	RR	80.560,00
Parque Florestal Estadual	Caracol	RS	25,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Caraguatá I	SC	591,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Caraguatá II	SC	1.854,00

Área de Proteção Ambiental Estadual	Caraíva / Trancoso	BA	31.900,00
Reserva Ecológica Federal	Caraúba	PE	169,32
Reserva Particular do Patrimônio Natural	CARBOCLORO	SP	0,70
Estação Ecológica Federal	Carijós	SC	11.296,00
Parque Estadual	Carlos Botelho	SP	37.644,36
Reserva Biológica Estadual	Carmo da Mata	MG	86,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Carste de Lagoa Santa	MG	66.200,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Carumbataí / Botucatu / Tejupá	SP	642.600,00
Parque Estadual	Cataguazes	MG	69,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Cavernas do Peruaçu	MG	150.000,00
Parque Estadual	Caxambu	PR	1.040,00
Floresta Nacional	Caxiuaná	PA	200.000,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	CEFLUSME I	RJ	19.964,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	CEFLUSME II	RJ	3,40
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Chácara Mangueiras	GO	5,00
Parque Nacional	Chapada Diamantina	BA	152.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Chapada dos Guimarães	MT	251.847,93
Parque Nacional	Chapada dos Guimarães	MT	33.000,00
Parque Nacional	Chapada dos Veadeiros	GO	65.515,00
Estação Ecológica Estadual	Chauás	SP	2.699,60
Reserva Extrativista Federal	Chico Mendes	AC	970.570,00
Reserva Extrativista Federal	Ciriaco	MA	7.050,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Clube de Caça e Pesca Itororó	MG	127,00
Reserva Biológica Federal	Comboios	ES	833,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Coroa Vermelha	BA	4.100,00
Reserva Biológica Federal	Córrego do Veado	ES	2.392,00
Reserva Biológica Federal	Córrego Grande	ES	1.504,00
Parque Florestal Estadual	Córrego Maria Flora	PR	49,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Córregos Taguatinga e Cortado	DF	210,00
Parque Estadual	Corumbiara	RO	585.031,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Costa de Itacaré / Serra Grande	BA	14.925,00
Parque Estadual	Costa do Cacau	BA	7.000,00
Floresta Nacional	Cubaté	AM	416.532,00
Floresta Nacional	Cuiari	AM	109.518,00
Reserva Ecológica Federal	Culuene	MT	3.900,00
Estação Ecológica Federal	Cuniã	RO	104.000,00
Floresta Estadual	Curitiba	PR	455,00
Parque Estadual	Delta do Jacuí	RS	17.245,00
Parque Estadual	Desengano	RJ	22.400,00
Reserva Biológica Estadual	Duas Bocas	ES	2.910,00
Parque Estadual	Dunas de Natal	RN	1.172,00
Parque Nacional	Emas	GO	131.868,00
Reserva Ecológica Federal	Eng. São João	PE	34,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Engenho Garjaú	PB	1.058,62
Parque Florestal Estadual	Espigão Alto	RS	1.431,00
Área Especialmente Protegida	Est. Pesq. Desenv. Amb. de Volta Grande	MG	390,99
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Est. Pesq. e Desenv. Amb. de Galheiro	MG	2.897,02

Área Especialmente Protegida	Estação Pesq. e Desenv. Ambiental de Peti	MG	605,56
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Estância Santa Inês	MS	132,64
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Estiva	MA	116,57
Reserva Extrativista Federal	Extremo Norte do Estado de Tocantins	TO	9.280,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Alegrete	PR	153,17
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Almas	PB	3.505,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Alto da Boa Vista	MG	96,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. América	MS	401,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Arco - Íris	RJ	45,86
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Arruda	GO	800,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Avai	BA	469,10
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Barra Mansa	PR	900,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Bom Retiro	RJ	472,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Boqueirão	MS	173,60
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Caetano	MG	1.420,65
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Caetano / Lugar Santo Agostinho	MG	1.184,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Campo Alegre	GO	7.500,82
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Castro	SE	700,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Catingueiro I	MG	50,30
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Catingueiro II	MG	39,22
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Conceição ou Colônia	GO	50,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Coqueiros	BA	86,96
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Córrego da Luz	RJ	20,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Goiabal	RJ	1.305,49
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Itacira	BA	100,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. João Pereira / Reserva Poço Fundo	MG	336,73
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Kaybi	BA	5,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Lajeado	MS	12.550,00
Reserva Biológica Estadual	Faz. Lapinha	MG	369,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Macedônia	MG	560,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Morninhos	BA	726,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Nazaré das Lages e Lages	AM	52,06
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Olho d'Água do Uruçu	CE	2.610,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Pacatuba	PB	266,53
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Palmeiras	GO	2.178,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Pé da Serra	BA	1.259,20
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Pedra Bonita	MG	33,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Prainhas	BA	150,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Roça Grande	RJ	63,70
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Rodeio Bonito	RS	2.761,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Rosa do Sol	AL	155,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Salobro / Stossel de Brito	RN	755,95
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Samoinho	MG	12,50
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Santa Clara	PB	750,50
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Santa Isabel	RJ	525,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Santa Isabel do Butuí	RS	135,00

Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Santa Luzia	GO	7,20
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. São Luiz	MT	200,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. São Pedro	BA	50,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Singapura	MS	456,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Trevo	MS	27,85
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Vaga Fogo	GO	17,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Vereda Grande	MG	2.994,80
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Voturuna II	SP	58,45
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Voturuna III	SP	64,13
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Faz. Voturuna V	SP	56,85
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Fazenda Arruda	GO	800,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Fazenda Campo Alegre	GO	7.500,82
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Fazenda Conceição ou Colônia	GO	50,00
Categoria em Estudo	Fazenda Currealinho	BA	17.000,00
Parque Municipal	Fazenda Lagoa do Nado	MG	30,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Fazenda Pacatuba	PB	266,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Fazenda Palmeiras	GO	2.178,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Fazenda Santa Luzia	GO	7,20
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Fazendinha	MS	9.619,00
Parque Nacional Marinho	Fernando de Noronha	PE	11.270,00
Parque Florestal Estadual	Figueira	PR	100,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Floresta da Cicuta	RJ	1.310,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Floresta do Jacarandá	RJ	2.700,00
Refúgio de Vida Silvestre	Floresta Estadual do Antimari	AC	66.168,00
Parque Estadual	Fonte Grande	ES	218,00
Parque Estadual	Fontes do Ipiranga (Água Funda)	SP	562,00
Parque Estadual	Forno Grande	ES	621,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Foz do Rio Mamanguape	PB	3.045,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Foz do Rio Preguiça, Pq.'s Lençóis e Rg. Lagoas Adj.'s	MA	269.683,30
Parque Estadual	Fumas do Bom Jesus	SP	2.069,06
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Galheiros	MG	2.694,73
Reserva Ecológica Estadual	Gama	DF	136,00
Parque Estadual	Garcia D'Ávila	BA	700,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Goiapaba-Açu	ES	3.740,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Goitacazes	ES	970,00
Parque Estadual	Graciosa	PR	1.190,00
Reserva Florestal Estadual	Grajaú	RJ	55,00
Parque Nacional	Grande Sertão Veredas	MG	84.000,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Granja Icarai	SP	16,60
Parque Estadual	Guajarã - Mirim	RO	258.813,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Guanandy	ES	5.242,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Guapi - Mirim	RJ	14.340,00
Reserva Biológica Federal	Guaporé	RO	600.000,00
Parque Estadual	Guaramiranga	CE	55,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Guaraqueçaba	PR	313.400,00
Estação Ecológica Federal	Guaraqueçaba	PR	13.638,90
Reserva Biológica e Arqueológica	Guaratiba	RJ	2.300,00
Reserva Ecológica Estadual	Guará	DF	147,00

Reserva Biológica Federal	Guaribas	PB	4.322,00
Reserva Biológica Federal	Gurupi	MA	341.650,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Haras de São Bernardo	SP	35,00
Parque Municipal	Horto Florestal de Rio Branco	AC	17,00
Reserva Ecológica Federal	IBGE / RECOR	DF	1.360,00
Parque Florestal Estadual	Ibicatu	PR	74,40
Estação Ecológica Estadual	Ibicatu	SP	74,40
Parque Florestal Estadual	Ibiporã	PR	74,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Ibirabuitã	RS	351,00
Floresta Nacional	Ibirama	SC	570,00
Reserva Biológica Estadual	Ibitapuitã	RS	351,42
Área de Proteção Ambiental Estadual	Ibitinga	SP	69.400,00
Parque Estadual	Ibitipoca	MG	1.488,00
Parque Estadual	Ibitirirá	RS	415,00
Floresta Nacional	Içanã	AM	200.561,00
Floresta Nacional	Içanã - Aiari	AM	491.400,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Igarapé Gelado	PA	21.600,00
Parque Nacional	Iguaçu	PR	170.086,00
Reserva Ecológica Estadual	Iguapé	BA	90,00
Parque Estadual	Ilha Anchieta	SP	828,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Ilha Comprida	SP	19.375,00
Parque Estadual	Ilha das Flores	ES	17,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Ilha do Ameixal	SP	400,00
Parque Estadual	Ilha do Cardoso	SP	22.500,00
Estação Ecológica Estadual	Ilha do Mel	PR	2.585,00
Parque Florestal Estadual	Ilha dos Frades	BA	380,00
Reserva Ecológica Federal	Ilha dos Lobos	RS	2,00
Parque Estadual	Ilha Grande	RJ	5.500,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Ilha Queimada Grande	SP	23,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Ilha Queimada Pequena	SP	10,00
Parque Estadual	Ilhabela	SP	27.025,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Ilhas de Tinharé e Boipeba	BA	43.300,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho	PR	109,00
Floresta Nacional	Inauini - Teuini	AM	285.000,00
Parque Estadual	Intervales	SP	49.000,00
Floresta Nacional	Ipanema	SP	5.179,93
Estação Ecológica Federal	Iquê - Juruena	MT	200.000,00
Floresta Nacional	Irati	PR	3.495,00
Estação Ecológica Federal	Itabaiana	SE	1.388,53
Estação Ecológica Estadual	Itaberá	SP	180,00
Parque Estadual	Itacolomi	MG	7.542,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Itaipu	PR	29.330,00
Estação Ecológica Estadual	Itapety	SP	89,12
Estação Ecológica Estadual	Itapeva	SP	106,77
Parque Estadual	Itapiracó	MA	322,00
Parque Estadual	Itapuã	RS	5.566,50
Parque Nacional	Itatiaia	RJ	30.000,00
Parque Estadual	Itaúnas	ES	3.150,00

Estação Ecológica Estadual	Itirapina	SP	3.212,81
Reserva Ecológica Estadual	Jacarepiá	RJ	1.250,00
Parque Estadual	Jacupiranga	SP	150.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Jaguaribe	PE	212,00
Reserva Ecológica Federal	Jaguaribe	PE	107,36
Parque Estadual	Jaíba	MG	6.211,00
Floresta Nacional	Jamari	RO	215.000,00
Parque Estadual	Jaraguá	SP	491,98
Estação Ecológica Federal	Jari	PA	227.126,00
Reserva Biológica Federal	Jaru	RO	268.150,00
Estação Ecológica Estadual	Jataí	SP	4.532,18
Parque Nacional	Jaú	AM	2.272.000,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Javari - Buritis	AM	15.000,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Jericoacoara	CE	6.800,00
Parque Estadual	Joventino Silva	BA	70,00
Estação Ecológica Federal	Juamí - Japurá	AM	572.650,00
Reserva Ecológica Federal	Juamí - Japurá	AM	273.238,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Jundiá	SP	43.200,00
Parque Estadual	Juparaná (São Roque)	SP	26.250,47
Parque Estadual	Juquery	SP	1.927,70
Estação Ecológica Estadual	Juréia - Itatins	SP	79.830,00
Floresta Nacional	Juruena	MT	1.800.000,00
Reserva Ecológica Federal	Jutaí - Solimões	AM	288.187,38
Reserva Ecológica Federal	Jutaí - Solimões	AM	288.137,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Lago Ayapuí	AM	610.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Lago Paranoá	DF	16.000,00
Reserva Biológica Federal	Lago Piratuba	AP	357.000,00
Parque Ecológico	Lagoa da Fazenda	CE	19,00
Parque Ecológico	Lagoa da Jansen	MA	150,00
Parque Ecológico	Lagoa da Maraponga	CE	31,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Lagoa de Guanandy	ES	5.242,00
Parque Estadual	Lagoa de Maraponga	CE	18,95
Área de Proteção Ambiental Estadual	Lagoa de Nazaré	PI	0,00
Parque Nacional	Lagoa do Peixe	RS	34.400,00
Reserva Ecológica Estadual	Lagoa do Roteiro	AL	742,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Lagoa Encantada	BA	1.800,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Lagoa Encantada	CE	40,00
Reserva Biológica Estadual	Lagoa Grande	GO	0,00
Reserva Florestal Estadual	Lagoa São Paulo	SP	13.343,00
Reserva Ecológica Estadual	Lagoas de Mabassu	BA	450,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Lagoas e Dunas do Abaeté	BA	1.800,00
Estação Ecológica Estadual	Lajinha	MG	369,00
Reserva Extrativista Estadual	Laranjeiras	RO	30.688,00
Parque Estadual	Lauráceas	PR	23.863,00
Parque Nacional	Lençóis Maranhenses	MA	155.000,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Linda Serra dos Topázios	GO	496,48
Horto Florestal Estadual	Litoral Norte	RS	45,87
Área de Proteção Ambiental Estadual	Litoral Sul	SE	0,00

Floresta Nacional	Macauã	AC	173.475,00
Reserva de Desenvolvimento Sustentado	Mamirauá	AM	1.124.000,00
Parque Estadual	Mananciais de Campos do Jordão	SP	502,96
Área Especialmente Protegida	Manancial Cercadinho	MG	247,00
Área Especialmente Protegida	Manancial do Balsamio	MG	189,00
Área Especialmente Protegida	Manancial do Barreiro	MG	1.406,00
Área Especialmente Protegida	Manancial do Catarina	MG	480,00
Área Especialmente Protegida	Manancial do Fechos	MG	1.074,00
Área Especialmente Protegida	Manancial do Mutuca	MG	1.250,00
Área Especialmente Protegida	Manancial do Rola Moça	MG	112,00
Área Especialmente Protegida	Manancial dos Tabocas	MG	49,00
Floresta Estadual	Manduri	SP	1.485,14
Parque Ecológico Municipal	Mangabeiras (Parque da Baleia)	MG	337,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Mangaratiba	RJ	22.936,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mani	RR	109,59
Floresta Nacional	Mapiá - Inauini	AM	311.000,00
Reserva Biológica Estadual	Mar de Espanha	MG	188,00
Estação Ecológica Federal	Maracá	RR	101.312,00
Estação Ecológica Federal	Maracá - Jipioca	AP	72.000,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Margem Direita do Rio Negro	AM	554.334,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Margem Esquerda do Rio Negro	AM	740.757,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Manicá	RJ	7.400,00
Reserva Biológica Federal	Marinha do Arvoredo	SC	17.800,00
Floresta Nacional	Mário Xavier	RJ	4.930,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Marituba do Peixe	AL	8.400,00
Reserva Ecológica Estadual	Massambaba	RJ	1.370,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata da Jangadinha	PE	85,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata da Usina de São José	PE	299,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata das Duas Lagoas	PE	140,00
Parque Estadual	Mata das Flores	ES	800,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata de Caetés	PE	150,00
Reserva Ecológica Federal	Mata de Camaçari	PE	223,30
Reserva Ecológica Estadual	Mata de Caraúna	PE	169,00
Reserva Ecológica Federal	Mata de Contra Açude	PE	114,40
Reserva Ecológica Federal	Mata de Dois Irmãos	PE	388,67
Reserva Ecológica Federal	Mata de Dois Unidos	PE	32,66
Reserva Ecológica Federal	Mata de Duas Lagoas	PE	142,41
Reserva Ecológica Federal	Mata de Jaguarana	PE	324,28
Reserva Ecológica Estadual	Mata de Jaguaribe	PE	107,00
Reserva Ecológica Federal	Mata de Jangadinha	PE	76,43
Reserva Ecológica Estadual	Mata de Manassu	PE	264,00
Reserva Ecológica Federal	Mata de Manassu	PE	253,16
Reserva Ecológica Federal	Mata de Miritiba	PE	273,40
Reserva Ecológica Federal	Mata de Mussaiba	PE	304,23
Reserva Ecológica Estadual	Mata de Mussaiba	PE	272,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata de Santa Cruz	PE	55,00
Reserva Ecológica Federal	Mata de Santa Cruz	PE	54,68
Área de Relevante Interesse Ecológico	Mata de Santa Genebra	SP	251,00

Reserva Ecológica Federal	Mata de São Bento	PE	109,60
Reserva Ecológica Estadual	Mata de São João da Várzea	PE	65,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata de Tapacurá	PE	101,00
Reserva Ecológica Federal	Mata de Tapacurá	PE	94,24
Reserva Biológica Estadual	Mata do Acauã	MG	5.195,00
Sem Informação	Mata do Amém	PB	105,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Amparo	PE	172,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Amparo	PE	172,90
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Bom Jardim	PE	245,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Bom Jardim	PE	245,91
Área de Preservação Permanente	Mata do Buraquinho	PB	471,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Camucim	PE	40,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Camucim	PE	36,40
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Contra-Açude	PE	115,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Eng. Moreninho	PE	66,48
Reserva Ecológica Federal	Mata do Eng. Salgadinho	PE	257,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Eng. Tapacurá	PE	334,62
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Engenho Macaxeira	PE	61,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Engenho Macaxeira	PE	60,84
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Engenho Salgadinho	PE	257,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Engenho São João	PE	34,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Engenho Uchoa	PE	20,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Engenho Uchôa	PE	20,00
Reserva Biológica Estadual	Mata do Jambreiro	MG	912,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Janga	PE	132,24
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Jardim Botânico	PE	11,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Jardim Botânico	PE	10,72
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Passarinho	PE	13,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Passarinho	PE	13,36
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Quizanga	PE	229,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Quizanga	PE	229,77
Reserva Ecológica Federal	Mata do Rio Vermelho	PB	1.500,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Toró	PE	81,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Toró	PE	80,70
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Urucu	PE	515,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Urucu	PE	534,97
Reserva Ecológica Estadual	Mata do Zumbi	PE	292,00
Reserva Ecológica Federal	Mata do Zumbi	PE	292,40
Reserva Biológica Estadual	Mata dos Ausentes	MG	282,00
Reserva Ecológica Estadual	Mata dos Caetés	PE	150,00
Parque Estadual	Mata dos Godoy	PR	676,00
Reserva Extrativista Federal	Mata Grande	MA	10.450,00
Reserva Ecológica Federal	Mata Lanço dos Cações	PE	50,12
Reserva Ecológica Estadual	Mata Lanço dos Cações	PE	50,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mata Monlevade	MG	518,70
Reserva Ecológica Federal	Mata Serra do Cotovelo	PE	977,50
Reserva Ecológica Estadual	Mata Serra do Cumaru	PE	357,00
Reserva Ecológica Federal	Mata Serra do Cumaru	PE	367,10

Área de Relevante Interesse Ecológico	Matão de Cosmópolis	SP	173,00
Reserva Ecológica Estadual	Matas da Serra do Cotovelo	PE	978,00
Reserva Ecológica Estadual	Matas de São Bento	PE	110,00
Reserva Ecológica Estadual	Matas do Curado	PE	103,00
Reserva Ecológica Federal	Matas do Curado	PE	100,86
Reserva Ecológica Estadual	Matas do Outeiro do Pedro	PE	51,00
Reserva Ecológica Estadual	Matas do Sistema Gurjaú	PE	1.077,00
Reserva Ecológica Federal	Matas do Sistema Gurjaú	PE	1.362,02
Área de Proteção Ambiental Estadual	Médio Purus - Lago Ayapuã	AM	610.000,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mercês, Sabiaguaba, Nazário	CE	50,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Mestre Álvaro	ES	2.461,00
Reserva Ecológica Estadual	Metropolitana do Pituaçu	BA	660,00
Parque Estadual	Mirador	MA	700.000,00
Estação Ecológica Estadual	Mogi - Guaçu	SP	980,71
Reserva Biológica Estadual	Mogi - Guaçu	SP	470,04
Parque Estadual	Mongé	PR	362,00
Parque Nacional	Monte Pascoal	BA	22.500,00
Parque Nacional	Monte Roraima	RR	116.000,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Morro da Pedreira	MG	66.200,00
Parque Estadual	Morro do Chapéu	BA	6.000,00
Parque Estadual	Morro do Chapéu	BA	15.000,00
Reserva Ecológica Estadual	Morro do Cururupe	BA	5,00
Parque Estadual	Morro do Diabo	SP	34.441,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Morro do Urubu	SE	213,87
Reserva Biológica Estadual	Morro dos Seis Lagos	AM	36.900,00
Reserva Florestal Estadual	Morro Grande	SP	10.700,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Nadir Júnior	PA	2.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Nhamundá	AM	195.900,00
Parque Estadual	Nhamundá	AM	28.370,00
Estação Ecológica Federal	Niquiá	RR	286.600,00
Parque Estadual	Nonoai	RS	17.498,00
Reserva Biológica Estadual	Nova Baden	MG	353,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Olho D'Água do Uruçu	CE	2.610,00
Reserva Ecológica Federal	Outeiro do Pedro	PE	48,38
Parque Nacional	Pacaás Novos	RO	764.801,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Palmital	SC	590,06
Reserva Biológica Federal	Pantanal Arenoso	MS	600,00
Parque Nacional	Pantanal Matogrossense	MT	135.000,00
Reserva Ecológica Estadual	Paraíso	RJ	4.920,00
Floresta Estadual	Paranapanema	SP	1.541,84
Estação Ecológica Estadual	Paranapanema	SP	635,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Paranoá Sul	DF	144,00
Reserva Biológica Estadual	Paraúna	GO	2.812,00
Reserva Biológica Estadual	Parazinho	AP	111,00
Parque Estadual Marinho	Parcel Manuel Luis	MA	45.237,00
Floresta Nacional	Parí Cachoeira I	AM	18.000,00
Floresta Nacional	Parí Cachoeira II	AM	654.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Parintins / Nhamundá	AM	195.900,00

Parque Estadual	Pariquera Abaixo	SP	2.359,50
Parque Municipal	Parque Ambiental Chico Mendes	AC	52,00
Parque Estadual	Parque Botânico	CE	190,00
Reserva Ecológica Estadual	Parque dos Poderes	MS	140,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Parque Ecológico ARTEX	SC	5.296,16
Parque Ecológico Municipal	Parque Ecológico Barra Velha	CE	1.180,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Parque Zoobotânico	AC	100,00
Floresta Estadual	Passa Dois	PR	276,00
Floresta Nacional	Passa Quatro	MG	335,00
Floresta Nacional	Passo Fundo	RS	1.328,00
Reserva Ecológica Estadual	Pau-Ferro	PB	600,00
Parque Estadual	Paulo César Vinha	ES	1.500,00
Estação Ecológica Estadual	Paulo de Faria	SP	435,70
Área de Proteção Ambiental Estadual	Pé da Serra Azul	MT	7.980,00
Parque Estadual	Pedra Azul	ES	1.240,00
Parque Estadual	Pedra Branca	RJ	12.398,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Pedra Branca	SP	636,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Pedra dos Amarillis	RJ	39,64
Reserva Biológica Federal	Pedra Talhada	PE	4.470,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Penedo de S. Pedro e S. Paulo, Rocas e Fernando de Noronha	PE	2.700,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Petrópolis	RJ	59.049,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Piaçabuçu	AL	8.600,00
Parque Nacional	Pico da Neblina	AM	2.200.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Pico do Goiapaba - Açú	ES	3.740,00
Parque Estadual	Pico do Marumbi	PR	1.958,00
Reserva Biológica Estadual	Pindorama	SP	538,00
Parque Florestal Estadual	Pinhão	PR	197,00
Floresta Nacional	Piraiauara	AM	631.436,00
Estação Ecológica Federal	Pirai	RJ	4.000,00
Floresta Estadual	Piraju	SP	680,00
Reserva Extrativista Federal	Pirajubaé	SC	1.444,00
Estação Ecológica Federal	Pirapitinga	MG	1.090,00
Parque Estadual	Pirineus	GO	0,00
Reserva Biológica Federal	Poço das Antas	RJ	5.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Ponta da Baleia / Abrolhos	BA	34.600,00
Parque Estadual	Ponta do Cabo Branco	PB	379,00
Parque Estadual	Porto Ferreira	SP	611,55
Área Especialmente Protegida	Posto de Fomento Florestal - de Palmares	PI	170,00
Reserva Biológica Estadual	Praia do Sul	RJ	3.600,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Praia Mole	ES	347,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Presidente Figueiredo - Caverna do Moroaga	AM	256.200,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	AM	3.288,00
Floresta Nacional	Purus	AM	256.000,00
Reserva Extrativista Federal	Quilombo do Flexal	MA	9.542,00
Reserva Ecológica Federal	Raso da Catarina	BA	99.772,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Reentrâncias Maranhenses	MA	2.680.911,20

Sem Informação	Região de Maracanã	MA	1.831,00
Área Especialmente Protegida	Reservatório Rio Manso	MG	9.000,00
Área Especialmente Protegida	Reservatório Serra Azul	MG	3.200,00
Estação Ecológica Estadual	Ribeirão Preto	SP	154,16
Floresta Estadual	Rio Abunã	RO	62.219,00
Estação Ecológica Federal	Rio Acre	AC	77.500,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Beberibe	PE	0,00
Reserva Extrativista Federal	Rio Cajari	AP	481.650,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Capibaribe	PE	0,00
Parque Estadual	Rio Capivara	BA	0,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Carro Quebrado	PE	402,00
Parque Estadual	Rio Cocó	CE	379,00
Parque Florestal Estadual	Rio da Onça	PR	119,00
Floresta Estadual	Rio do Mequéns	RO	425.844,00
Parque Estadual	Rio Doce	MG	36.114,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Formoso	PE	2.724,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Iguaribe	PE	212,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Itapessoca	PE	3.998,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Jaguaribe	PE	212,00
Floresta Estadual	Rio Machado	RO	175.781,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Madeira	RO	6.741,00
Floresta Estadual	Rio Madeira (A)	RO	63.813,00
Floresta Estadual	Rio Madeira (B)	RO	30.000,00
Parque Estadual	Rio Negro	AM	436.042,00
Reserva Biológica Estadual	Rio Ouro Preto	RO	46.438,00
Reserva Extrativista Federal	Rio Ouro Preto	RO	204.583,00
Reserva Extrativista Estadual	Rio Pacaás Novos	RO	353.290,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Paratibe	PE	0,00
Floresta Nacional	Rio Preto	ES	2.830,63
Reserva Extrativista Estadual	Rio Preto / Jacundá	RO	1.055.000,00
Floresta Estadual	Rio Roosevelt	RO	27.860,00
Floresta Estadual	Rio São Domingos	RO	267.375,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Timbó	PE	1.397,00
Reserva Biológica Federal	Rio Trombetas	PA	385.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rio Una	PE	553,00
Parque Florestal Estadual	Rio Vermelho	SC	1.100,00
Floresta Estadual	Rio Vermelho (A)	RO	38.688,00
Floresta Estadual	Rio Vermelho (B)	RO	152.000,00
Floresta Estadual	Rio Vermelho (C)	RO	20.215,00
Floresta Estadual	Rio Vermelho (D)	RO	137.843,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rios Beberibe e Capiberibe	PE	0,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rios Goiana e Megaó	PE	4.776,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rios Jaboatão e Pirapema	PE	1.285,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rios Piracicaba e Juqueri - Mirim	SP	390.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Rios Sirinhaém e Maracaípe	PE	3.335,00
Parque Florestal Estadual	Rondinha	RS	1.000,00
Floresta Nacional	Roraima	RR	2.664.685,00
Reserva Ecológica Estadual	Saco da Pedra	AL	5,00

Parque Florestal Estadual	Saltinho	PR	9,00
Reserva Biológica Federal	Saltinho	PE	548,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Salto Morato	PR	1.716,00
Estação Ecológica Estadual	Samuel	RO	69.015,00
Estação Ecológica Estadual	Santa Bárbara	SP	2.712,00
Reserva Biológica Federal	Santa Isabel	SE	2.766,00
Estação Ecológica Estadual	Santa Maria	SP	113,05
Reserva Biológica Estadual	Santa Rita	MG	604,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Santa Rita	AL	8.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Santo Antônio	BA	2.300,00
Área de Relevante Interesse Ecológico	Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo	DF	400,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Santuário do Caraça	MG	10.187,89
Reserva Biológica Estadual	São Camilo	PR	385,00
Estação Ecológica Estadual	São Carlos	SP	75,26
Floresta Nacional	São Francisco de Paula	RS	1.140,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	São Geraldo do Araguaia	PA	29.655,39
Parque Nacional	São Joaquim	SC	49.300,00
Reserva Biológica Estadual	São Mateus	MG	377,00
Floresta Nacional	Saracá - Taquera	PA	429.600,00
Reserva Biológica Estadual	Sassafrás	SC	5.460,00
Reserva Ecológica Federal	Sauim - Castanheira.	AM	109,00
Reserva Biológica Estadual	Scharlau	RS	50,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Schuster	RS	4,00
Estação Ecológica Federal	Seridó	RN	1.166,38
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Seringal Iucatã I	PA	500.000,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Seringal Novo Destino	AM	104.000,00
Parque Natural Municipal	Seringueiro	AC	44,00
Parque Estadual	Serra Azul	MT	11.002,00
Parque Nacional	Serra da Bocaina	SP	110.000,00
Parque Nacional	Serra da Canastra	MG	71.525,00
Parque Nacional	Serra da Capivara	PI	129.140,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Serra da Mantiqueira	MG	402.517,00
Área de Proteção Ambiental Federal	Serra da Tabatinga	TO	61.000,00
Categoria em Estudo	Serra da Várzea Comprida	BA	3.365,00
Estação Ecológica Federal	Serra das Araras	MT	28.700,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Serra de Baturité	CE	32.690,00
Parque Estadual	Serra de Caldas Novas	GO	12.315,00
Floresta Municipal	Serra de Maranguape	CE	9.180,00
Reserva Biológica Estadual	Serra de Paranapiacaba	SP	336,00
Parque Estadual	Serra do Araçá	AM	1.818.700,00
Parque Estadual	Serra do Brigadeiro	MG	32.500,00
Reserva Biológica Estadual	Serra do Cachimbo	PA	90.265,00
Parque Estadual	Serra do Cachimbo	PA	322.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Serra do Cachimbo	PA	133.949,00
Parque Nacional	Serra do Cipó	MG	33.800,00
Parque Estadual	Serra do Conduru	BA	7.000,00
Parque Nacional	Serra do Divisor	AC	605.000,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Serra do Lajeado	TO	168.000,00

Reserva Ecológica Estadual	Serra do Lajeado	TO	300,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Serra do Mar	SP	548.100,00
Parque Estadual	Serra do Mar (* com 6 Núcleos)	SP	315.000,00
Parque Estadual	Serra do Tabuleiro	SC	87.405,00
Parque Estadual	Serra dos Martírios / Andorinhas	PA	24.897,38
Parque Nacional	Serra dos Órgãos	RJ	11.460,00
Parque Estadual	Serra dos Parecis	RO	38.950,00
Parque Estadual	Serra dos Pirineus	GO	2.500,00
Parque Estadual	Serra dos Reis	RO	42.286,93
Estação Ecológica Estadual	Serra dos Três Irmãos	RO	99.813,00
Floresta Nacional	Serra Dourada	GO	144,00
Parque Estadual	Serra Furada	SC	1.329,00
Reserva Biológica Estadual	Serra Geral	RS	1.700,00
Parque Nacional	Serra Geral	RS	17.300,00
Reserva Biológica Federal	Serra Negra	PE	1.100,00
Estação Ecológica Estadual	Serra Três Irmãos	RO	99.813,00
Reserva Biológica Estadual	Sertãozinho	SP	720,00
Parque Nacional	Sete Cidades	PI	6.221,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Silveiras	SP	42.700,00
Área de Proteção Ambiental Municipal	Silves	AM	0,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Ameixas / Poço Velho	CE	464,33
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Bela Vista	AM	27,35
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Curucutu	SP	10,89
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio do Cantoneiro	SP	8,70
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Grimpas	MG	2,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Jaguaré	MA	7,68
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Laranjal / Barranco Solto	SP	42,28
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Mercês Sabiaquara / Nazário	CE	50,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Porto da Capela	RS	14,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Ryan	SP	19,47
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio São Domingos / Agatha	MG	1,50
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítio Sibiúna	SP	50,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Sítios Angaba e Poranga	RJ	29,00
Reserva Biológica Federal	Sooretama	ES	24.250,00
Parque Estadual	Sumidouro	MG	1.300,00
Parque Nacional	Superagüi	PR	21.400,00
Estação Ecológica Federal	Taiamã	MT	14.325,00
Estação Ecológica Federal	Taim	RS	10.764,63
Parque Estadual	Tainhas	RS	4.925,00
Estação Ecológica Federal	Tamoios	RJ	4.070,00
Estação Ecológica Federal	Tapacurá	PE	776,00
Floresta Nacional	Tapajós	PA	631.310,00
Reserva Biológica Federal	Tapirapé	PA	103.000,00
Floresta Nacional	Tapirapé - Aquiri	PA	190.000,00
Floresta Nacional	Taracúá I	AM	647.744,00
Floresta Nacional	Taracúá II	AM	559.504,00
Área de Proteção Ambiental Municipal	Tatajuba	CE	3.775,00
Floresta Nacional	Tefé	AM	1.020.000,00

Parque Estadual	Terra Ronca	GO	14.493,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Texas Hotel Fazenda Clube	GO	20,00
Parque Nacional	Tijuca	RJ	3.300,00
Parque Ecológico	Timbaúbas	CE	0,00
Reserva Biológica Federal	Tinguá	RJ	26.000,00
Parque Estadual	Torres / Guarita	RS	1.540,00
Reserva Biológica Estadual	Traçadal	RO	22.540,00
Floresta Nacional	Três Barras	SC	4.477,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Três Ilhas	ES	12.960,00
Estação Ecológica Estadual	Tripuí	MG	497,00
Estação Ecológica Federal	Tupinambás	SP	28,00
Estação Ecológica Federal	Tupiniquins	SP	43,00
Parque Florestal Estadual	Turvo	RS	17.491,00
Reserva Biológica Federal	Uatumã	AM	560.000,00
Parque Nacional	Ubajara	CE	563,00
Reserva Biológica Federal	Una	BA	7.059,00
Área de Proteção Ambiental Estadual	Upaon-Açu, Miritiba, Alto Preg.	MA	1.535.310,00
Floresta Nacional	Urucu	AM	1.020.000,00
Estação Ecológica Federal	Uruçuí - Una	PI	135.000,00
Reserva Ecológica Federal	Usina de São José	PE	323,30
Parque Estadual	Vale do Rio Cocó	CE	375,00
Estação Ecológica Estadual	Valinhos	SP	16,94
Parque Estadual	Vassununga	SP	832,14
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Vera Cruz	AL	115,00
Reserva Biológica Estadual	Vila Fachini	SP	70,00
Parque Florestal Estadual	Vila Rica Rubens Augusto de Andrade	PR	354,00
Reserva Florestal Estadual	Wenceslau Guimarães	BA	1.500,00
Floresta Nacional	Xapecó	SC	1.686,00
Floresta Nacional	Xié	AM	407.935,00
Estação Ecológica Estadual	Xituê	SP	3.793,34
Parque Estadual	Xixová - Japuí	SP	901,00